



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 11ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**18/05/2023
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Cid Gomes**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 18/05/2023.**

11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 11/2023 - Não Terminativo -	SENADOR CID GOMES	8
2	MSF 22/2023 - Não Terminativo -	SENADOR HAMILTON MOURÃO	81
3	MSF 20/2023 - Não Terminativo -	SENADOR CHICO RODRIGUES	144
4	MSF 15/2023 - Não Terminativo -	SENADOR HUMBERTO COSTA	201
5	MSF 17/2023 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO DUEIRE	255
6	MSF 19/2023 - Não Terminativo -	SENADOR CARLOS VIANA	300

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

SUPLENTE

Bloco Parlamentar Democracia(PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)

Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990	1 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)(6)	PB 3303-2252 / 2481
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)(6)	AP 3303-6777 / 6568	2 Sergio Moro(UNIÃO)(3)(6)	PR 3303-6202
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261	3 Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(3)	PE 3303-3522	4 Efraim Filho(UNIÃO)(3)(6)	PB 3303-5934 / 6116 / 5931
Marcos do Val(PODEMOS)(3)	ES 3303-6747 / 6753	5 Carlos Viana(PODEMOS)(3)	MG 3303-3100
Cid Gomes(PDT)(3)(8)	CE 3303-6460 / 6399	6 Leila Barros(PDT)(3)(8)	DF 3303-6427
Alessandro Vieira(PSDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	7 Izalci Lucas(PSDB)(3)	DF 3303-6049 / 6050

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD, REDE)

Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB 3303-6788 / 6790	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-1464 / 1467
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768	2 Omar Aziz(PSD)(2)	AM 3303-6579 / 6581
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)	MT 3303-6408
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO 3303-2092 / 2099	4 Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Jaques Wagner(PT)(2)	BA 3303-6390 / 6391	5 Beto Faro(PT)(2)	PA 3303-5220
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054
Chico Rodrigues(PSB)(2)	RR 3303-2281	7 Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301

Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)

Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP 3303-1177 / 1797	1 Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ 3303-6640 / 6613
Wellington Fagundes(PL)(1)(11)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6213 / 3775	2 Wilder Morais(PL)(1)(11)	GO 3303-6440
Tereza Cristina(PP)(5)(1)(11)	MS 3303-2431	3 VAGO(10)(5)(11)	

Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)

Esperidião Amin(PP)(1)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Ciro Nogueira(PP)(1)(12)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(12)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)(12)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- (5) Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (7) Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- (8) Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- (9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- (10) Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- (11) Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- (12) Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
 SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
 FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
 E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC](https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?CODC)
 OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 18 de maio de 2023
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA

11ª Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão de relatórios (17/05/2023 16:23)
2. Idem (17/05/2023 17:30)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 11, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 22, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENONI BELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 20, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra, Confederação Suíça.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

[Relatório Legislativo](#) (CRE)

1

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

CPF.: 091.856.151-53

ID.: 7533 MRE

1954 Filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota, nasce em 27 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1975 Filosofia pela Universidade de Genebra
 1978 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
 1982 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
 1997 Curso de Altos Estudos, IRBr, Tese: "O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva"

Cargos:

1979 Terceiro-secretário
 1981 Segundo-secretário, por merecimento
 1987 Primeiro-secretário, por merecimento
 1993 Conselheiro, por merecimento
 1998 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2003 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1979-83 Divisão das Nações Unidas, assistente
 1983-86 Delegação Permanente em Genebra, segundo-secretário
 1986-88 Embaixada em Pequim, segundo-secretário, primeiro-secretário e conselheiro, comissionado
 1988-90 Embaixada em Caracas, primeiro-secretário
 1990-92 Secretaria-Geral de Política Exterior, assessor
 1992-94 Presidência da República, Assessoria Diplomática, assessor adjunto
 1994-99 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, conselheiro e ministro-conselheiro
 1999-2003 Missão Permanente em Genebra, ministro-conselheiro
 2003-04 Secretaria de Planejamento Diplomático, secretário
 2004-05 Gabinete do Ministro de Estado, chefe de gabinete
 2005-07 Subsecretaria-Geral Política, subsecretário-geral
 2007-09 Embaixada em Washington, embaixador
 2009-11 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, secretário-geral
 2011-13 Ministro de Estado das Relações Exteriores
 2013-2016 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, representante permanente
 2016-19 Embaixada do Brasil em Roma, embaixador
 2019- Embaixada do Brasil no Cairo, embaixador

Publicações:

1998 O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva, Editado pela FUNAG, Brasília
 2013 Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas. Editado pela FUNAG, Brasília,
 2016 Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas (janeiro a agosto de 2013), volume II. Editado pela FUNAG, Brasília
 2018 Artigo "Is the World Ready for Cooperative Multipolarity?", publicado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI Dossie #2
 2022 Relatório Anual da iniciativa "Líderes para a Paz" – "A new humanism for a renewed multilateralism", Relator Geral
 2022 Artigo "Democratizar as Relações Internacionais", publicado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI Revista nº 3

Condecorações:

Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Vermeil
Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, Brasil
Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval, Brasil
Grã-Cruz da Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil
Comendador Especial da Ordem do Mérito Militar, Brasil
Medalha da Vitória, Brasil
Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil
Ordem Nacional do Mérito, França
Grã-Cruz da Ordem do Libertador San Martín, Argentina
Grande Oficial da Ordem Real ao Mérito, Noruega
Grande Oficial da Ordem Alauita, Marrocos
Ordem do Condor, Bolívia
Ordem do Sol, Peru

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 11, DE 2023

(n° 96/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 96

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de março de 2023.

EM nº 00030/2023 MRE

Brasília, 15 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 102/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador **ROGÉRIO CARVALHO SANTOS**
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem (4055813) na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/03/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4058897** e o código CRC **D27A9473** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002639/2023-14

SUPER nº 4058897

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Secretaria de Europa e América do Norte

Departamento de Europa

Divisão de Europa Setentrional

REINO UNIDO



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Março de 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
GENTÍLICO	Britânico
CAPITAL	Londres
ÁREA	242.509 km ² , excluindo-se as regiões ultramarinas (18.015 km ²)
POPULAÇÃO (2021) ¹	68 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Sem afiliação (49%), anglicana (17%), católica (9%), islâmica (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, com a Câmara dos Comuns (650 membros) e a Câmara dos Lordes (792 membros)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III (desde setembro de 2022)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Rishi Sunak (desde outubro de 2022, Partido Conservador)
CHANCELER	James Cleverly (desde setembro de 2022, Partido Conservador)
PIB (2022E) ¹	US\$ 3,2 trilhões
PIB PPC (2022E) ¹	US\$ 3,8 trilhões
PIB PER CAPITA (2022E) ¹	US\$ 47.320
PIB PPC PER CAPITA (2022E) ¹	US\$ 55.860
VARIAÇÃO DO PIB ¹	0,3% (2023E); 3,6% (2022E); 7,4% (2021); -9,3% (2020)
IDH (2019) ³	0,932 – 13º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2017)	0,35
EXPECTATIVA DE VIDA (2020) ⁴	81
DESEMPREGO (12/2022) ⁵	3,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Libra esterlina (£)
COMUNIDADE BRASILEIRA ⁶	220 mil pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) St. Mary's University; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Itamaraty.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ bilhões						
Brasil → Reino Unido	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	5,3	5,4	5,5	4,9	5,6	6,4
Exportações	2,8	3,0	3,0	2,5	3,1	3,7
Importações	2,4	2,4	2,5	2,3	2,5	2,8
Saldo	0,4	0,6	0,4	0,2	0,5	0,9

Fonte: Ministério da Fazenda

PERFIS BIOGRÁFICOS**Charles III**

Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte



Charles III, 74 anos, nasceu no Palácio de Buckingham, em Londres, filho da rainha Elizabeth II e do príncipe Philip, Duque de Edimburgo. Após formar-se como bacharel em artes na Universidade de Cambridge, serviu na Royal Air Force e na Royal Navy entre 1971 e 1976. Em 1981, casou-se com Lady Diana Spencer, com a qual teve dois filhos, os príncipes William e Harry. Em 1996, o casal divorciou-se. Em 2005, Charles casou-se com Camilla Parker Bowles. Durante os quase 50 anos em que exerceu a função de príncipe de Gales, Charles dedicou-se, sobretudo, a causas ambientalistas e humanitárias. Ainda como príncipe de Gales, Charles III realizou quatro visitas ao Brasil, nos anos de 1978, 1991, 2002 e 2009.

Charles III é igualmente rei dos seguintes países: Antígua e Barbuda; Austrália; Bahamas; Belize; Canadá; Granada; Ilhas Salomão; Jamaica; Nova Zelândia; Papua Nova Guiné; São Cristóvão e Nevis; São Vicente e Granadinas; Santa Lúcia; e Tuvalu.

Rishi Sunak*Primeiro-ministro do Reino Unido*

Rishi Sunak, 42 anos, nasceu em Southampton. Graduou-se em Filosofia, Política e Economia no Lincoln College (Universidade de Oxford) e tem um diploma de MBA da Universidade Stanford. Iniciou sua carreira no mercado financeiro, trabalhando no banco Goldman Sachs, tornando-se depois parceiro nos fundos de hedge “The Children’s Investment Fund Management” e “Theleme Partners”. É casado com Akshata Murty, filha do bilionário indiano N. R. Narayana Murthy. É membro da Casa dos Comuns desde 2015 pelo Partido Conservador. Assumiu, desde então, posições como subsecretário parlamentar para Governo Local (2018-2019), secretário-chefe do Tesouro (2019-2020) e chanceler do Erário (2020-2022). É o primeiro chefe de governo britânico oriundo de minoria étnica (indiana) e o primeiro hindu a assumir o cargo.

Twitter: @RishiSunak

James Cleverly

*Secretário de Estado do Exterior, da Commonwealth e do Desenvolvimento
do Reino Unido*



James Cleverly, 53 anos, nasceu em Londres. Graduou-se em Administração Hospitalar na Universidade de West London. Filho de pai britânico e mãe serra-leonesa, fez carreira militar no Exército, na qual tem a patente de tenente-coronel. Após trabalhar em companhias editoriais nos anos 2000, passou à carreira política. É membro da Casa dos Comuns desde 2015 pelo Partido Conservador. Foi co-chairman de seu partido (2019-20), vice-ministro no Foreign Office, das pastas de Oriente Médio, Norte da África e América do Norte (2020-22) e Europa e América do Norte (2022). Ocupou ainda o cargo de secretário de Educação por breve interregno (julho a setembro de 2022). Indicado para ser secretário do Exterior durante o breve governo de Liz Truss, foi mantido no cargo no gabinete de Rishi Sunak. Cleverly é o primeiro negro a ocupar a chefia da diplomacia britânica.

Twitter:

@JamesCleverly

APRESENTAÇÃO

O Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte é uma monarquia parlamentar. Foi constituído após a separação do Estado Livre Irlandês – atual República da Irlanda – em 1922. Integram-no Inglaterra, País de Gales e Escócia – que, juntos, formam a ilha da Grã-Bretanha – e a Irlanda do Norte – localizada na ilha vizinha, da Irlanda -, além de territórios ultramarinos.

A formação moderna do país teve início em 1707, por meio da união política do Reino da Inglaterra (incluindo o Principado de Gales) ao Reino da Escócia, operada pela rainha Ana I. Em 1801, o Reino da Irlanda uniu-se ao Reino da Grã-Bretanha.

Devido, entre outros fatores, à revolução industrial, o período entre 1815 e 1914 foi o mais próspero da história do Reino Unido, no qual se transformou no maior império em extensão de terras descontinuas do mundo, por meio, contudo, de guerras coloniais e subjugação de populações originárias, cujo legado ainda é objeto de intenso debate no Reino Unido e nos países outrora submetidos à administração colonial. Enquadra-se, nesse período, a era vitoriana (1837-1901), caracterizada por grandes transformações políticas, econômicas e culturais.

Durante as Guerras Mundiais, o país combateu ao lado, respectivamente, da Tríplice Entente e dos Aliados, sem nunca haver sido invadido por forças estrangeiras. É membro fundador da ONU e da OTAN. Em 1973, após anos de oposição por parte da França, o Reino Unido ingressou na então Comunidade Econômica Europeia, mas não chegou a ingressar na zona do euro nem no Espaço Schengen.

Em 2016, por ligeira margem, a população britânica decidiu pela retirada da União Europeia, em processo que ficou conhecido como “Brexit”. Após duas trocas na chefia de governo do país, o Acordo de Retirada foi aprovado, em 2020, durante o governo de Boris Johnson. Em dezembro do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Livre Comércio entre o Reino Unido e a União Europeia.

O Reino Unido é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas desde sua primeira sessão em 1946. Ademais, é membro da Commonwealth, Conselho da Europa, G7, G20, Interpol, OTAN, OCDE, OMC, entre outras organizações internacionais. É um estado nuclear reconhecido e foi classificado, em 2019, como o sexto país do mundo em termos de despesas militares.

O Reino Unido também exerce ampla projeção cultural. A literatura britânica é apreciada mundialmente. No âmbito acadêmico, o país possui algumas das universidades mais antigas e prestigiadas do mundo, havendo contribuído nos campos de filosofia, ciência, tecnologia e medicina.

Como resultado de seu antigo domínio imperial, a influência britânica pode ser observada na língua, na lei, na cultura e nas instituições de suas ex-colônias, entre as quais os Estados Unidos e os países membros da Commonwealth.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Embaixador do Brasil em Londres	Claudio Frederico de Matos Arruda (desde outubro de 2018)
Cônsul-Geral do Brasil em Londres	João Alfredo dos Anjos Junior (desde dezembro de 2022)
Cônsul-Geral do Brasil em Edimburgo	João Pedro Costa (desde agosto de 2022)
Embaixadora designada do Reino Unido em Brasília	Stephanie Al-Qaq (desde dezembro de 2022)
Cônsul-Geral do Reino Unido no Rio de Janeiro	Anjoum Aziz Noorani (desde janeiro de 2022)
Cônsul-Geral do Reino Unido em São Paulo	Graeme Jonathan Knott (desde agosto de 2021)
Cônsul do Reino Unido em Belo Horizonte	Lucas Brown
Cônsul do Reino Unido em Recife	Graham Tidey

QUADRO DE PRINCIPAIS MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Diálogo Estratégico de Alto Nível	5	Outubro de 2020, por videoconferência
Comitê Conjunto Econômico e Comercial (JETCO)	11	Novembro de 2020, por videoconferência
Diálogo Econômico e Financeiro (DEF)	4	Dezembro de 2020, por videoconferência
Diálogo Digital	2	Abril de 2021, por videoconferência
Diálogo Político-Militar	5	Dezembro de 2021, em Brasília

A parceria entre Brasil e Reino Unido antecede a própria independência do País, quando da vinda da Família Real para o Rio de Janeiro com auxílio britânico. Em 1825, o Reino Unido reconheceu a independência do Brasil, em troca da confirmação de vantagens comerciais e pagamento de dívidas contraídas por Portugal. Ao longo do século XIX, o país era praticamente o único credor financeiro do Brasil. Em 1919, Brasil e Reino Unido elevaram suas legações em Londres e no Rio de Janeiro, respectivamente, à categoria de embaixadas.

O século XX representou período de diminuição da presença britânica no Brasil, reflexo do declínio relativo da posição do Reino Unido no cenário político mundial. Essa trajetória passou, porém, por marcada inflexão no início do novo milênio, fruto da

percepção mútua de que interessa a intensificação das relações bilaterais e a construção de parceria estratégica com escopo global.

O governo britânico tem singularizado o Brasil como um dos países prioritários para sua política externa. Além da importância em termos de comércio e dos investimentos, o Brasil é identificado como parceiro nos mais importantes foros internacionais. O Reino Unido apoia pleitos brasileiros, como a candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança.

Há uma dezena de diálogos estruturados entre os dois países. Trata-se de conjunto amplo de mecanismos que variam em nível de representação, grau de formalidade e alcance temático, incluindo assuntos diversos como relações econômico-comerciais, temas financeiros, cooperação técnica, agricultura e temas político-militares, cibernéticos e migratórios, entre outros.

Mesmo em contexto de pandemia, houve diversos contatos entre altas autoridades dos dois países desde 2020. Além da videoconferência entre chanceleres no âmbito do Diálogo Estratégico de Alto Nível, em outubro de 2020, ocorreram novos encontros em janeiro e junho de 2021. Em setembro do mesmo ano, o presidente Jair Bolsonaro manteve reunião bilateral com o primeiro-ministro Boris Johnson, à margem da Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Em setembro de 2022, o presidente Jair Bolsonaro, acompanhado da primeira-dama e do chanceler Carlos França, participou das exéquias da rainha Elizabeth II, em Londres.

A última visita em nível de chanceleres ocorreu em 2017, quando o então chanceler Aloysio Nunes visitou Londres. Por sua vez, do lado britânico, a última visita ocorreu em 2014, quando o secretário do Exterior William Hague esteve no Brasil.

DIÁLOGO ESTRATÉGICO DE ALTO NÍVEL

Inaugurado em 2012, em Brasília, o mecanismo do Diálogo Estratégico de Alto Nível prevê interlocução em nível ministerial entre as duas chancelarias sobre temas abrangentes das agendas bilateral, regional e global. Trata-se de instrumento para entendimento mútuo e coordenação de posições, em moldes similares aos mantidos com outros países.

As edições seguintes do mecanismo ocorreram em 2013, em Londres (II Diálogo); em 2014, em Brasília (III Diálogo); em 2015, em Londres (IV Diálogo); e em 2020, por videoconferência (V Diálogo).

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O fluxo comercial tem mantido, ao longo dos anos, importância significativa na balança comercial brasileira.

Em 2022, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 6,5 bilhões, aumento de 15% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras para o Reino Unido foram de US\$ 3,7 bilhões (+19%), 1,1% do total das exportações no ano. As importações, de US\$ 2,8 bilhões (+9,5%), representaram 1,02% do total das importações. O saldo comercial bilateral manteve-se favorável ao Brasil em cerca de US\$ 884 milhões. O

Reino Unido figura em 20º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e no 20º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram ouro não monetário (22%); soja (10%); e despojos comestíveis de carnes (6%). A pauta importadora é composta principalmente por bebidas alcoólicas (6,5%); inseticidas e semelhantes (4,8%); e demais produtos a indústria de transformação (5%).

Os fluxos de investimentos britânicos para o Brasil mantêm-se elevados e destinam-se, sobretudo, ao setor de óleo e gás. Já o estoque total de investimentos britânicos no Brasil concentra-se nos setores extrativo, financeiro e de transportes. Segundo o Banco Central, o Reino Unido contava, em 2021, com US\$ 22,6 bilhões investidos no Brasil pelo critério de investidor imediato (6º maior) e US\$ 36 bilhões pelo critério de controlador final (4º maior).

O Reino Unido aparece em segundo lugar entre os 17 países com investimentos comprometidos no Programa de Parcerias de Investimento, com R\$ 59 bilhões (ou cerca de US\$ 11 bilhões), atrás apenas da China, e figura em décimo lugar em termos de investimentos já efetivados no Programa, com R\$ 2,2 bilhões (ou cerca de US\$ 410 milhões). Por sua vez, o Reino Unido figura como décimo maior receptor de investimentos diretos brasileiros, com estoque que alcançou, em 2021, US\$ 6,6 bilhões.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A cooperação com o Reino Unido é regida pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em dezembro de 1997, em vigor desde 2001. Em 2018-2019, foi realizado o 2º Ano Brasil-Reino Unido de Ciência e Inovação, com a organização de 68 eventos conjuntos, que conferiram grande visibilidade à densa cooperação existente entre Brasil e Reino Unido.

O atual momento de redefinição da estratégia de inserção internacional britânica apresenta oportunidades para a redinamização da cooperação em CT&I entre Brasil e Reino Unido. Nesse sentido, articula-se a criação do “Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido em Ciência, Tecnologia e Inovação”, que priorizaria quatro temas: (1) saúde e ciências da vida; (2) agricultura e segurança alimentar; (3) clima e biodiversidade; e (4) tecnologias emergentes e inovação.

Brasil e Reino Unido possuem um mecanismo de diálogo em temas digitais, com discussões sobre 5G, inteligência artificial, assinatura digital, proteção de dados, governança da internet, segurança cibernética e cooperação multilateral sobre governança cibernética. O II Diálogo Digital e de Segurança Cibernética Brasil-Reino Unido foi realizado nos dias 19 e 20/04/2021, por videoconferência.

SAÚDE

O Brasil faz parte do plano de desenvolvimento da vacina contra a COVID-19 pela Universidade de Oxford com a empresa britânica AstraZeneca. O Brasil foi o primeiro país, depois do Reino Unido, a realizar testes clínicos em humanos, iniciando-os em junho de 2020.

O Brasil assinou Memorando de Entendimento com a AstraZeneca, em julho de 2020, que prevê a aquisição de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) e a transferência

de tecnologia para produção da vacina no laboratório Bio-Manguinhos/Fiocruz Brasil. Após a finalização da transferência tecnológica, a partir do início de 2022, o laboratório nacional passou a ter capacidade de produção de mais de 30 milhões de doses por mês. O contrato, assinado em setembro de 2020, prevê a possibilidade de revenda de lotes da vacina para países da região.

A cooperação em saúde não é inédita. O SUS recebe, desde janeiro de 2020, cooperação técnica britânica com foco nos gargalos do sistema, com duração de três anos (possivelmente prorrogáveis) e no valor de £14 milhões. O projeto tem três pilares: atenção primária; dados e informação; e inovação.

DEFESA

O Reino Unido é parceiro tradicional do Brasil na área de defesa, especialmente no âmbito de cooperação entre as Marinhas de ambos os países. A colaboração na matéria apresenta perfil elevado e há grandes oportunidades para o fortalecimento da relação.

Brasil e Reino Unido possuem três acordos assinados na área de defesa:

- Acordo sobre Programa de Intercâmbio de Oficiais da Marinha (1981), prevê programa de intercâmbio anual com cursos, estágios e visitas, com o envio e recebimento de militares de ambas as Marinhas.
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos de Defesa (2000), que institui mecanismo institucional para realização de conversações periódicas, com o intuito de reforçar a confiança mútua.
- Acordo de Cooperação em Defesa, que chegou a ter o processo de internalização interrompido por incompatibilidade superveniente com a LAI, emendado por troca de notas em 2017. Em vigor desde 2019. Fornece marco adequado para a colaboração em treinamento para operações de paz e desenvolvimento e regulação de indústrias de defesa.

No âmbito da institucionalidade do diálogo em defesa, realizou-se em dezembro de 2021 a quinta edição do Diálogo Político e Militar Brasil-Reino Unido (2+2), em nível de diretores de Departamento, após dez anos de hiato. Por fim, cabe mencionar que foram realizadas, em 2018 e 2019, edições do Diálogo de Indústrias de Defesa entre Brasil e Reino Unido, para tratar de oportunidades comerciais e de investimentos.

PARCERIA BRASIL-REINO UNIDO PARA O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL

Em 2011, Brasil e Reino Unido firmaram inovadora iniciativa por meio do Memorando de Entendimento sobre a Parceria para o Desenvolvimento Mundial, com o objetivo de cooperar para promover a redução da pobreza mundial por meio de práticas e políticas de desenvolvimento internacional. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Foreign, Commonwealth and Development Office (FCDO) trabalham em iniciativas-piloto de cooperação com a África, nos setores de agricultura (sistemas agroalimentares sustentáveis e inclusivos) e demografia (dados para gestão da transição demográfica).

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira no Reino Unido é estimada, pelo Itamaraty, em cerca de 220 mil pessoas – a segunda maior na Europa. O público brasileiro é atendido pelo Consulado-Geral do Brasil em Londres e pelo Consulado-Geral do Brasil em Edimburgo, aberto em junho último. O Brasil também possui Consulados Honorários em Belfast, Glasgow, Manchester e Cardiff (atualmente vago).

O Reino Unido, por sua vez, além de contar com Embaixada em Brasília, possui Consulados-Gerais no Rio de Janeiro e em São Paulo; Consulados em Belo Horizonte e Recife; e Consulados Honorários em Manaus, Porto Alegre, Campinas, Salvador, Curitiba, Florianópolis e Belém.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O Reino Unido é uma monarquia constitucional, em que o chefe de Estado é atualmente o rei Charles III. A atuação da Coroa britânica é sobretudo protocolar e representativa. O poder executivo é formado pelo primeiro-ministro e seu gabinete de ministros. O primeiro-ministro britânico é indicado pelo monarca, após recomendação do parlamento.

O poder legislativo, por sua vez, é bicameral. Consiste na Câmara dos Comuns (câmara baixa) e na Câmara dos Lordes (câmara alta). A Câmara dos Comuns possui 650 membros eleitos por voto distrital para mandatos de 5 anos. A Câmara dos Lordes, por sua vez, é formada por 812 membros não eleitos, que se dividem entre Lordes Espirituais e Lordes Temporais. São Lordes Espirituais 2 arcebispos e 24 bispos da Igreja Anglicana enquanto se mantiverem no cargo eclesiástico. Os Lordes Temporais têm mandatos vitalícios e são compostos por membros da nobreza britânica e indivíduos escolhidos pelo rei, mediante indicação do primeiro-ministro e da própria Câmara dos Lordes. Há ainda, como parlamentos adjuntos, o Parlamento Escocês, a Assembleia do País de Gales e a Assembleia da Irlanda do Norte. Essas três últimas instituições foram estabelecidas ao final da década de 1990 e possuem competência para legislar apenas em setores fora da competência exclusiva do Parlamento do Reino Unido.

No poder judiciário, destaca-se a presença de três sistemas jurídicos distintos: a lei inglesa, a norte-irlandesa e a escocesa. Mudanças nas últimas décadas ampliaram os poderes da Suprema Corte. O Comitê de Justiça do Conselho Privado, onde atuam também os membros da Suprema Corte, é a mais alta instância judiciária do Reino Unido, dos países da Commonwealth e dos territórios ultramarinos.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO

Câmara dos Comuns:

- Governo: Partido Conservador (centro-direita), do primeiro-ministro Rishi Sunak – 361 cadeiras, 55%.
- Oposição (279 cadeiras – 43%):
 - Partido Trabalhista (centro-esquerda) – 199 cadeiras;
 - Partido Nacional Escocês (SNP, centro-esquerda) – 45 cadeiras;
 - Democratas Liberais (LibDem, centro-esquerda) – 12 cadeiras;
 - Outros partidos, partidos regionais e independentes – 24 cadeiras.
- Abstencionistas: Sinn Féin (partido republicano unionista irlandês, não participa das sessões do parlamento britânico) – 7 cadeiras, 1%.
- Vacante – 2 cadeiras.
- Presidente (*Speaker*), de quem se espera postura independente – 1 cadeira.

Câmara dos Lordes:

- Governo: Partido Conservador – 261 cadeiras, 33%.

- Oposição (304 cadeiras – 39%):
 - Partido Trabalhista – 168 cadeiras;
 - Democratas Liberais – 84 cadeiras;
 - Outros partidos, partidos regionais e independentes – 52 cadeiras.
- *Crossbenchers* (lordes independentes ou de partidos menores que não possuem posição definida) – 192 cadeiras, 24%.
- Lordes Espirituais – 25 cadeiras, 3%;
- Presidente (*Lord Speaker*), de quem se espera postura independente – 1 cadeira.

CONTEXTO RECENTE

Em julho de 2022, o PM Boris Johnson renunciou ao posto de líder do Partido Conservador, após longo período de desgaste decorrente de sua postura pessoal durante a pandemia de COVID-19 e de críticas provenientes de membros do Partido Conservador que resultaram em pedidos de demissão de diversos integrantes do governo.

Conforme as regras do sistema parlamentar britânico, a sucessão de Johnson foi definida a partir da escolha de nova liderança do Partido Conservador, que atualmente detém a maioria na Câmara dos Comuns. No dia 5 de setembro de 2022, a então secretária do Exterior, Liz Truss, foi escolhida como líder do Partido Conservador e, em 6 de setembro de 2022, empossada pela rainha Elizabeth II.

Em 8 de setembro de 2022, a rainha Elizabeth II faleceu, aos 96 anos, no Palácio de Balmoral, na Escócia. A posse de Liz Truss foi o último compromisso público da rainha, que reinou durante o governo de 15 primeiros-ministros. Elizabeth II, que acedera ao trono em fevereiro de 1952, permaneceu no cargo por 70 anos, tornando-se a monarca britânica mais longeva da história. No dia 9 de setembro, o Conselho de Acessão proclamou o príncipe Charles como o novo rei, sob o nome de Charles III.

Em 20 de outubro de 2022, a primeira-ministra Liz Truss renunciou ao posto de líder do Partido Conservador, após apenas 45 dias à frente do governo britânico. O breve período de liderança de Truss foi marcado por instabilidade política e econômica. O anúncio de “mini-orçamento” em 23/9, prevendo cortes de impostos da grandeza de £ 45 bilhões (cerca de US\$ 50 bilhões), levou a libra esterlina a seu valor histórico mais baixo frente ao dólar. A primeira-ministra foi obrigada a demitir seu Chanceler do Erário e aliado político Kwasi Kwarteng. Com a aceleração da queda da popularidade do Partido Conservador desde a assunção de Truss, a pressão pela renúncia foi intensificada.

Apenas quatro dias depois, o ex-Chanceler do Erário Rishi Sunak foi escolhido como novo líder do partido. Sunak foi o único a obter a marca mínima, estipulada pelo Comitê 1922 do Partido Conservador, de 100 apoios parlamentares para a candidatura. Outras candidaturas relevantes, como a do ex-primeiro-ministro Boris Johnson e a da ex-secretária de Defesa Penny Mordaunt, acabaram por ser retiradas. Sunak apresentou-se ao rei Charles III em 25 de outubro, tornando-se o quinto líder dos *Tories* em seis anos.

BREXIT

A polarização do país e o impasse no parlamento a respeito do Brexit levaram o então primeiro-ministro Boris Johnson a convocar eleições gerais, cinco meses após conquistar a liderança do Partido Conservador, em substituição a Theresa May. Com o slogan *Get Brexit Done*, Johnson sagrou-se vitorioso no pleito de 12 de dezembro de 2019, com 45% do voto popular. Foi a maior vitória dos *tories* desde 1987 e a maior derrota dos trabalhistas desde 1935. Com o resultado, os conservadores fortaleceram o controle sobre a Câmara dos Comuns, com 365 dos 650 assentos.

Em 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido deixou formalmente a União Europeia, quase três anos após o acionamento do artigo 50 do Tratado de Lisboa. A decisão ocorreu após consulta popular efetuada em 2016, na qual a retirada venceu por estreita margem (51,9%). Em 24 de dezembro de 2020, foi concluído o Acordo Comercial com a União Europeia, que passou a vigor em 01/01/2021. O texto final do acordo, contendo 1.246 páginas, divide-se em três pilares: (i) acordo de livre comércio; (ii) plataforma de cooperação em matérias penal e civil; e (iii) governança das relações futuras. O acordo foi aprovado na Câmara dos Comuns por 521 votos a favor e 73 contra, com o apoio dos conservadores e da liderança dos trabalhistas.

O diploma também prevê a retomada dos controles de fronteira e regime de vistos para trabalho, estudo e residência; a abolição do reconhecimento automático de diplomas; menor liberdade de transporte, inclusive para aviação; e acesso mais restrito ao mercado energético comum. As partes seguirão cooperando em áreas de interesse, como mudança climática, energia, segurança e transporte.

PROTOCOLO DA IRLANDA DO NORTE

Durante as negociações do Brexit, o Reino Unido e a União Europeia firmaram o Protocolo da Irlanda do Norte (2020), que garante que não haverá “hard border” entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, em respeito ao Acordo de Belfast de 1998. Foi acordado que a Irlanda do Norte continuará fazendo parte do mercado comum europeu de bens e haverá controle de mercadorias entre a Grã-Bretanha e a ilha da Irlanda. A cada quatro anos, a Irlanda do Norte poderá votar se deseja continuar no mercado europeu.

O Protocolo da Irlanda do Norte vem se revelando a mais desafiadora das etapas de implementação do Brexit. Na Irlanda do Norte, em abril de 2021, ocorreu onda de violência em Belfast, motivada pelas controvérsias em torno do Protocolo.

Em maio de 2022, pela primeira vez desde a independência da Irlanda, um partido que defende a reunificação conquistou o maior número de assentos na Irlanda do Norte - o nacionalista Sinn Féin, formação contemporânea herdeira do braço político do Exército Republicano Irlandês (IRA). O principal partido unionista (DUP) paralisou a formação do governo regional, ao não aceitar integrar governo norte-irlandês liderado pelo Sinn Féin até que o governo britânico “lide” com a questão do Protocolo.

Os governos Johnson e Truss vinham adiando constantemente a implementação total do documento e avançando a discussão de legislação que unilateralmente modifica diversos aspectos do Protocolo, sob protestos da União Europeia e da Irlanda.

Após sua assunção, o PM Rishi Sunak adotou postura mais conciliatória e construtiva. Passou a dar cumprimento a elemento chave do Protocolo, a apresentação

em tempo real de informações sobre o fluxo de produtos britânicos entrando no mercado norte-irlandês. Essa postura mais acomodada parece espelhar recentes pesquisas de opinião na Irlanda do Norte, assim como declarações das principais lideranças empresariais. Ambas sugerem que há aceitação generalizada para o Protocolo, sobretudo se houvesse modestos ajustes na sua implementação, que a União Europeia indicara disposição em acolher.

“THE WINDSOR FRAMEWORK”

Em 27/2, o primeiro-ministro Rishi Sunak e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciaram, em Windsor, novo acordo-quadro com o objetivo de alterar dispositivos no Protocolo da Irlanda do Norte e, assim, facilitar sua implementação.

Segundo o entendimento, a Irlanda do Norte permanece no mercado comum europeu de bens. Para isso, são criadas duas “vias”: a “via verde” e a “via vermelha”. Produtos britânicos que tenham como destino final a Irlanda do Norte utilizarão a “via verde” nos portos norte-irlandeses, resultando em menos burocracia e controles. Produtos com destino final em países da União Europeia, por sua vez, utilizarão a “via vermelha”, em que haverá controle alfandegário. Nos termos originais do Protocolo da Irlanda do Norte, todos os produtos deveriam ingressar na Irlanda do Norte de acordo com a legislação da União Europeia, estando sujeitos à inspeção e ao controle alfandegário.

O acordo deverá acabar com as controvérsias no tocante à entrada de produtos alimentícios na Irlanda do Norte, apelidadas pela mídia britânica de “sausage war”. Nos termos originais do Protocolo, produtos considerados pela UE como de risco elevado, como salsichas frescas, não poderiam ingressar na Irlanda do Norte. No novo entendimento, os padrões sanitários do Reino Unido serão aplicados a todos produtos alimentícios e bebidas com destino à Irlanda do Norte.

No âmbito do comércio de medicamentos, o acordo permite que empresas produzam um lote de medicamento para todo o Reino Unido. Anteriormente, previa-se que deveria haver lotes exclusivos para a Irlanda do Norte, o que, segundo as empresas, seria comercialmente inviável. Regulamentos da UE também deixam de ser válidos para os medicamentos com destino à Irlanda do Norte.

A divisão dos bens em “via verde” e “via vermelha” também deverá beneficiar os setores de varejo de eletrônicos, sementes e bebidas alcoólicas, amplamente impactados pelo protocolo original.

IRLANDA DO NORTE

Em 28 de outubro de 2022, expirou o prazo para formação de um Executivo na Irlanda do Norte. A região está há meses em impasse político, uma vez que o partido unionista DUP se recusa a participar de coalizão que viabilize um governo em Belfast. O formato peculiar dessa coabitação obrigatória de legendas rivais no poder (“power

sharing”) é produto do Acordo de Sexta-Feira Santa (1998), que pacificou a região após décadas de violência.

Desde as eleições realizadas em 5 de maio, o DUP tem condicionado seu papel na constituição de um Executivo à solução, por Londres, dos problemas gerados pela implementação do Protocolo da Irlanda do Norte. O DUP deveria ter formado governo com o Sinn Féin, legenda republicana que se tornou, pela primeira vez, a principal força política no parlamento de Stormont, o Legislativo local. Com o decurso do prazo, os ministros - que já vinham ocupando suas funções em caráter provisório - viram-se obrigados a renunciar.

A respeito do “Windsor Framework”, o DUP tem sido cauteloso. Os unionistas afirmam que somente apoiarão o acordo caso o documento cumpra com sete requisitos (“seven tests”): i) que a Irlanda do Norte (IRL-N) tenha direito aos mesmos privilégios comerciais que o resto do Reino Unido, mantendo seu lugar na União; ii) que os consumidores e empresas da IRL-N não sejam forçados a comprar certos produtos da UE e não da GB; iii) que não exista “fronteira no Mar da Irlanda”; iv) que a população da IRL-N tenha “uma palavra a dizer na elaboração das leis que a governam”; v) que não exista verificação de mercadorias no fluxo comercial entre as ilhas, exceto para o que já era previsto antes do Brexit; vi) que não exista nova fronteira regulatória entre a IRL-N e o resto do Reino Unido; e vii) que o consentimento da maioria dos cidadãos da IRL-N seja necessário para qualquer diminuição de seu status como parte do Reino Unido.

O partido nacionalista Sinn Féin, vencedor das últimas eleições norte-irlandesas em maio último, saudou a celebração do acordo com a UE e instou os agentes políticos norte-irlandeses a trabalharem para a restauração, no menor prazo possível, do executivo na Irlanda do Norte.

ESCÓCIA

Na Escócia, após eleições parlamentares em 2021, o Partido Nacional Escocês (SNP) da “first minister” Nicola Sturgeon e o partido “Scottish Greens” anunciaram, em agosto, acordo para viabilizar governo de maioria em Edimburgo. Os partidos têm em comum a bandeira separatista. Ademais, o SNP é a favor do ingresso de uma suposta Escócia independente à União Europeia. Logo, o Brexit tem sido um dos principais fatores que alimentam a ideia da independência escocesa. O governo escocês promete novo plebiscito sobre a independência da Escócia em no máximo cinco anos. Porém, tal referendo deverá ser previamente autorizado pelo primeiro-ministro do Reino Unido.

Em fevereiro de 2023, a “first minister” Nicola Sturgeon anunciou sua decisão de renunciar ao cargo, depois de mais de oito anos à frente do governo. Segundo a “first minister”, sua decisão vinha sendo amadurecida há algum tempo, e não decorreu de qualquer fato ou caso específica. A popularidade pessoal de Sturgeon é alta, em que pese pressões sofridas no seu partido e externamente.

GIBRALTAR

Conforme entendimento político especial entre o Reino Unido e a Espanha em 2020 a respeito de Gibraltar, válido por quatro anos, o território tornou-se, na prática, território da zona Schengen. Assegurou-se livre movimentação de pessoas na fronteira com a Espanha. O aeroporto e o porto de Gibraltar foram convertidos em fronteiras externas da UE.

POLÍTICA EXTERNA

O Reino Unido busca a reacomodação de seu papel, após décadas de política externa assentada em dois pilares - a condição de membro da União Europeia e a de parceiro privilegiado dos Estados Unidos.

De acordo com o governo atual, a saída do bloco europeu dotaria o Reino Unido de política externa mais autônoma, ágil e assertiva. Sob o slogan *Global Britain*, tal política foi delineada na Revisão Integrada 2030, documento publicado no ano passado.

A nova estratégia britânica, a despeito da promessa de "abertura para o mundo", terminou por atribuir ênfase considerável à reconstrução dos vínculos com parceiros tradicionais e à proposta de deslocar o eixo de atuação externa do país para o Indo-Pacífico.

Do ponto de vista econômico-comercial, o slogan *Global Britain* busca dar sentido ao Brexit na tentativa de diversificação de parcerias. Além de haver assegurado a continuidade ("roll over") dos acordos de livre comércio (ALC) de que era parte como membro da UE, o Reino Unido assinou ALCs com Austrália e Nova Zelândia, e está negociando novos acordos com Índia, CPTPP (Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership) e Conselho de Cooperação do Golfo. O país também tem trabalhado para ampliar o alcance de acordos já existentes, incluindo novos temas, como proteção de dados e comércio digital (ALC com o Japão, Singapura), e serviços (ALC com o México).

O *Global Britain* também reflete reposicionamento britânico em direção ao Indo-Pacífico no campo da segurança internacional. Em setembro de 2021, Austrália, Reino Unido e Estados Unidos celebraram a parceria AUKUS, que visa dotar a Austrália de submarinos nucleares, de modo a conter a China. A reinserção britânica também vem acompanhada de um aumento nos gastos militares. Ainda antes do conflito na Ucrânia, no início de 2021, o Reino Unido decidiu ampliar o seu arsenal nuclear pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria. Logo, o país passará a ter 260 ogivas nucleares.

ESTADOS UNIDOS

O termo "relações especiais", usado em discursos oficiais para transmitir a ideia de relacionamento entre iguais e com os mesmos interesses, remonta ao momento mais agudo da II Guerra, como artifício para enfatizar a força da aliança entre os dois países que lutavam em favor do mundo democrático.

As convergências continuam predominantes. Giram em torno de interesses estratégicos: ambos participam de alianças em segurança e defesa (OTAN, *Five Eyes*), ambos são unidos por relação econômica dinâmica (os EUA são o principal parceiro comercial do Reino Unido fora da UE, o maior investidor externo no Reino Unido e o primeiro destino de investimentos externos britânicos). Há, por fim, afinidade enraizada em relações históricas, culturais e linguísticas, além das econômicas.

CHINA

Desde o início de 2020, o relacionamento bilateral entre o Reino Unido e a China vem apresentando deterioração. Diferentemente da chamada era de ouro das relações bilaterais, inaugurada no governo do então primeiro-ministro David Cameron (2010-16), o atual contexto é marcado por divergências em áreas sensíveis (5G, Hong Kong, Xinjiang e Mar do Sul da China).

Em resposta à Lei de Segurança Nacional, adotada em junho de 2020 pela China, Londres aprovou facilidades para obtenção de nacionalidade britânica por parte de cerca de 3 milhões de habitantes de Hong Kong que fazem jus a passaporte britânico ultramarino. Ainda em matéria de direitos humanos, o Reino Unido elevou o tom das críticas à política chinesa sobre minorias étnicas do Xinjiang. Suspendeu-se, igualmente, o tratado de extradição com Hong Kong e estendeu-se embargo de armas ao território.

RÚSSIA

Mesmo antes da invasão da Ucrânia, as relações do Reino Unido com a Rússia enfrentavam desafios. Divergências sobre a anexação da Crimeia e instabilidades na região de Donbas; interferência na crise política em Belarus; o envenenamento, em solo britânico, de Sergei e Yulia Skripal por meio de um agente nervoso; o papel russo no conflito da Síria; além de acusações de interferência em assuntos domésticos do Reino Unido representam irritantes na relação. Igualmente conflituosa é a interação entre os países no domínio cibernético, tendo Londres acusado “hackers” russos de ataques.

No âmbito da guerra na Ucrânia, o governo Johnson divulgou, em março de 2022, plano de ação com seis pontos para orientar a resposta da “comunidade internacional” ao conflito. Em linhas gerais, o documento propõe: i) mobilizar uma “coalizão humanitária internacional” pela Ucrânia; ii) fornecer ajuda militar para que o país possa defender-se; iii) “maximizar” a pressão econômica sobre o governo do presidente Vladimir Putin; iv) impedir a “normalização” do comportamento da Rússia na questão ucraniana; v) buscar soluções diplomáticas para uma desescalada do conflito, tendo como pré-condição a ampla participação do “governo legítimo da Ucrânia”; e vi) iniciar rápida campanha para reforçar “a segurança e a resiliência” no espaço euro-atlântico.

Mesmo com duas trocas na chefia de governo, o Reino Unido tem, no contexto do conflito, buscado liderança no apoio firme à Ucrânia. Londres tem adotado diversas sanções contra o regime russo, bem como enviado seguidos pacotes de ajuda militar ao governo ucraniano e mantido frequentes contatos de alto nível com a Ucrânia.

COMMONWEALTH OF NATIONS

A *Commonwealth* é um importante instrumento de vinculação do Reino Unido a seus antigos domínios e colônias. Trata-se de uma associação de 56 países dos mais variados continentes, capitaneada pelo monarca britânico, que, apesar disso, não exerce nenhum papel executivo dentro da agremiação. O Reino Unido, portanto, não possui nenhum poder formal sobre os demais membros da instituição. Porém, por meio dela, os britânicos logram propagar seus valores e objetivos, refletidos em 16 princípios da Carta

da *Commonwealth*, influenciando as mais de 2,5 bilhões de pessoas que vivem nos Estados da associação.

Para fazer parte da *Commonwealth*, não é necessário que um país reconheça o monarca britânico como chefe de Estado. Consequência disso é o fato de a maioria dos países da associação serem repúblicas. Apesar disso, 15 países da *Commonwealth*, como por exemplo a Austrália e o Canadá, têm o rei como seu chefe de Estado, de modo que são considerados monarquias parlamentaristas. Na prática, porém, o monarca britânico não exerce seus poderes formais sobre esses países.

ECONOMIA

O Reino Unido é a sexta maior economia do mundo, integrando o G7 e o G20. O PIB per capita britânico é maior que 70% dos países no mundo e o país possui um alto índice de desenvolvimento humano.

A moeda do Reino Unido é a libra esterlina, atualmente a quarta moeda mais utilizada como reserva do mundo e a quarta mais comercializada no mercado do câmbio, atrás apenas do dólar, do euro e do iene, respectivamente.

A economia britânica é bastante diversificada e os principais setores são de serviços, aeroespacial, petróleo e gás, automobilístico e fármacos. O setor agrícola responde por cerca de 0,6% do PIB e emprega 1% da força de trabalho, mas é muito produtivo, já que consegue produzir o suficiente para atender cerca de 60% da demanda de alimentos do Reino Unido. Os principais produtos cultivados são batatas, beterrabas, trigo e cevada. A pecuária (especialmente ovinos e bovinos) continua sendo uma atividade importante. O setor de pesca também é muito desenvolvido, mas sofre, atualmente, com a diminuição do volume de peixes nas áreas tradicionais de pesca.

O país tem suprimentos relativamente limitados de recursos minerais, com certo destaque para a tradicional extração de minério de ferro. Outros metais importantes incluem o estanho, que abastece cerca de metade da demanda doméstica, e o zinco. Em contraste, o país tem recursos energéticos consideráveis. O Reino Unido já chegou a ocupar o 10º lugar da lista de maiores produtores de petróleo do mundo. Apesar de possuir significativas reservas de gás natural, sua produção está em declínio. No entanto, grupos como BP e Shell, que contam com importante capital britânico, continuam entre os líderes mundiais da indústria de petróleo.

O setor secundário representa 17% do PIB e emprega 18% da força de trabalho. Suas atividades principais são maquinário de ferramentas, material de transporte e produtos químicos. Os setores com bom potencial são: tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia, aeronáutica, defesa e energias renováveis.

O setor de serviços é o que mais cresce no Reino Unido. Empregando quase 80% da população ativa e representando cerca de 73% do PIB, é a força matriz da economia. O crescimento do setor reflete no aumento da renda da população, na mudança dos padrões de consumo e no aumento da terceirização dos serviços comerciais. Os serviços em ascensão incluem, principalmente, hotelaria, viagens aéreas, distribuição (sobretudo varejo) e finanças. Londres continua sendo a maior mercado financeiro da Europa, em pé de igualdade com Nova York.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2022

As exportações do Reino Unido para países da União Europeia, entre setembro de 2021 a setembro de 2022, corresponderam a 330,2 bilhões de euros um aumento de 25% em relação ao ano anterior ao período analisado. Da mesma forma, as importações provenientes da União Europeia corresponderam a 403,2 bilhões de euros, um aumento de 27% em relação ao ano anterior.

Em 2022, as exportações britânicas de bens e serviços chegaram a 813,3 bilhões de euros, representando aumento de 24,3% em relação a 2021. Os principais destinos das exportações até final de setembro de 2022 foram os Estados Unidos (21% do total), Alemanha (7%) e Países Baixos (7%). Os principais produtos da pauta de exportação foram bens não especificados, petróleo bruto, geradores de energia mecânica.

O Reino Unido importou cerca de 898 bilhões de euros (+31,6% em relação a 2022), sobretudo dos Estados Unidos (12% do total), Alemanha (9%) e China (8%). Os principais produtos importados foram gás, veículos e petróleo bruto.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1707	O Tratado de União é assinado e une a Inglaterra e a Escócia como o Reino da Grã-Bretanha. Irlanda é incorporada em 1801.
1801	Irlanda é incorporada ao Reino.
1807	Grã-Bretanha abole o tráfico de escravos.
1914	Grã-Bretanha declara guerra à Alemanha e participa da Primeira Guerra ao lado da Tríplice Entente.
1921	Tratado Anglo-Irlandês reconhece o Estado Livre da Irlanda (República da Irlanda) como um país independente, permanecendo a Irlanda do Norte sob controle do Reino Unido, cujo nome oficial passa a ser Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.
1932	Criada a Comunidade Britânica, associação de estados soberanos independentes, em sua maioria ex-territórios do Império Britânico.
1939	O Reino Unido, junto com Austrália e Nova Zelândia, declara guerra à Alemanha nazista e participa da Segunda Guerra ao lado dos Aliados.
1945	Reino Unido é membro fundador da ONU.
1946	Londres sedia a primeira reunião das Nações Unidas, da qual participaram mais de 50 delegações, incluindo o Brasil.
1952	Coroação da rainha Elizabeth II.
1973	Reino Unido ingressa na Comunidade Econômica Europeia (CEE).
1982	Guerra das Malvinas entre Reino Unido e Argentina pelo domínio das Ilhas Falkland, com vitória britânica.
2014	A maioria dos escoceses (55,3%) vota pela permanência no Reino Unido em referendo sobre a independência da Escócia.
2016	O Reino Unido realiza um referendo sobre a possibilidade de deixar a União Europeia e 51,9% dos eleitores votam pela saída.
2020	Aprovado Acordo de Retirada e Protocolo sobre Irlanda do Norte no governo Boris Johnson, com período de transição para a saída total do Reino Unido da União Europeia sendo estipulado em 31/12/2020.
2022	Falecimento da rainha Elizabeth II e proclamação do rei Charles III.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1825	Reino Unido reconhece a independência do Brasil.
1890	Reino Unido reconhece a República do Brasil.
1901	Arbitramento bilateral da fronteira com a Guiana Inglesa.
1919	Elevada à categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Londres. Reciprocamente, o Reino Unido eleva à Embaixada a Legação no Rio de Janeiro.
1931	Visita ao Brasil do então príncipe de Gales, futuro rei Eduardo VIII.
1968	Rainha Elizabeth II realiza primeira visita oficial ao Brasil de monarca do Reino Unido.
1978	Visita do príncipe Charles ao Brasil.
1982	Brasil se mantém neutro na Guerra das Malvinas, embora reconheça a soberania argentina; proibiu pouso e sobrevoos de aviões britânicos.
1991	Visita do príncipe Charles ao Brasil.
1997	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Reino Unido.
2001	Primeiro-ministro Tony Blair realiza a primeira visita oficial de chefe de governo britânico ao Brasil.
2002	Visita do Príncipe Charles ao Brasil.
2003	Participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula Governança Progressista em Londres.
2003	Reino Unido anuncia apoio a um assento permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.
2005	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Cúpula do G8, em Gleneagles.
2006	Em sua primeira visita ao exterior, a secretária do Exterior Margareth Beckett realiza seu discurso inaugural na FGV.
2006	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Londres.
2007	Em conversa telefônica, primeiro-ministro Gordon Brown reitera ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o apoio britânico a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e à presença do país no <i>outreach</i> G8+5.
2009	Visita do príncipe Charles ao Brasil.
2009	Primeiro-ministro Gordon Brown faz sua primeira visita ao Brasil.
2009	Presidente Lula visita Londres, no contexto da Cúpula do G20.
2009	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe Prêmio Chatham House e participa de Seminário de Investimentos no Reino Unido.
2011	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro Nick Clegg, acompanhado de expressiva delegação empresarial.
2012	Viagem do chanceler Antonio de Aguiar Patriota a Londres, por ocasião do I Diálogo Estratégico, ainda não formalizado em mecanismo.
2012	Presidente Dilma Rousseff visita Londres para a abertura das Olimpíadas.
2012	Primeiro-ministro David Cameron visita o Brasil.
2013	Viagem do chanceler Antonio de Aguiar Patriota a Londres, por ocasião do II Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido.

2014	Visita do secretário do Exterior do Reino Unido, William Hague, ao Brasil, por ocasião do III Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido.
2015	Viagem do chanceler Mauro Vieira a Londres, por ocasião do IV Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido.
2016	Viagem do chanceler Mauro Vieira a Londres, ocasião em que mantém Reunião com o ministro de Estado para o Comércio e Investimento do Reino Unido, Lorde Maude, à margem da Conferência Internacional de Apoio à Síria e Região.
2017	Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, visita Londres e mantém reunião de trabalho com o secretário de Estado para o Exterior do Reino Unido, Boris Johnson.
2020	Reunião, por videoconferência, entre os chanceleres Ernesto Araújo e Dominic Raab, por ocasião do V Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido.
2022	Visita do presidente Jair Bolsonaro, acompanhado da primeira-dama e do chanceler Carlos França, para participar das exéquias da rainha Elizabeth II, em Londres.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Data de celebração	Status
Tratado de Arbitramento para a Fixação dos Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Britânica	06/11/1901	Em vigor
Convenção de Arbitramento	18/11/1909	Em vigor
Tratado para a Criação de uma Comissão de Paz	04/04/1919	Em vigor
Acordo Relativo à Concessão de Vistos em Passaportes Diplomáticos	21/07/1924	Em vigor
Tratado Geral e Convenção Especial e Complementar de Limites Relativo a Linha Divisória entre o Brasil e a Guiana Britânica	22/04/1926	Em vigor
Acordo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais	07/06/1928	Em vigor
Acordo Administrativo para o Transporte de Correspondência Consular em Sacos Especiais	21/02/1930	Em vigor
Acordo para a Fixação dos Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Britânica	15/03/1940	Em vigor
Modificação ao Acordo sobre o Arroz	20/07/1945	Em vigor
Acordo Provisório para Conceder Isenção de Direitos Alfandegários aos Funcionários Consulares de Carreira	31/10/1952	Em vigor
Acordo sobre Prestação de Serviço Militar	05/04/1955	Em vigor
Acordo sobre Concessão de Gratuidade ou Dispensa de Visto em Passaportes	29/08/1961	Em vigor
Acordo para Evitar a Dupla Taxação de Lucros Decorrentes de Transportes Marítimo e Aéreo	29/12/1967	Em vigor
Acordo sobre Assistência Técnica	18/01/1968	Em vigor
Entendimento sobre Exportação de Carne Relativo a Medidas Preventivas contra a Febre Aftosa e outras Doenças Infecciosas	12/12/1968	Em vigor
Acordo sobre Radioamadorismo	26/01/1971	Em vigor
Acordo para Manutenção em vigor pelo período de um Ano da Seção 2 do Acordo de 21 de maio de 1948.	13/04/1951	Em vigor
Acordo Relativo a Empréstimo, Limitado a \$ 10,000,000, para Aquisição de Bens e Serviços no Reino Unido para Ajuda a Projetos de Desenvolvimento nas Regiões Menos Desenvolvidas do Brasil	20/11/1973	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo de 1973 Relativo ao Projeto Hospitalar do Estado do Piauí	21/05/1974	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo para Projeto de Eletrificação do Vale do Jequitinhonha	27/09/1974	Em vigor
Acordo sobre os Débitos Provenientes da Encampação e Desapropriação de Companhias	01/03/1975	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Empréstimo para Projeto de Eletrificação do Vale do Jequitinhonha	14/07/1975	Em vigor
Memorandum de Entendimento sobre Consultas a Respeito de Assuntos de Interesse Comum	21/10/1975	Em vigor
Convênio Cultural	14/10/1976	Em vigor
Troca de Notas anulando a validade de Documentos Relacionados com o Acordo sobre Transportes Aéreos, de 31 de outubro de 1946	05/01/1977	Em vigor
Troca de Notas substituindo o Anexo e os Quadros de Rotas I e II do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 31 de outubro de 1946, anulando o seu Protocolo de assinaturas e a Troca de Notas de 27 de junho de 1952	05/01/1977	Em vigor
Ajuste Emendando a Troca de Notas de 07/09/74 e 14/07/75, no Quadro de Contrato de Empréstimo Brasil-Reino Unido, de 1973, para a Execução do Projeto de Eletrificação do Jequitinhonha	18/05/1977	Em vigor
Troca de Notas Modificativa do Anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 31 de outubro de 1946	21/09/1979	Em vigor
Memorandum de Entendimento no âmbito do Programa Brasileiro do	19/03/1981	Em vigor

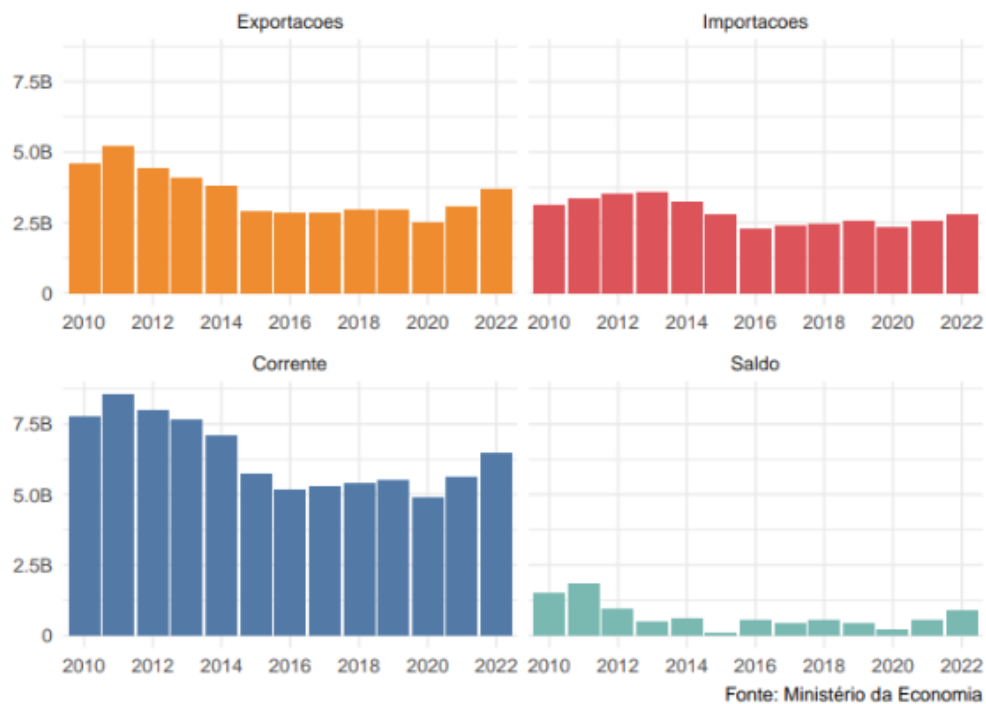
Carvão		
Acordo sobre um Programa de Intercâmbio de Oficiais da Marinha Brasileira e da Marinha Real Britânica	23/06/1981	Em vigor
Cartas Reversais sobre Cooperação entre o Ministério da Agricultura do Brasil, e o Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentos da Grã-Bretanha	17/09/1981	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Uso Pacífico de Energia Nuclear	02/12/1981	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo sobre Cooperação Técnica, de 18 de Janeiro de 1968, sobre a Implantação do Complexo Industrial-Portuário de SUAPE, no Estado de Pernambuco	03/09/1982	Em vigor
Acordo, por troca de notas sobre Entorpecentes de 1988	08/11/1988	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil através da Agência Brasileira de Cooperação e a Administração de Desenvolvimento Ultramarino do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	05/07/1989	Em vigor
Ajuste Complementar Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para a Observação do Clima Amazônico	03/07/1990	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, de 18 de janeiro de 1968, Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para Melhoria do Controle da Poluição Ambiental no Estado de Pernambuco	30/10/1990	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 18/01/68 Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para Instalação de Estação de Pesquisa Reserva Biológica de Caxiuanã para o Estudo de Ecossistemas da Amazônia	30/10/1990	Em vigor
Ajuste Complementar Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para o Estudo do Potencial Econômico das Plantas Aromáticas do Estado do Pará	14/11/1990	Em vigor
Ajuste Complementar Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para o Estudo de Ecossistemas de Matas de Várzea do Estuário Amazônico	18/07/1991	Em vigor
Ajuste Complementar Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para um Programa de Preservação e Restauração do Meio Ambiente em Áreas de Castanheiras Nativas da Região do Rio Tocantins no Estado do Pará	11/11/1991	Em vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, relativo a Projeto de Cooperação Técnica para a Identificação de Espécies Vegetais da Flora Amazônica na Reserva Florestal Adolfo Ducke	20/07/1992	Em vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para a Preparação de Plano de Manejo da Reserva Ecológica do Lago Mamirauá, nas Florestas Inundadas do Alto Amazonas	21/10/1993	Em vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para o Estudo da Biomassa e Nutrientes de Ecossistemas Florestais da Amazônia Central	21/10/1993	Em vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, Relativo a um Projeto de Cooperação Técnica para Pesquisa em Silvicultura Tropical	21/10/1993	Em vigor
Tratado de Extradicação	18/07/1995	Em vigor
Ajuste Complementar Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de Suporte à Reforma do Sistema de Saúde no Brasil	29/01/1996	Em vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, sobre o Projeto de Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Bacia do Rio Pirapama	31/03/1997	Em vigor
Ajuste Complementar sobre o Projeto “Política de Recursos Naturais-Fortalecimento Institucional dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente - OEMAS (Roraima, Amapá, Tocantins e Maranhão)”	01/09/1997	Em vigor
Memorando de Entendimento Sobre Assistência Administrativa Mútua Entre Suas Administrações Aduaneiras	03/12/1997	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica	03/12/1997	Em vigor
Plano de Ação Conjunta	04/12/1997	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, de 18/01/68, para Implementação de Projetos nas Áreas Circunscritas pela Política de Cooperação Técnica Bilateral	13/02/1998	Em vigor

Acordo por Troca de Notas Sobre Isenção de Vistos	02/07/1998	Em vigor
Acordo Sobre Transferência de Presos	20/08/1998	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação em Assuntos de Defesa	11/07/2000	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Esquema Internacional de Observadores Científicos da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos	29/05/2001	Em vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Tratado de Extradicação de 18/07/1995, para Extensão de sua Aplicação à Ilha de Man	01/08/2001	Em vigor
Plano de Ação Conjunta Brasil-Reino Unido	30/07/2001	Em vigor
Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Wilton Park	11/12/2002	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre a Implementação de Isenções Tributárias Recíprocas no Setor de Transporte Aéreo	09/06/2004	Em vigor
Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	07/04/2005	Em vigor
Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros Decorrentes do Transporte Marítimo e Aéreo	27/07/2005	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de HIV/AIDS.	07/03/2006	Em ratificação Outra parte
Memorando de Entendimento para Colaboração no Campo de Saúde entre o Ministério da Saúde do Brasil e o Ministério da Saúde da Inglaterra	07/03/2006	Em ratificação Outra parte
Carta de Intenções do Programa de Intercâmbio Institucional entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da República Federativa do Brasil e a Comissão para a Igualdade Racial da Grã-Bretanha	07/03/2006	Em vigor
Acordo, por troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático e Consular	27/03/2007	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Migratórios	24/03/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Legado Econômico, Social e Material e Legados Referentes a Atividades Físicas e Desportivas, Relativos à Organização das Olimpíadas	04/11/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação para Desenvolver Legados Econômico, Comercial e de Reputação como Anfitriões das Olimpíadas	25/03/2010	Em vigor
Acordo para Evitar a Dupla Tributação de Salários, Ordenados e Outras Remunerações Auferidas por Membro de Tripulação de Aeronave Operada em Tráfego Internacional	02/09/2010	Em vigor
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa	14/09/2010	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Parceria para o Desenvolvimento Mundial	21/06/2011	Em vigor
Memorando de Entendimento para Aprofundar a Cooperação nas Áreas de Segurança e Combate ao Crime	27/10/2011	Em ratificação Outra parte
Carta de Intenções para Apoiar a Segurança Alimentar e Nutricional em Países de Baixa Renda	12/04/2012	Em vigor
Acordo para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos	28/09/2012	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Legado Econômico, Social, Ambiental e Material e Legados Referentes a Atividades Esportivas e Físicas Relativas à Organização das Olimpíadas	28/09/2012	Em vigor
Acordo de Coprodução Cinematográfica	28/09/2012	Em vigor
Emenda, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação em Defesa	31/07/2017	Em vigor

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Fazenda.

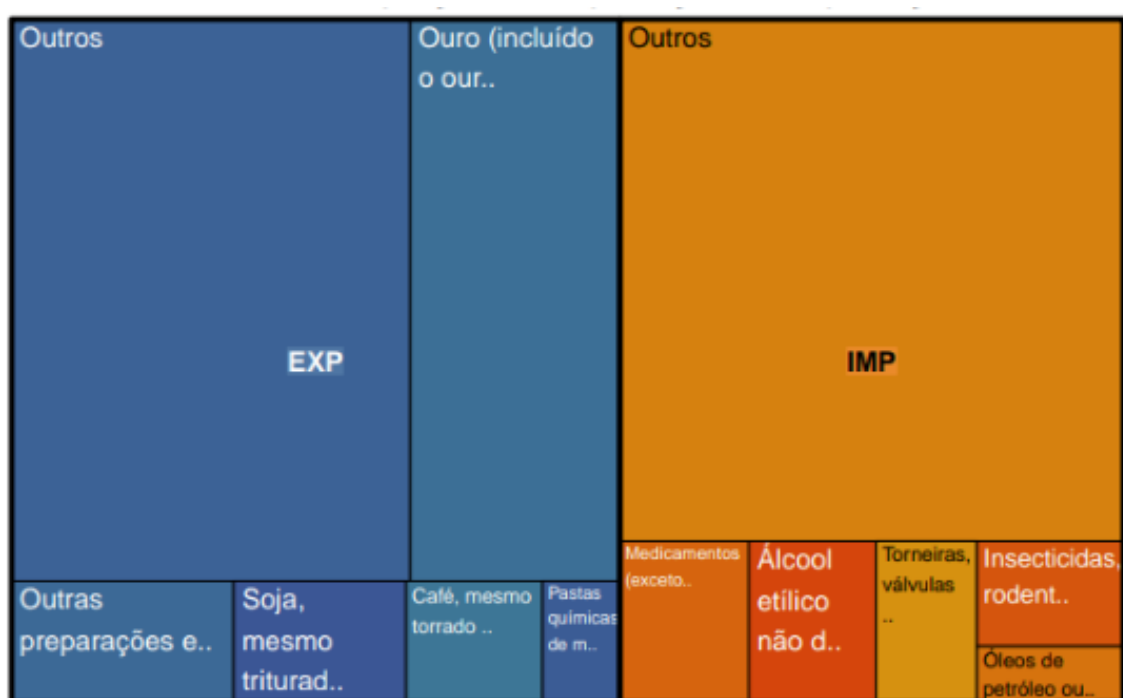
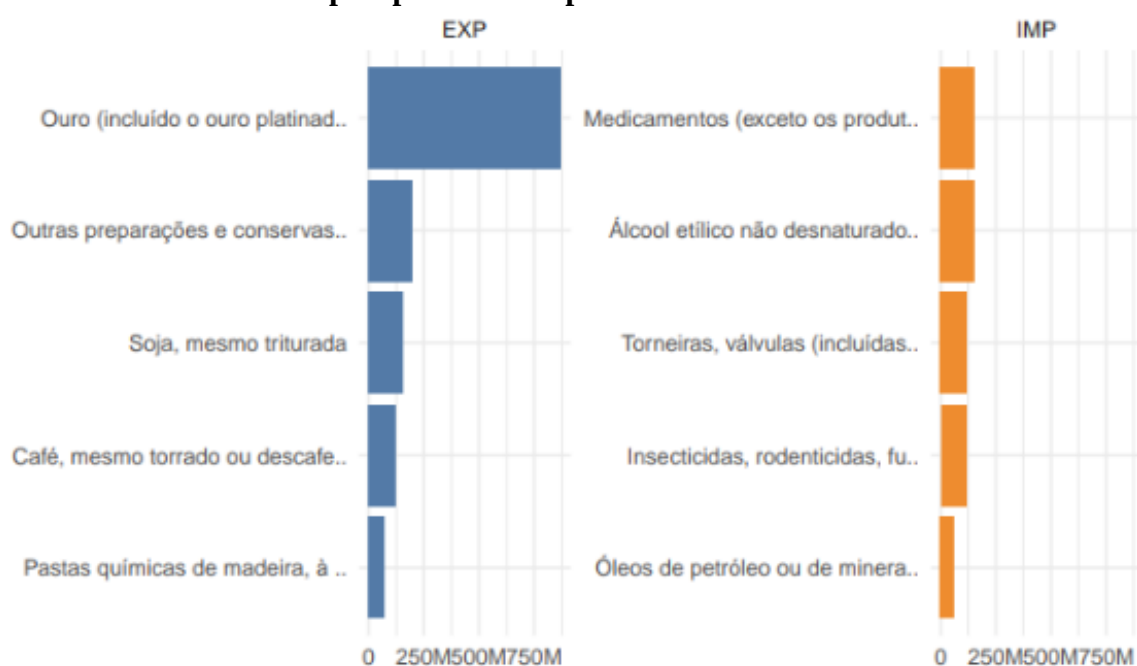
Fluxo de comércio anual



	2022	2021	2020	2019	2018
Exportações	3.6695B (19.344%)	3.0747B (21.166%)	2.5376B (-14.270%)	2.9600B (-0.897%)	2.9868B (5.013%)
Importações	2.7852B (9.46%)	2.5445B (9.14%)	2.3314B (-8.30%)	2.5424B (4.73%)	2.4276B (0.47%)
Saldo	884M (66.78%)	530M (157.16%)	206M (-50.62%)	418M (-25.32%)	559M (30.66%)
Corrente	6.455B (14.87%)	5.619B (15.41%)	4.869B (-11.51%)	5.502B (1.63%)	5.414B (2.93%)

	2017	2016	2015	2014	2013
Exportações	2.8442B (0.100%)	2.8413B (-2.255%)	2.9069B (-24.036%)	3.8267B (-5.885%)	4.0660B (-8.808%)
Importações	2.4163B (5.19%)	2.2971B (-17.99%)	2.8010B (-13.95%)	3.2549B (-9.67%)	3.6033B (2.74%)
Saldo	428M (-21.37%)	544M (414.06%)	106M (-81.48%)	572M (23.58%)	463M (-51.38%)
Corrente	5.260B (2.38%)	5.138B (-9.98%)	5.708B (-19.40%)	7.082B (-7.66%)	7.669B (-3.72%)

Principais produtos da pauta comercial em 2022



Classificações do comércio

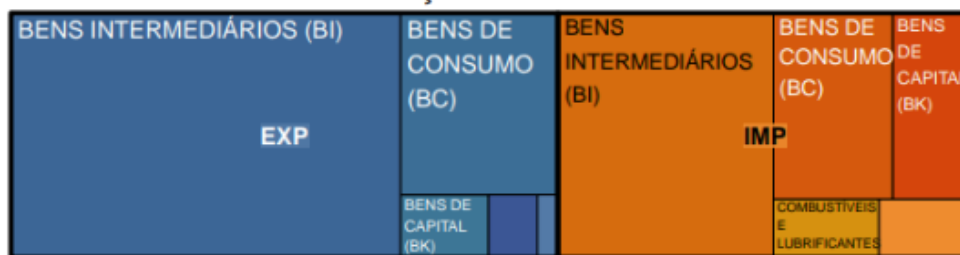
Classificação ISIC em 2022



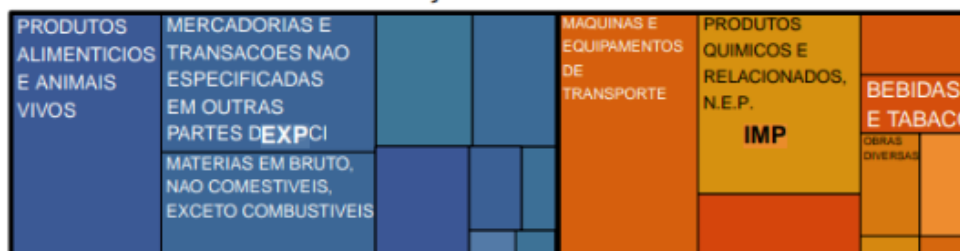
Classificação Fator Agregado em 2022



Classificação CGCE em 2022



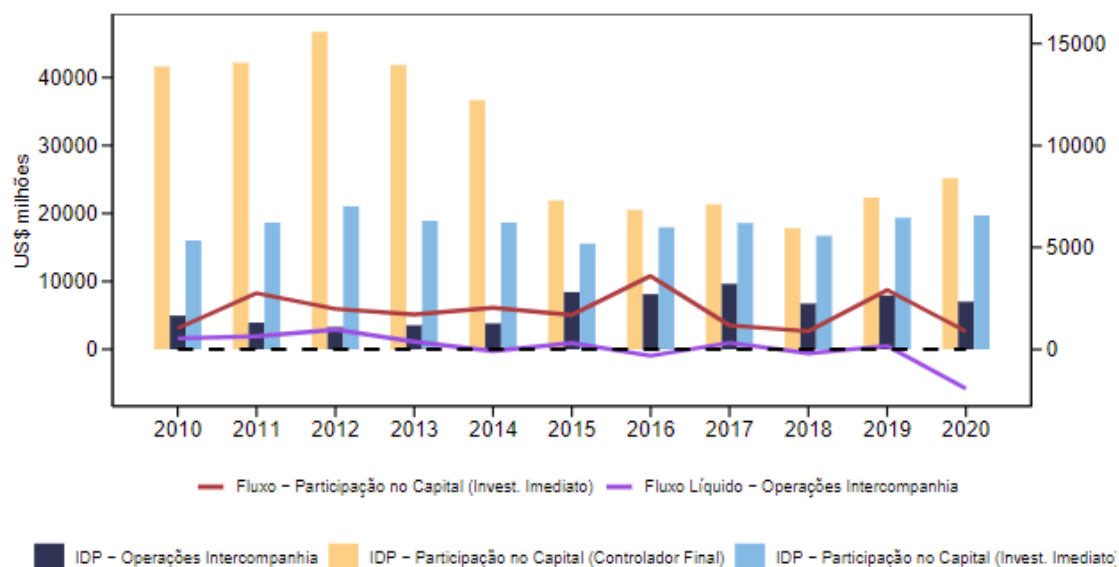
Classificação CUCI em 2022



DADOS DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Fazenda.

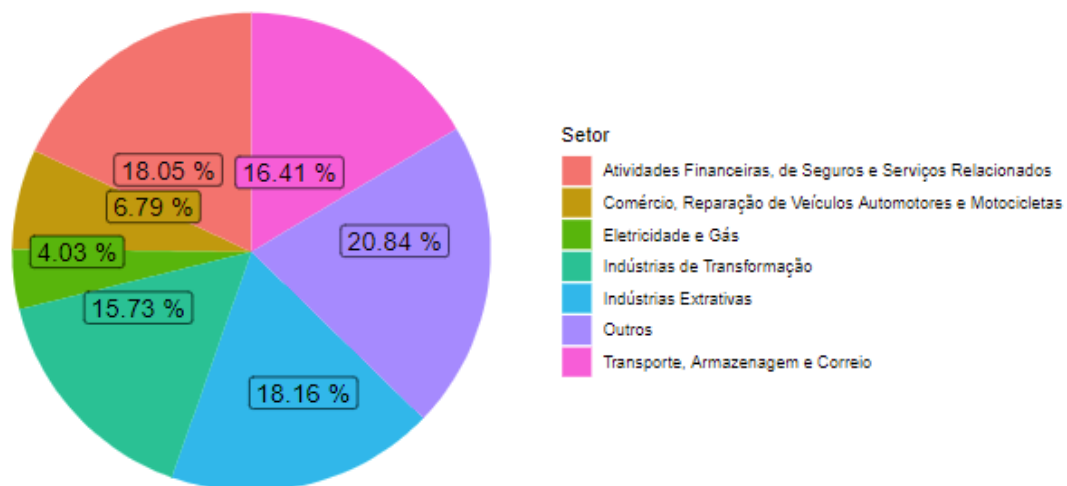
Investimentos britânicos no Brasil



names	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	41635.35	42168.75	46712.24	41856.51	36674.69	21894.37
IDP-Operações Intercompanhia	4959.45	3921.94	3281.03	3538.70	3812.81	8419.88
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	16019.23	18643.90	21050.86	18916.44	18645.69	15549.00
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	1029.53	2749.17	1978.02	1707.34	2030.99	1691.40
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	541.95	636.20	967.01	369.79	-91.63	307.20

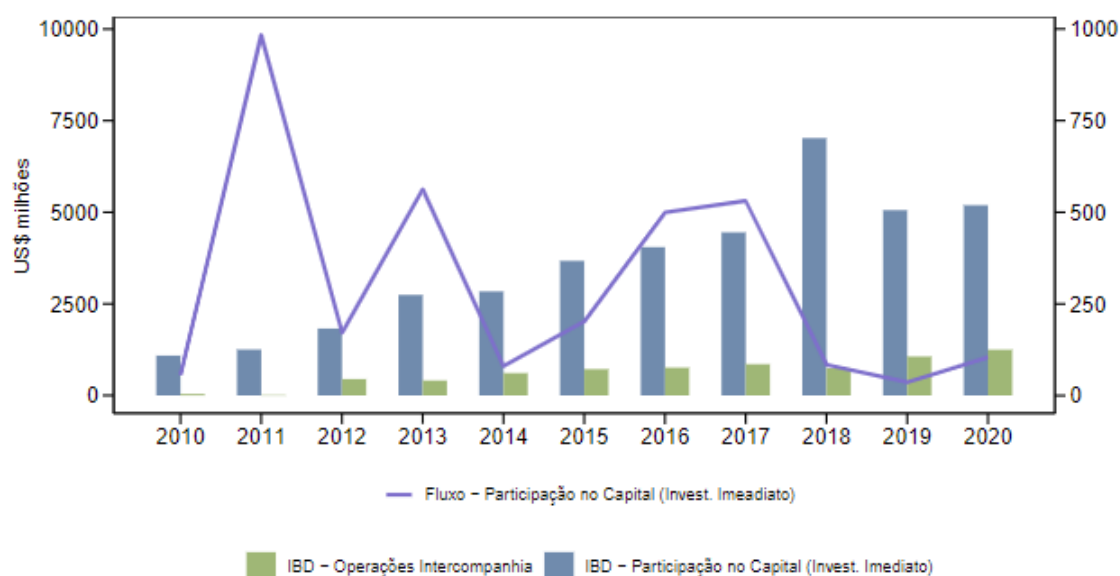
names	2016	2017	2018	2019	2020
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	20540.78	21336.45	17828.38	22342.34	25189.89
IDP-Operações Intercompanhia	8114.73	9633.47	6733.70	7918.81	7010.95
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	17945.55	18586.27	16699.60	19372.73	19710.28
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	3596.00	1171.36	886.98	2907.43	871.88
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	-315.69	313.49	-191.70	161.29	-1925.87

Setor da atividade econômica dos investimentos britânicos no Brasil em 2020



Setor de atividade econômica (Estoque 2020 - US\$ milhões)	valor.Invest Imediato	valor.Control Final
Indústrias Extrativas	386.24	4573.41
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	1101.12	1709.82
Eleticidade e Gás	1220.71	1015.90
Indústrias de Transformação	5161.59	3962.41
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	6795.87	4546.31
Transporte, Armazenagem e Correio	7.77	4133.19
Outros	5036.97	5248.85

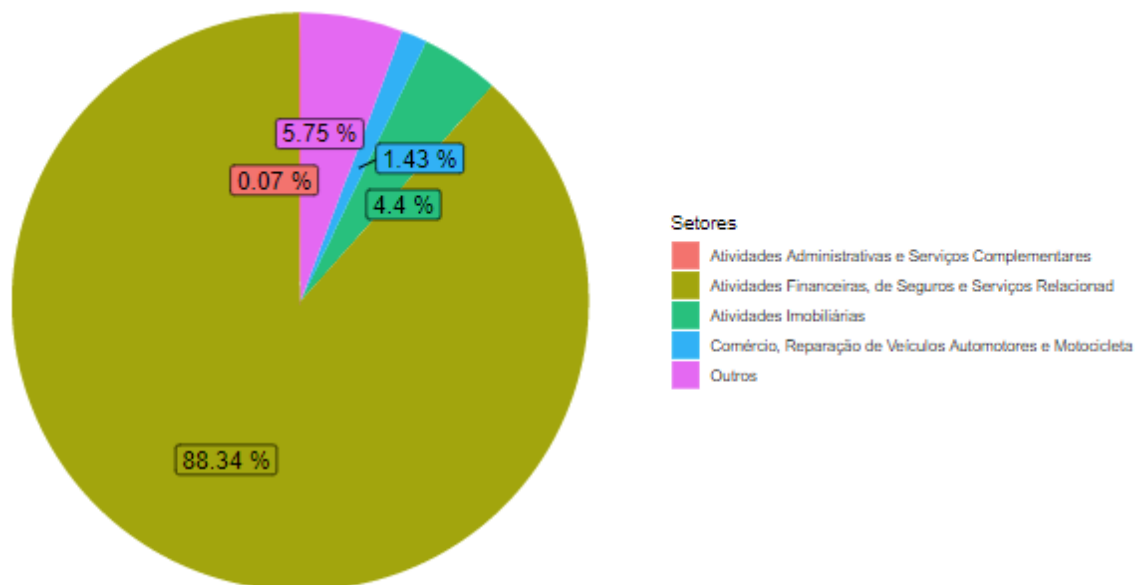
Investimentos brasileiros no Reino Unido



names	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IBD-Participação no Capital(Invest. Imed)	1086.80	1252.80	1825.55	2743.28	2838.65	3673.48
IBD-Operações Intercompanhia	40.10	16.96	446.30	406.09	607.82	717.04
Fluxo-Participação no Capital(Invest. Imed)	54.92	983.69	171.37	562.41	79.69	201.68

names	2016	2017	2018	2019	2020
IBD-Participação no Capital(Invest. Imed)	4047.82	4450.85	7024.12	5056.41	5191.88
IBD-Operações Intercompanhia	758.54	852.58	743.91	1061.21	1248.53
Fluxo-Participação no Capital(Invest. Imed)	499.58	531.07	83.40	36.00	103.86

Setor da atividade econômica dos investimentos brasileiros no Reino Unido em 2020



Setores	Valores
Atividades Imobiliárias	228.26
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicleta	74.29
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionad	4586.75
Indústrias de Transformação	0.06
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	3.84
Outros	298.68

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL
EM LONDRES**

Candidato: ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Antonio de Aguiar Patriota**

Filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota, nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1954. Graduiu-se em filosofia pela Universidade de Genebra (1975) e ingressou no Serviço Exterior Brasileiro (1979) após concluir o curso de formação de diplomatas do Instituto Rio Branco (IRBr).

Ao longo de sua carreira diplomática, foi promovido, por merecimento, aos cargos de Segundo Secretário (1981), Primeiro Secretário (1987), Conselheiro (1993), Ministro de Segunda Classe (1998) e Ministro de Primeira Classe (2003). Foi aprovado no Curso de Altos Estudos (CAE) do IRBr (1997), com a tese intitulada "O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva".

Foi Ministro das Relações Exteriores (2011), Secretário-Geral (2009), Subsecretário-Geral de Política I (2005), Chefe de Gabinete do Ministro de Estado (2004) e Secretário de Planejamento Diplomático (2003). No Itamaraty, também ocupou, entre outras, as funções de assistente na Divisão das Nações Unidas (1979), na Secretaria-Geral (1990), na Divisão Especial de Avaliação Política (1992) e na Assessoria Diplomática da Presidência da República (1992).

No exterior, foi Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América (2007-2009), na Itália, Malta e San Marino (2016-2019) e no Egito e Eritreia (2019-atual). Serviu na Delegação Permanente do Brasil em Genebra (1983, 1999), nas Embaixadas em Pequim (1986) e Caracas (1988) e na Missão junto à ONU, em Nova York (1994), onde também foi Representante Permanente do Brasil (2013-2016).

Exerceu os cargos de Presidente da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (2013-2014), da Comissão sobre a Situação das Mulheres (2015-2016) e Assessor Externo do Presidente da 72ª Assembleia Geral da ONU (2017). Desde 2018, é membro da iniciativa "Líderes para a Paz" (2018) e, desde 2020, do Júri do Prêmio Global "Princesa Sabeeka Bint Ibrahim Al Khalifa pelo Empoderamento Feminino".

Publicou os livros "O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva" (FUNAG, 1998), "Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012)", volumes I e II (FUNAG, 2013 e 2016); além de artigos, com destaque para "Is the World Ready for Cooperative Multipolarity?" (CEBRI Dossie #2, 2018) e "Democratizar as Relações Internacionais" (CEBRI Revista nº 3, 2022). Liderou a publicação do

Relatório Anual 2022 da iniciativa “Líderes para a Paz”, com o título “A new humanism for a renewed multilateralism”.

Entre outras condecorações, foi agraciado, no Brasil, com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, Comendador Especial da Ordem do Mérito Militar, a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval e do Mérito Aeronáutico, Medalha da Vitória e Medalha Mérito Santos-Dumont. No exterior, recebeu a Ordem Nacional do Mérito (França), a Grã-Cruz da Ordem do Libertador San Martín (Argentina), a Ordem Real ao Mérito (Noruega) e Ordem Alauita (Marrocos), ambas no grau de Grande Oficial, além da Ordem do Condor (Bolívia) e Ordem do Sol (Peru).

É casado com Tania Cooper Patriota, com quem tem dois filhos.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O REINO UNIDO

(elaborado pelo Embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda, que deixa o posto)

Introdução

O período em que me coube chefiar a Embaixada em Londres, de outubro de 2018 até este primeiro semestre de 2023, foi marcado por desafios de ordem variada. Internamente, o Reino Unido viveu momentos de forte trepidação política, em larga medida decorrentes da decisão de deixar a União Europeia. O plebiscito que dera estreita vitória ao Brexit, em junho de 2016, ensejou anos de acalorado debate e de dilemas em torno do cronograma dessa separação e, mais ainda, do formato que tomaria a relação de Londres com o conjunto do bloco que, por décadas, o Reino Unido havia integrado. A saída formal da UE deu-se, não sem atropelos, somente em 31 de janeiro de 2020; a saída efetiva, a rigor, ainda está em fase de finalização.

2. Beneficiando-me do legado que recebi de meus antecessores, procurei dirigir os esforços da Embaixada para a implementação do programa de trabalho que enunciei perante o Senado Federal, no processo de minha aprovação para o Posto. Isso significou, na prática, privilegiar quatro prioridades: (i) preparar o Brasil para o Brexit e tirar do divórcio europeu o melhor proveito para o País; (ii) reforçar as credenciais de sustentabilidade da agropecuária brasileira; (iii) atrair investimentos para a economia brasileira, sobretudo em infraestrutura; e (iv) contribuir para fortalecer a cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação.

Brexit – desafios e oportunidades para o Brasil

Quando cheguei a Londres, ainda não havia clareza sobre os termos que regeriam as relações, inclusive comerciais, entre o Reino Unido e a UE no pós-Brexit. Maior clareza só veio a partir do Acordo de Comércio e Cooperação que as duas partes concluíram na véspera do Natal de 2020, quase um ano após a formalização da retirada britânica. Foi nesse contexto de indefinições que a Embaixada teve de ajudar o setor privado brasileiro a preparar-se para os desafios - e as eventuais oportunidades - trazidos pelo Brexit.

2. Para dar conta dessa prioridade, concebemos o projeto Brazil Brexit Watch, cujo principal "produto" foi uma plataforma online. No capítulo dos desafios, a plataforma reuniu e sistematizou, em português e sob medida para os exportadores brasileiros, as informações disponíveis sobre questões logísticas, aduaneiras, tarifárias e outras que, de um modo ou de outro, seriam afetadas pela saída do Reino Unido da UE e poderiam ter impacto nas exportações do Brasil para este mercado. Já no capítulo das oportunidades, buscamos chamar a atenção dos segmentos relevantes no Brasil para áreas em que, com o Brexit, o acesso do País ao mercado britânico experimentaria, em tese, melhora relativa - seja pelo novo perfil tarifário do Reino Unido, seja por alterações regulatórias, seja, ainda, pelo simples fato de que o intercâmbio através do Canal da Mancha se tornou menos fluido do que fora por décadas.

3. As oportunidades daí decorrentes têm-se concentrado no setor de alimentos: primeiro, porque frutas e outros produtos vegetais foram objeto, no Reino Unido pós-Brexit, de relevantes rebaixas tarifárias e alterações regulatórias simplificadoras; segundo, porque este país, que chega a importar 50% do que consome em termos de alimentos (e bebidas), tradicionalmente compra mais de 60% desse universo da UE. Para divulgar os espaços que se poderiam abrir para o Brasil, além da plataforma online, e de diferentes seminários, presenciais e virtuais, outro "produto" do Brazil Brexit Watch foi série de newsletters produzidas pela Embaixada, com o apoio da Apex-Brasil.

4. Hoje, a tarefa diante de nós é vencer barreiras ao comércio agropecuário com o Brasil que o Reino Unido herdou da UE. Essas barreiras consistem, essencialmente, nos controles reforçados a que está sujeita aqui a carne importada do Brasil e à suspensão do pre-listing de estabelecimentos brasileiros habilitados a exportar para cá (medidas adotadas pela UE na esteira das operações Carne Fraca e Trapaça), ademais de mercados fechados para ovos, lácteos, suínos e pescados. Desde o primeiro momento do Brexit, vimos engajados em gestões para que o Reino Unido reconsidere essas barreiras.

Sustentabilidade da agropecuária brasileira

A segunda prioridade - reforçar as credenciais de sustentabilidade da agropecuária brasileira - guarda estreita relação com a anterior, porque, em mercado como o britânico, a imagem que se tem das condições de produção no país de origem tornou-se, já há algum tempo, tema de acesso a mercado. São variadas as instâncias em que, mesmo na ausência de barreiras tarifárias ou regulatórias, o produto brasileiro é aqui rejeitado por importadores e varejistas por conta de sua possível associação com práticas como o desmatamento. Daí o firme empenho da Embaixada em difundir a mensagem de que a competitividade da agropecuária que se leva adiante no Brasil advém não do desmatamento, mas de extraordinários ganhos de produtividade devidos a mais de quarenta anos de investimentos consistentes em ciência, tecnologia e inovação, o que nos permite produzir mais com relativamente menos terra; o crescimento do desmatamento ilegal no Brasil certamente tornou esse trabalho de convencimento mais árduo.

2. Pusemos em marcha duas iniciativas principais: o seminário anual AgriSustainability Talks, que vai para sua quinta edição; e o boletim trimestral AgriSustainability Matters, que vai para seu décimo-segundo número (publicação que tivemos a satisfação de ver reproduzida por outros Postos, traduzida para os idiomas locais). Mais recentemente, temos organizado sessões em torno de agritechs brasileiras, no que chamamos de Brazilian Agritech Briefings. Em todos os casos, procuramos dar voz a especialistas independentes, que, com autoridade técnica, agregam credibilidade à promoção de uma agropecuária que, mais que tudo, é intensiva em conhecimento e, como na produção de frutas no semiárido nordestino, gera emprego e renda em regiões ainda menos desenvolvidas do País.

3. Quanto a resultados, dado que poderá servir de referência é o aumento nas exportações brasileiras de alguns produtos representativos do agronegócio, com destaque para soja, café e melão (principal fruta exportada para este mercado). Entre 2019 e 2022, de acordo com o UN Comtrade, as exportações brasileiras de soja registraram aumento de 180%, passando de USD 130 milhões para USD 365 milhões; as de café cresceram 55%, alcançando a marca de USD 173 milhões; ao passo que as de melão tiveram incremento de 42%, chegando ao valor de USD 50 milhões.

4. Outra manifestação da forte conexão no Reino Unido entre as agendas de sustentabilidade e de comércio foi a inscrição, na Lei Ambiental aprovada pelo Parlamento britânico em novembro de 2021, da obrigação de diligência devida quanto à ausência de desmatamento ilegal na produção de commodities ditas com "risco florestal" comercializadas neste país. A Embaixada participou das consultas públicas conduzidas pelo governo britânico sobre o assunto, levantando questionamentos a respeito da propriedade da norma e de sua compatibilidade com o sistema multilateral de comércio. Em particular, enfatizamos, em distintos momentos, seu caráter potencialmente discriminatório.

5. Desde a aprovação da Lei Ambiental, o órgão competente aqui vem trabalhando na elaboração da legislação secundária (espécie de decreto) que definirá as commodities contempladas e os contornos exatos da obrigação de diligência devida - e, também nesse processo, a Embaixada tem mantido contato com as autoridades locais para, sem deixar de reiterar nossos questionamentos, advogar por mecanismos de implementação que se mostrem os menos onerosos para o setor privado brasileiro. Especificamente, temos defendido que a legislação brasileira seja prestigiada e que o Cadastro Ambiental Rural seja reconhecido no âmbito da diligência devida. Noto que a Lei Ambiental acabou por referir-se, ao tratar da diligência devida, ao conceito de "desmatamento ilegal", e não simplesmente "desmatamento", distinção importante e que leva em conta a lei brasileira.

Atração de investimentos

A terceira prioridade que nos mobiliza - atrair investimentos para a economia brasileira, sobretudo em infraestrutura - seria também incontornável em praça como Londres, que é sede de um grande número de investidores institucionais de vulto, britânicos e não britânicos, entre fundos de pensão, fundos de private equity, fundos soberanos. Trata-se, em muitos casos, de atores em busca de oportunidades de investimento chamado "alternativo", especialmente em infraestrutura, em uma realidade global de elevada liquidez e relativa escassez de projetos de qualidade.

2. A par disso, por intermédio de seminários, presenciais e virtuais, e do diálogo regular com aqueles investidores, procuramos apresentar a potenciais interessados carteiras de projetos de investimento existentes no Brasil, inclusive ao abrigo do PPI. Do mesmo modo, e frequentemente em encontros realizados na Embaixada ao redor de autoridades brasileiras no que denominamos Brazil Breakfast Briefings, buscamos aprofundar e esclarecer o debate sobre pontos de preocupação típicos entre investidores, como as pautas da segurança jurídica e do risco cambial, além de discutir os fundamentos e as perspectivas da economia brasileira. Outra iniciativa levada a cabo pela Embaixada é a série, também anual, dos seminários Green Finance, que reúnem especialistas e investidores, brasileiros e britânicos, interessados no crescente mercado das chamadas "finanças verdes".

3. De acordo com a Apex-Brasil, o estoque de investimentos britânicos no Brasil caiu de forma consistente até 2018, quando voltou a crescer. Entre 2018 e 2020, o estoque aumentou 31%, alcançando USD 32,2 bilhões. Os investimentos, concentrados em petróleo e gás, diversificam-se e cobrem os setores petroquímico e automotivo, além de serviços como hotelaria, software e telecomunicações.

Ciência, tecnologia e inovação

A quarta prioridade - contribuir para fortalecer a cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação - tem base em uma constatação: se colaborar com centros de excelência mundiais em C,T&I é um imperativo na perspectiva das políticas de desenvolvimento no Brasil, o Reino Unido reúne diversos desses centros, tanto entre suas universidades quanto em nichos do setor privado; mais ainda, é profícua a relação que se estabelece entre uns e outros.

2. Na Europa, o Reino Unido já é o principal parceiro do Brasil na cooperação entre entidades de pesquisa de lado a lado. Entre as áreas de destaque na cooperação bilateral figuram: saúde e ciências da vida; agricultura e produção sustentável de alimentos; biodiversidade e bioeconomia; ciência do clima e energia limpa; e inovação e inteligência artificial.

3. Essa cooperação dá-se de maneira predominantemente descentralizada e orgânica. Uma das atividades a que se dedica a Embaixada é um exercício abrangente e continuado de mapeamento da diáspora científica brasileira no Reino Unido. Assim, queremos melhor identificar o perfil da diáspora e incentivar a consolidação de uma rede de diásporados, inclusive com a promoção de seminários anuais e encontros setoriais.

4. Outra atividade são os seminários que batizamos Science in Brazil. Cuida-se de convidar pesquisadores baseados no Brasil, brasileiros ou não, para que exponham, diante de um público especializado, suas respectivas linhas de pesquisa. O objetivo é divulgar a excelência da pesquisa de ponta que se realiza no País. Com isso, pretende-se que a hipótese de cooperação com instituições brasileiras e/ou de envio de pesquisadores para essas instituições esteja cada vez mais presente entre as opções de instituições e pesquisadores aqui sediados.

5. Desde cedo procuramos valer-nos da excelência científica e acadêmica do Reino Unido para trazer os benefícios possíveis ao Brasil naquelas circunstâncias tão excepcionais. Registro com satisfação que a vacina de combate à Covid-19 da Universidade de Oxford, em parceria com a AstraZeneca, pôde ser desenvolvida com a velocidade e a eficácia com que o foi graças, em ampla medida, à cooperação com instituições brasileiras. Orgulho-me de ter a Embaixada podido ajudar a viabilizar, antes disso, em gestões junto ao governo britânico, o envio antecipado dos primeiros dois milhões de doses da vacina de Oxford/AstraZeneca aplicadas no Brasil.

Meio ambiente

A Embaixada, sem negar dados da realidade, atuou para corrigir erros factuais e simplificações - por sinal, frequentes - e apontar as dificuldades reais de um país em desenvolvimento na preservação de um patrimônio monumental: a Amazônia brasileira tem 13 vezes o tamanho do Reino Unido e abriga população superior a 25 milhões de habitantes, carentes em grande medida. A renovada prioridade da agenda ambiental no Brasil tem sido acolhida com visível satisfação por parte de atores governamentais e da mídia - o que deve ser adequadamente explorado.

2. Em novembro de 2021, o Reino Unido sediou, em Glasgow, a COP-26, ocasião em que o combate à mudança do clima esteve em forte evidência neste país. Desde então, com a crise energética agravada pela guerra na Ucrânia e a alta da inflação, as políticas de descarbonização e a ênfase na transição energética perderam sua primazia na ordem de prioridades do governo britânico. Resta ainda, mesmo assim, um espaço a explorar bilateralmente em pauta que, a despeito da realidade circunstancial, é de relevância indiscutível para os dois países e para o mundo.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência, capacitada a promover, aprofundar e administrar, com integridade e visão global, as relações do Brasil com o Reino Unido, em todos os seus âmbitos e níveis. Defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros por intermédio de atuação diplomática de excelência e prestar contas ao governo, aos órgãos de controle, aos entes federados interessados, ao Congresso Nacional e à sociedade em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações bilaterais do Brasil com os países mencionados.

MISSÃO DO POSTO

Representar e defender os interesses do Brasil nas suas relações com o Reino Unido, tanto no âmbito intergovernamental quanto com o setor privado local e com a sociedade civil britânica, bem como no que tange ao fomento da cooperação bilateral em todos os níveis. Integrar as ações diplomáticas junto ao Reino Unido aos esforços regionais e globais do Brasil em suas relações internacionais.

VALORES

Integridade. Sentido de Missão. Profissionalismo. Excelência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar e atualizar as relações entre Brasil-Reino Unido, especialmente no contexto do diálogo estratégico e dos mais de dez mecanismos temáticos de concertação bilateral;
2. Monitorar a realidade interna e as tendências no campo legislativo e regulatório do Reino Unido com potenciais efeitos sobre interesses brasileiros relativos a questões políticas, sociais, econômicas, comerciais, ambientais, culturais e tecnológicas, com vistas a subsidiar a condução das relações bilaterais;
3. Acompanhar as principais linhas de ação externa do Reino Unido em todos os continentes, com o fito de identificar oportunidades que possibilitem fazer avançar os objetivos da política externa brasileira;
4. Promover os produtos, a imagem e a cultura do Brasil no Reino Unido;
5. Ampliar o conhecimento e, quando possível, a influência brasileira sobre os processos de decisão de mecanismos e foros internacionais onde também esteja presente o Reino Unido, por intermédio do fortalecimento da articulação com seu governo, e explorar formas de promover interesses comuns em foros nos quais o Brasil não participa diretamente;
6. Explorar oportunidades de coordenação com o Reino Unido que possam trazer benefícios para as posições defendidas pelo Brasil em organismos multilaterais, bem como apoio a candidaturas brasileiras em órgãos das Nações Unidas e outros;
7. Fomentar o tradicional intercâmbio científico-educacional entre o Brasil e o Reino Unido, mediante o apoio e o incentivo à elaboração de projetos comuns de pesquisa e o intercâmbio de estudantes e pesquisadores;
8. Promover os interesses econômicos e comerciais do Brasil no Reino Unido e valorizar a imagem da economia brasileira no país, com ênfase nas características de inovação, sanidade e sustentabilidade, na atração de investimentos em áreas de interesse do Brasil e no incentivo a contatos entre os respectivos setores privados;

9. Promover a cooperação entre o Brasil e o Reino Unido para a defesa da democracia, dos direitos humanos e da reforma da governança global e para o enfrentamento da mudança do clima e a promoção do desenvolvimento sustentável e da proteção do meio ambiente;
10. Promover os destinos turísticos brasileiros no Reino Unido;
11. Promover a cooperação entre o Brasil e o Reino Unido no desenvolvimento, geração e exportação de energia, principalmente de fontes renováveis.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I – PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Metas prioritárias

Promoção comercial

- Aumentar o fluxo do comércio bilateral de bens e serviços com o Reino Unido;
- Promover as exportações brasileiras de bens e serviços para o Reino Unido;
- Identificar estratégias de promoção de produtos e de serviços brasileiros no mercado britânico, em parceria com a Apex-Brasil e com as associações profissionais, no âmbito dos projetos setoriais desenvolvidos por essas entidades;
- Levantar informações sobre as especificidades do mercado local, bem como as políticas tarifárias e não tarifárias aplicáveis e demais procedimentos;
- Elaborar análises regulares do comércio bilateral com o Reino Unido, a partir de dados estatísticos fornecidos por organismos oficiais dos dois países;
- Realizar estudos conjunturais com o intuito de identificar oportunidades para as empresas brasileiras;
- Organizar ações de capacitação, destinadas a proporcionar melhor conhecimento da demanda local entre exportadores brasileiros;
- Organizar missões de empresários brasileiros que desejam iniciar negócios no mercado britânico;
- Apoiar a participação brasileira em feiras e eventos profissionais importantes no Reino Unido, por exemplo: “Future Soldier Technology Conference”, “Space-Comm Expo 2023” (setor de defesa); “Farnborough International Airshow” (setor aéreo); “IFE” (parceria APEX-Embaixada do Brasil), “Speciality & Fine Food Fair”, “Imbibe Live”, “International Food & Drink event”, “London Wine Fair” (setor de alimentação); “London Tech Week” (setor inovação); “Pure London” (setor de moda); “London Book Fair” (setor de literatura).
- Promover a interlocução entre empresários britânicos e brasileiros;
- Identificar pontos da legislação britânica relativos à regulação do comércio de bens de interesse de exportadores brasileiros, bem como manter as associações setoriais no Brasil informadas sobre desdobramentos nas leis pertinentes;
- Organizar seminários para divulgar iniciativas destinadas a aumentar a sustentabilidade e a inovação nos processos produtivos e promover a imagem do produto brasileiro no Reino Unido;
- Divulgar concorrências públicas abertas no Reino Unido, com vistas à participação de empresas brasileiras.

Acesso a mercados para produtos do agronegócio:

- Desenvolver o diálogo com as autoridades sanitárias e fitossanitárias do Reino Unido, com o apoio da Adidância Agrícola, com vistas à remoção de barreiras e à abertura do mercado britânico para as exportações brasileiras do agronegócio.

- Relatar e comentar os principais desdobramentos relativos à agricultura e à pecuária no Reino Unido, com ênfase no seu possível efeito sobre exportações agrícolas brasileiras, inclusive medidas protecionistas e que distorcem o comércio internacional;
- Monitorar notícias e comentários publicados em órgãos de imprensa britânicos que tenham potencial para causar dano à imagem e à reputação do agronegócio brasileiro, bem como aos fluxos comerciais regulares, com particular atenção para aspectos de sustentabilidade, e apresentar estratégia de resposta quando cabível;
- Acompanhar tendências do Reino Unido em matéria agrícola e alimentar;
- Realizar gestões junto às autoridades governamentais e a interlocutores locais relevantes em favor da imagem do agronegócio brasileiro e promover o Brasil como fornecedor seguro e confiável de alimentos, por meio da difusão de informações atualizadas e precisas, de forma a desfazer percepções equivocadas acerca do agronegócio brasileiro;
- Monitorar a evolução da legislação britânica de diligência devida para commodities consideradas com “risco florestal” e a discussão sobre a adoção de outras medidas de cunho ambiental com impacto sobre o comércio de bens agroalimentares;
- Manter contatos e reuniões com autoridades, especialistas e representantes do setor privado das áreas de agricultura e pecuária a fim de monitorar tendências, desafios e oportunidades nesses setores.

Promoção da imagem da sustentabilidade da agricultura brasileira

- Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e ao governo britânicos, como caso exemplar de regulamentação ambiental e uso de fontes de energia renováveis, bem como potencial parceiro no desenvolvimento de soluções para o enfrentamento da mudança do clima, a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e a transição energética;
- Promover eventos que propiciem o diálogo direto e estruturado de associações, empresas e especialistas ligados ao agronegócio brasileiro com os diferentes atores britânicos que influenciam a opinião pública e os legisladores britânicos, em particular imprensa, organizações ambientalistas, "think tanks" e setor privado;
- Promover eventos para a promoção de projetos do agronegócio brasileiro com elevados critérios de sustentabilidade a empresas e investidores, com vistas a promover a imagem do setor, reforçar as credenciais de sustentabilidade da agropecuária brasileira e criar de vínculos duradouros entre o agronegócio brasileiro e agentes econômicos sediados no Reino Unido;
- Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e ao governo britânicos, em matéria de combate ao desmatamento, agricultura sustentável, uso de energias renováveis, soluções tecnológicas para descarbonização e potencial parceiro na área energética.

Interesses brasileiros da Base Industrial de Defesa (BID) no Reino Unido:

- Apoiar a realização de missões e eventos de promoção comercial da BID no Reino Unido, com vistas a fortalecer os vínculos entre os setores empresariais dos dois países, com o apoio dos adidos militares do Posto;
- Promover maior conhecimento recíproco entre as bases industriais de defesa dos dois países.

Atração de investimentos

- Organizar seminários para divulgar o potencial e as oportunidades de investimento para empresas e investidores do Reino Unido no Brasil;
- Promover a cooperação com o Departamento de Negócios e Comércio, com vistas a fomentar investimentos diretos no Brasil;
- Organizar eventos em parceria com a Câmara de Comércio do Brasil no Reino Unido e outras entidades empresariais para divulgar oportunidades de investimentos no Brasil;
- Estruturar e apoiar missões de autoridades brasileiras com vistas a atrair investimentos diretos para o Brasil;
- Divulgar oportunidades de investimentos no Brasil e medidas do governo brasileiro na área de economia e negócios, especialmente junto a formadores de opinião e lideranças corporativas locais;
- Monitorar a evolução do perfil tarifário e regulatório do Reino Unido pós-Brexit, com vistas à identificação de oportunidades de negócios para empresas brasileiras, bem como o potencial de atração de investimentos.

Acompanhamento de políticas britânicas e de desdobramentos no país que tenham repercussão em matéria econômica, financeira e de investimentos

- Elaborar informações regulares sobre mudanças de política emanadas de diferentes esferas do poder público britânico;
- Manter contato com autoridades locais e agentes acadêmicos e de outros organismos, bem como com diplomatas de outras Embaixadas, para conhecer diferentes perspectivas sobre os desdobramentos econômicos e seu impacto no Reino Unido;
- Acompanhar notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação britânicos, bem como nos canais oficiais em redes sociais do país, sobre temas econômicos ou com relevância para a economia brasileira;
- Acompanhar eventos sobre temas da atualidade econômica britânica, bem como sobre iniciativas específicas em assuntos relevantes para a economia do Brasil;
- Acompanhar os processos de aquisições e de transferência de controle de grandes empresas britânicas, em particular daquelas com importância sistêmica ou com relevância para as relações com o Brasil;
- Acompanhar o debate público no Reino Unido em questões econômicas, fiscais, financeiras e de investimentos, em particular sobre o posicionamento do país no âmbito de sua retirada da União Europeia;
- Acompanhar e relatar a evolução das posições britânicas em foros econômicos multilaterais, especialmente no tocante a seu impacto sobre interesses brasileiros.

Ampliação da influência do Brasil nos processos de decisão de foros regionais e internacionais econômicos e financeiros

- Promover a cooperação entre o Brasil e o Reino Unido em foros multilaterais, nos setores econômico e financeiro, em temas de interesse recíproco, em especial à luz da presidência do Brasil no G20, em 2024.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de contatos e gestões junto a representantes do governo britânico para promover interesses brasileiros;
- Quantidade de relatórios de monitoramento de notícias e comentários publicados em meios britânicos com implicações sobre o agronegócio brasileiro;
- Número de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela Embaixada, ou com sua participação, para promoção do agronegócio brasileiro;
- Quantidade de relatórios sobre assuntos agrícolas, econômicos, financeiros e de investimentos;
- Número de contatos com especialistas das áreas de agricultura e pecuária;
- Número de contatos junto a autoridades econômicas e financeiras do Reino Unido para tratar de interesses brasileiros em organizações econômicas multilaterais;
- Quantidade de publicações próprias ou realizadas com apoio da Embaixada, em meio impresso ou eletrônico, sobre a economia brasileira;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre a economia britânica, bem como sobre outros assuntos relacionados à economia nacional ou à relação entre o Reino Unido e terceiros países e organizações;
- Número de análises setoriais realizadas em segmentos que apresentam possibilidades de negócios para os produtos e serviços brasileiros;
- Número de eventos (seminários, feiras e rodadas de negócios) organizados pela Embaixada, com o objetivo de promover produtos brasileiros no Reino Unido;
- Quantidade de empresas britânicas inscritas nos projetos de identificação de oportunidades ("matchmaking") e em missões compradoras/exportadoras organizadas pela Apex-Brasil e divulgadas pela Embaixada;
- Número de reuniões com empresas brasileiras exportadoras que desejam prospectar o mercado britânico;
- Número de encontros com empresários britânicos e representantes de empresas brasileiras atuantes no Reino Unido;
- Número de atendimentos a empresas britânicas em busca de fornecedores para produtos diversos;
- Número de iniciativas destinadas a promover a imagem do produto brasileiro no mercado britânico (publicações, seminários e missões);
- Número de iniciativas destinadas a divulgar oportunidades de investimento no Brasil;
- Número de reuniões com empresas britânicas com potencial interesse de investimento no Brasil; e
- Quantidade de contatos com organismos regulatórios e entidades certificadoras britânicas.

II – RELAÇÕES POLÍTICAS:

Metas prioritárias

Acompanhamento das atividades de política externa britânicas sob a perspectiva dos interesses brasileiros

- Elaborar regularmente informações de registro e análise que permitam ao governo brasileiro se manter informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências das políticas interna e externa britânicas, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, combate ao terrorismo, desarmamento e não proliferação, comércio e investimentos, energia, saúde pública, meio ambiente, mudança do clima, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e demais temas sociais;
- Acompanhar e analisar a evolução das relações do Reino Unido com países da América Latina e Caribe, à luz da influência britânica na região e de sua natural relevância para a política externa brasileira, inclusive desdobramentos referentes às Ilhas Malvinas, a territórios britânicos ultramarinos e a integrantes da Commonwealth na região; da Europa, em virtude da evolução da relação britânica com o bloco comunitário no contexto pós-Brexit; da África, à luz da importante presença política e econômica do país no continente; e, por fim, da Ásia-Pacífico, região à qual o Reino Unido confere crescente prioridade estratégica;
- Monitorar as tendências de política interna e no campo legislativo e regulatório do Reino Unido com potenciais efeitos sobre questões de interesse brasileiro e do relacionamento bilateral;
- Elaborar, com relação à política externa britânica, documentos informativos que atendam a demandas do Ministério das Relações Exteriores e de outros órgãos públicos;
- Formular propostas de iniciativas e projetos bilaterais de interesse da política externa brasileira;
- Manter contatos regulares com atores relevantes do cenário político, acadêmico e diplomático do Reino Unido, em nível nacional e, quando couber, regional e local, com vistas a assegurar interlocução adequada com o governo e demais forças políticas do país;
- Realizar visitas, reuniões, encontros e eventos com figuras proeminentes locais e observadores da política doméstica e da diplomacia britânicas, em particular os do meio acadêmico, da imprensa e do pessoal diplomático de outros países acreditados junto ao Reino Unido, com vistas a aprofundar a interlocução bilateral e a desenvolver análise crítica acerca das principais pautas de interesse do Brasil.

Colaboração bilateral em mecanismos multilaterais

- Analisar, sob a perspectiva dos interesses brasileiros, a atuação do Reino Unido em foros multilaterais, tais como o sistema das Nações Unidas, além de organismos plurilaterais ou regionais;
- Coordenar posições e promover o intercâmbio de perspectivas sobre temas debatidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobretudo à luz do mandato brasileiro no biênio 2022-2023;
- Debater iniciativas e projetos de resolução de interesse brasileiro, bem como realizar gestões junto ao governo britânico sobre os tópicos prioritários para o Brasil em organismos multilaterais;

- Manter diálogo fluido com o governo britânico e buscar apoio a candidaturas de interesse brasileiro a cargos e mandatos em organismos multilaterais, bem como à realização de eventos internacionais no Brasil.

Incremento do diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade nos Legislativos dos dois países

- Apoiar e propor visitas, reuniões e eventos entre parlamentares brasileiros e britânicos, especialmente tendo em conta a proeminência do Parlamento britânico no sistema político local;
- Apoiar e sugerir iniciativas e projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e britânicos;
- Apoiar atividades dos Grupos Parlamentares de Amizade Brasil-Reino Unido

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de missões, visitas, reuniões, projetos e encontros, presenciais ou virtuais, entre representantes do Brasil e do Reino Unido;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas de política interna e externa britânica, bem como sobre outros assuntos de interesse para a política externa brasileira;
- Número de reuniões ou iniciativas presenciais e virtuais, entre parlamentares e representantes do Judiciário e de entes subnacionais brasileiros e britânicos;
- Número de acordos e instrumentos bilaterais negociados, assinados e atualizados entre o Brasil e o Reino Unido.

III – PROJEÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL:

Metas prioritárias

Promoção da imagem e da cultura brasileiras

- Ampliar a difusão e a promoção da cultura brasileira junto à sociedade britânica, inclusive por meio de ações nas redes sociais, e estimular a diversificação das referências culturais brasileiras para além de manifestações já consagradas;
- Realizar ações de diplomacia pública e ampliar os canais de comunicação da Embaixada para reforçar a imagem do Brasil como sociedade democrática, diversa e aberta;
- Cultivar o diálogo constante com jornalistas, apresentadores de TV e rádio e outros setores da imprensa para transmitir imagem balanceada e completa da realidade brasileira;
- Promover a gastronomia brasileira como ativo cultural, associada, quando possível, ao estímulo à exportação de produtos brasileiros;
- Apoiar a publicação de edições em inglês de obras literárias brasileiras e a participação de autores brasileiros contemporâneos em festivais literários no Reino Unido, bem como apoiar a participação anual do Brasil na London Book Fair;

- Promover gêneros musicais e artistas de música brasileira, clássica e popular, junto ao público britânico;
- Fomentar a participação de artistas brasileiros em festivais de artes cênicas, dança e outras manifestações teatrais;
- Apoiar a realização de exposições de artes plásticas e de fotografia com a participação de artistas brasileiros;
- Buscar promover a arte contemporânea brasileira por meio de maior inserção nas principais feiras de arte do país, como a Frieze London;
- Apoiar a participação brasileira em festivais de cinema realizados no Reino Unido;
- Contribuir para iniciativas de aquisição de obras de artistas brasileiros por instituições britânicas e apoiar esforços para ampliar a presença de artistas brasileiros nos acervos públicos e museológicos britânicos;
- Intensificar o diálogo com instituições britânicas com atuação na preservação do patrimônio cultural brasileiro e estimular a ampliação de suas redes de contatos no Brasil;
- Promover articulação com atores institucionais culturais locais para estimular a participação de artistas brasileiros em residências artísticas oferecidas no Reino Unido;
- Apoiar iniciativas de instituições culturais britânicas em torno da cultura e da arte brasileiras, por meio de ações conjuntas e associadas;
- Fomentar ações no campo da economia criativa por meio de projetos de cooperação bilateral e a produção binacional de eventos e realizações culturais;
- Incentivar a interação entre galeristas locais e artistas plásticos brasileiros.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de eventos de cinema, música, artes visuais e performáticas, gastronomia e literatura brasileiras, realizados com aporte de recursos financeiros ou apoio institucional da Embaixada;
- Quantidade de atendimentos a instituições e interlocutores britânicos em busca de apoio a eventos e realizações culturais;
- Número de contatos realizados com vistas a estabelecer parcerias para a realização de projetos culturais;
- Número de parcerias firmadas com instituições britânicas do setor cultural;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre o tema.

IV – COOPERAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA MUDANÇA DO CLIMA, A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Metas prioritárias

Desenvolvimento da cooperação e do diálogo em matéria ambiental

- Promover iniciativas de cooperação bilateral nas áreas de mudança do clima, promoção da biodiversidade do desenvolvimento sustentável, de modo a apoiar a implementação de compromissos multilaterais e domésticos, em particular as respectivas contribuições nacionalmente determinadas ao Acordo de Paris;

- Ampliar os canais de diálogo para fomentar o conhecimento mútuo sobre as respectivas realidades e desafios, os projetos em andamento e as oportunidades de colaboração;
- Promover a cooperação em matéria de conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos oceanos, bem como da prevenção de desastres naturais, por meio da realização de reuniões de coordenação e da participação do Brasil em eventos ligados à temática, com a divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras e apoio à aproximação científico-tecnológica e educacional em áreas que possam ter efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável;
- Divulgar as possibilidades de desenvolvimento da bioeconomia no Brasil junto ao setor privado britânico, em particular as instituições financeiras instaladas na capital britânica, e junto a institutos de pesquisa, *think-tanks* e a imprensa locais;
- Divulgar e promover, por meio de eventos e reuniões, as oportunidades de investimento em energias renováveis no Brasil, como parte dos esforços de transição energética global. O trabalho envolve o tratamento de temas como biocombustíveis, energias eólica e solar, produção de hidrogênio de baixo carbono e outras tecnologias de baixa emissão, além do envolvimento com o setor produtor de petróleo e gás - importante em ambos os países – como fonte de soluções e recursos para viabilizar a transição energética;
- Acompanhar e relatar à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, iniciativas e ações britânicas nas áreas de mudança do clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável e seu potencial impacto sobre os interesses brasileiros.

Promoção da imagem do Brasil

- Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e ao governo britânico, como caso exemplar de regulamentação ambiental e uso de fontes de energias renováveis, bem como potencial parceiro no desenvolvimento de soluções para o enfrentamento da mudança do clima, a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e a transição energética;
- Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e ao governo britânico, em matéria de combate ao desmatamento, agricultura sustentável, uso de energias renováveis, soluções tecnológicas para descarbonização e potencial parceiro na área energética.
- Promoção da imagem do potencial de provedor de soluções ambientais globais do Brasil junto à imprensa local, cuja cobertura não se limita ao público local, mas tem alcance global, influenciando o debate internacional sobre o temas tratados.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões e gestões bilaterais sobre mudança do clima, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e transição energética;
- Número de eventos com participação da Embaixada;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas de mudança do clima, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e transição energética;
- Quantidade de contatos com representantes de órgãos de governo afetos às questões ambientais e de transição energética;

- Quantidade de contatos com representantes de órgãos reguladores, academia, sociedade civil, imprensa e empresas locais, relacionados aos temas de mudança do clima, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e transição energética.

V – COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Metas prioritárias

Ampliação e aprofundamento da cooperação bilateral

- Ampliar e aprofundar a cooperação científica bilateral, estruturada em formação de excelência e parceria entre universidades e organismos de pesquisa dos dois países, particularmente nos domínios de saúde e ciências da vida, agricultura e segurança alimentar, clima e biodiversidade, inteligência artificial e tecnologia quântica e tecnologias financeiras;
- Fomentar e apoiar a colaboração entre agências de financiamento de pesquisa brasileiras (CAPES, CNPq, fundações de amparo à pesquisa estaduais - "FAPs") e britânicas (*UK Research and Innovation – UKRI, Royal Society, Wellcome Trust*, dentre outras);
- Mobilizar a Diáspora Brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação no Reino Unido, com a organização de encontros regulares e o acompanhamento de iniciativas locais;
- Promover a imagem do Brasil como país detentor de ciência de excelência e produtor de inovação e difundir entre atores locais informações sobre as atividades de pesquisa de ponta realizadas no Brasil, sobretudo por meio da iniciativa *Science in Brazil*;
- Estimular a aproximação dos ecossistemas de inovação do Brasil e do Reino Unido, especialmente em áreas de maior sinergia, como saúde, biotecnologia, economia digital e tecnologias emergentes;
- Apoiar a internacionalização de startups brasileiras de base tecnológica para o Reino Unido, bem como estimular a atração de novos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento para o Brasil;
- Dar continuidade ao programa de incubação cruzada de *startups* entre o Brasil e o Reino Unido;
- Contribuir para o estabelecimento do “Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido em Ciência, Tecnologia e Inovação”, estruturado em áreas prioritárias, como saúde e ciências da vida, agricultura e segurança alimentar, clima e biodiversidade, e tecnologias emergentes e inovação;
- Estimular a expansão da cooperação exitosa sobre o vírus zika e da transferência de tecnologia da vacina AstraZeneca/Oxford contra a COVID-19 para a investigação de outras doenças infecciosas;
- Apoiar o diálogo entre a Rede Corona-ômica (MCTI) e o *Public Health England* para estabelecimento de cooperação na área de monitoramento das variantes da COVID-19 no âmbito da iniciativa *New Variant Assessment Platform*;
- Estabelecer diálogo entre os Centros de Pesquisa Aplicada (CPA) em Inteligência Artificial, criados a partir da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), e as entidades congêneres no Reino Unido, com destaque para o *Alan Turing Institute* e os *UKRI Artificial Intelligence Centres for Doctoral Training*;

- Estabelecer diálogo entre a rede MCTI-Sofitex de Computação Quântica e os *Quantum Technology Hubs*;
- Acompanhar de forma cotidiana o ambiente de inovação e de ciência e tecnologia do Reino Unido, de modo a identificar novas sinergias, oportunidades e boas práticas.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de eventos realizados no contexto do Programa Diplomacia da Inovação, de promoção do setor de ciência e tecnologia brasileiro;
- Quantidade de membros da Diáspora Brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação no Reino Unido mobilizados por eventos promovidos pela Embaixada e por atores locais;
- Número de ações de aproximação dos ecossistemas de inovação brasileiro e britânico;
- Número de iniciativas que contribuam para a internacionalização de *startups* brasileiras de base tecnológica para o Reino Unido;
- *Número de startups* beneficiadas pelo programa de incubação cruzada Brasil-Reino Unido;
- Número de eventos, seminários, webinários, feiras e outros, organizados pela Embaixada ou com sua participação, para aproximação das comunidades científicas dos dois países;
- Número de reuniões com representantes de universidades, institutos de pesquisa, entidades do setor privado e governo do Reino Unido, a fim de identificar oportunidades de cooperação bilateral;
- Número de ações de difusão em publicações, mídias sociais e eventos de instituições e projetos brasileiros de excelência em pesquisa e inovação;
- Número de atendimentos a *startups* brasileiras de base tecnológica, que demonstrem interesse no mercado britânico, bem como a *startups* britânicas de base tecnológica e outros potenciais investidores, que demonstrem interesse no mercado brasileiro;
- Quantidade de contatos com atores dos ecossistemas brasileiro e britânico de pesquisa e inovação, com vistas ao estabelecimento do Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido em Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Quantidade de contatos com institutos de pesquisa e universidades britânicas e brasileiras, com vistas ao fortalecimento da cooperação acadêmica e científica na área de saúde e biotecnologia, sobretudo nos temas de investigação de doenças infecciosas e monitoramento da COVID-19;
- Quantidade de contatos com o MCTI e os principais atores britânicos das áreas de inteligência artificial e tecnologias quânticas, com vistas ao estabelecimento de parcerias entre os respectivos centros de cada país;
- Quantidade de contatos com atores dos ecossistemas brasileiro e britânico de pesquisa e inovação na área de tecnologias financeiras;
- Quantidade de expedientes telegráficos da Embaixada sobre oportunidades e avanços em pesquisa e inovação no Reino Unido, bem como sobre as estatísticas de cooperação bilateral.

VI – COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Metas prioritárias

Ampliação e aprofundamento das atividades de cooperação bilateral

- Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior do Brasil e do Reino Unido, com foco em programas de intercâmbio acadêmico;
- Apoiar o King's Brazil Institute, sediado no King's College London;
- Apoiar o Birmingham Brazil Forum, iniciativa da Universidade de Birmingham;
- Contribuir para o relançamento da Cátedra Rio Branco, no King's College London, da Cátedra Anísio Teixeira, no Institute of Education da University College London (UCL); da Cátedra Celso Furtado, no St John's College da Universidade de Cambridge; e da Cátedra Rio Branco, no Latin American Centre da Universidade de Oxford, em interlocução com a CAPES;
- Fomentar a interlocução com estudantes e acadêmicos brasileiros em instituições de ensino superior britânicas, bem como prestar-lhes apoio quando necessário;
- Manter interlocução com a Associação de Brasileiros Estudantes de Pós-Graduação e Pesquisadores no Reino Unido (ABEP – UK);
- Manter interlocução com os estudantes brasileiros selecionados pelo programa britânico de bolsas de estudo Chevening;
- Difundir oportunidades de intercâmbio acadêmico e pesquisa conjunta entre estudantes e pesquisadores brasileiros e britânicos;
- Promover o Brasil como destino acadêmico para estudantes britânicos e como objeto de interesse da comunidade científica local;
- Manter acompanhamento quotidiano da evolução do sistema de ensino superior do Reino Unido, em especial no que diz respeito ao posicionamento das universidades britânicas em rankings internacionais e às políticas públicas locais nesta área, de modo a prospectar novas oportunidades de cooperação e identificar boas práticas;

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações para a promoção da cooperação e da mobilidade acadêmica entre instituições de ensino brasileiras e britânicas;
- Número de cátedras restabelecidas;
- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela Embaixada ou com sua participação, para aproximação das comunidades acadêmicas dos dois países;
- Número de estudantes e acadêmicos brasileiros no Reino Unido recebidos na Embaixada;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre o sistema de ensino superior britânico, oportunidades de cooperação e boas práticas locais na área educacional.

VII – PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Metas prioritárias

Ampliação da difusão da língua portuguesa

- Ampliar e aprofundar a interlocução com os centros de ensino de língua portuguesa no país, em especial com as instituições de ensino superior;
- Difundir a língua portuguesa no Reino Unido por meio da organização de eventos e atividades na Embaixada e em parceria com outras instituições acadêmicas, inclusive no âmbito do Programa Leitorado;
- Apoiar a renovação do Programa Leitorado junto à Universidade de Birmingham;
- Credenciar novo Posto Aplicador do Exame Celpe-Bras no Reino Unido;
- Aplicar o exame Celpe-Bras de forma extraordinária, ao menos uma vez ao ano, até que o novo Posto Aplicador seja credenciado;
- Estimular a criação de escolas bilíngues português-inglês em Londres.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações sobre iniciativas de cooperação na área de promoção da língua portuguesa;
- Número de atividades de promoção da língua portuguesa promovidas pela Embaixada, inclusive aquelas realizadas no âmbito do Programa Leitorado;
- Número de alunos alcançados pelo Programa de Leitorado no Reino Unido;
- Número de candidatos ao exame Celpe-Bras no Reino Unido;
- Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre promoção da língua portuguesa.

VIII – COOPERAÇÃO EM SAÚDE

Metas prioritárias

Cooperação bilateral na área da saúde

- Ampliar e apoiar a parceria entre o Brasil e o Reino Unido para cooperação na área de saúde, tendo em conta o já avançado grau de concertação entre instituições, como a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Oxford, por exemplo;
- Monitorar os avanços realizados pelo Reino Unido na área das políticas públicas da saúde, em particular do sistema de saúde local ('National Health Service – NHS') e da situação epidemiológica relativa à pandemia do coronavírus e outras enfermidades de caráter endêmico e/ou de dimensão internacional, como a denominada "varíola do macaco", dengue, malária, vírus Zika e HIV/AIDS;
- Aprofundar a cooperação com o governo e instituições britânicas acerca de projetos para o desenvolvimento conjunto de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos;
- Apoiar a Fiocruz, o Instituto Butantã e outras instituições voltadas à pesquisa, produção de vacinas e fármacos no Brasil, nos contatos com homólogos britânicos;
- Apoiar entes federativos e autoridades brasileiras que venham a buscar ou divulgar oportunidades, projetos ou informações sobre o tema ou que manifestem interesse em cooperar com parceiros britânicos para o desenvolvimento, pesquisa, aquisição ou produção de vacinas, medicamentos e material médico-hospitalar.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações sobre iniciativas e projetos de cooperação na área de saúde, em particular no combate à pandemia da COVID-19 e a outras enfermidades de caráter endêmico e/ou dimensão internacional;
- Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre a matéria.

IX – COOPERAÇÃO EM DEFESA E NA ÁREA JURÍDICA

Metas prioritárias

Apoio ao fortalecimento da cooperação bilateral em defesa

- Incentivar processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre o Brasil e o Reino Unido;
- Apoiar, com apoio dos adidos militares, a realização de reuniões de alto nível entre autoridades de defesa de ambos os países;
- Apoiar a preparação e realização do Diálogo Político-Militar (Mecanismo 2 + 2) entre Brasil e Reino Unido.

Intensificação de iniciativas de cooperação jurídica entre o Brasil e o Reino Unido

- Adotar e acompanhar as providências relativas à efetivação dos pedidos de cooperação jurídica, em particular aqueles apresentados pelo Brasil às autoridades britânicas, das dependências da Coroa e de seus territórios ultramarinos com fundamento no Tratado de Extradução bilateral, no Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal e no Acordo Sobre Transferência de Presos;
- Estreitar e fortalecer o relacionamento com os principais órgãos do governo responsáveis pela implementação dos pedidos de cooperação jurídica, notadamente o Crown Prosecution Service, o His Majesty's Prison Probation Service e o Foreign Office.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações entre autoridades de defesa do Brasil e do Reino Unido;
- Número de processos de cooperação jurídica tramitados, bem como de gestões e ações efetuadas em matéria de cooperação jurídica com o Reino Unido (incluindo as Dependências da Coroa e os territórios ultramarinos);
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre cooperação na área jurídica e de defesa.

X – DIPLOMACIA PÚBLICA

Meios de comunicação com sede no Reino Unido contam com audiência ampla e exercem influência de alcance global, o que exige empenho adicional da Embaixada para a divulgação de iniciativas brasileiras e a promoção da imagem do País no exterior.

Metas prioritárias

- Acompanhar notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação britânicos, bem como nos canais oficiais em redes sociais do país, que digam respeito ao Brasil e a temas de interesse do Brasil;
- Manter contato com representantes dos principais meios de comunicação britânicos, para transmitir imagem equilibrada e completa da realidade brasileira;
- Manter e administrar contas nas principais redes sociais, para disseminar informações e promover a imagem do Brasil junto ao público e a formadores de opinião britânicos;
- Responder a demandas de representantes de meios de comunicação britânicos de forma oportuna e precisa;
- Organizar entrevistas, exclusivas ou coletivas, com representantes dos meios de comunicação britânicos, por ocasião de visitas oficiais de autoridades brasileiras;
- Manter o sítio eletrônico da Embaixada atualizado com informações relevantes e precisas;
- Divulgar artigos, notas à imprensa e outras informações de interesse do Brasil.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de contatos com representantes dos meios de comunicação britânicos;
- Número de publicações no sítio eletrônico e em mídias sociais mantidas pela Embaixada;
- Número de atendimentos a demandas de meios de comunicação realizados pela Embaixada;
- Número de entrevistas com autoridades brasileiras organizadas pelo Posto;

XI – COOPERAÇÃO DESPORTIVA**Metas prioritárias**Desenvolvimento da cooperação e aprofundamento de iniciativas de interesse mútuo

- Fomentar, apoiar e divulgar ações de cooperação na área do esporte com o Reino Unido;
- Estimular a realização de intercâmbios, programas de treinamento e estágios de atletas brasileiros no Reino Unido.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, gestões e outras ações relacionadas à cooperação esportiva com o Reino Unido;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre o tema.

XII – COOPERAÇÃO TÉCNICA E PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Metas prioritárias

Apoio à cooperação técnica e a iniciativas de assistência humanitária desenvolvidas pelo Brasil e pelo Reino Unido

- Apoiar a participação brasileira em iniciativas e negociações bilaterais e regionais no âmbito da cooperação técnica bilateral e trilateral;
- Apoiar iniciativas de cooperação entre o Brasil e o Reino Unido para promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável e combate às desigualdades, inclusive com iniciativas trilaterais em terceiros países, notadamente no continente africano;
- Fomentar o diálogo entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Foreign Office a respeito de iniciativas de cooperação bilaterais e trilaterais;
- Acompanhar, à luz dos interesses brasileiros, projetos e iniciativas do Foreign Office no Brasil;
- Apoiar iniciativas e ações de assistência humanitária de interesse dos dois países.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, gestões e outras ações voltadas a investimentos de impacto ou a projetos de cunho social;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre iniciativas de promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades no Reino Unido e em terceiros países;
- Número de reuniões, gestões e outras ações para o fomento cooperação técnica e a iniciativas de assistência humanitária.

XIII – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

Embora os temas consulares não estejam entre as competências primárias da Embaixada do Brasil no Reino Unido, o posto apoia, na interlocução com o governo britânico, as atividades dos Consulados-Gerais em Londres e em Edimburgo (este, criado em 2022). Iniciativas que requerem negociação política e técnica envolvendo os dois países contam com a participação ativa da Embaixada do Brasil, como é o caso, por exemplo, das negociações em curso para o reconhecimento da CNH brasileira por parte do Reino Unido.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CID GOMES

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 11, de 2023 (Mensagem nº 96/2023, na origem), *que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.*

RELATOR: Senador CID GOMES

O Senado Federal é convocado a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Como é sabido, o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar, de maneira prévia, e deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou, atendendo a preceito regimental, o currículo do indicado, do qual extraímos para este relatório as seguintes informações.

Filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota, o indicado nasceu em 27 de abril de 1954, no Rio de Janeiro/RJ. É bacharel em Filosofia pela Universidade de Genebra (1975).

O candidato iniciou sua vida pública como Terceiro-Secretário em 1979, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). No mesmo Instituto, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1982 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 1997. Na oportunidade, defendeu tese intitulada: “O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva”.

No transcurso de sua carreira, ascendeu a Segundo-Secretário em 1981; a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1993; a Ministro de Segunda Classe em 1998; e a Ministro de Primeira Classe em 2003, todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: assessor da Subsecretaria-Geral de Política Exterior (1990/92); Secretário da Secretaria de Planejamento Diplomático (2003/04); Chefe de Gabinete do Gabinete do Ministro de Estado (2004/05); Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral de Política (2005/07); Secretário-Geral da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2009/11); e Ministro de Estado das Relações Exteriores (2011/13).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas (1994/99); Ministro-Conselheiro na Missão Permanente em Genebra (1999/2003); Embaixador em Washington (2007/09); Representante Permanente na Missão junto às Nações Unidas (2013/16); Embaixador em Roma (2016/19); e, desde 2019, Embaixador no Cairo.

É autor das seguintes publicações: O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva, Editado pela FUNAG, Brasília (1998); Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas. Editado pela FUNAG, Brasília (2013); Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas (janeiro a agosto de 2013), volume II. Editado pela FUNAG, Brasília (2016); Artigo “Is the World Ready for Cooperative Multipolarity?”, publicado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI Dossie #2 (2018); Relatório Anual da iniciativa “Líderes para a Paz” – “A new humanism for a renewed multilateralism”, Relator Geral (2022); Artigo “Democratizar as Relações

Internacionais”, publicado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI Revista nº 3 (2022).

Recebeu diversas condecorações nacionais e estrangeiras, quais sejam: Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Vermeil; Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, Brasil; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval, Brasil; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil; Comendador Especial da Ordem do Mérito Militar, Brasil; Medalha da Vitória, Brasil; Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil; Ordem Nacional do Mérito, França; Grã-Cruz da Ordem do Libertador San Martín, Argentina; Grande Oficial da Ordem Real ao Mérito, Noruega; Grande Oficial da Ordem Alauita, Marrocos; Ordem do Condor, Bolívia; e Ordem do Sol, Peru.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Nesse sentido, o MRE enviou amplo relatório sobre o país, incluindo as relações bilaterais. Desse documento, que está à disposição das senhoras e senhores senadores, extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

Recordo, de início, que o Reino Unido compreende as três nações que ocupam a ilha da Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales), a Irlanda do Norte e os territórios ultramarinos. Berço das modernas instituições parlamentares e da Revolução Industrial, o país encabeçou, do século XIX até meados do século XX, um dos maiores impérios da história, que chegou a controlar um quarto das terras do planeta, com presença nos cinco continentes. Nos dias de hoje, a monarquia constitucional britânica mantém sólidas as tradições do Reino, como bem demonstrou a recentíssima coroação do Rei Carlos III.

Ademais, a monarquia goza de expressivo apoio dos seus súditos e o país mantém relações estreitas com suas ex-colônias por meio da Comunidade das Nações (*Commonwealth of Nations*), originalmente criada como Comunidade Britânica de Nações (*British Commonwealth of Nations*). Essa organização internacional, uma das mais antigas associações políticas de Estados existentes, conta hoje com 56 Estados independentes com contingente humano estimado em 2,5 bilhões de pessoas.

No plano internacional, importa destacar, ainda, que o Reino Unido é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além de integrar o Conselho da Europa, o G7, o G20, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização para Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras organizações internacionais. O país sobressai também no domínio cultural e acadêmico com algumas das mais antigas e prestigiadas universidades do mundo.

No que tange ao relacionamento bilateral, o documento encaminhado pelo Itamaraty ressalta que a parceria estratégica entre os dois países está assentada em relações históricas, que datam do reconhecimento pelo Reino Unido, em 1825, da independência do Brasil. Durante o século XIX, os britânicos eram praticamente nosso único credor financeiro.

Já o século XX representou período de arrefecimento das relações entre os dois países, em que pese a elevação em 1919 das respectivas legações no Rio de Janeiro e em Londres à categoria de embaixadas. Esse contexto resultou sobretudo do declínio da posição do Reino Unido no cenário político mundial.

O romper do novo milênio, no entanto, deu novo impulso ao relacionamento bilateral. Nesse sentido, o governo britânico tem diferenciado o Brasil no plano de sua política externa como país prioritário. Isso pela nossa relevância nos domínios do comércio e dos investimentos, bem como por ser o Brasil tradicional parceiro do Reino Unido nos mais importantes foros internacionais, em vista da convergência de valores comuns entre as duas nações (democracia, proteção ao meio ambiente, promoção dos direitos humanos).

Esse ambiente favoreceu o estabelecimento de uma variedade de instrumentos estruturados de diálogo entre Brasília e Londres (p. ex., Diálogo Estratégico de Alto Nível; Diálogo Estratégico em Ciência, Tecnologia e Inovação; Diálogo Político e Militar; e Diálogo de Indústrias de Defesa). São mecanismos que variam no grau de representação, no nível de formalidade e no alcance temático perseguido. Eles versam sobre assuntos os mais variados que vão das relações econômico-comerciais, passando por temas financeiros, cooperação técnica, agricultura, saúde, temas político-militares, cibernéticos e migratórios.

Detentor da sexta maior economia do mundo, o Reino Unido possui ambiente econômico bastante diversificado, com destaque para os setores de serviço, aeroespacial, petróleo e gás, automobilístico e fármacos. Esse quadro favorece as trocas comerciais entre os dois países. Nesse sentido, e de acordo com números do Itamaraty, o intercâmbio comercial, em 2022, foi da ordem de US\$ 6,455 bilhões. Nesse ano, o Reino Unido importou do Brasil bens no valor de US\$ 3,669 bilhões e exportou para o

País mercadorias no valor de US\$ 2,785 bilhões, com saldo de US\$ 884 milhões favorável ao Brasil.

O panorama descrito coloca o país em 20º lugar tanto no *ranking* de destino de nossas exportações quanto de nossas importações. Em 2022, os principais produtos exportados pelo Brasil foram ouro não monetário (22%); soja (10%); e despojos comestíveis de carnes (6%). A pauta importadora, no mesmo ano, foi composta sobretudo por bebidas alcoólicas (6,5%); inseticidas e semelhantes (4,8%) e produtos da indústria de transformação (5%).

Merece destaque, por igual, nestas considerações o fato de que o fluxo de investimento britânico no Brasil é bastante elevado. Eles se direcionam, de modo preponderante, ao setor de óleo e gás, mas também aos setores extrativo, financeiro e de transportes. Dados do Banco Central apontam o Reino Unido como 6º maior investidor imediato em nosso país com a cifra de US\$ 22,6 bilhões em 2021.

No tocante aos assuntos consulares, o Itamaraty esclarece que a comunidade brasileira no Reino Unido é estimada em cerca de 220 mil pessoas, sendo, assim, a segunda maior da Europa. Além dos consulados-gerais em Londres e Edimburgo, os nacionais brasileiros são também atendidos por quatro consulados honorários, situados em Belfast, Glasgow, Manchester e Cardiff.

À vista da natureza de relatório informativo e não de parecer, não cabe aduzir outras considerações opinativas nesta peça que se destina, essencialmente, a instruir a sabatina do candidato pelos ilustres senadores membros desta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE BENONI BELLI

CPF.: 678.986.029-00

ID.: 1815934 SSP/SC

1968 Filho de Norberto Gomes Belli e Rosa Serpa Belli nasce em 28 de janeiro, em Florianópolis/SC

Dados Acadêmicos:

1989 Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina
 1994 Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas
 2003 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília
 2008 Defesa da tese do Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco: "O Conselho de Direitos Humanos e as Resoluções sobre Países: o fim da politização e da seletividade?"

Cargos:

1994 CPCD - IRBr
 1995 Terceiro-Secretário
 1999 Segundo-Secretário
 2004 Primeiro-Secretário
 2007 Conselheiro
 2012 Ministro de Segunda Classe
 2018 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1995-98 Divisão de Direitos Humanos, assistente
 1998-99 Divisão de Direitos Humanos, assessor
 1999-02 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Segundo-Secretário
 2002-06 Embaixada em Buenos Aires, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 2006-08 Embaixada em Argel, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 2008-12 Divisão de América Meridional I, Chefe
 2012-17 Embaixada em Washington, Ministro de Segunda Classe
 2017-19 Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
 2019-20 Departamento de Estados Unidos da América, Diretor
 2020- Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Geral

Condecorações:

2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
 2009 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
 2014 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador

Publicações:

2004	Tolerância Zero e Democracia no Brasil, Ed. Perspectiva
2009	A Politização dos Direitos Humanos, Ed. Perspectiva
2018	"The Road Ahead: the 21st-century world order in the eyes of policy planners", publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)
2022	"Colonial Legacies in the Luso-Brazilian World", publicado pela Biblioteca Newberry de Chicago em 2022
2023	"O Brasil e o Mundo: estudos sobre o pensamento de Gelson Fonseca Junior", publicado pela FUNAG em 2023

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 22, DE 2023

(n° 124/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENONI BELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 124

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **BENONI BELLI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **BENONI BELLI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00049/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **BENONI BELLI**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **OTÁVIO BRANDELLI**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das missões diplomáticas brasileiras, prevista nos artigos 39 e 42 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o organismo internacional e curriculum vitae de **BENONI BELLI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 138/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BENONI BELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101203** e o código CRC **253641F4** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002902/2023-75

SUPER nº 4101203

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de América Latina e Caribe

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

MARÇO DE 2023



ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	4
PERFIS BIOGRÁFICOS	5
INFORMAÇÕES GERAIS	6
A questão da participação de Cuba.....	7
PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO RECENTE DO BRASIL	7
PILAR DE DEMOCRACIA	8
Nicarágua	10
Haiti	11
Colômbia.....	12
Belize-Guatemala.....	13
El Salvador.....	13
Cooperação e Observação Eleitoral	14
Mecanismo de Seguimento da Convenção Interamericana	14
Comissão Jurídica Interamericana	15
PILAR DE DIREITOS HUMANOS	15
Tratamento de temas de Direitos Humanos na OEA	15
Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	17
PILAR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	18
Reuniões de Ministros	20
Cooperação educacional e bolsas de estudo	20
PILAR DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL	20
ORÇAMENTO DA ORGANIZAÇÃO.....	21
OUTROS PROCESSOS E ORGANISMOS INTERAMERICANOS.....	22
Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)	22
As Cúpulas das Américas	25
Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH)	27
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	28
CRONOLOGIA HISTÓRICA	30
ATOS INTERNACIONAIS	32

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	Organização dos Estados Americanos (OEA)
Estados-membros:	Todos os 35 países das Américas são estados membros da OEA. Cuba não participa das atividades da Organização. A Venezuela denunciou a Carta da OEA em 28/4/2017, mas o país continuou participando da OEA, entre 2019 e 2022, por meio de Representante Permanente designado pela Assembleia Nacional venezuelana. A Nicarágua também denunciou a carta da OEA em 18/11/2022, mas, conforme a Carta da OEA, somente se desliga oficialmente da organização em 18/11/2023.
Fundação:	5 de maio de 1948
Ano de adesão do Brasil:	1948 (membro fundador)
Sede:	Washington, D.C., Estados Unidos
Principais órgãos:	Assembleia-Geral, Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores, Conselho Permanente, Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.
Principais chefias:	Secretário-Geral, Luis Almagro Lemes (Uruguai) – desde 26 de maio de 2015 Secretário-Geral Adjunto, Néstor Mendez (Belize) – desde 7 de junho de 2015 (ambos em segundo mandato 2020-2025).
Idiomas oficiais:	Espanhol, francês, inglês e português.
Funcionários:	516, dos quais 29 brasileiros - 5,6% do total (dados relativos a 31/12/2022)
Orçamento 2023:	Teto orçamentário atual de US\$ 82,8 milhões e nível total da receita de US\$ 84,9 milhões para o Fundo Regular da Organização, financiado principalmente por contribuições obrigatórias dos Estados Membros.

Contribuição brasileira:	US\$ 13,07 milhões para o Fundo Regular (2023). O Brasil é o 2º maior contribuinte, responsável por 15,3% das cotas. As contribuições brasileiras relativas a 2021 (parcialmente) e 2022 (totalmente) ainda não foram quitadas.
---------------------------------	---

PERFIS BIOGRÁFICOS

SECRETÁRIO-GERAL DA OEA – LUIS LEONARDO ALMAGRO LEMES (Uruguai)



Diplomata e político uruguaio. Graduou-se em Direito, em 1987, e iniciou sua carreira no serviço diplomático uruguaio, em 1988. Em 2005, foi nomeado Diretor da Assessoria Internacional do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca, na gestão do então ministro José Mujica. De 2007 a 2010, foi embaixador do Uruguai na China, tendo defendido a assinatura de um acordo comercial entre a China e o Mercosul. Com a posse do Presidente José Mujica, em 2010, Almagro assumiu a chefia da chancelaria uruguaia, tendo exercido o cargo até 1º de março de 2015. Foi eleito para o cargo máximo da OEA por ocasião da 49ª Assembleia-Geral Extraordinária, realizada em Washington, em 18 de março de 2015, com 33 votos a favor e uma abstenção. Tomou posse em 26 de maio de 2015. Ao longo de seu mandato, teve como sua maior bandeira o exame da situação na Venezuela. Em dezembro de 2018, lançou-se candidato à reeleição. Por ocasião de Assembleia-Geral extraordinária da OEA realizada em março de 2020, foi reeleito para segundo mandato (2020-2025), tendo derrotado, por 23 votos a 10, a candidata equatoriana María Fernanda Espinosa. Em seu discurso de posse (27/5/2020), Almagro enfatizou a “importância de fortalecer a democracia na região, sobretudo no contexto da pandemia de COVID-19, para lidar com as questões conjunturais e estruturais que desafiam os estados membros”.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO – NÉSTOR MENDEZ (Belize)



Diplomata de carreira, ocupou o cargo de representante permanente de Belize junto à OEA e de embaixador de seu país nos EUA, de 2008 até a sua posse como secretário-geral adjunto da OEA. Antes disso, serviu no Alto Comissariado de Belize para o Reino Unido e na Embaixada na Guatemala. Integra a equipe negociadora do diferendo entre Belize e Guatemala. É formado em Administração de Empresas, em Belize, em

Estudos de Diplomacia, por Oxford, e tem Mestrado em Relações Internacionais pela George Washington University. Néstor Mendez foi eleito para o cargo de Secretário-Geral Adjunto por ocasião da 49ª Assembleia-Geral Extraordinária, com 24 votos dos 34 participantes (10 países votaram no candidato da Guiana). Tomou posse no cargo em 7 de junho de 2015. Candidato único, Néstor Méndez foi reeleito por aclamação em 20/3/2020. Em 17 de julho de 2020, iniciou-se seu segundo mandato (2020-2025).

INFORMAÇÕES GERAIS

A Organização dos Estados Americanos (OEA) é a mais antiga organização regional em atividade e sucede as Conferências Pan-americanas e a União Pan-americana (1910). Foi concebida com a finalidade de construir uma ordem de paz e de justiça no continente americano, promover a solidariedade e a cooperação mútua entre os Estados da região e defender a soberania, a integridade territorial e a independência de seus membros. A estrutura da Organização, as atribuições de seus órgãos, seus princípios e objetivos comuns estão estabelecidos na Carta da OEA, aprovada na IX Conferência Internacional Pan-Americana, realizada em Bogotá, em maio de 1948 (a Carta entrou em vigor em dezembro de 1951).

Vinte e um países reuniram-se em Bogotá, em 1948, para a assinatura da Carta da OEA: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Os seguintes países se tornaram membros da OEA posteriormente à criação da Organização: Barbados (1967), Trinidad e Tobago (1967), Jamaica (1969), Granada (1975), Suriname (1977), Dominica (1977), Santa Lúcia (1979), Antígua e Barbuda (1981), São Vicente e Granadinas (1981), Bahamas (1982), São Cristóvão e Névis (1984), Canadá (1990), Belize (1991) e Guiana (1991). Hoje, a OEA congrega 35 Estados independentes das Américas, além de 69 países e a União Europeia em caráter de observadores permanentes.

A Assembleia-Geral (AGOE) é a instância suprema da OEA. Trata-se de órgão plenário que se reúne em sessões ordinárias anuais e, em circunstâncias especiais, em sessões extraordinárias, em nível de chanceleres. Entre as sessões da AGOE, os trabalhos são conduzidos pelo Conselho Permanente (formado pelos Representantes Permanentes dos Estados Membros junto à OEA em Washington) e pelo Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, bem como pelas diversas Comissões. Há também na Carta a previsão de realização de Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores para considerar temas de natureza urgente e de interesse comum para os Estados americanos, e para servir de Órgão de Consulta.

A Secretaria-Geral é o corpo funcional da OEA e também atua como secretaria de várias reuniões ministeriais no continente, como as reuniões de Ministros da Justiça (REMJA), Ministros de Segurança Pública (MISPA), Ministros do Trabalho, Ministros da Ciência e Tecnologia e Ministros da Educação das Américas. A Cúpula das Américas, encontro presidencial hemisférico de periodicidade trienal também se realiza com o apoio do secretariado da Organização.

A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CUBA

Cuba foi membro fundador da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Em 1962, por resolução (aprovada por maioria qualificada de 2/3 e voto contrário do Brasil) da VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, adotada ao amparo do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o governo de Cuba foi excluído das atividades do Sistema Interamericano. No entanto, Cuba jamais denunciou a Carta da OEA, do que resultou ter-se mantido, ainda que apenas formalmente, como membro da Organização.

Em 2009, no 39º período de sessões da Assembleia Geral da OEA, foi adotada resolução (AG/doc.5005/09) que tornou sem efeito a resolução da VIII Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, de 1962. A resolução de 2009 estabeleceu, ainda, que a participação de Cuba na OEA pode ser resultado de processo de diálogo que venha a ser iniciado a pedido do governo cubano. Mesmo com o fim da suspensão formal, o governo de Cuba não indicou, até hoje, interesse em retomar sua participação nas atividades da OEA.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO RECENTE DO BRASIL

A atuação do Brasil no âmbito interamericano tem como base os princípios da soberania, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, consagrados na Constituição Federal, os quais orientam as ações para a promoção eficaz dos "pilares" definidos na visão estratégica da Organização: democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança multidimensional. Nesse sentido, o Brasil tem buscado promover a boa convivência entre os países americanos e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos das nações das Américas, por meio de ações concertadas no contexto daqueles pilares.

O Brasil é signatário de numerosos tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas: a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (e Protocolos Adicionais); a Carta Democrática Interamericana; a Carta Social das Américas; o Tratado Americano de Soluções Pacíficas; a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; a Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância; a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; a Convenção Interamericana contra a Corrupção; a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas; e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Além do diálogo político no âmbito do Conselho Permanente e das atividades inerentes aos quatro pilares da OEA, o Brasil participa de diversas iniciativas de cooperação no âmbito do organismo, como o Grupo de Amigos do Haiti, fórum

específico no qual tradicionalmente são tratados assuntos referentes àquele país, e a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP). Outra parceria relevante é a do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB), antigo Grupo Coimbra, composto por um conjunto de 50 instituições universitárias brasileiras que, em coordenação com a OEA, oferece bolsas de estudo para mestrado e doutorado em universidades brasileiras para estudantes do continente.

A Missão Permanente do Brasil junto à OEA tem por responsabilidade representar o Brasil junto à Organização e alguns dos órgãos que compõem o sistema interamericano, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Comissão Jurídica Interamericana (CJI). De julho a setembro de 2017, o Brasil ocupou a Presidência de turno do Conselho Permanente da OEA. Em agosto do mesmo ano, o representante permanente do Brasil junto à OEA foi eleito para presidir a Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) da Organização, até julho de 2018. Em 2022 o Brasil ocupou a presidência da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) da OEA.

O compromisso brasileiro com o Sistema Interamericano é ilustrado também pelo fato de o Brasil ter nacionais em algumas das mais altas posições da OEA e de outras instituições interamericanas, como o juiz Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, eleito em 2021 para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, mandato 2022-2027; o Doutor Jarbas Barbosa, eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização Panamericana da Saúde (OPAS), mandato 2023-2027; o Consultor Jurídico do Itamaraty, professor George Rodrigo Bandeira Galindo, membro e presidente da Comissão Jurídica Interamericana (CJI), reeleito em 2022 para segundo mandato (2023-2026); o Embaixador Flávio Roberto Bonzanini, reeleito em 2021, para segundo mandato (2022-2025) como Secretário-Geral da Agência para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL); e o Senhor Luís Fernando Lima Oliveira no cargo de Secretário de Segurança Multidimensional da OEA.

Ao longo de 2020, 2021 e 2022, o Brasil engajou-se sobretudo em temas relativos ao pilar de democracia da OEA, a exemplo das iniciativas da Organização sobre a crise na Venezuela e a situação na Nicarágua (Grupo de Trabalho do Conselho Permanente e Missão de Alto Nível). Continuou, ademais, a acompanhar os assuntos referentes aos pilares da Organização, como a situação em países específicos, as discussões na Comissão de Segurança Hemisférica (CSH), na Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) e no Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI).

Em 2022, o Brasil participou ativamente da IX Cúpula das Américas, realizada em junho, em Los Angeles, bem como da negociação dos cinco Compromissos Políticos – e demais documentos paralelos – adotados na Cúpula, que teve por tema “Construção de um futuro Sustentável, Resiliente e Equitativo”.

PILAR DE DEMOCRACIA

O pilar de democracia tem, historicamente, papel relevante na Organização dos Estados Americanos. A principal área de atuação inclui o fortalecimento da democracia na região e, particularmente, o acompanhamento da situação política nos países, buscando a efetiva implementação da Carta Democrática Interamericana (CDI).

A Carta Democrática Interamericana (CDI), que completou 20 anos em 2021, foi mecanismo criado após longos debates no seio da Organização sobre a promoção e a consolidação da democracia no hemisfério, em linha com o artigo 2º da Carta da OEA. Como marco normativo do principal pilar da Organização, a CDI tem sido mencionada nas principais crises políticas do hemisfério.

Também são tratados, nesse pilar, temas de natureza jurídica na OEA, destacando-se o trabalho da Comissão Jurídica Interamericana (CJI) e a implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, por meio de seu mecanismo de seguimento (MESICIC).

Dentro da estrutura da OEA, corresponde à Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) acompanhar o tratamento dos referidos temas e negociar os dois tradicionais projetos de resolução "omnibus", submetidos anualmente à Assembleia-Geral, com assuntos tratados neste expediente: "Fortalecimento da Democracia" e "Direito Internacional".

Além disso, em bases quotidianas, o Conselho Permanente da OEA, composto pelos Representantes Permanentes dos Estados Membros acreditados junto à Organização, em Washington, aborda questões que envolvam a situação da democracia em diversos países do continente.

No secretariado da OEA, a Secretaria para o Fortalecimento da Democracia (SFD) tem a missão de contribuir para o fortalecimento dos processos políticos dos Estados membros, em particular o apoio à democracia como a melhor opção para garantir a paz, a segurança e o desenvolvimento.

VENEZUELA

A situação política na Venezuela vinha sendo um dos temas de maior preocupação dentro da OEA e prioritário para o Secretário-Geral, Luis Almagro. Entre 2016 e 2018, o SGOEA apresentou quatro relatórios sobre a questão, nos quais defendeu a aplicação da Carta Democrática Interamericana, em razão de "[grave] alteração da ordem constitucional" (art. 20); pleiteou a suspensão da Venezuela da OEA (art. 21); bem como advogou pela existência de indícios suficientes do cometimento de crimes de lesa-humanidade na Venezuela. O SGOEA encaminhou extenso relatório público à promotoria do Tribunal Penal Internacional (TPI) sobre tais alegações, o qual foi posteriormente utilizado por 6 estados membros (Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Peru e Paraguai), que apresentaram o caso diretamente àquele tribunal. Almagro também criou, em setembro de 2018, Grupo de Trabalho para abordar a crise regional de migrantes e refugiados venezuelanos, liderado por David Smolansky, político da oposição daquele país, exilado nos Estados Unidos.

Além das ações lideradas pelo SGOEA, os estados membros buscaram tratar do dossiê venezuelano, desde junho de 2017 (47ª AGOEA, Cancún), por meio de diversos mecanismos interamericanos, incluindo declarações e resoluções do Conselho Permanente e da Assembleia-Geral, entre as quais constam AG/RES. 2929 (XLVIII-O/18); CP/RES. 1117/19; CP/RES. 1124/19. Ainda em 2017, foi convocada a 29ª Reunião de Consultas dos Ministros de Relações Exteriores para tratar da situação na Venezuela (por 19 votos favoráveis). A Reunião não resultou em resolução ou declaração sobre a questão, mas funcionou como estopim para a denúncia venezuelana da Carta da OEA, cujo processo teria sido, em tese, se concluído em abril de 2019.

Em 2019, no entanto, o CP logrou aprovar duas resoluções sobre a situação política na Venezuela. A primeira delas (CP/RES 1117/19) não reconheceu a legitimidade do mandato de Nicolás Maduro, que seria iniciado em 10/1/2019; e a segunda (CP/RES 1124/19), aprovada com a margem mínima de 18 votos (maioria simples), aceitou a "nomeação do Senhor Gustavo Tarre como Representante Permanente designado pela Assembleia Nacional [da Venezuela], até a realização de novas eleições e a nomeação de um governo democraticamente eleito". Tacitamente, a resolução acabou por acolher a encarregatura da presidência venezuelana por Juan Guaidó. Ato contínuo, o novo RP venezuelano passou nota para "deixar sem efeito a suposta denúncia da Carta da OEA", conforme correspondência circulada aos estados membros, em março de 2019.

Durante a 50ª AGOEA (Washington, outubro de 2020), a consideração formal da crise na Venezuela foi liderada por 15 estados membros que copatrocinaram a resolução "A carência de condições democráticas mínimas que garantam eleições livres, justas e transparentes na República Bolivariana da Venezuela", que viria a ser aprovada por 21 votos favoráveis. Menos de dois meses após a 50ª AGOEA, em reunião extraordinária do CP, em 9/12/2020, foi aprovada a resolução "Rejeição às eleições parlamentares celebradas em 6 de dezembro na Venezuela" - CP/RES. 1164 (2309/20), com 21 votos favoráveis, 2 em contrário, 5 abstenções e 6 ausências.

A situação na Venezuela não foi mais objeto de resolução no CP desde então, e tampouco constou das agendas da 51ª AGOEA (novembro/2021) e da 52ª AGOEA (outubro/2022). O cargo de RP junto à OEA, por sua vez, foi extinto pela Assembleia Nacional venezuelana no final de 2022.

NICARÁGUA

Em novembro de 2021, o governo da Nicarágua decidiu pela denúncia da Carta da OEA, em comunicação enviada ao SGOEA, em 19/11/21. A partir da referida data, começou a contar o prazo de 2 anos para o efetivo desligamento daquele país da Organização, que ocorrerá em 19/11/23.

Em 29/11/2021, o Conselho Permanente aprovou resolução sobre Nicarágua (CP/RES.1188/21), na qual solicitou ao SGOEA que negociasse com o governo nicaraguense a realização de missão de bons ofícios da OEA.

Em 12/08/2022, nova resolução sobre "A situação na Nicarágua" foi aprovada em sessão extraordinária do CP, com copatrocinio brasileiro (27 a favor, 1 contra, 4 abstenções e 2 ausências). Durante a 52ª AGOEA, em outubro de 2022, foi aprovada a resolução "A Crise Política e de Direitos Humanos na Nicarágua".

HAITI

Ao longo das últimas décadas, a OEA atuou em diversos episódios de crise e instabilidade no Haiti, com resultados de distinta ordem. Mais recentemente, a partir de 2014, a Organização envolveu-se no acompanhamento do processo eleitoral naquele país. A despeito de irregularidades no pleito de 2015, a Missão de Observação Eleitoral (MOE) da OEA atestou, em linha com a conclusão da MOE da União Europeia, a validade do processo eleitoral. Os questionamentos de vários candidatos, que contestaram o resultado do certame, levaram ao adiamento do segundo turno presidencial. O impasse foi resolvido após longas negociações, acompanhadas por missão especial da OEA, com a celebração de eleições presidenciais em novembro de 2016, que deram vitória a Jovenel Moïse, confirmada em 2017.

As eleições supracitadas voltaram a ser objeto de debate no Haiti, no contexto da crise em que mergulhou o país desde 2019. No campo político, um dos principais pontos de discórdia teve a ver com o prazo de encerramento do mandato de Moïse: setores da oposição defendiam a tese de que o mandato de 5 anos ter-se-ia iniciado em fevereiro de 2016 e, assim, deveria ter-se concluído em fevereiro 2021. Os partidários de Moïse, por sua vez, trabalhavam com a data de 7 de fevereiro de 2022 como o final daquele mandato.

Em 29/4/2021, esforço negociador resultou na adoção de resolução pela qual o CP ofereceu (e o governo do Haiti aceitou) seus bons ofícios para facilitar o diálogo e a busca de soluções negociadas pelos atores políticos haitianos. A Missão de bons ofícios da OEA foi realizada em junho de 2021, mas o assassinato do Presidente Jovenel Moïse, no mês seguinte, precipitou o agravamento da situação política e securitária do país. Segundo o primeiro-ministro e presidente interino haitiano, Ariel Henry, o equacionamento das graves questões de segurança interna eram entrave e pré-condição para que os processos pendentes de normalização institucional possam avançar. Nesse contexto, as autoridades haitianas pediram apoio para o fortalecimento da Polícia Nacional do Haiti.

Em 8/8/2022 passado, o SGOEA tomou a iniciativa de publicar nota no site da OEA, em que tece considerações sobre a situação atual do Haiti. O documento, bastante detalhado, responsabiliza a comunidade internacional, em termos duros, pela deterioração da situação institucional e securitária no Haiti. Ao reconhecer que a solução dos problemas deve ser conduzida pelos haitianos, pondera que, sem um compromisso decidido da comunidade internacional, a situação tende a perpetuar-se.

Além de conclamar por justiça pelo assassinato do ex-presidente Jovenel Moïse, a nota do SGOEA apresenta uma série de recomendações e um “mapa do caminho” detalhado para o tratamento dos problemas haitianos.

O tema "A situação no Haiti" foi incluído na agenda da 52ª AGOEA a pedido da República Dominicana. Foi aprovado, na ocasião, o projeto de resolução “A Situação da Segurança no Haiti e a Cooperação Hemisférica para a Preservação da Democracia e a Luta Contra a Insegurança Alimentar”, que exorta os Estados Membros, Observadores Permanentes e a SGOEA a oferecer assistência e cooperação ao Haiti.

O recrudescimento da situação de segurança no Haiti motivou a aprovação de nova resolução em 2023, dessa vez pelo CP (Resolução CP/RES. 1214). O texto foi além do que o da resolução anterior da AGOEA, ao criar Grupo de Trabalho sobre o Haiti com as funções de atuar como mecanismo para as reuniões periódicas da OEA sobre o país, bem como de convocar diálogo, antes de 17/3/2023, com as autoridades haitianas com vistas a facilitar a assistência dos Estados Membros, observadores permanentes e a SG-OEA para uma “transição democrática e celebração de eleições no Haiti” e para explorar áreas prioritárias de assistência àquele país. O Grupo, constituído por 15 Estados Membros (incluindo o Brasil), reuniu-se pela primeira vez em 22/2/2023.

COLÔMBIA

A Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP) da OEA atua, desde 2004, a pedido do governo colombiano, no acompanhamento da política de paz no país. O Brasil tem reiterado seu firme apoio aos esforços da MAPP. O país não contribui com fundos voluntários para a Missão, mas militares brasileiros, tradicionalmente, participam em atividades de desminagem - em treinamento e no terreno - por meio da Ação Integral contra Minas Antipessoais (AICMA) da MAPP e do Grupo de Monitores Interamericanos (GMI) da Junta Interamericana de Defesa (JID). O Brasil tradicionalmente empresta apoio político à MAPP no âmbito do CP e, quando necessário, nas negociações orçamentárias dentro da Organização.

O governo colombiano de Gustavo Petro, recém-iniciado, lançou proposta de "paz total", que envolve medidas de natureza legislativa, institucional e política. O programa é composto de cinco eixos estratégicos: i) formulação do plano especial para cumprimento integral do Acordo Final de Paz entre o governo colombiano e as FARC-EP; ii) estabelecimento de canais de diálogo com grupos guerrilheiros; iii) desmantelamento dos grupos paralimitares e de organizações voltadas ao narcotráfico; iv) fortalecimento do compromisso com a justiça de transição; e v) desenvolvimento de uma cultura de paz, convivência e reconciliação nacional. As negociações foram postas em marcha já no final de 2022.

Por ocasião da 52ª AGOEA, foi aprovado projeto de Declaração “Apoio à Paz Total na Colômbia”, como incentivo da Organização às negociações de paz encetadas pelo governo Petro.

BELIZE-GUATEMALA

Desde o ano 2000, a OEA tem envidado esforços com vistas à obtenção de solução pacífica para a disputa fronteiriça entre Belize e Guatemala. Desde 2011, por meio do Fundo de Paz, a Organização mantém escritório, na zona de fronteira entre os dois países, única missão civil de paz já enviada em contexto de disputa territorial no hemisfério. Durante esse período, a OEA logrou promover três acordos de medidas de construção da confiança entre as partes; acordo para a submissão da controvérsia à Corte Internacional de Justiça (CIJ); mapa do caminho e plano de ação para fortalecer a relação bilateral; além de vários acordos bilaterais em áreas-chave.

Nos últimos anos, os chanceleres de ambos os países têm mantido a prática de fazer apresentação conjunta no CP, atualizando, quando necessário, as perspectivas de encaminhamento da disputa. Em 15/04/2018, a Guatemala aprovou, por consulta popular, a submissão à CIJ da disputa. O referendo em Belize, realizado em 8/5/2019, também deu aval ao governo belizenho para que remetesse o caso à CIJ.

Em 31/8/2021, na sede da OEA, realizou-se reunião do Grupo de Amigos Belize-Guatemala, que não ocorria desde 2019, em função da pandemia de Covid-19. Na ocasião foi atualizado o estado das negociações, particularmente no que tange ao caso em curso na CIJ. O "memorial" da Guatemala para o caso foi entregue à CIJ em dezembro último, enquanto o de Belize foi entregue em 7 de junho de 2022. A resposta da Guatemala ao memorial de Belize poderá ser encaminhada até dezembro do ano corrente, e a de Belize até junho de 2023. Somente depois dessas réplicas, a Corte determinará o início das audiências orais.

EL SALVADOR

Em 20 de setembro de 2019, a Secretaria-Geral da OEA e o governo de El Salvador firmaram acordo sobre o estabelecimento da Comissão Interamericana contra a Impunidade em El Salvador (CICIES). Por meio da CICIES, a OEA procurou oferecer capacitação técnica para auxiliar no fortalecimento das instituições salvadorenhas encarregadas de prevenir, investigar e punir atos de corrupção e outros crimes relacionados.

A iniciativa havia ganhado impulso renovado com a anunciada decisão norte-americana de doar US\$ 2 milhões para as atividades do organismo, no contexto de visita a El Salvador do enviado especial do Departamento de Estado (DoS) para o Triângulo Norte, Ricardo Zúñiga, em abril de 2021. Não obstante, o anúncio da contratação de Ernesto Muyshondt, ex-prefeito de São Salvador, como assessor da Secretaria-Geral da OEA, em junho de 2021, gerou reação do governo salvadorenho, que decidiu encerrar as atividades da CICIES.

Missão especial da OEA esteve em El Salvador, às vésperas das eleições municipais e legislativas de 28/2/2021, a convite das autoridades salvadorenhas, com base no artigo 17 da CDI.

Em 1/5/2021, decisão adotada pela Assembleia Legislativa salvadorenha destituiu os membros da Câmara Constitucional do Supremo Tribunal de Justiça e o então procurador-geral do país, Raúl Melara. A SGOEA, na ocasião, rechaçou, por comunicados de imprensa, as decisões do parlamento salvadorenho e assinalou a importância da “atuação responsável das maiorias”, enfatizando que a eliminação dos “sistemas de freios e contrapesos” alteraria a essência do funcionamento do sistema democrático.

COOPERAÇÃO E OBSERVAÇÃO ELEITORAL

As atividades de cooperação e observação eleitorais da OEA têm crescido ao longo do tempo. O Tribunal Superior Eleitoral mantém, há vários anos, entendimentos com o Departamento para a Cooperação e Observação Eleitoral (DECO), unidade responsável pela operacionalização das missões. Tal contato facilitou a presença de especialistas brasileiros em Missões de Observação Eleitoral (MOEs).

A maioria dos Estados membros (28) já recebeu pelo menos uma Missão de Observação Eleitoral (MOE) da OEA. O Brasil recebeu sua primeira MOE, a convite do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições gerais de 2018. O País recebeu MOEs, ademais, por ocasião das eleições municipais de 2020 e eleições gerais de 2022 – em ambos os pleitos, a Missão se fez presente nos dois turnos.

Em 2019 e 2022, o Brasil contribuiu financeiramente com as missões eleitorais da OEA, por meio de doações do TSE, em valor aproximado de 100 mil dólares. Desde 2020, o Brasil apresenta, ao lado dos EUA e do Canadá, seção sobre MOEs na resolução “omnibus” anual sobre Fortalecimento da Democracia, aprovada durante as Assembleias-Gerais da OEA.

MECANISMO DE SEGUIMENTO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO (MESICIC)

O MESICIC recebeu renovada importância com a decisão do governo no Peru, país-sede da VIII Cúpula das Américas (abril de 2018), de eleger como tema a “Governabilidade Democrática frente à Corrupção”. No Compromisso de Lima, acordado naquele encontro, os chefes de estado e de governo do hemisfério comprometeram-se a fortalecer o Mecanismo, atribuindo-lhe novos mandatos. Por iniciativa brasileira, o MESICIC conta com mandato, desde 2019, que incentiva maior coordenação com o Mecanismo de Cooperação Interamericana para a Gestão Pública Efetiva (MECIGEP), que trata da gestão pública, com vistas a integrá-la ao combate à corrupção.

O Brasil havia se oferecido para sediar a V Reunião de Estados Partes, ainda em 2020. As restrições relacionadas à pandemia de Covid-19 impediram o avanço das tratativas do tema com a OEA naquela ocasião. Com a melhoria das condições sanitárias, o Brasil confirmou disponibilidade para receber a V Reunião de Estados Partes em 2023.

Em 2021 e 2022, o Brasil apresenta, juntamente com Costa Rica e Panamá, seção sobre "Seguimento da Convenção Interamericana contra a Corrupção e do Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção" para integrar a resolução "omnibus" sobre "Fortalecimento da democracia" tradicionalmente aprovadas nas Assembleias-Gerais da OEA.

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

A Comissão Jurídica Interamericana (CJI) é o único órgão da OEA com sede no Brasil e está localizada nas instalações do Escritório Regional do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Desde sua criação, o país tem apoiado e participado ativamente de suas atividades.

A CJI serve de corpo consultivo da OEA em assuntos jurídicos; promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional; e analisa os problemas jurídicos referentes à integração dos países com vistas ao desenvolvimento do Hemisfério.

O professor George Rodrigo Bandeira Galindo, atual consultor jurídico do Itamaraty, é membro da CJI, tendo sido eleito, na 48ª AGOEA (2018), para o período 2019-2022, e reeleito, na 52ª AGOEA (2022), para o período 2023-2026. Desde que assumiu o segundo mandato, no início de 2023, o professor Galindo preside a Comissão. Durante a 52ª AGOEA, além do professor Galindo, foram eleitos outros dois membros, de México e República Dominicana, para a Comissão.

PILAR DE DIREITOS HUMANOS

O pilar de direitos humanos, na OEA, compõe-se de duas vertentes: (i) o tratamento de temas de direitos humanos em órgãos da estrutura da OEA e (ii) o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Anualmente, as Assembleias-Gerais da OEA aprovam resolução "omnibus" sobre direitos humanos, que inclui aspectos referentes às duas vertentes mencionadas acima.

TRATAMENTO DE TEMAS DE DIREITOS HUMANOS NA OEA

Mulheres

Com gestão compartilhada pelos Estados, por meio de sua Presidência e comitê diretivo, a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) constitui órgão de referência para a promoção dos direitos das mulheres na região, atuando como foro hemisférico

de intercâmbio de informações e compartilhamento de estratégias e boas práticas nacionais e regionais, para a promoção e proteção dos direitos das mulheres.

A CIM também atua como Mecanismo de Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), o MESECVI.

Combate ao racismo e à discriminação contra afrodescendentes

A partir de Resolução aprovada na Assembleia-Geral de 2016, o Plano de Ação para a Década dos Afrodescendentes nas Américas 2016-2025 passou a integrar o calendário da OEA. Em seguimento ao Plano, foi estabelecida a Rede Interamericana de Autoridades sobre Políticas para População Afrodescendente (RIAFRO), no âmbito da Reunião de Altas Autoridades de Políticas para Populações Afrodescendentes (Lima, 2018).

A RIAFRO conta com a participação de 11 Estados da região (Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru) e tem, como Secretaria Técnica, o Departamento de Inclusão Social (DIS), da Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade (SADE), da OEA, com apoio do Instituto de Pesquisa Afrolatinoamericana, da Universidade de Harvard, e a Divisão de Gênero e Diversidade, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com o objetivo principal de estabelecer cooperação regional permanente entre as autoridades encarregadas do assunto, a Segunda Reunião da RIAFRO foi realizada em outubro de 2020.

Vale ressaltar que está previsto o estabelecimento de um Comitê Interamericano para a Prevenção e Eliminação do Racismo, Discriminação Racial e Toda Forma de Discriminação e Intolerância, o qual estará encarregado de monitorar as duas Convenções hemisféricas sobre a matéria e deverá ser constituído por um perito de cada Estado parte. A primeira reunião do Comitê deverá ser convocada pela Secretaria-Geral da OEA, uma vez recebido o décimo instrumento de ratificação de qualquer das duas Convenções: i) a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, ratificada por seis países, inclusive pelo Brasil (28/05/2021); e ii) a Convenção contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância (firmada por 12 países, mas ratificada por apenas dois: Uruguai e México).

Mencione-se, ademais, a realização, de 21 a 25/3/2022 da V Semana Interamericana dos Afrodescendentes nas Américas, a exemplo dos quatro anos anteriores. Representantes brasileiros das áreas de governo responsáveis participaram de sessão extraordinária do Conselho Permanente da OEA sobre o tema e perfis de notáveis afrodescendentes brasileiros tiveram destaque nas redes sociais da Organização.

Refugiados

Na OEA, o principal referencial é o Marco Integral Regional para Proteção e Soluções (MIRPS), que reúne sete países (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México e Panamá), com o objetivo de promover mecanismos de respostas e soluções para refugiados, solicitantes de refúgio e apátridas. A iniciativa conta com o apoio institucional do Brasil, por meio da participação na Plataforma de Apoio do MIRPS, que tem constituído oportunidade para compartilhamento de boas práticas brasileiras no âmbito da "Operação Acolhida", no contexto do fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos.

Outros temas

O Brasil é membro fundador do Grupo de Países Amigos das Pessoas com Deficiência da OEA, composto de 14 membros, que se manifesta sobre os mais diversos tópicos em discursos conjuntos lidos durante as sessões do Conselho Permanente da OEA. Cabe mencionar, ademais, a existência de “core group” LGBTI no âmbito da OEA, composto de 12 membros, inclusive o Brasil.

SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos tem como marco inicial a aprovação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, na IX Conferência Internacional Pan-Americana, realizada em Bogotá, em 1948. Nessa conferência, foram aprovadas também a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Americano de Resolução Pacífica. A Carta da OEA prevê os direitos fundamentais da pessoa humana como um dos princípios fundadores da Organização. Outro tratado internacional basilar para o sistema interamericano é a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecido como “Pacto de São José da Costa Rica”, que entrou em vigor para o Brasil em 1992.

Em termos institucionais, o sistema interamericano conta com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e com a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte), ambos órgãos autônomos vinculados à OEA e encarregados da proteção dos direitos humanos no continente. A CIDH, criada pela OEA em 1959, recebeu atribuições adicionais decorrentes do Pacto de São José, de 1969, documento que, ademais, criou a Corte e definiu suas atribuições. A defesa dos direitos humanos no hemisfério também está a cargo da Secretaria-Geral da OEA, órgão central e permanente, que serve de depositária de tratados interamericanos e estabelece relações de cooperação entre os organismos especializados e outros organismos nacionais e internacionais.

A atuação da CIDH encontra amparo em três pilares: o sistema de petição individual; o monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados membros; e a atenção às linhas temáticas prioritárias, além da preocupação com grupos

historicamente submetidos à discriminação. Inspirada pelo princípio *pro homine* e pela necessidade de acesso à justiça, a CIDH é o principal órgão da OEA para temas de direitos humanos e conta com sete membros independentes, que atuam a título pessoal. Com sede em Washington, a CIDH preza por promover a observância dos direitos humanos no hemisfério e desempenha papel consultivo junto à OEA.

Desde 1961, a CIDH realiza visitas *in loco* para observar a situação geral dos direitos humanos em países ou para investigar uma situação em particular, publicando informes especiais e relatórios. Entre 5 e 12 de novembro de 2018, a CIDH realizou visita *in loco* ao Brasil, em função de convite feito pelo Estado brasileiro em 29 de novembro de 2017. A Comissão visitou, além do Distrito Federal, oito estados da federação (Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Roraima), para observar a situação dos direitos humanos no país. O relatório, publicado em 12 de fevereiro de 2021, analisou instituições democráticas e de direitos humanos atuantes no país e teceu recomendações com vistas a fortalecer o respeito aos direitos humanos. Esta foi a segunda visita da Comissão ao Brasil: a primeira ocorrera em 1995. A CIDH também está autorizada, desde 1965, a receber e processar denúncias ou petições sobre casos individuais em que sejam alegadas violações de direitos humanos.

Com membros eleitos para mandatos de quatro anos (e uma possível reeleição), a CIDH já teve seis comissários brasileiros ao longo de sua história (Dunshee de Abranches, Gilda Correa Meyer, Hélio Bicudo, Paulo Sérgio Pinheiro, Paulo Vannuchi e Flávia Piovesan). Em 2023, haverá eleições para preencher quatro vagas na CIDH. O Brasil apresentou, em 7 de março último, a candidatura do advogado e especialista em direitos humanos brasileiro Fábio Balestro Floriano a uma das vagas.

A Corte é composta por sete juízes, nacionais dos Estados membros da OEA, eleitos a título pessoal e com reconhecida competência em matéria de direitos humanos. Cabe ressaltar que a Corte, com sede em São José, na Costa Rica, já teve três juízes brasileiros (Antonio Augusto Cançado Trindade, Roberto Caldas e Rodrigo Mudrovitsch). Segundo o Pacto de São José, somente os Estados-partes e a CIDH têm o direito de submeter um caso à decisão da Corte.

Na 51ª Assembleia Geral da OEA (2021), houve eleições para três vagas na CIDH e quatro na Corte; os novos comissários e juízes assumiram suas funções em 1/1/2022. Dentre os quatro juízes eleitos para a Corte, esteve o jurista brasileiro Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch.

O Brasil, interessado no fortalecimento da democracia e na defesa dos direitos humanos no continente, reconhece a importância do sistema interamericano e de seu papel histórico.

PILAR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O pilar do desenvolvimento integral é o mais diversificado e amplo da OEA, abrangendo gama variada de temas e áreas da Organização, nas esferas econômica,

social, educacional, cultural, científica e tecnológica do desenvolvimento. Tem como principais vetores as reuniões ministeriais e de comissões especializadas, tradicionais foros de coordenação e troca de experiências entre ministérios e autoridades setoriais da região, e a cooperação técnica, de forte interesse dos países de menor desenvolvimento relativo na América Latina. Destaque-se também o programa de bolsas de estudo da organização.

A governança do pilar cabe ao Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI), com nível equivalente ao Conselho Permanente. As competências executivas na temática dividem-se entre duas secretarias, a Secretaria Executiva para o Desenvolvimento Integral (SEDI), que concentra a maior parte dos temas, e a Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade (SADE).

Tendo a região das Américas sido uma das mais afetadas do mundo pela pandemia da Covid-19, seja em número de casos e óbitos, seja em termos socioeconômicos, trata-se de um dos pilares com maior potencial exploratório na OEA, particularmente no contexto do atual processo de retomada econômica.

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) é a instância da Secretaria-Geral encarregada de apoiar o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), seus órgãos subsidiários e o Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento (FCD). Tem como missão apoiar, facilitar e promover o desenvolvimento integral nos Estados membros, em coordenação com ações de fortalecimento da democracia, da segurança multidimensional e da promoção dos direitos humanos. A SEDI também promove o diálogo intersetorial, as parcerias público-privadas e a obtenção de consenso na integração de políticas públicas para o desenvolvimento humano sustentável. Procura, ademais, mobilizar recursos para a formulação, promoção e implementação de políticas, programas e projetos de cooperação técnica na área de desenvolvimento integral, promoção de mecanismos e fóruns para o intercâmbio de experiências e informações entre os Estados membros na área de sua competência, e o desenvolvimento de atividades para reforçar as capacidades humanas e institucionais para melhorar o desenvolvimento integral e a governabilidade em todo o Hemisfério.

Trata-se, ademais, de área prioritária para os países de menor desenvolvimento relativo da região, particularmente os caribenhos, que veem na OEA fonte relevante de cooperação técnica e assistência financeira. Dessa forma, o pilar do desenvolvimento integral constitui, portanto, plataforma para engajamento brasileiro construtivo com os países da região do Caribe, em particular, e da América Central.

Anualmente, durante as Assembleias-Gerais da OEA, os Estados Membros aprovam resolução “omnibus” sobre desenvolvimento integral. O texto, tradicionalmente, aborda cada uma das sete linhas estratégicas do pilar de desenvolvimento integral contidas do Plano Estratégico Integral da Organização: promoção de economias inclusivas e competitivas; temas ambientais e de energia; educação; trabalho e emprego; migração; cooperação para o desenvolvimento; e inclusão social.

O Brasil é visto como país que desempenha importante papel na prestação de cooperação para o desenvolvimento na OEA. Tendo em conta nossa capacidade e experiência na implementação de políticas públicas, os pontos de vista brasileiros contribuem para as discussões no âmbito do pilar de desenvolvimento, sobretudo no contexto de processos setoriais ministeriais ou de alto nível.

REUNIÕES DE MINISTROS

São oito as reuniões ministeriais ou de altas autoridades estruturadas no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) - ciência e tecnologia, cooperação, cultura, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, educação, trabalho, e turismo. Há outros quatro processos em fase de consolidação (competividade, energia e clima, micro e pequenas empresas, e portos).

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E BOLSAS DE ESTUDO

O Brasil tem atuação destacada em matéria de cooperação educacional na OEA, em particular por meio do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC). Desde a criação do PAEC, em 2011, mais de 4 mil bolsas de mestrado e doutorado já foram oferecidas a estudantes de outros países das Américas, o que faz dele o maior dos programas de bolsas da Organização.

Trata-se de parceria com o Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB), antigo Grupo Coimbra. O GCUB, formado por 88 universidades públicas e confessionais brasileiras, atua como consórcio para oferecer bolsas de pós-graduação – algumas com origem no orçamento das próprias instituições; outras com origem em dotações CAPES repassadas às universidades.

PILAR DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

O pilar de segurança multidimensional da OEA abrange temas de defesa e de segurança pública, como o tráfico de drogas, o terrorismo e a criminalidade organizada transnacional. Os temas de segurança e de defesa são tratados pela Comissão de Segurança Hemisférica (CSH). O principal documento de referência para o trabalho da Comissão é a “Declaração sobre Segurança nas Américas” (DSA), firmada no México em outubro de 2003, que tem por característica central o enfoque multidimensional das ameaças securitárias na região.

A Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM) tem a missão de promover e coordenar a cooperação entre os Estados membros da OEA, e destes com o Sistema Interamericano e outras instâncias do Sistema Internacional, para avaliar, prevenir, abordar e responder efetivamente a ameaças à segurança, com a visão de ser a principal

referência hemisférica para o desenvolvimento da cooperação e capacitação dos Estados Membros da OEA.

A SSM, chefiada pelo brasileiro Luis Fernando Lima Oliveira, é composta do Escritório Executivo da Secretaria de Segurança Multidimensional e das seguintes unidades: Secretária Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, com estatuto de departamento (SE/CICAD); Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, com estatuto de departamento (S/CICTE); Departamento de Segurança Pública (DSP); e Departamento contra o Crime Organizado Transnacional (DDOT).

A OEA tem desenvolvido intensa institucionalidade na área da segurança multidimensional, principalmente por meio do CICTE e da CICAD, o seguimento das convenções sobre armas (CIFTA e CITAA), as reuniões ministeriais sobre segurança pública (MISPA) e o relacionamento com a Junta Interamericana de Defesa (JID), na qual o Brasil mantém, tradicionalmente, alto perfil de representação.

Dentre as atividades de alto nível, são dignas de menção a MISPA (Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas), a REMJA (Reunião de Ministros de Justiça ou Outros Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas) e a CMDA (Conferência de Ministros de Defesa das Américas, cuja última edição realizou-se no Brasil, em julho de 2022). As referidas instâncias têm papel central para a promoção e impulso da agenda de interesse do Brasil no âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica.

ORÇAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

Os temas relativos ao orçamento da OEA são discutidos na Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP), que foi presidida em 2022 por diplomata da Missão do Brasil junto à OEA. Uma das principais tarefas da comissão é a negociação da resolução anual “Orçamento-Programa”, aprovada pela Assembleia-Geral da OEA e que norteia a política de receitas e despesas da Organização, bem como as cotas de pagamento devidas por cada um dos Estados Membros. A proposta de distribuição orçamentária é, tradicionalmente, formulada pela Secretaria-Geral da OEA (SGOEA) e submetida à consideração da CAAP.

O orçamento da OEA, além de garantir a manutenção da estrutura do Secretariado da Organização – inclusive os salários do pessoal contratado e de carreira – também financia mandatos e programas determinados pela Assembleia-Geral da OEA e, eventualmente, pelo Conselho Permanente, com destaque para os programas sob o pilar do desenvolvimento integral e de fortalecimento da democracia.

Para o orçamento 2023, conforme a resolução “Orçamento-Programa 2023” (AG/RES. 2985 (LII-O/22)), aprovada pela 52ª Assembleia-Geral da OEA, em outubro de 2022, o teto de execução de gastos do Fundo Regular da Organização foi aumentado, passando de US\$ 81 milhões, em 2022, para US\$ 82,8 milhões, em 2023.

Por sua vez, a estimativa de receita total de quotas anuais, valor ao qual é vinculado o cálculo das contribuições de cada país, permaneceu congelada, tal qual tem ocorrido desde 2017, no patamar de US\$ 84,9 milhões.

Tendo em vista que, da receita estimada em US\$ 84,9 milhões, pode ser inferido o não-pagamento da quota da Venezuela (US\$ 2 milhões em 2023, a ser somado a uma dívida total de US\$ 17,4 milhões, acumulada desde 2013), o valor efetivo da receita de quotas do Fundo Regular em 2023, no melhor cenário possível, seria US\$ 82,9 milhões, praticamente equivalente ao teto de execução orçamentária aprovado para o próximo exercício.

A referida resolução estabeleceu, ainda, a contribuição dos Estados Membros ao Fundo Ordinário. A contribuição do Brasil para 2023 foi definida em US\$ 13.073.700,00. O país figura como o 2º maior contribuinte para o organismo, representando 15,309% do orçamento total para 2023, depois dos Estados Unidos, cuja contribuição representa 49,990% do orçamento deste ano.

No mês de abril de 2022, o Brasil pagou parcialmente sua contribuição referente ao exercício 2021 (pagamento de US\$ 281.445,84). Nos meses de maio e dezembro de 2022, o Brasil fez novos pagamentos parciais da contribuição referente a 2021 (US\$ 3.213.941,34 e US\$ 7.947.017,88, respectivamente). A contribuição referente ao exercício 2022, por sua vez (US\$ 12.258.100,00), resta inteiramente por pagar.

Atualmente, o Brasil detém a maior dívida referente a exercícios passados (US\$ 12.258.195,00) dentre todos os Estados Membros da OEA junto ao Fundo Ordinário da Organização, atrás apenas dos valores em atraso pela Venezuela. Não obstante, não há, nos marcos normativos da OEA, previsão de ônus financeiro ou sanções financeiras para países que se encontrem em mora com suas contribuições, à exceção do ônus político de proibição, para Estados Membros que completem dois anos em mora, de recebimento de recursos da OEA para a realização de qualquer tipo de evento da Organização (reuniões, conferências, seminários ou cursos) nesses países.

OUTROS PROCESSOS E ORGANISMOS INTERAMERICANOS

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS)

Fundada em 1902, a OPAS tem personalidade jurídica própria. Integra o sistema interamericano e desempenha funções de escritório regional da OMS. Na qualidade de escritório regional da OMS, cabe à OPAS prestar cooperação técnica aos estados-membros (OMS tem papel normativo, de fomento de cooperação científica, etc., mas não é executor direto de cooperação técnica). Nesse sentido, a cooperação técnica com o Brasil é prestada pela OPAS.

A OPAS tem 35 estados membros, incluindo todos os estados do hemisfério, e 3 estados participantes (França, Países Baixos e Reino Unido), estados estes que embora não tenham sede de governo no hemisfério, consideram territórios ou grupos de

territórios no hemisfério como parte de seu território ou conduzem as relações internacionais destes. Há ainda estados associados e observadores, sem voto.

São os seguintes os órgãos diretivos da OPAS:

- a) Conferência Sanitária Pan-Americana (CSP) – Participam com voto todos os estados membros e estados participantes (estes não têm voto em temas relacionados com a constituição da OPAS). É o órgão supremo da organização e se reúne a cada cinco anos (setembro). Na prática, distingue-se do Conselho Diretivo apenas porque elege o(a) diretor(a) e aprova o plano estratégico quinquenal da organização e eventuais outros documentos de caráter estratégico de longo prazo (p.ex., a 29ª CSP, em 2017, aprovou a Agenda de Saúde Sustentável das Américas 2018-2030).
- b) Conselho Diretor (CD) – Participam todos os estados membros e estados participantes. Reúne-se anualmente (setembro), exceto nos anos em que a CSP ocorre. É o órgão que, por delegação da CSP, toma regularmente as principais decisões da organização (exceto as mencionadas acima).
- c) Comitê Executivo (CE) – Participam nove estados membros, eleitos pelo CD, para mandatos de três anos. Os demais estados membros participam como observadores. Reúne-se ordinariamente duas vezes por ano. A primeira reunião, em junho, fundamentalmente, prepara as reuniões do CD e a CSP; e a segunda, em setembro, imediatamente após o CD ou a CSP, dá orientações sobre a agenda de debates no ano seguinte. Pode tomar decisões por delegação do CD ou da CSP, mas, em geral, isso se limita a temas pontuais (p.ex., premiações, indicação de membros do comitê de auditoria, aprovação de modificações do estatuto e regulamento de pessoal, etc.). Uma exceção foi a reunião extraordinária, realizada no ano passado, que tratou das dificuldades financeiras da OPAS; mesmo nesse caso, as decisões versaram sobre processos posteriormente revistos pelo CD. Os membros atuais do CE são: Barbados, Brasil (mandato 2020-2023), Costa Rica, Cuba Equador, Estados Unidos da América, Haiti, México e Suriname.
- d) Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração (SPBA) – Participam sete estados membros, com mandatos de um ano, sendo quatro escolhidos entre os membros do CE-OPAS e três indicados pela D-OPAS. Os atuais membros são Barbados, Canadá, Equador, EUA, Guatemala, México e Uruguai. É um subcomitê do CE, e tem por função preparar os temas de administrativos e orçamentários, incluindo o orçamento-programa bienal (não discute estratégias e planos de ação técnicos). Reúne-se uma vez por ano, em março.
- e) Repartição Sanitária Pan-Americana - Nome do secretariado da OPAS, encarregado de implementar normas e iniciativas aprovadas pelas instâncias diretoras.

Cooperação técnica do Brasil com a OPAS

O Ajuste Complementar ao Convênio Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial da Saúde (OMS), de 16 de março de 2000, estabelece legalmente a relação direta da OPAS/OMS no Brasil com o Ministério da Saúde (MS) para o desenvolvimento da cooperação técnica por meio de termos de cooperação (TC).

Em seu Artigo III, o Ajuste Complementar estabelece como órgãos coordenadores de sua execução a OPAS Brasil e o MS. As duas instâncias têm responsabilidades conjuntas em selecionar, aprovar e apoiar os projetos e atividades acordados.

A cooperação técnica entre o Brasil e a OPAS tem como base a assinatura de Termos de Cooperação (TCs), cuja principal fonte de financiamento são contribuições voluntárias brasileiras. Via de regra, os TCs são assinados entre o MS diretamente com o escritório da OPAS em Brasília.

Segundo o MS, a OPAS tem desempenhado papel importante no processo de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e executado cooperação técnica alinhada com o PPA brasileiro, com o Plano Estratégico da Organização e com o Marco da Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF). A Organização também tem apoiado os sistemas de saúde estaduais e municipais, com projetos descentralizados de cooperação técnica, propiciando o desenvolvimento de ações em conformidade com as especificidades locais.

Ainda de acordo com o MS, a participação do Brasil na OPAS é considerada estratégica. Essa constatação deve-se, em grande medida, à participação significativa do Brasil no orçamento da OPAS, ao importante parque industrial brasileiro de medicamentos, vacinas e outros insumos, e da posição do país na defesa do acesso universal à saúde. O sistema regional possibilita ao Brasil, por exemplo, oferecer e receber doações de medicamentos e vacinas. Permite, ainda, que o governo brasileiro atue além das fronteiras nacionais, combatendo doenças endêmicas que, sem prevenção, entrariam mais facilmente em território nacional, como no caso da epidemia de sarampo na Venezuela. O MS avalia que, sem a atuação conjunta com a OPAS, o surto de sarampo não teria sido controlado.

O MS acionou a OPAS, ademais, para ações de fortalecimento institucional da pasta. O Brasil tem utilizado a estrutura e conhecimento técnico da Organização para poder atuar, conforme as diretrizes nacionais, com maior agilidade e eficiência, tanto em termos de recursos humanos quanto financeiros, em temas de saúde pública, tais como prevenção da dengue; implementação das políticas públicas de controle de DST/HIV/Aids e hepatites virais; prevenção e controle da malária; fortalecimento do sistema nacional de laboratórios de saúde pública e da rede nacional de alerta e resposta a emergências em saúde pública, entre outros.

No contexto da pandemia de COVID-19, o MS adquiriu, por meio da OPAS, 10 milhões de testes rápidos. Obteve, por meio da Organização, a cepa do vírus presente

no Brasil para sequenciamento genético e realização de treinamento de técnicos laboratoriais.

Participação do Brasil na OPAS

O Brasil tem buscado maior aproximação com a sede da OPAS, em Washington. A Missão do Brasil junto à OEA acompanha os temas de interesse do Brasil na Organização e participa, juntamente com o Ministério da Saúde, das reuniões dos órgãos diretivos da Organização.

Em parceria com a OPAS, o governo brasileiro tem atuado para a promoção de iniciativas sanitárias regionais, como a equidade na saúde, o combate a doenças, a melhoria da qualidade de vida e a elevação da expectativa de vida nas Américas. O país também contribui com a OPAS no aperfeiçoamento de políticas e serviços públicos de saúde, através da transferência de tecnologia e do trabalho de cooperação internacional nas áreas de epidemiologia, vacinas, medicamentos, recursos humanos, comunicação, promoção da saúde, controle de zoonoses e saúde e ambiente.

O Brasil é um dos países das Américas que mais se beneficia da assistência técnica da OPAS, sendo o que movimenta maior quantidade de recursos no âmbito da Organização para apoio e assistência técnica a suas políticas nacionais de saúde. O país se beneficia de forma considerável do Fundo Rotatório da OPAS para a Compra de Vacinas e do Fundo Estratégico para a compra de produtos de saúde, os quais permitem a realização de compras a custos mais baixos que os de mercado.

Atualmente, o Brasil ocupa assento no Comitê Executivo da OPAS (mandato 2020-2023). A eleição do país ao cargo, realizada durante o último Conselho Diretor da OPAS (set/2020), deu-se por aclamação, juntamente com a eleição de Cuba e Suriname, para as três vagas disponíveis. Em 2022, foi eleito, ademais, o brasileiro Jarbas Barbosa para o cargo de Diretor-Geral da Organização.

AS CÚPULAS DAS AMÉRICAS

A primeira Cúpula das Américas realizou-se em 1994, em Miami, ocasião em que os Estados Unidos lançaram proposta de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Seguiram-se as Cúpulas de Santiago (1998) e Quebec (2001), ainda dedicadas principalmente a impulsionar a ALCA. Na Cúpula de Mar del Plata (2005), o projeto foi abandonado. Veio a seguir a Cúpula de Port-of-Spain (2009), que foi dominada pela pressão dos países latino-americanos sobre os EUA para a admissão de Cuba no processo. As Cúpulas de Cartagena (2012) e Panamá (2015) foram eventos bastante dispersos e sem a aprovação de uma declaração final.

Em 2018, o Peru sediou a VIII Cúpula das Américas, que teve como tema “Governabilidade Democrática frente à Corrupção”. Na ocasião, foi adotado o “Compromisso de Lima”, que contém medidas nas áreas de: fortalecimento da

governabilidade democrática; transparência e acesso à informação; prevenção da corrupção; e cooperação jurídica internacional; entre outras.

No âmbito da VIII Cúpula das Américas, celebrou-se, sob o slogan “Feito nas Américas”, a III Cúpula Empresarial das Américas, na qual foram apresentadas recomendações do Diálogo Empresarial das Américas, mecanismo de diálogo público-privado de alto nível entre os líderes empresariais e governamentais, impulsionado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Cúpula das Américas é reconhecida como único foro regional que reúne os líderes do Hemisfério, mas, como se pôde perceber, os resultados e o foco do evento variam bastante. Nas últimas edições, os países anfitriões vinham escolhendo temas bastante genéricos e anódinos para tentar chegar a um consenso mínimo, sem maior sucesso.

Importa destacar que a Cúpula das Américas não é propriamente um evento da Organização dos Estados Americanos (OEA, cujo órgão máximo é a Assembleia-Geral, de nível ministerial), mas aquela Organização oferece os principais instrumentos de apoio e secretariado à realização das Cúpulas e ao acompanhamento de seus resultados.

A IX Cúpula das Américas e seu contexto político

Em julho de 2020, os EUA assumiram a presidência do processo de Cúpulas das Américas, com vistas à realização da IX Cúpula apenas em 2021, em razão da pandemia. A realização do evento, contudo, acabou sendo adiada novamente a meados de 2022.

A presidência norte-americana no processo de Cúpulas apresentou, em outubro de 2021, documento conceitual para a Cúpula, intitulado "Construção de um futuro Sustentável, Resiliente, e Equitativo", que tornou-se o tema da reunião. A intenção era que o texto não constituísse um dos documentos da Cúpula, mas tivesse tão somente a função de guiar as discussões dos documentos temáticos que emanariam da reunião.

A IX Cúpula das Américas realizou-se, finalmente, em Los Angeles, de 8 a 10/6/22. A delegação do Brasil foi chefiada pelo Presidente da República e integrada, entre outros, pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Ministro das Relações Exteriores. Participaram todos os países das Américas, exceto Cuba, Nicarágua e Venezuela (não convidados pelos EUA) e São Vicente e Granadinas. À margem da Cúpula, reuniram-se foros do setor privado, da juventude e da sociedade civil.

Sob a presidência norte-americana do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), órgão técnico de seguimento do processo de Cúpulas das Américas, foram negociados e aprovados cinco documentos finais, denominados Compromissos Políticos: "Programa Regional para a Transformação Digital", "Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática", "Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas", "Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável" e "Nosso Futuro Sustentável e Verde".

Em reunião ministerial do GRIC, à margem da 52ª AGOEA (outubro de 2022), aprovaram-se calendário e métodos de trabalho para o seguimento da implementação dos compromissos da IX Cúpula. Estão previstas reunião ministerial à margem da próxima AGOEA, a realizar-se em junho de 2023 em Washington, bem como reuniões ordinárias do GRIC, em bases trimestrais, até o final de 2023.

O seguimento dos Compromissos prevê: (i) a negociação de Plano de Ação sobre Saúde, segundo mandato expresso no Compromisso Político sobre Saúde e Resiliência, exercício que deve ter início proximamente; e (ii) a criação de grupos de trabalho ad-hoc, integrados por especialistas nacionais e com participação das áreas técnicas dos ministérios setoriais envolvidos, para efetuar o seguimento dos Compromissos Políticos em fortalecimento da democracia; desenvolvimento sustentável; transição energética; transição digital; e saúde.

Os compromissos políticos, bastante ambiciosos, referem-se a questões centrais para o desenvolvimento do conjunto da região e poderiam contribuir para uma atualização da agenda interamericana, inclusive da própria OEA, com ênfase renovada em questões relativas ao desenvolvimento integral da região, entre as quais o desenvolvimento sustentável, o combate à mudança do clima, a transição energética para um futuro de baixo carbono, a superação do fosso digital e a cooperação em saúde.

A IX Cúpula das Américas aconteceu em momento em que os EUA, por meio do governo de Joe Biden, buscava aproximar-se dos países latino-americanos e caribenhos, buscando reverter a dinâmica de distanciamento. Embora o tema da Cúpula tenha sido "Construção de um futuro Sustentável, Resiliente, e Equitativo", o tema de promoção da democracia – simbolizado pelo projeto de Compromisso Político “Plano de Ação Interamericano sobre Governança Democrática” – constituiu o carro-chefe das deliberações, figurando na maior parte dos discursos dos Chefes de Estado e Governo presentes à Cúpula.

INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA (IPGH)

Criado em 1928, o IPGH é uma organização internacional, científica e técnica da OEA. O Instituto dedica-se à produção e à transferência de conhecimento em áreas de cartografia, geografia, história e geofísica, a fim de manter atualizados e em permanente comunicação os investigadores e as instituições científicas dos Estados membros. Dentre os objetivos do IPGH, sobressai o de propiciar o desenvolvimento de bancos de dados, para apoiar a tomada de decisões, tornar os sistemas de alertas mais eficientes e melhorar a resposta em situações de desastre, além de definir ações que contribuam para a integração regional.

O Brasil desempenha papel de relevo desde a fundação do IPGH, cuja sessão inaugural realizou-se no Rio de Janeiro. Em 1949, o Instituto foi incorporado à OEA como organismo especializado e promulgado, no Brasil, pelo Decreto 30.544 de 14/02/1952. O organismo conta, desde então, com Secretariado permanente e quatro comissões especializadas (Geografia, História, Cartografia e Geofísica). O IPGH presta apoio ao Brasil, particularmente por meio de cooperação com o IBGE e pela realização

de cursos, painéis e seminários com universidades. A participação do Brasil no IPGH coaduna-se com os objetivos de produção de conteúdo, formação de recursos humanos e incorporação do conhecimento gerado. As atividades do IPGH são complementares às do IBGE, pois, além de ser foro de debate no continente americano, o primeiro oferece subsídios para o instituto brasileiro.

O Ato Constitutivo do IPGH foi aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro por meio do Decreto Legislativo nº 103, de 22 de agosto de 2017, e depositado junto ao secretariado do IPGH em 23 de março de 2018. A ratificação do instrumento vinha sendo apresentada, desde 2010, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como condição necessária para que se procedesse ao pagamento das quotas do Instituto. Com o depósito do instrumento de ratificação, em 2018, o Ato Constitutivo entrou em vigor para o Brasil, no plano jurídico internacional. Em 17 de abril de 2019, o MRE encaminhou Mensagem à Presidência, elevando à consideração do PR projeto de Decreto de Promulgação do Ato Constitutivo do IPGH. A promulgação do decreto presidencial é necessária à internalização do documento ao ordenamento jurídico brasileiro, o que conferirá embasamento legal para o pagamento das contribuições brasileiras ao Instituto.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)

Organismo especializado em agricultura do sistema interamericano, o IICA estimula, promove e apoia os esforços dos estados-membros para alcançar desenvolvimento agrícola e bem-estar rural mediante oferta de cooperação aos seus 34 Estados Membros em temas como desenvolvimento agrícola, bem-estar rural, tecnologia e inovação para a agricultura, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, comércio agropecuário internacional, agricultura familiar, desenvolvimento rural, gestão dos recursos naturais e bioeconomia.

O IICA foi fundado em 1942, e tem sede na Costa Rica; o acompanhamento direto do organismo está a cargo da Embaixada do Brasil naquela capital. O veterinário argentino Manuel Otero foi eleito para o cargo de Diretor-Geral em 2018, tendo sido reeleito para cargo em 2021, com patrocínio da Argentina e apoio do Brasil. Na alta chefia do IICA, estão três nacionais brasileiros: Braulio Cesar Britto Heinze, Diretor de Serviços Corporativos; Fernando Henrique Schwanke, Diretor de Projetos; e Francisco F.C. Mello, Gerente de Gestão do Conhecimento e Cooperação Horizontal.

O IICA tem sido importante parceiro no sentido de facilitar a construção de posições consensuais na região e de auxiliar a divulgação de posições de interesse do Brasil. O País tem atuado com o IICA na promoção de iniciativas de coordenação regional para a atuação em bloco no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC, por meio da realização de workshops e de reuniões preparatórias. Foi nesse contexto que surgiu a Declaração Ministerial sobre SPS da 12ª Conferência Ministerial, concebida por Brasil, Canadá e Estados Unidos, e amplamente copatrocinada pelos países da região.

O Brasil mantém com o IICA, ademais, principalmente por intermédio do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), importantes ações de cooperação técnica. São 22 iniciativas em curso, que incluem regularização ambiental no Cerrado, segurança alimentar e gestão de recursos hídricos, por exemplo. O Brasil é um dos países de referência no IICA, razão pela qual o Instituto mantém escritório de representação em Brasília.

O IICA também foi instrumental no fortalecimento das posições regionais latino-americanas no âmbito do Codex Alimentarius FAO/OMS, com efeitos positivos sobre a coordenação regional, em prol da garantia do princípio científico e do respeito ao mandato do órgão na garantia de padrões globais de segurança de alimentos.

O valor total do orçamento do IICA para 2023 é de US\$ 32 milhões. O Brasil é o segundo maior contribuinte, juntamente com o Canadá, respondendo por 15,3% do total, ou US\$ 4,49 milhões neste ano. Em março corrente, o País efetuou pagamento de US\$ 3,9 milhões, referentes a saldo do exercício de 2021. Seguem pendentes, no momento, US\$ 8,7 milhões referentes a 2022 (US\$ 4,21 milhões) e 2023 (US\$ 4,49 milhões).

Em janeiro deste ano, o Diretor-Geral do IICA, Manuel Otero, realizou visita ao Brasil. Encontrou-se com os Ministros da Agricultura Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, e da Integração e Desenvolvimento Regional, assim como com a Secretária-Geral das Relações Exteriores e com o Secretário-Executivo do Meio Ambiente. Entre os temas tratados, estiveram o equilíbrio entre produtividade e meio ambiente e o empoderamento das comunidades rurais, inclusive na perspectiva de gênero. Na ocasião, Otero apoiou a candidatura da cidade de Belém como sede da COP-30 e expressou solidariedade à população Yanomâmi.

CRONOLOGIA HISTÓRICA		
ANO	EVENTO	PARTICIPAÇÃO DO BRASIL
Outubro de 1889 a abril de 1890	Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas	Brasil participou da 1ª e das 9 posteriores, em anos alternados, até 1954
1902	Criação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)	Brasil foi um dos fundadores
1910	Criação da União Panamericana (UPA) na IV Conferência Internacional Americana, em Buenos Aires	Brasil foi um dos fundadores
1928	Criação do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH)	Brasil foi um dos fundadores
1942	Criação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	Brasil foi um dos fundadores
1947	Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança no Continente (Rio de Janeiro)	Brasil conduziu as negociações que resultaram na adoção do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)
1948	Criação da Organização dos Estados Americanos, com a adoção da Carta da OEA (Bogotá)	Brasil foi um dos signatários da Carta
1948	Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (Bogotá)	Brasil foi um dos signatários do documento
1959	Criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)	Brasil foi um dos fundadores
1962	Resolução da OEA suspende Cuba das atividades da organização	Brasil absteve-se na votação

1969	Convenção Americana de Direitos Humanos ("Pacto de San José", Costa Rica)	Brasil foi signatário
1970	As Conferências de Estados americanos são substituídas pelas sessões da Assembleia-Geral da OEA (AGOEAS)	Brasil participou de todas as AGOEAS. O último período ordinário foi realizado em Cancún, em 2017.
1994	Adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará. Posterior criação de seu mecanismo de seguimento (MESECVI)	Brasil, sede da AGOEAS, liderou as negociações para aprovação do documento
1994	Primeira Cúpula das Américas (Miami)	Brasil participou de todas as edições. Em 2018 ocorreu a VIII edição, em Lima, Peru. A IX Cúpula ocorrerá nos EUA, em 2021.
2009	OEA faz cessarem os efeitos da Resolução que havia suspenso Cuba	Brasil apoiou a decisão
2014	XXI Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente, ocorrido em Brasília.	O status do Congresso foi elevado ao de Conferência Especializada pela AGOEAS por proposta brasileira.

ATOS INTERNACIONAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação no DOU
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos referente aos Privilégios e Imunidades dos Observadores das Eleições Gerais a celebrarem-se em 2 de outubro de 2022, em primeiro turno, e 30 de outubro de 2022, em segundo turno	05/07/2022	05/07/2022	30/08/2022
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos referente aos privilégios e imunidades dos observadores das eleições municipais a celebrarem-se em 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e 29 de novembro de 2020, em segundo turno	09/10/2020	09/10/2020	03/11/2020
Acordo de Cooperação Internacional entre o Ministério da Cidadania e a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas da Organização dos Estados Americanos (CICAD/OEA)	02/07/2020	09/07/2020	09/07/2020
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos referente aos privilégios e imunidades dos observadores das eleições gerais de 2018	23/08/2018	23/08/2018	27/08/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos referente aos privilégios e imunidades dos observadores das eleições municipais a celebrarem-se em 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e 29 de novembro de 2020, em segundo turno	09/10/2020	09/10/2020	03/11/2020
Acordo entre o Tribunal Superior Eleitoral da República Federativa do Brasil e a Secretaria-	11/12/2017	11/12/2017	

Geral da Organização dos Estados Americanos referente ao procedimento de observação das eleições gerais de 2018			
Carta Social das Américas	04/06/2012		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretária-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica Triangular em Terceiros Países	07/06/2010	07/06/2010	31/08/2016
Termo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Organização dos Estados Americanos para a Execução do Projeto “Fortalecimento dos Sistemas de Acreditação dos Países da América Através da IAAC (Cooperación Inter-Americana de Acreditación) como Veículo para Facilitar o Comércio Internacional e na Região”	30/07/2008	30/07/2008	
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a OEA	23/05/2006	28/11/2007	04/11/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil, por meio da SENAD, e a Secretaria-Geral da OEA (SG/OEA), através da SE/CICAD, para Implementação de Projetos de Cooperação Horizontal	08/12/2005		MRE (sujeito à apreciação do Legislativo)
Convênio de Cooperação técnica entre o TSE do Brasil e a Secretaria-Geral da OEA para a Realização de Projetos Piloto de Automatização do Voto	17/07/2002	17/07/2002	26/10/2005
Carta Democrática Interamericana	11/09/2001		
Convenção Interamericana contra a Corrupção	29/03/1996	24/08/2002	08/10/2002
4º Protocolo de Reforma da Carta da OEA, "Protocolo de Manágua"	10/06/1993	29/01/1996	20/07/1998
3º Protocolo de Reforma da Carta da OEA, "Protocolo de Washington"	14/12/1992	25/09/1997	28/08/1998
Acordo sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da OEA, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades	23/02/1988	03/03/1994	14/04/1994
2º Protocolo de Reforma da Carta da OEA, "Protocolo de Cartagena das Índias"	05/12/1985	30/10/1988	09/03/1989

Acordo sobre Prestação de Assistência Técnica para Controle da Erosão no Noroeste do Estado do Paraná.	21/05/1971	21/05/1971	15/07/1971
Convênio para a Instalação de um Escritório Sub-Regional do Centro Interamericano de Promoções de Exportações em São Paulo	28/01/1970	28/01/1970	20/04/1970
Convenção Americana sobre Direitos Humanos	22/11/1969	25/09/1992	09/11/1992
1º Protocolo de Reforma da Carta da OEA, "Protocolo de Buenos Aires	27/02/1967		31/01/1968
Convênio entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Instituto Pan-Americano de Geografia e História para funcionamento, no Brasil, do Centro Pan-Americano de Aperfeiçoamento para Pesquisas de Recursos Naturais	01/11/1955		MRE (sujeito à apreciação do Legislativo)
Carta da Organização dos Estados Americanos	30/04/1948	13/12/1951	19/02/1952
Tratado Interamericano de Soluções Pacíficas (Pacto de Bogotá)	30/04/1948	16/11/1965	
Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)	02/09/1947	25/03/1948	
Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH)	07/02/1928		Aguarda-se decreto de promulgação para entrada em vigor no país

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MISSÃO PERMANENTE DO BRASIL
JUNTO À ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**

Candidato: BENONI BELLI

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Benoni Belli**

Benoni Belli, natural de Florianópolis (SC), ingressou no Instituto Rio Branco em 1994. Exerce desde junho de 2020 a função de Cônsul-Geral do Brasil em Chicago (EUA). Ao longo da carreira diplomática, serviu nos seguintes postos no exterior: chefe da Chancelaria e Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Washington (2013 a 2017); Conselheiro comissionado e chefe do setor político, de imprensa e divulgação da Embaixada em Argel (2006 a 2008); Primeiro Secretário e chefe do Setor de Promoção Comercial e Turismo da Embaixada em Buenos Aires (2002 a 2006); Segundo Secretário encarregado de direitos humanos e assuntos humanitários na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (1999 a 2002).

No Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, exerceu as funções de Diretor do Departamento de Estados Unidos da América (2019 a 2020); Secretário de Planejamento Diplomático (biênio 2017-2018); Chefe da Divisão de América Meridional I (2008 a 2012), unidade então encarregada das relações bilaterais com Argentina e Uruguai; e assessor da Divisão de Direitos Humanos e do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (1995 a 1999).

Graduado em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é mestre em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e ex-bolsista do programa de formação de quadros profissionais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) no biênio 1992-1993. Foi professor da disciplina “Planejamento Diplomático” no Instituto Rio Branco entre 2017 e 2018.

Autor dos livros “Tolerância Zero e Democracia no Brasil” e “A Politização dos Direitos Humanos”, ambos publicados pela editora Perspectiva de São Paulo. É autor de diversos artigos e organizador dos seguintes livros: “The Road Ahead: The 21st-Century World Order in the Eyes of Policy Planners”, publicado em 2018 pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG); “Colonial Legacies in the Luso-Brazilian World”, publicado em 2022 pela Biblioteca Newberry de Chicago; e “O Brasil e o Mundo: estudos sobre o pensamento de Gelson Fonseca Junior”, publicado em 2023 pela FUNAG.

A título pessoal, é também “Senior Fellow” do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e membro do Conselho Editorial da CEBRI-Revista.

ASPECTOS DA ATUAÇÃO BRASILEIRA NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E NA ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE

(elaborado pelo Embaixador Otávio Brandelli, que deixa o posto)

I – Principais áreas de atuação das Organizações Internacionais sob responsabilidade do Posto:

1. A Organização dos Estados Americanos (OEA) constitui o principal foro político do continente americano. Reúne, em princípio, todos os 35 países das Américas. Não obstante, Cuba, Venezuela e Nicarágua afastaram-se, em diferentes momentos históricos, da organização. A organização é importante caixa de ressonância da política hemisférica.
2. A agenda da OEA passou por profundo processo de transformação ao longo dos anos 1990 e 2000, após o fim da guerra fria, concentrando atualmente suas atividades em quatro pilares, a saber: i) democracia; ii) direitos humanos; iii) desenvolvimento integral; e iv) segurança multidimensional.
3. A Assembleia Geral da OEA (AGOEA) é o órgão supremo da Organização e se reúne, ordinariamente, a cada ano, em local e data determinados durante a Assembleia anterior. Cabe à AGOEA decidir sobre a ação e política geral da OEA, estabelecer normas para coordenação com outros órgãos e aprovar o orçamento anual, entre outras competências.
4. No pilar de democracia, o principal órgão diretivo é o Conselho Permanente (CP), criado pela Carta da OEA (Capítulo XII) e que se reúne de forma ordinária pelo menos duas vezes por mês. A presidência do CP é exercida de forma rotativa, por períodos de três meses, pelos Representantes Permanentes dos Estados Membros, de acordo com a ordem alfabética.
5. A Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP), por sua vez, é órgão subsidiário do Conselho permanente, encarregado de negociar e preparar resoluções sobre temas políticos, jurídicos e de direitos humanos. Também é responsável pelo cumprimento de mandatos encaminhados pelo CP.
6. Destaca-se, ainda, no âmbito do pilar de democracia, a atuação do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO), sob a Secretaria para Fortalecimento da Democracia (SFD), responsável pela realização de Missões de Observação Eleitoral (MOE) e cooperação na matéria nos países da região. O Brasil, até a data, recebeu três MOEs, sendo a última delas durante as eleições de outubro de 2022.
7. No âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), cabe à Missão Permanente do Brasil junto à OEA o acompanhamento dos temas relativos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), como demandas contra o Estado brasileiro, Comunicados de Imprensa publicados e eventuais candidaturas nacionais à Comissão e à Corte IDH, que tem entre seus membros o juiz brasileiro Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch.
8. As principais instâncias da OEA com iniciativas no Pilar de Direitos Humanos são: a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP); e a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM). A Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade (SADE) é a seção do secretariado da OEA que dá suporte aos trabalhos das Comissões.
9. O pilar de desenvolvimento integral, que encontra amparo no capítulo VII da Carta da OEA, prevê a união de esforços dos estados membros na promoção da cooperação

- interamericana nos campos econômico, social, cultural, educacional, científico e tecnológico. É o mais amplo e diversificado pilar da OEA, abrangendo os debates e as ações da Organização conduzidos com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável nos países do continente.
10. No pilar de segurança multidimensional, o principal órgão diretivo é a Comissão de Segurança Hemisférica (CSH). A Declaração de Bridgetown (2002) e a Declaração sobre Segurança nas Américas (2003) firmaram o conceito de "segurança multidimensional", que tem por base a ideia de que o ser humano é também objeto da segurança ("segurança humana"), e não somente os Estados. Engloba, assim, não apenas os desafios tradicionais de defesa, mas também ameaças como terrorismo, narcotráfico, crime organizado, além de vulnerabilidades econômicas e sociais, que podem ser exacerbadas por eventos como pandemias e desastres naturais.
 11. A CSH coordena o trabalho de três comissões auxiliares: (i) a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD); (ii) o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE); e (iii) a Junta Interamericana de Defesa (JID), cujo Conselho de Delegados é presidido pelo Almirante brasileiro Alexandre Rabello de Faria. A Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM), por sua vez, dirigida atualmente pelo brasileiro Luis Fernando Lima Oliveira, é a seção do secretariado da OEA responsável por apoiar os trabalhos da CSH.
 12. A Missão junto à OEA também é responsável pelo acompanhamento da atuação brasileira junto à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Fundada em 1902, a OPAS tem personalidade jurídica própria. Integra o sistema interamericano e desempenha funções de escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS). Na qualidade de escritório regional da OMS, cabe à OPAS prestar cooperação técnica aos estados-membros (OMS tem papel normativo, de fomento de cooperação científica, mas não é executor direto de cooperação técnica). Nesse sentido, a cooperação técnica com o Brasil é prestada pela OPAS. A OPAS tem 35 estados membros (todos os estados das Américas) e 3 estados participantes (França, Países Baixos e Reino Unido).
 13. O Ajuste Complementar ao Convênio Básico entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial da Saúde (OMS), de 16/3/2000, estabelece legalmente a relação direta da OPAS/OMS no Brasil com o Ministério da Saúde (MS) para o desenvolvimento da cooperação técnica por meio de termos de cooperação (TC), tendo a OPAS Brasil e o MS como órgãos coordenadores.
 14. São os seguintes os órgãos diretivos da OPAS:
 - a. Conferência Sanitária Pan-Americana (CSP), órgão supremo da organização que se reúne a cada cinco anos em setembro e do qual participam com voto todos os estados membros e estados participantes;
 - b. Conselho Diretor (CD), órgão composto por todos os estados membros e estados participantes, que se reúne anualmente (setembro) - exceto nos anos em que a CSP ocorre - e que, por delegação da CSP, toma regularmente as principais decisões da Organização;
 - c. Comitê Executivo (CE), órgão preparatório das reuniões do CP e da CSP, que se reúne duas vezes por ano e do qual participam nove estados membros, eleitos pelo CD, para mandatos de três anos;

- d. Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração (SPBA), órgão responsável pela preparação dos temas administrativos e orçamentários, incluindo o orçamento-programa bienal, do qual participam sete estados membros, com mandatos de um ano, sendo quatro escolhidos entre os membros do CE-OPAS e três indicados pela D-OPAS; e
 - e. Repartição Sanitária Pan-Americana - secretariado da OPAS, encarregado de implementar normas e iniciativas aprovadas pelas instâncias diretoras.
15. O Diretor da OPAS é o Doutor Jarbas Barbosa, brasileiro, eleito em setembro de 2022 para mandato de 5 anos (2023-2028), com a possibilidade de uma reeleição.

II – Temas de particular interesse do Brasil na OEA e na OPAS, com indicação dos posicionamentos nacionais vigentes e aspectos mais sensíveis:

1. É de grande interesse para o Brasil a atuação no pilar de democracia, uma vez que o panorama político nas Américas, sobretudo a situação democrática e eleitoral em países específicos, motiva intensos trabalhos na OEA e demanda particular engajamento do Brasil.
2. O Brasil defende, de forma permanente, que a OEA concentre sua atuação em áreas de cooperação alinhadas aos interesses dos países em desenvolvimento, dos processos setoriais existentes e de acordo com as capacidades técnicas da Organização. Alguns estados membros, sobretudo aqueles de menor desenvolvimento relativo, têm a OEA como fonte relevante de cooperação técnica e assistência em diferentes áreas e buscam ampliar o peso do pilar de desenvolvimento integral na estrutura da Organização, objetivo alinhado com os interesses brasileiros.
3. O Brasil também tem grande interesse no pilar da segurança multidimensional, com a tradicional participação brasileira na Junta Interamericana de Defesa nas instâncias encarregadas de temas como combate a drogas, crime organizado transnacional, lavagem de dinheiro e outros desafios.
4. Na área de direitos humanos, o Brasil tem atuado para fortalecer o sistema interamericano com vistas à proteção e promoção desses direitos, buscando garantir a tramitação célere de petições individuais, um intercâmbio produtivo com relatores e também a transparência e a segurança jurídica nas decisões.
5. No que tange à OPAS, o Brasil busca apoiar as demandas do Ministério da Saúde junto a essa Organização, ampliando os contatos com o secretariado da OPAS em Washington, em complemento à cooperação tradicional entre o Ministério da Saúde e o escritório da Organização em Brasília.
6. É objetivo permanente do Brasil contribuir para a intensificação da parceria com a OPAS para a promoção de iniciativas sanitárias regionais, como a equidade na saúde, a atenção primária, o combate a doenças, a melhoria da qualidade de vida e a elevação da expectativa de vida nas Américas, além do aperfeiçoamento de políticas e serviços públicos de saúde, por meio da transferência de tecnologia e do trabalho de cooperação internacional nas áreas de epidemiologia, vacinas, medicamentos, recursos humanos, comunicação, promoção da saúde, controle de zoonoses e saúde e ambiente.

III – Calendário de atividades, com referência a ciclos de governança, conferências e outros debates de interesse no futuro próximo:

1. A 53ª AGOEA ocorrerá em Washington (DC), na sede da OEA, de 21 a 23/06/2023, sob o lema “Promoção, Proteção e Igualdade de Direitos Humanos nas Américas”.
2. O Brasil deverá assumir a presidência do Conselho Permanente da OEA no primeiro trimestre de 2025.
3. Em 2023, está prevista a realização de dois Períodos Ordinários de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH): a 187ª edição (10-21/07/2023, em Washington D.C.) e a 188ª edição (que a CIDH solicitou seja realizada de maneira presencial no Brasil, no último trimestre).
4. Em outubro de 2023, está prevista a realização da 4ª Reunião Interamericana de Ministros de Desenvolvimento Sustentável, nas Bahamas, com o tema “Ação climática: construindo uma agenda regional para garantir nosso futuro”.
5. A Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos da OEA reúne-se mensalmente, conforme calendário aprovado anualmente. Para o restante do primeiro semestre de 2023, preveem-se sessões sobre os seguintes temas: (i) apresentação e deliberação sobre relatórios da CIDH (20/4); (ii) atuação de defensorias públicas dos países da região em prol das pessoas que fazem uso de serviços públicos sobre saúde mental (27/4); (iii) direitos humanos das pessoas LGBTI (11/5); (iv) direito à liberdade de expressão e o jornalismo nas Américas (18/5); e v) acessibilidade e inclusão digital (18/5).
6. Em 2023, estão previstas sessões de trabalho dos seguintes mecanismos subordinados à Comissão de Segurança Hemisférica da OEA (CSH): (i) Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), em abril e em dezembro; (ii) Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), em data a definir; e (iii) Junta Interamericana de Defesa (JID), que mantém cerca de 10 reuniões ordinárias ao ano.
7. O Grupo de Trabalho sobre a Situação no Haiti, criado pelo Conselho Permanente, deverá reunir-se mensalmente até a 53ª Assembleia-Geral da OEA. O plano de trabalho vigente prevê reuniões quinzenais de três subgrupos temáticos.
8. A Conferência Sanitária Pan-Americana, que se reúne a cada cinco anos, se reunirá apenas em 2027. Nos anos em que a Conferência não se reúne, o Conselho Diretor da OPAS atua em nome da Conferência, reunindo-se ao menos uma vez ao ano. O Conselho terá sua 60ª Sessão em 25-29/09/2023.

IV – Grupos de interesse e coalizões de países que atuam nos diversos temas nas organizações sob alçada do Posto, assim como indicação da participação brasileira nesses grupos/coalizões:

1. Os principais grupos de países na OEA são os seguintes: (i) Grupo 10: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e México; (ii) CARICOM: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago; e (iii) SICA: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá.
2. Estados Unidos e Canadá não fazem parte de grupos regionais formalizados.
3. Na área de direitos humanos, o Brasil é membro fundador e participa ativamente de reuniões de coordenação de posições, “webinars”, eventos comemorativos de efemérides e outras iniciativas no âmbito dos três “core groups” temáticos integrados

por coalizões de Estados-membros da OEA, os quais versam sobre os seguintes temas: a) direitos humanos das pessoas LGBTI (coordenação de turno da Colômbia); b) direitos humanos das pessoas com deficiência e c) liberdade de expressão e o jornalismo nas Américas (ambos atualmente coordenados pela Missão do Chile).

V – Situação do pagamento das contribuições à OEA e à OPAS e outras possíveis pendências brasileiras relacionadas aos mandatos em particular:

1. No que se refere à OEA, a contribuição do Brasil para 2023 foi definida, pela Assembleia Geral, em US\$ 13.073.700,00. O país figura como o 2º maior contribuinte para o organismo, representando 15,309% do orçamento total para 2023, depois dos EUA, cuja contribuição representa 49,990% do orçamento deste ano.
2. Do exercício 2021, ainda restam US\$ 94,94 a serem pagos pelo Brasil; já a contribuição referente ao exercício 2022 (US\$ 12.258.100,00) resta inteiramente por pagar. O Brasil tem até 30/4/2023 para pagar sua contribuição referente a 2023. Dessa forma, o Brasil, atualmente, detém a maior dívida referente a exercícios passados (US\$ 12.258.195,00) junto à Organização dentre todos os Estados Membros, atrás apenas dos valores em atraso pela Venezuela.
3. Não há, nos marcos normativos da OEA, previsão de ônus financeiro ou sanções financeiras para países em mora com suas contribuições, à exceção do ônus político de proibição, para Estados Membros que completem dois anos em mora, de recebimento de recursos da OEA para a realização de qualquer tipo de evento da Organização (reuniões, conferências, seminários ou cursos) nesses países.
4. No caso da OPAS, o valor da contribuição obrigatória do Brasil para 2023 é de US\$ 14.880.348,00, o que representa 15,309% da escala de contribuições - a escala de contribuições dos estados membros da OPAS reproduz aquela da OEA.
5. Do exercício 2021, ainda restam US\$ 65,00 a serem pagos pelo Brasil; já a contribuição referente ao exercício 2022, por sua vez (US\$ 13.956.948,00), resta inteiramente por pagar. O Brasil tem até 31/12/2023 para pagar sua contribuição referente a 2023. O Brasil, atualmente, detém a maior dívida referente a exercícios passados (US\$ 13.957.013,00) junto à OPAS dentre todos os Estados Membros.
6. Conforme o Artigo 6B da Constituição da OPAS, perde o direito a voto o país que, quando de início de uma sessão do Conselho Diretor ou da Conferência Sanitária Pan-Americana, estiver em atraso com quantia maior do que a soma de contribuições integrais de dois anos. Caso o Brasil permaneça, até 25/09/2023, com débito acima de US\$ 28.837.296,00 (soma das contribuições devidas de 2022 e 2023), corre o risco de perder o direito a voto na OPAS.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser modelo de eficiência na projeção e defesa dos interesses do Brasil no âmbito da Organização dos Estados Americanos no que diz respeito a todos os mecanismos, atividades e iniciativas relativos aos quatro pilares da visão estratégica da Organização: democracia, direitos humanos, desenvolvimento integral e segurança multidimensional.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) e seus organismos especializados e órgãos independentes.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios da Organização dos Estados Americanos, com vistas à promoção dos interesses brasileiros e à construção de uma região pacífica, estável e próspera.
2. Contribuir para a busca de consensos no tratamento de questões políticas regionais, inclusive por meio das atividades da Organização nos campos da mediação e cooperação para o fortalecimento do Estado de Direito e da democracia.
3. Aprofundar o diálogo com peritos independentes e demais Estados membros, com vistas ao contínuo aprimoramento do sistema interamericano de direitos humanos, garantindo segurança jurídica e previsibilidade às decisões emanadas do sistema, em particular a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).
4. Conferir ao desenvolvimento integral um sentido prático de promoção de iniciativas capazes de gerar bem-estar, com ênfase em projetos de desenvolvimento sustentável que, a um só tempo, gerem renda e empregos de qualidade e contribuam para os esforços de combate à mudança do clima e à redução de desigualdades.
5. Fortalecer o engajamento dos diversos ministérios e interlocutores brasileiros na diversificada agenda interamericana de segurança e defesa, em particular nos temas de construção da confiança, desminagem, combate ao crime organizado transnacional, lavagem de dinheiro, e tráfico de drogas e pessoas.
6. Facilitar a identificação de novas oportunidades de cooperação interamericana de interesse brasileiro e aprofundar a cooperação já existente com agências especializadas da OEA, em particular a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Comissão Interamericana de Mulheres e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

7. Divulgar a cooperação e o engajamento brasileiros no sistema da OEA, por meio da dinamização do uso de redes sociais e outras ações de diplomacia pública, contribuindo para prestação de contas ao público das atividades realizadas.
8. Contribuir para aprimorar práticas de governança, gestão e transparência da OEA e suas agências especializadas.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - promoção de comércio e investimentos;

À luz das competências atribuídas à Missão Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, a promoção de comércio e investimento não está diretamente relacionada às áreas de atuação do posto. Não obstante, as áreas de atuação do posto permitem projeção multilateral positiva do Brasil que, por sua vez, pode favorecer o país em negociações comerciais e gerar maiores fluxos de investimentos produtivos. Além disso, a Missão poderá acompanhar o segmento empresarial da próxima Cúpula das Américas (ainda sem data definida), bem como eventuais desdobramentos relativos à Carta Empresarial Interamericana (aprovada pela 51ª Assembleia-Geral da OEA em novembro de 2021).

II - relações políticas bilaterais;

O tema não está diretamente relacionado às áreas de atuação do Posto. Não obstante, os contatos do Representante Permanente com os homólogos de países membros e observadores permanentes podem propiciar canais adicionais de diálogo e intercâmbio de informações de utilidade para a condução dos relacionamentos bilaterais do Brasil com os demais Estados membros da OEA.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Meta 1: Fortalecer a atuação do Brasil nos quatro pilares em torno dos quais se organizam as atividades do sistema interamericano: democracia, segurança multidimensional, desenvolvimento integral e direitos humanos.

- a) Contribuir para o contínuo aprimoramento do diálogo político de alto nível, de modo a favorecer soluções negociadas para os desafios da Organização e de seus Estados membros nos quatro pilares estratégicos;

- b) Buscar aumentar o peso político relativo do pilar de desenvolvimento integral no âmbito da OEA, com o sentido prático de gerar resultados, em particular em projetos de desenvolvimento sustentável;
- c) Acompanhar o processo de seguimento da IX Cúpula das Américas (Los Angeles, EUA, junho de 2022), em linha com as diretrizes e posições da política externa brasileira;
- d) Analisar regularmente as consequências políticas, institucionais e econômicas relativas aos pagamentos das obrigações financeiras junto a OEA, Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH);
- e) Apoiar candidaturas brasileiras no âmbito da OEA e de seus organismos especializados;
- f) Aumentar a presença de funcionários brasileiros na OEA e seus organismos especializados.

Meta 2: Cooperar para o fortalecimento da democracia nas Américas.

- a) Atuar nas discussões sobre situação democrática e eleitoral em países específicos, em linha com as diretrizes e posições da política externa brasileira, buscando a construção de consensos por meio do diálogo político e da negociação diplomática;
- b) Reforçar as capacidades da Organização no uso de mecanismos de mediação e bons ofícios para superação de crises e situações internas, a pedido dos Estados interessados;
- c) Apoiar o trabalho de cooperação e observação eleitoral da OEA.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Evolução percentual do número de reuniões com participação da Missão, do número de gestões bilaterais ou pessoais realizadas, do número de intervenções realizadas e dos relatos de resultados concretos dessas ações, à luz das diretrizes e posições da política externa brasileira;
- b) Número de resoluções e declarações propostas, co-patrocinadas ou negociadas pelo Brasil;
- c) Número de relatórios com análise conjuntural enviados a Brasília;
- d) Valor das contribuições voluntárias ao Fundo do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral da OEA;
- e) Número de países beneficiados por Missões de Observação Eleitoral
- f) Número de Missões de Observação Eleitoral que contaram com recursos oriundo das contribuições voluntárias brasileiras;
- g) Número de Missões de Observação Eleitoral no Brasil e em outros Estados membros realizadas com apoio brasileiro;
- h) Número de candidaturas brasileiras bem sucedidas nos processos eleitorais da OEA;
- i) Número de funcionários brasileiros nas organizações do sistema interamericano.

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

Meta 1: Fortalecer ações de divulgação da imagem do Brasil pelas redes sociais e por meio da participação em eventos paralelos promovidos por outros Estados membros, órgãos da OEA e entidades não-governamentais.

- a) Intensificar o uso das mídias sociais do Posto para promoção de temas, ações e eventos de interesse do Brasil nas áreas sob sua responsabilidade;
- b) Participar de eventos, seminários e colóquios organizados por outros Estados membros, órgãos da OEA e entidades não-governamentais para divulgar as posições do Brasil e reforçar a imagem do país como um construtor de consensos e facilitador do diálogo;
- c) Dialogar com representantes dos chamados “think tanks” especializados em temas interamericanos e outros interessados, com o intuito de divulgar e explicar as posições do Brasil conforme as diretrizes da política externa.

Meta 2: Organizar, promover ou contribuir para eventos de projeção da cultura brasileira e a imagem do Brasil junto à OEA e interlocutores do Posto.

- a) Participar e incentivar a participação brasileira nas reuniões interamericanas de autoridades da área de turismo e nas discussões sobre turismo no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), bem como envia esforços por resultados favoráveis aos interesses brasileiros;
- b) Participar e incentivar a participação brasileira nas reuniões interamericanas de autoridades da área de cultura (Conselho Interamericano de Cultura e Reunião de Ministros da Cultura), bem como participar das discussões sobre cultura no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI);
- c) Participar e realizar eventos culturais, com a cooperação da OEA, de projeção da cultura brasileira, eventualmente em colaboração com a Embaixada e o Consulado brasileiros em Washington;
- d) Uso ativo das redes sociais para divulgar iniciativas do Posto, informações sobre cultura brasileira e eventos culturais com a participação da Missão.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões nas áreas de turismo e cultura;
- b) Número de aprovações de iniciativas propostas ou co-patrocinadas pelo Brasil;
- c) Número de atividades culturais relacionadas ao Brasil organizadas pela Missão ou que contem com a sua participação;
- d) Número de postagens em redes sociais relativas a temas, ações e eventos de interesse do Brasil nas áreas sob responsabilidade do Posto;
- e) Número de seguidores dos perfis da Missão nas redes sociais;
- f) Número de seminários, colóquios e encontros não-oficiais que contam com a participação do Posto;

- g) Número de reuniões e conversas com formadores de opinião de “think tanks” e da sociedade civil sobre temas sob responsabilidade do Posto.

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Meta 1: Acompanhar eventual tratamento do tema de desenvolvimento sustentável e mudança do clima na OEA e no Processo de Cúpulas das Américas.

- a) Atuar para que os debates sobre o tema se concentrem em projetos que gerem renda e respeitem o meio ambiente, à luz dos compromissos e prioridades brasileiros na matéria;
- b) Acompanhar, relatar e proferir intervenções, à luz das diretrizes e posições da política externa brasileira, no tratamento de temas afetos ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e mudança do clima no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI);
- c) Acompanhar o processo de seguimento da IX Cúpula das Américas no que tange aos compromissos políticos sobre desenvolvimento sustentável e transição energética.

Meta 2: Fortalecer o papel do Brasil na prestação de cooperação para o desenvolvimento.

- a) Aumentar a participação em reuniões ministeriais e processos setoriais de alto nível no âmbito do Pilar de Desenvolvimento Integral;
- b) Aumentar a cooperação trilateral brasileira por meio do Fundo Brasileiro de Cooperação da Organização dos Estados Americanos (FBC/OEA);
- c) Explorar com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) as vantagens da OEA como organismo integrado por alguns países tradicionalmente receptores de cooperação técnica brasileira, em particular centro-americanos e caribenhos, para reproduzir casos de sucesso e boas práticas.

Meta 3: Aprofundar a cooperação em agricultura e fortalecer o Brasil como provedor de cooperação técnica e tecnologia aplicada.

- a) Explorar o desenvolvimento de projetos de cooperação por meio do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), com participação de MAPA, Embrapa e do setor privado;
- b) Favorecer o aprofundamento da cooperação com o IICA para projetos de cadeias produtivas na Amazônia, levando em conta a sustentabilidade da produção.

Meta 4: Fortalecer a atuação da OEA no pilar de desenvolvimento integral.

- a) Continuar a fortalecer o trabalho da OEA no contexto da recuperação pós-pandemia de Covid-19, com ênfase na cooperação para o desenvolvimento;
- b) Contribuir para o fortalecimento da atuação da Junta Diretiva da Agência Interamericana para a Cooperação e o Desenvolvimento (AICD);

- c) Continuar a pleitear inserção da OEA no contexto mais amplo da cooperação multilateral e bilateral nas Américas, identificando nichos prioritários de atuação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Evolução numérica da participação brasileira em reuniões sobre desenvolvimento, cooperação técnica e desenvolvimento sustentável – sobretudo de alto nível - bem como número de intervenções proferidas;
- b) Número de eventuais acordos alcançados;
- c) Número e valor dos projetos de cooperação ou de programas da Organização aprovados;
- d) Número de iniciativas específicas relacionadas com o contexto de recuperação pós-pandêmica com participação ou de iniciativa brasileira.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Meta: Participação ativa nas reuniões de ciência e tecnologia na OEA.

- a) Fortalecer a representação brasileira nas Reuniões de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia (REMCYT) e na Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT).
- b) Identificar, em coordenação com as autoridades brasileiras responsáveis, áreas prioritárias que possam aumentar a atratividade e as oportunidades de cooperação proporcionadas pelas Reuniões de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia (REMCYT) e na Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões da COMCYT e da REMCYT, bem como quantificação da participação brasileira, especialmente em alto nível.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Meta 1: Promoção do Programa Bolsas Brasil.

- a) Intensificar a promoção do Programa Bolsas Brasil, organizado conjuntamente pela OEA e pelo Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB), com foco na ampliação da participação de estudantes de países caribenhos hoje sub-representados como beneficiários.

Meta 2: Estreitamento da parceria do Brasil com a OPAS.

- a) Seguir apoiando as demandas do Ministério da Saúde junto à OPAS, em particular para a obtenção de vacinas e medicamentos no contexto da Covid-19;

- b) Ampliar os contatos com o secretariado da OPAS em Washington, em complemento à cooperação tradicional entre o Ministério da Saúde e o escritório da Organização em Brasília;
- c) Contribuir para a intensificação da parceria Brasil-OPAS para a promoção de iniciativas sanitárias regionais, como a equidade na saúde, a atenção primária, o combate a doenças, a melhoria da qualidade de vida e a elevação da expectativa de vida nas Américas;
- d) Contribuir para a intensificação da parceria para o aperfeiçoamento de políticas e serviços públicos de saúde, através da transferência de tecnologia e do trabalho de cooperação internacional nas áreas de epidemiologia, vacinas, medicamentos, recursos humanos, comunicação, promoção da saúde, controle de zoonoses e saúde e ambiente.

Meta 3: Seguimento da implementação dos compromissos em saúde da IX Cúpula das Américas (Los Angeles, junho de 2022).

- a) Acompanhar as negociações, à luz das diretrizes e posições da política externa brasileira, do Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas, conforme mandato da IX Cúpula das Américas, bem como o subsequente processo de implementação e aplicação do Plano;

Meta 4: Assegurar a participação ativa da Missão nas atividades relativas a defesa e segurança multidimensional na OEA.

- a) Aprofundamento da cooperação com a Junta Interamericana de Defesa (JID).
- b) Manter o diálogo regular da Missão com a Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa (RBJID), que tem entre suas competências prestar assessoria ao Representante Permanente do Brasil em assuntos militares;
- c) Contribuir para a preservação do tradicional alto perfil do Brasil na JID;
- d) Trabalhar para promover iniciativas para facilitar o processo de integração da JID à OEA;
- e) Intensificar a participação brasileira na Comissão de Segurança Hemisférica (CSH).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de bolsas concedidas no Programa Bolsas Brasil, bem como número de ações de promoção do Programa;
- b) Número de participações do Brasil nas reuniões nas instâncias técnicas decisórias da OPAS;
- c) Evolução percentual do número de militares brasileiros eleitos para o Conselho de Delegados da JID, bem como do número de brasileiros no “faculty” do Colégio Interamericano de Defesa (CID) e do número de servidores civis, inclusive diplomatas, treinados no Colégio Interamericano de Defesa (CID);
- d) Número de iniciativas propostas ou co-patrocinadas pelo Brasil, tanto no que se refere à integração da JID à OEA quanto a iniciativas em curso na CSH.

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Meta 1: Fortalecer a participação do Brasil nas discussões sobre direitos humanos na OEA.

- a) Continuar a defender as posições brasileiras nas discussões relacionadas com direitos humanos na Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) e em outras instâncias da OEA, em conformidade com a Constituição Federal e os instrumentos interamericanos de direitos humanos;
- b) Acompanhar os mecanismos de seguimento de tratados temáticos de direitos humanos e envidar esforços, quando cabível, por decisões e resultados favoráveis às posições brasileiras.

Meta 2: Fortalecer a participação do Brasil no Sistema Interamericano de Direitos Humano (SIDH).

- a) Continuar o acompanhamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), principalmente dos temas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e envidar esforços, quando cabível, por decisões e resultados favoráveis às posições brasileiras;
- b) Continuar a tramitação célere de petições e casos envolvendo o Brasil na CIDH.
- c) Contribuir para o aperfeiçoamento dos critérios adotados para a escolha de comissários para a CIDH e de juízes para a Corte IDH;
- d) Atuar para garantir segurança jurídica e previsibilidade às decisões emanadas da CIDH, de modo a fortalecer sua capacidade de contribuir para melhorar a situação dos direitos humanos nos Estados membros.

Meta 3: Promoção do combate à corrupção e ao crime organizado.

- a) Desenvolver instrumentos operacionais de cooperação, em implementação aos mandatos políticos aprovados pelos estados membros, bem como alcançar acordo para a tramitação eletrônica de processos de cooperação jurídica;
- b) Envidar esforços a favor da implementação e seguimento da "Estratégia Hemisférica para a Prevenção e o Combate da Criminalidade Organizada Transnacional", recomendada pela VII Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas e adotada pela 51ª Assembleia-Geral da OEA (Washington, novembro de 2021);
- c) Continuar a participar ativamente do Mecanismo de Acompanhamento da implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC);
- d) Continuar apoiando o seguimento da implementação, no sistema interamericano, dos mandatos do "Compromisso de Lima: governabilidade democrática frente à corrupção", adotado na VIII Cúpula das Américas (Peru, abril de 2018).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões e intervenções na CAJP e sobre o SIDH;
- b) Número de casos e petições envolvendo o Brasil na CIDH;
- c) Número de reuniões e de instrumentos aprovados em matéria de combate à corrupção e crime organizado, bem como avaliação dos resultados concretos dessa atuação brasileira;
- d) Número de reuniões de seguimento da "Estratégia Hemisférica para a Prevenção e o Combate da Criminalidade Organizada Transnacional", bem como de iniciativas brasileiras de implementação da referida Estratégia;
- e) Número de reuniões, comunicações e intervenções sobre implementação do MESICIC, bem como do número de iniciativas de implementação do Mecanismo anunciadas pelo Brasil;
- f) Número de reuniões e de intervenções brasileiras relativas à implementação do Compromisso de Lima.

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior

O tema não está diretamente relacionado às áreas de atuação do Posto. Não obstante, os contatos do Representante Permanente com os homólogos de países membros e observadores permanentes podem propiciar canais adicionais de diálogo e intercâmbio de informações de utilidade para a condução de políticas migratórias e de assistência a brasileiros no exterior.

Minuta

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 22, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENONI BELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

Esta Casa Legislativa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor BENONI BELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) elaborou o currículo do diplomata, nascido em Florianópolis/SC, a 28 de janeiro de 1968.

O diplomata em apreço bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1989. Concluiu Mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas em 1994. É, desde 2003, Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1994, tendo concluído o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2008, com a tese “O Conselho de Direitos Humanos e as Resoluções sobre Países: o fim da politização e da seletividade?”

Iniciando sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1995, ascendeu a Ministro de Primeira Classe em 2018. Entre os cargos que ocupou na Secretaria de Estado, destacam-se o de Chefe da Divisão de América Meridional, entre 2008 e 2012, o de Secretário da Secretaria de Planejamento Diplomático, de 2017 a 2019, e o de Diretor do Departamento de Estados Unidos da América, entre 2019 e 2020.

No exterior, convém assinalar que o diplomata indicado atuou como Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Argel, entre 2006 e 2008 e Ministro de Segunda Classe na Embaixada em Washington, entre 2012 e 2017. É nosso Cônsul-Geral em Chicago desde 2020.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo, elaborado pelo MRE, com dados sobre a OEA, bem como sobre a participação do Brasil naquela organização.

A OEA, assevera o documento do Itamaraty, é a mais antiga organização regional em atividade, e sucede as Conferências Pan-americanas e a União Panamericana (1910). Foi concebida com a finalidade de construir uma ordem de paz e de justiça no continente americano, promover a solidariedade e a cooperação mútua entre os Estados da região, e defender a soberania, a integridade territorial e a independência de seus membros.

Na Carta da OEA, aprovada na IX Conferência Internacional Pan-Americana, realizada em Bogotá, em 1948, tendo entrado em vigor e 1951, constam a estrutura da organização, as atribuições de seus órgãos, seus princípios e objetivos comuns. Todos os 35 países das Américas são membros da OEA. Cuba, entretanto, não participa das atividades da Organização. A Venezuela denunciou a Carta da OEA em 28/4/2017, mas o país continuou participando da entidade, entre 2019 e 2022, por meio de Representante Permanente designado pela Assembleia Nacional venezuelana. A Nicarágua também denunciou a carta da OEA em 18/11/2022, mas, conforme a própria Carta, somente se desligará oficialmente da Organização em 18/11/2023.

O órgão plenário da OEA é Assembleia-Geral, que se reúne em sessões ordinárias anuais e sessões extraordinárias, em nível de Chanceleres. Já o Conselho Permanente, o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e as Comissões conduzem os trabalhos nos períodos entre as sessões plenárias. A Carta da OEA prevê a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores para considerar temas de natureza urgente e de interesse comum para os Estados americanos como órgão de consulta. As reuniões ministeriais no continente contam com a assessoria da Secretaria-Geral.

A atuação do Brasil no sistema interamericano centra-se na promoção dos pilares definidos na visão estratégica da OEA, quais sejam: democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança multidimensional. Esses pilares estão de acordo com os princípios da soberania, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, consagrados em nossa Constituição.

Assim, o Brasil tem buscado promover a boa convivência entre os países americanos e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos das nações das Américas, por meio de ações concertadas no contexto dos pilares referidos. Com isso, é signatário de inúmeros tratados do sistema interamericano, como a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (e Protocolos Adicionais), a Carta Democrática Interamericana; a Carta Social das Américas, o Tratado Americano de Soluções Pacíficas, e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

O País é, igualmente, protagonista em iniciativas regionais de cooperação, a exemplo do Grupo de Amigos do Haiti, fórum em que tradicionalmente são tratados assuntos referentes àquele país, e a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP).

A Missão Permanente do Brasil junto à OEA, por sua vez, tem por responsabilidade representar o Brasil junto à organização e a alguns dos órgãos que compõem o sistema interamericano, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Comissão Jurídica Interamericana (CJI). De julho a setembro de 2017, o Brasil ocupou a Presidência de turno do Conselho Permanente da OEA. Em 2022, o Brasil ocupou a presidência da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) da OEA.

Assinale-se, finalmente, que, entre 2020 e 2022, o Brasil engajou-se sobretudo em temas relativos ao pilar de democracia da OEA, a exemplo das iniciativas da organização sobre a crise na Venezuela e a situação na Nicarágua (Grupo de Trabalho do Conselho Permanente e Missão de Alto Nível). Continuou, também, a acompanhar os assuntos referentes aos pilares da organização, como a situação em países específicos, as discussões na Comissão de Segurança Hemisférica (CSH), na Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) e no Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI).

Em 2022, o País participou ativamente da IX Cúpula das Américas, realizada em Los Angeles, bem como da negociação dos cinco Compromissos Políticos – e demais documentos paralelos – adotados naquela cimeira, que teve por tema “Construção de um futuro Sustentável, Resiliente e Equitativo”.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES**

CPF.: 222.998.311-34

ID.: 3386 MRE

20/03/1958 Filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares, nasce em 20 de março, em Lisboa, Portugal(brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1982 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
1991 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2005 Curso de Altos Estudos - IRBr, Tese: "O Processo legislativo e a aprovação de acordos internacionais assinados pelo Brasil"

Cargos:

1983 Terceiro-secretário
1987 Segundo-secretário
1994 Primeiro-secretário, por merecimento
2001 Conselheiro, por merecimento
2006 Ministro de segunda classe
2012 Ministro de primeira classe

Funções:

1984-1986 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
1986-1987 Departamento Econômico, assessor
1987-1991 Embaixada em Buenos Aires, terceiro-secretário e segundo-secretário
1991-1994 Embaixada no México, segundo-secretário
1994-1997 Secretaria-Geral, Núcleo de Divulgação do Brasil no Exterior, assistente
1997-2001 Missão junto à OEA, Washington, primeiro-secretário
2001-2003 Assessoria de Relações com o Congresso, assessor
2003-2005 Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, assessor
2005-2009 Divisão da América do Sul II, chefe
2009-2010 Embaixada em Paramaribo, ministro-conselheiro
2010-2011 Divisão de América do Sul II, chefe
2011-2016 Departamento da América do Sul II, diretor
2016-2021 Embaixada em São Domingos, embaixador
2021- Consulado-geral em Barcelona, cônsul-geral



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 20, DE 2023

(n° 122/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 122

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00047/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Peru, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 140/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101215** e o código CRC **FA649E7A** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002899/2023-90

SUPER nº 4101215

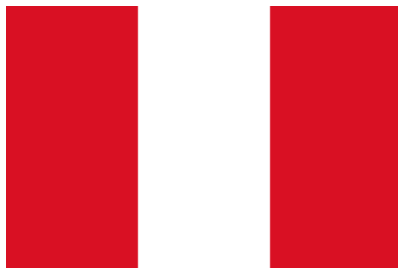
Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PERU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Março de 2023

APRESENTAÇÃO

A República do Peru está localizada na porção oeste da América do Sul. O Peru tem seu litoral banhado pelo Oceano Pacífico a oeste e faz fronteira, ao norte, com Equador e Colômbia; a leste, com o Brasil; e a sudeste, com Bolívia e Chile. A sua geografia é variada, incluindo planícies áridas na costa do Pacífico, picos nevados da Cordilheira dos Andes e a floresta amazônica. Está entre os países com maior diversidade biológica do mundo e conta com abundância de recursos minerais.

Com um território de 1.285.216 km², o Peru é o 20º país mais extenso do mundo. A população peruana é de aproximadamente 33,5 milhões de habitantes, sendo o quarto país mais populoso da América do Sul.

Berço do Império Inca e, mais tarde, vice-reinado do Império Espanhol, o Peru teve sua independência declarada em 1821, por José de San Martín. A consolidação do processo de independência ocorreu em 1824, com a derrota imposta às tropas espanholas remanescentes.

PERFIL BIOGRÁFICO

DINA BOLUARTE PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nascida em 31 de maio de 1962, em Chalhuanca, departamento de Apurímac. É advogada formada pela Universidade de San Martín de Porres, mestre em Direito Notarial e Registral. Foi chefe da oficina de registros de Surco, distrito de Lima (2015-2021). Foi diretora de Bem-Estar Social no Colégio de Advogados de Lima e, em 2018, foi candidata à prefeitura de Surquillo pelo partido Perú Libre. Em 2021, assumiu a vice-presidência do Peru com a eleição de Pedro Castillo. No governo Castillo, Boluarte acumulou o cargo de ministra de Desenvolvimento e Inclusão Social, renunciando em novembro. Tornou-se a primeira mulher a assumir

a presidência do Peru após a vacância de Castillo, em 7 de dezembro de 2022.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Peru
CAPITAL	Lima
ÁREA	1.285.216 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2022)	34,5 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Espanhol. Há áreas onde predominam quéchua, aimará e demais línguas nativas.
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Dina Boluarte (desde 07/12/2022)
CHANCELER	Ana Cecilia Gervasi (desde 10/12/2022)
PIB (FMI, 2021)	US\$ 225,94 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 474,37 bilhões
PIB per capita (FMI, 2021)	US\$ 6,68 mil
PIB PPP per capita (FMI, 2021)	US\$ 14,02 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,7% (2022, est), 13,6% (2021), -11,2% (2020), 2,2% (2019), 3,9% (2018), 2,4% (2017), 4,0% (2016), 3,3% (2015), 2,4% (2014), 5,8% (2013)
IDH (PNUD, 2021)	0,762 (84°)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2020)	94,4%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2021)	72,4 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Sol
EMBAIXADOR EM LIMA	Sergio França Danese
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Rómulo Fernando Acurio Traverso
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2021)	Cerca de 6,9 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil-Peru	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022-2021
Intercâmbio	3.919	3.529	3.072	3.185	3.865	3.969	3.752	2.390	4.256	4.917,9	+15,6%
Exportações	2.147	1.818	1.816	1.949	2.245	2.155	2.216	1.659	3.074	3.481,1	+13,2%
Importações	1.771	1.712	1.256	1.236	1.620	1.814	1.536	730	1.181	1.436,8	+21,6%
Saldo	376	106	559	713	625	341	680	929	1.893	2.044,3	

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Peru mantêm Aliança Estratégica desde 2003. Entre os principais temas da relação bilateral estão a integração fronteiriça, o combate a ilícitos transnacionais, o adensamento dos laços econômico-comerciais e a cooperação técnica. O Brasil ocupa, atualmente, o quarto lugar em termos de fluxo de comércio com o Peru.

Em 2022, o intercâmbio Brasil-Peru manteve o crescimento após a forte recuperação de 2021, chegando a novo recorde no fluxo, com US\$ 4,92 bi. Manufaturados e semimanufaturados (US\$ 2,8 bi de US\$ 3,5 bi) representaram 80% das vendas brasileiras. Em nossas exportações, destacaram-se veículos e produtos automotivos, barras de ferro e aço, papel e cartão. Nossas compras concentraram-se em cobre (29% do total), minérios, fertilizantes e produtos químicos. O investimento direto do Brasil no Peru totalizou US\$ 1,08 bilhão em 2018. Os principais setores em que o Brasil investe são construção (47,8%) e indústrias manufatureiras (29,4%). O investimento direto do Peru no Brasil totalizou US\$ 248 milhões em 2018.

O relacionamento bilateral sofreu esfriamento na década de 2010, devido aos desdobramentos da Operação Lava Jato no Peru, que desencadearam crise política de grandes proporções. Em dezembro de 2018, foi assinado convênio de “colaboração eficaz” entre a Odebrecht e o Estado peruano, o que contribuiu para a reaproximação entre os dois países. A convite do então Presidente Jair Bolsonaro, o Presidente Pedro Castillo realizou visita a Porto Velho (RO), em 3 de fevereiro de 2022. Tratou-se da primeira visita presidencial bilateral desde 2013. Por ocasião da visita, adotou-se Declaração Presidencial Conjunta que registrou avanços e compromissos em diversas áreas da relação bilateral. Em 13 de dezembro, a recém-nomeada chanceler Ana Cecilia Gervasi manteve contatos telefônicos com o então chanceler Carlos França e com o chanceler, designado, Mauro Vieira para apresentar-se e informar da evolução da situação política no Peru. Em razão de dificuldades com os trâmites necessários no Congresso peruano, e diante da inexistência de indicação constitucional para substituição da Presidente no caso de viagem internacional, Boluarte não participou da posse presidencial no Brasil. Em seu lugar, o Peru foi representado pelo presidente do Conselho de Ministros, Luís Alberto Otárola, na qualidade de chefe de governo.

Um dos desafios da relação é a dinamização da agenda econômico-comercial. Em abril de 2016, os dois países assinaram Acordo de

Ampliação Econômico-Comercial (AAEC), que contempla investimentos, serviços e compras governamentais. Trata-se do primeiro instrumento internacional com capítulo sobre compras governamentais assinado pelo Brasil. O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em março de 2017, mas sensibilidades políticas do governo peruano, relacionadas à mencionada crise política, dificultaram o andamento dos trâmites internos no país vizinho. Desde sua ascensão ao poder, a Presidente Dina Boluarte tem dado sinais, por meio de canais diplomáticos e em declarações públicas, da disposição em avançar no relacionamento bilateral com o Brasil, tendo o premiê Alberto Otárola e a chanceler Ana Cecilia Gervasi mencionando textualmente a necessidade de avançar na negociação do AAEC.

A integração fronteiriça é outro tema fundamental do relacionamento bilateral. O Brasil divide com o Peru sua segunda fronteira mais extensa (2.995 km), atrás apenas daquela compartilhada com a Bolívia. Por acordo assinado em 2009 (mas ainda não ratificado pela parte brasileira), criou-se a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil - Peru (CVIF), no âmbito da qual são tratados temas como controle fronteiriço integrado; transportes; saúde na fronteira; cooperação ambiental fronteiriça; e temas indígenas. A sexta e última edição da CVIF teve lugar em 16 de setembro de 2020, em formato de videoconferência.

O combate a ilícitos transnacionais, sobretudo o narcotráfico, é de grande importância na agenda bilateral. Uma parcela substantiva da cocaína produzida no Peru transita por território brasileiro rumo a grandes mercados consumidores da droga, sobretudo na Europa. A baixa densidade populacional da zona fronteiriça e sua porosidade são desafios que requerem coordenação crescente entre o Brasil e o Peru. A última edição da Comissão Mista sobre Drogas e Delitos Conexos Brasil-Peru foi realizada em 2021 e resultou em 16 compromissos nas áreas de controle de oferta de drogas, prevenção, cooperação jurídica internacional, cooperação em toxicologia forense, cooperação entre agências de inteligência e tratamento e reinserção social de usuários de drogas.

A III Reunião da Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON) Brasil-Peru foi realizada em Brasília, entre 15 e 19 de agosto de 2022. O foro trata do intercâmbio de informações de inteligência. Foram discutidos os temas de narcotráfico, operações policiais de fronteira, segurança cibernética, mineração ilegal, tráfico ilícito de armas e de madeira, organizações criminosas e migração irregular na fronteira comum. Ao longo das discussões, o lado peruano manifestou interesse na realização de operações conjuntas e/ou espelhadas. O tema do combate aos delitos cibernéticos despertou grande interesse da delegação peruana. A IV COMBIFRON deverá ocorrer em Lima, em meados de 2023.

O Brasil mantém com o Peru extenso programa de cooperação técnica. As iniciativas em execução abrangem as áreas de saúde, recursos hídricos, aquicultura, desenvolvimento social, trabalho, entre outras. O Brasil tem, também, prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doação de medicamentos e de apoio em situações de desastres naturais. No contexto da pandemia de COVID-19, o governo brasileiro realizou doações de 50 mil testes moleculares para a detecção da doença, bem como de 330 ventiladores pulmonares mecânicos ao governo peruano.

No que se refere a contatos de alto nível, o vice-presidente Hamilton Mourão realizou visita a Lima, no período de 23 a 25 de outubro de 2019. Na ocasião, o senhor vice-presidente da República manteve encontros com os então Presidente, chanceler e ministro da Defesa. Ademais, participou de encontro empresarial intitulado “Perspectivas das Relações Econômico-Comerciais Brasil-Peru”. Também presidiu ato de assinatura da carta de intenções para a cessão onerosa à Marinha do Peru de submarinos brasileiros da classe IKL.

Em 8 de novembro de 2019, teve lugar encontro bilateral entre chanceleres à margem da XVI reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima, realizada em Brasília. O então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Otávio Brandelli, realizou visita a Lima, em 26 de março de 2019, ocasião em que presidiu o mecanismo bilateral de consultas políticas e manteve contatos com autoridades locais.

Em 28 de julho de 2021, o senhor vice-presidente da República, acompanhado pelo ministro das Relações Exteriores, embaixador Carlos Alberto Franco França, compareceu à cerimônia de posse presidencial de Pedro Castillo, em Lima.

Em 3 de fevereiro de 2022, o senhor Presidente da República encontrou-se com sua contraparte peruana em Porto Velho. Na ocasião, os dois países reafirmaram decisão de construir uma aliança estratégica bilateral.

Assuntos consulares: Estima-se em cerca de 6,9 mil o número de brasileiros no país andino. O setor consular da Embaixada do Brasil em Lima tem jurisdição sobre todo o território peruano, à exceção do Departamento de Loreto, que é coberto pelo Consulado do Brasil em Iquitos. O Brasil conta, ainda, com quatro consulados honorários no Peru: Arequipa, Cusco, Pucallpa e Puerto Maldonado. Em 2022, o Brasil anunciou a abertura de Vice-Consulado em Cusco, que deverá entrar em funcionamento em 2023, passando o Consulado de Iquitos também à condição de Vice-Consulado.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Não há, atualmente, nenhuma operação relevante que envolva exportação ao Peru no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

POLÍTICA INTERNA

O Peru é uma república presidencial dotada de sistema multipartidário. Sob a atual Constituição, o Presidente é o chefe de Estado e de governo, eleito para um mandato de cinco anos. O Presidente designa um Conselho de Ministros, composto pelos chefes de cada pasta e por um presidente do Conselho, que atua como porta-voz do governo. O Congresso é unicameral, composto por 130 membros eleitos para mandatos de cinco anos, coincidindo com o mandato presidencial.

Conforme determinado na Constituição, a República do Peru é um estado unitário e descentralizado. Administrativamente, o país é dividido em departamentos, províncias, distritos e centros populacionais. É constituído por 24 departamentos e pela Província de Callao.

O Poder Judiciário é independente e tem como órgão máximo a Corte Suprema de Justiça, composta por treze juízes. A Corte é responsável por aprovar a Política Geral do Poder Judiciário. O Tribunal Constitucional é o órgão supremo de interpretação e controle da constitucionalidade no Peru. É autônomo e independente. O Tribunal é composto por sete membros eleitos pelo Congresso por um período de cinco anos, não havendo a possibilidade de reeleição imediata.

A destituição de Pedro Castillo em dezembro de 2022 foi o desdobramento mais recente em um país que vive em instabilidade política desde 2016. Em seis anos, o país teve seis presidentes, quatro legislaturas, doze gabinetes ministeriais e mais de duzentos ministros de estado.

Confrontado com a possibilidade de uma terceira tentativa de impedimento, em 7 de dezembro, Castillo comunicou a decisão de estabelecer “um Governo de exceção, orientado a restabelecer o estado de direito e a democracia”. Anunciou a “dissolução temporária do Congresso e a instauração de um governo de emergência excepcional”, além da convocação de eleições para um novo congresso com faculdades constituintes. Declarou o sistema de justiça “em reorganização”, informou que governaria por decreto-lei até novas eleições e decretou toque de recolher em todo o país.

A ação foi rotulada por críticos e ex-apoiadores como tentativa de “golpe de estado”, e teve como consequência imediata a renúncia de nove dos dezoito ministros. Também expuseram sua discordância a vice-presidente Dina Boluarte, o Presidente da Suprema Corte do Peru e as Forças Armadas. Caracterizado o isolamento de Castillo, o Congresso votou pela vacância do então Presidente. A vice-presidente Dina Boluarte foi convocada para prestar juramento e empossada como a nova mandatária do país. Castillo encontra-se em prisão temporária (18 meses).

A avaliação da resposta do governo aos protestos divide a sociedade peruana, sobretudo no que se refere aos episódios de violência e ao registro de quantidade considerável de mortos.

Apesar da perda de ímpeto, os protestos seguem sem liderança política ou agenda clara. É possível, entretanto, identificar algumas demandas recorrentes nas manifestações: i) renúncia da presidente Dina Boluarte; ii) convocação de assembleia constituinte; e iii) fechamento do Congresso. Observadores locais entendem que a insatisfação com a queda de Castillo seria página virada. As manifestações refletem, também, uma rejeição ao sistema político e a percepção de negligência em relação às comunidades do interior.

Boluarte buscou acordo para adiantar as eleições gerais para abril/2024 – o pleito originalmente está previsto para 2026. Com a persistência da instabilidade política, dá sinais de que contemplaria adiantar as eleições para 2023, com a convocação de assembleia constituinte. Há resistências à antecipação das eleições de parte de número significativo de parlamentares.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Peru se caracteriza pela ênfase na agenda econômica, com busca de oportunidades de ampliação de comércio e investimentos e de diversificação de parcerias, sobretudo por meio de tratados de livre comércio. No plano regional, a participação na Aliança do Pacífico e o tratamento da situação na Venezuela por meio do Grupo de Lima ocupam lugar de destaque. A partir de 2020, com o agravamento da crise política e dos efeitos da pandemia do novo coronavírus, a política exterior tem-se concentrado na busca de acordos de fornecimento de vacinas. Durante o governo Castillo, o Peru buscou manter relações construtivas e pragmáticas com seus parceiros internacionais, apresentando-se como “sócio confiável” no tocante às relações econômicas e comerciais. Registrou-se, ainda, maior aproximação com a América do Sul e certo grau de autonomia com relação aos Estados Unidos. É cedo para que se possa identificar as principais linhas de ação da política externa da Presidente Boluarte.

Permanece como objetivo da diplomacia peruana questões como a adesão, como membro pleno, à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em janeiro de 2022, o Conselho da OCDE iniciou tratativas para a acessão do Peru como membro da organização. Em junho, a organização aceitou formalmente o roteiro para a entrada do país.

Outro eixo de atuação tem sido a contínua atuação na Aliança do Pacífico e a busca do aprofundamento das relações com a Ásia-Pacífico e, especialmente, com o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). Além disso, no segundo semestre de 2021, o Peru foi o 8º país a ratificar o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceira Transpácifica (CPTPP, na sigla em inglês).

A participação peruana na UNASUL está suspensa desde 2018, e o Peru participou da iniciativa de estabelecimento do PROSUL. Ainda no que se refere à atuação na esfera regional, o Peru privilegia o tratamento do tema da preservação e da promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Desde 2014, a China é o principal parceiro comercial peruano, seguida dos EUA. Peru e China assinaram acordo de livre-comércio em 2009 e, atualmente, estão debruçados em processo negociador para revisá-lo e ampliá-lo. Em 2021, as exportações peruanas para a China foram de US\$ 14,1 bilhões, registrando 33,4% do total do valor total. Os EUA, por sua vez, representaram 13,1% do total exportado pelo Peru em 2021.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Peru adotou, desde a década de 1990, modelo de desenvolvimento econômico com ênfase na abertura comercial e nos tratados de livre comércio. Hoje, o país possui acordos comerciais com mais de 20 países, é membro da Aliança do Pacífico e do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e foi, ademais, signatário do acordo para o estabelecimento da Parceria Transpácifica (TPP). Nos anos 2000, o país beneficiou-se do “boom das commodities” para alcançar altos níveis de crescimento econômico, vinculados, em grande parte, às exportações de minérios.

Em 2022, a economia peruana cresceu 2,7%, arrefecendo o ritmo de recuperação do ano anterior, quando se registrou alta de 13,6% no PIB. Em 2020, houve contração de 11,2% do PIB, o primeiro recuo desde 1999. Para 2022, estima-se um crescimento de cerca de 2,7%.

A queda do PIB em 2020 decorreu da quarentena nacional imposta de março a junho de 2020, que, de início, suspendeu praticamente todas as atividades à exceção de serviços essenciais (supermercados, farmácias e bancos). A lenta reabertura dos setores produtivos, cujo cronograma se estendeu de maio a setembro, pouco facilitou a retomada da economia.

Em 2021, a recuperação foi liderada por um aumento no consumo dos lares e os investimentos no setor de construção. Destaca-se, ademais, a

melhoria dos termos de troca e uma forte retomada das exportações nacionais.

A alta informalidade, estimada em 80% do total de trabalhadores, é um dos principais obstáculos da economia peruana, pois reduz a produtividade e oferece menor proteção social aos trabalhadores, tendo presente que não existe serviço universal de saúde no país e somente os trabalhadores formais estão amparados pelo seguro social de saúde (EsSalud).

Manteve-se sólida a posição fiscal do Peru, dado que a dívida pública (35,5% do PIB) se encontra bem abaixo da média dos países da América Latina (81,6% do PIB) e dos países emergentes (62,2% do PIB). Há, também, “colchão” cambial que afasta qualquer risco imediato de insolvência externa, com reservas que chegam a US\$ 75 bilhões.

Outro desafio, no plano econômico, é destravar os investimentos em infraestrutura, que se encontram prejudicados desde a eclosão da crise política decorrente dos desdobramentos da Operação Lava Jato no Peru, os quais afetaram severamente diversos projetos então a cargo da Odebrecht e o crescimento do PIB peruano.

O intercâmbio comercial peruano de 2021 registra aumento, com exportações de US\$ 42 bilhões (+10,2% em relação a 2020) e importações de US\$ 40,6 bilhões (+24%%). O superávit no ano foi de US\$1,6 bilhão.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1532	O espanhol Francisco Pizarro conquista a capital sul do império Inca, atual Cusco.
1535	É fundada Ciudad de los Reyes, hoje Lima. Rica em prata, ouro e mercúrio, a colônia é elevada a Vice-Reinado do Peru.
1780-83	Tupac Amaru II lidera uma revolta contra a escravidão que se estende até a Bolívia.
1820	O argentino José de San Martín inicia a luta contra os espanhóis, que seriam finalmente derrotados, em 1824, pelas tropas de Antonio José Sucre. O desfecho militar assegura a independência peruana, já declarada por San Martín em 1821.
1828	O país adota a Constituição Liberal Independente, e o governo do mestiço Ramón Castilla (1845-1851 e 1855-1862) liberta os indígenas do pagamento de tributos e os negros, da escravidão.
1879-84	Guerra do Pacífico: o Peru perde para o Chile o controle das jazidas de nitrato no deserto de Atacama e na província de Tarapacá.
1924	Haya de la Torre funda a nacionalista Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA).
1963	Fernando Belaúnde Terry, da Ação Popular (AP), é eleito presidente e

	inicia a reforma agrária.
1968	Belaúnde é deposto pelo general nacionalista Juan Velasco Alvarado, que expropria empresas petrolíferas dos Estados Unidos.
1975	Alvarado é deposto pelo general conservador Morales Bermúdez, que devolve o poder aos civis em 1979.
1980	Belaúnde reelege-se presidente. O grupo Sendero Luminoso (inspirado nas idéias do líder comunista chinês Mao Tsé-Tung) inicia atividades terroristas em Ayacucho.
1985	Alan García (APRA) torna-se presidente e decreta moratória da dívida externa. A tentativa de estatizar o sistema bancário leva à formação de frente oposicionista liderada pelo escritor Mario Vargas Llosa.
1990	A inflação chega a 7.600%, e aumentam as greves e o terror senderista. Vargas Llosa perde as eleições presidenciais para o independente Alberto Fujimori.
1992	Fujimori fecha o Congresso e suspende as garantias constitucionais, no episódio conhecido como autogolpe. O líder máximo do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, é capturado, julgado e condenado à prisão perpétua.
1993	Nova Constituição prevê a reeleição presidencial e a pena de morte para terroristas. Surgem denúncias de violação de direitos humanos. Fujimori é reeleito.
1996	Na tentativa de libertar líderes presos, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) invade a embaixada do Japão durante uma festa e faz mais de 500 reféns.
1997	A embaixada japonesa é invadida por militares, que libertam 72 reféns remanescentes e matam os 14 seqüestradores.
2000	Fujimori é eleito presidente para um novo mandato, após boicote de Alejandro Toledo no segundo turno. Escândalos políticos levam Fujimori a afastar Montesinos – seu braço direito – e anunciar a redução de seu mandato para um ano. Em setembro, aproveitando viagem à Ásia, Fujimori desembarca no Japão e renuncia. Descobre-se que ele havia mantido a cidadania japonesa, além da peruana. O Congresso não aceita a renúncia e destitui Fujimori por "incapacidade moral".
2001	Após disputa acirrada no segundo turno com García, Alejandro Toledo vence, em junho, as eleições presidenciais, com 53,1% dos votos.
2003	Toledo pede publicamente desculpa pelas violações aos direitos humanos pelo Estado peruano nas décadas de 1980 e 1990.
2004	A violência senderista ressurge com o assassinato de políticos na região de Ayacucho.
2006	Alan García, do APRA, torna-se presidente, pela segunda vez, após derrotar Ollanta Humala, da “Unión por el Perú”, no segundo turno.

2008	O Presidente do Conselho de Ministros Jorge del Castillo coloca, formalmente, todo o gabinete à disposição do Presidente García.
2009	Os Tratados de Livre Comércio Peru-EUA e Peru-Chile entram em vigor.
2011	Ollanta Humala é eleito presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno. Toma posse em julho. Em novembro, o Presidente do Conselho de Ministros Salomón Lemer Ghitis renuncia ao cargo, devido aos conflitos sociais no interior do país envolvendo exploração mineral. Em seu lugar assume Óscar Valdés. É a primeira de muitas renúncias que se seguirão nos próximos anos.
2012	Em julho, o Presidente do Conselho de Ministros Óscar Valdés renuncia ao cargo. Em seu lugar assume Juan Jiménez Mayor.
2013	Em outubro, o presidente do Conselho de Ministros Juan Jiménez Mayor renuncia ao cargo. Em seu lugar assume César Villanueva Arévalo em seu lugar.
2014	Em fevereiro, o presidente do Conselho de Ministros César Villanueva Arévalo renuncia ao cargo. Em seu lugar assume René Cornejo Díaz em seu lugar. Cornejo Díaz renuncia ao cargo cinco meses depois, sendo sucedido por Ana Jara Velásquez.
2015	Em março, o Congresso peruano aprovou moção de censura contra Ana Jara Velásquez, que deu lugar a Pedro Cateriano. Os escândalos de espionagem pela Direção de Inteligência, que realizavam trabalho de monitoramento ilegal de políticos e personalidades foram o pivô da votação.
2016	Pedro Pablo Kuczynski, do partido "Peruanos por el Cambio", é eleito presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno, por estreita margem.
2017	No âmbito das investigações sobre os esquemas de corrupção da Odebrecht no Peru, foi expedido, em fevereiro, mandado de captura internacional e apresentado pedido de extradição às autoridades norte-americanas em desfavor do ex-presidente Alejandro Toledo. Em julho, foi decretada prisão preventiva do ex-presidente Ollanta Humala. Também foi aberta investigação contra Keiko Fujimori por suposto recebimento de doação indocumentada. Em novembro, documentos apresentados revelaram que duas empresas à qual estava associado o presidente Kuczynski teriam recebido pagamentos da Odebrecht, inclusive durante período em que o mandatário peruano ocupou postos do alto escalão do governo de Toledo. Foi aberto processo de impedimento de Kuczynski, que não prosperou por estreita margem.
2018	Após a repercussão da divulgação de áudios onde congressistas aparecem oferecendo benefícios a colegas para que não apoiem um segundo pedido de impedimento do presidente, Kuczynski renuncia. Em seu lugar, Martín Vizcarra, primeiro vice-presidente, toma posse, em 23 de março.

2019	Vizcarra dissolve o Congresso e a vice-presidente, Mercedes Aráoz, renuncia.
2020	Novos parlamentares, eleitos em janeiro, aprovam moção de vacância contra Vizcarra, por “permanente incapacidade moral” em novembro. Francisco Sagasti assume a presidência do país.
2021	Pedro Castillo, do partido “Perú Libre”, é eleito Presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno, por estreita margem. Castillo é empossado em 28 de julho.
2022	Castillo anuncia dissolução do Congresso peruano, entre outras medidas, em ato que foi categorizado pelo país como tentativa de golpe de Estado. O presidente acaba destituído do cargo em votação congressual, por “incapacidade moral”. Assume a presidência Dina Boluarte, sem que haja um vice-presidente.
2023	Na continuidade de protestos sociais irrompidos ainda em dezembro de 2022, enfrentamentos e tensões seguem até o momento (março).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826	O Peru, sob o governo de Simón Bolívar, designa José Domingos Cáceres como seu primeiro encarregado de negócios no Rio de Janeiro.
1828	Retirada de Domingos Cáceres do Rio de Janeiro após a assinatura do Tratado de Piquiza entre o Peru e a Bolívia. No Tratado, as duas repúblicas comprometiam-se a não estabelecer relações com o Brasil até que o Império celebrasse a paz com as Províncias Unidas (Argentina) na guerra Cisplatina.
1829	Duarte da Ponte Ribeiro é designado como primeiro encarregado de negócios do Império brasileiro em Lima.
1851	Assinatura da Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites com o Peru, que define a fronteira pelo rio Javari e pela linha Tabatinga-Apapóris, com base no uti possidetis, e concede ao Peru o direito de livre navegação pelo Amazonas.
1867	Brasil rompe relações diplomáticas com o Peru, em razão de apoio peruano ao Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança.
1869	Restabelecimento das relações diplomáticas
1876	É assinado o Acordo de Livre Navegação do Rio Içá ou Putumayo
1904	Novo Tratado de Limites bilateral ratifica a linha Tabatinga-Apapóris como limite.

1909	Assinatura do Tratado de Limites e Navegação bilateral, pelo qual é negociado o restante da fronteira com o Peru, correspondente ao território do Acre.
1925	Ata de Washington, firmada pelo Brasil, Colômbia e Peru, assegura a linha Tabatinga-Apapóris também como fronteira Brasil-Colômbia.
1942	Assinado o Protocolo do Rio de Janeiro. Brasil é um dos garantes do pacto, que delimita a fronteira em disputa entre o Peru e o Equador.
1981	Presidente João Figueiredo vai ao Peru (primeira visita de um Presidente brasileiro). Assinatura do Acordo sobre Interconexão Rodoviária.
1987	Criação do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço.
1995	Reiniciam-se as hostilidades entre Peru e Equador pela disputa do Vale do Cenepa. Brasil atua como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942 e patrocina a Declaração de Paz do Itamaraty.
1998	Assinatura dos Acordos de paz de Brasília entre Peru e Equador
2003	Presidente Lula visita Lima. São assinados o Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Peru (ACE-58) e o Memorando de Entendimento em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, bases da "Aliança Estratégica" com o Peru, lançada na ocasião.
2005	Início das obras da Rodovia Interoceânica entre Brasil e Peru.
2009	Peru anuncia a adoção do padrão ISDB-T de televisão digital.
2009	Visita do presidente Lula a Lima, em 11 de dezembro, quando é assinado acordo que estabelece a Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (ZIF) e cria a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF).
2011	Em setembro, é concluída a Rodovia Interoceânica, ligando o Estado do Acre ao Pacífico.
2011	O ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo, realiza visita ao Brasil e é recebido pelo ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.
2012	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo (março).
2012	Encontro do ministro de Estado Antonio de Aguiar Patriota com o Chanceler peruano Rafael Roncagliolo (agosto).

2013	Visita oficial da chanceler peruana Eda Rivas a Brasília e encontro com o ministro Antonio de Aguiar Patriota (julho).
2013	Visita oficial da presidenta Dilma Rousseff ao Peru (novembro).
2014	O Presidente Ollanta Humala visitou o Brasil para participar das Cúpulas BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho).
2015	V Reunião da Comissão Vice Ministerial de Integração Fronteiriça (V CVIF) e XI reunião de Consultas Políticas Brasil-Peru, copresididas pelo secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Sérgio Danese, e pelo vice-chanceler peruano, embaixador Julio Eduardo Martinetti (julho).
2016	Visita do ministro Mauro Vieira e do ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, a Lima; assinatura do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru.
2017	Encontro entre o secretário-geral das Relações Exteriores, Marcos Galvão, o presidente do Peru, Pedro Paulo Kuczynski, e o chanceler do Peru, Ricardo Luna Mendoza.
2018	Viagem do Presidente Michel Temer ao Peru por ocasião da VIII Cúpula das Américas (abril).
2019	Visita do secretário-geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, ao Peru (março). Visita do vice-presidente Antônio Hamilton Mourão ao Peru (outubro).
2020	VI Reunião da Comissão Vice Ministerial de Integração Fronteiriça (VI CVIF) e XII reunião de Consultas Políticas Brasil-Peru, copresididas pelo secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Otávio Brandelli, e pelo vice-chanceler peruano, Embaixador Manuel Talavera (setembro). Assinatura de acordo por troca de notas do “Regulamento Geral dos Comitês de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru”.
2021	Comparecimento do vice-presidente Antônio Hamilton Mourão e do Ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, à cerimônia de posse presidencial de Pedro Castillo (julho).
2022	Visita do Presidente do Peru a Porto Velho, com reunião com o Presidente Jair Bolsonaro (fevereiro).

2023	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Peru, copresidida pela secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, e pelo vice-chanceler peruano, embaixador Ignacio Higuera (fevereiro).
-------------	---

ACORDOS BILATERAIS

	Título	Data de celebração	Estado atual	Publicação no D.O.U.
1.	Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial e Limites entre o Imperador do Brasil e a República do Peru	23/10/1851	Em vigor	-
2.	Acordo entre o Império do Brasil e a República do Peru sobre a Navegação do Rio Içá ou Putumayo	29/09/1876	Em Vigor	-
3.	Acordo entre o Império do Brasil e a República do Peru para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias	29/09/1879	Em Vigor	27/12/1879
4.	Acordo Ampliativo do que foi concluído em 29 de setembro de 1879, para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Peru	08/06/1891	Em Vigor	18/5/1893

5.	Tratado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru para Completar a determinação das Fronteiras entre os dois países e Estabelecer Princípios Gerais sobre o seu Comércio e Navegação na Bacia do Amazonas	08/09/1909	Em Vigor	30/4/1910
6.	Convenção de Arbitragem Geral Obrigatória entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	11/07/1918	Em Vigor	23/12/1918
7.	Convênio sobre Radioelétrico ou Radiotelegráfico entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	31/12/1928	Em Vigor	8/2/1932
8.	Acordo sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	28/08/1953	Em Vigor	28/8/1957
9.	Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	30/11/1966	Em Vigor	8/8/1978
10.	Acordo de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Peru	29/01/1987	Em Vigor	26/11/1976

11.	Acordo sobre a Criação da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	06/10/1975	Em Vigor	24/11/1975
12.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	08/10/1975	Em Vigor	24/11/1976
13.	Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru	07/11/1975	Em Vigor	24/11/1976
14.	Convênio de Cooperação Turística entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	07/11/1975	Em Vigor	30/11/1976
15.	Convênio de Abastecimento a Médio Prazo de Produtos entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	
16.	Convênio Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	3/8/1977
17.	Acordo para Utilização de Estações Costeiras e de Navios da Região Amazônica entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	8/2/1979

18.	Convênio sobre Transportes Fluviais entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	24/4/1979
19.	Convênio Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Peru	05/11/1976	Em Vigor	8/2/1979
20.	Acordo Sanitário para o Meio Tropical entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	3/8/1977
21.	Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	16/10/1979	Em Vigor	31/7/1981
22.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Interconexão Rodoviária	26/06/1981	Em Vigor	29/4/1991
23.	Convênio sobre a Recuperação de Bens Culturais Roubados ou Exportados Ilicitamente entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	26/02/1996	Em Vigor	10/47/2002
24.	Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	21/07/1999	Em Vigor	30/10/2001

25.	Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru Sobre a Cooperação Entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/07/1999	Em Vigor	13/12/2000
26.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Delitos Conexos	28/09/1999	Em Vigor	25/10/2002
27.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária	06/12/1999	Em Vigor	28/8/2002
28.	Acordo de Cooperação Técnica na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	06/12/2002	Em Vigor	19/7/2006
29.	Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	20/7/2006
30.	Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	16/10/2006

31.	Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	2/8/2006
32.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais	10/02/2004	Em Vigor	4/10/2006
33.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	10/02/2004	Em Vigor	14/9/2005
34.	Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com relação ao Imposto sobre a Renda	17/02/2006	Em Vigor	30/11/2009

35.	Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	09/11/2006	Em Vigor	23/10/2013
36.	Acordo entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil para Suprimir o Uso e a Apresentação do Carnê Internacional de Tripulante Terrestre (Troca de Notas)	28/04/2009	Em Vigor	26/12/2011
37.	Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru	11/12/2009	Tramitação Congresso Nacional (Senado)	-
38.	Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de Sistemas de Controle Integrado em Postos de Fronteira do Brasil e do Peru	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Casa Civil	-
39.	Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Casa Civil	-
40.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de Uso Particular	11/12/2009	Tramitação Congresso Nacional (Senado)	-

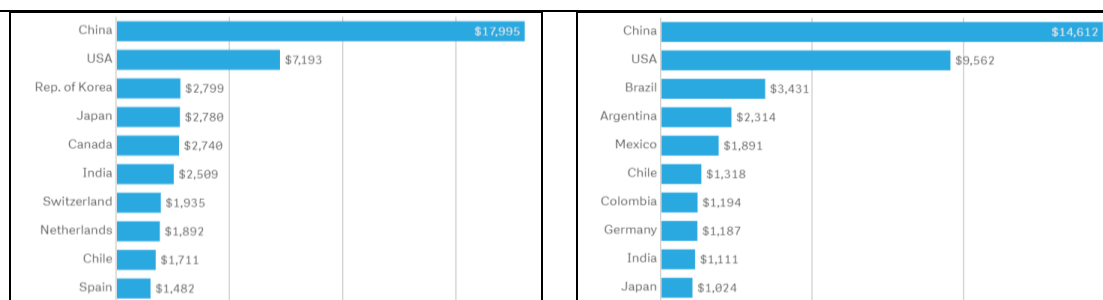
41.	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	11/12/2009	Em Vigor	11/12/2018
42.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Fornecimentos de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil	16/06/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil	-
43.	Acordo para a Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações	11/11/2013	Em Vigor	30/08/2019
44.	Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	29/04/2016	Em ratificação da outra Parte	
45.	Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento dos Comitês de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru e seu Regulamento Geral	16/09/2020	Em Vigor	16/09/2020

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Peru-Mundo, principais parceiros comerciais (2021)

Exportações (USD milhões)

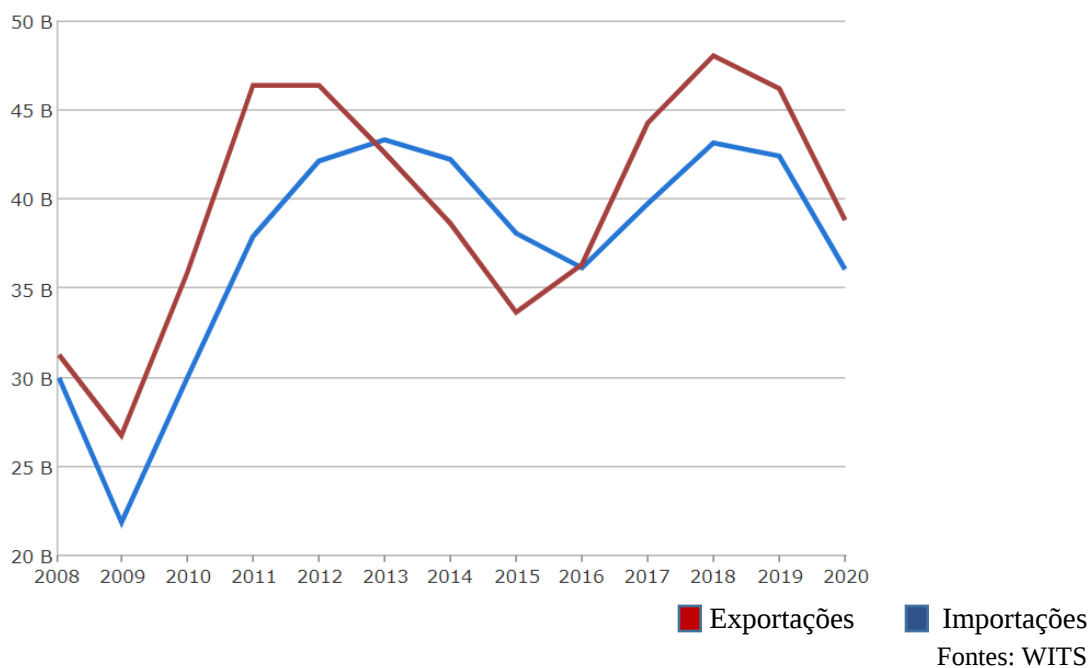
Importações (USD milhões)



Fontes: COMTRADE-ONU

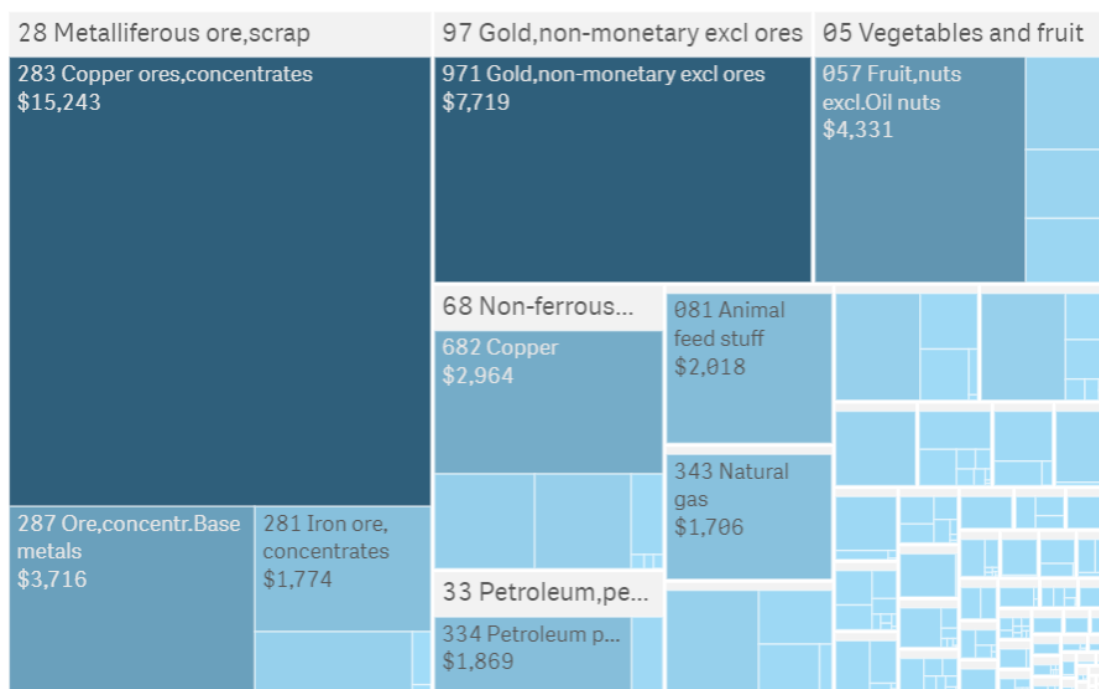
Peru Mundo, Fluxo de Comércio (2008-2020)

Exportações e Importações (USD)

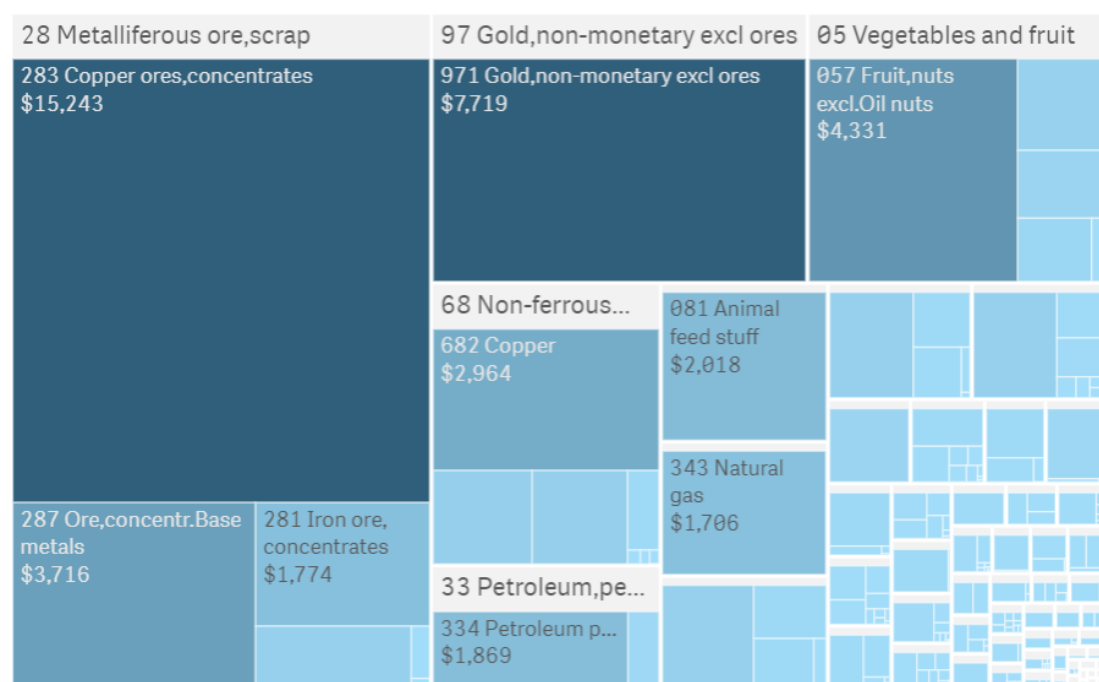


Peru-Mundo, principais produtos comercializados (2021)

Exportações



Importações



Fontes: COMTRADE-ONU

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM LIMA

Candidato: CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Clemente de Lima Baena Soares

Nascido em Lisboa, em 20 de março de 1958, o embaixador Clemente de Lima Baena Soares ingressou no Instituto Rio Branco em 1982. No Brasil, trabalhou como assistente na Divisão de Transmissões Internacionais, de 1984 a 1986, como assessor do chefe do Departamento Econômico, de 1986 a 1987. Entre 1994 e 1997, trabalhou como assistente da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, no Núcleo de Divulgação do Brasil no Exterior. Entre 2001 e 2005, exerceu a função de assessor na Assessoria de Relações com o Congresso e na Assessoria de Relações Federativas e com o Congresso Nacional. Entre 2005 e 2009, e entre 2010 e 2011, chefiou a Divisão da América Meridional II. Entre 2011 e 2016, foi diretor do Departamento da América do Sul II.

No exterior, o embaixador Clemente Baena Soares serviu nas Embaixadas do Brasil em Buenos Aires (de 1987 a 1991) e na Cidade do México (de 1991 a 1994). Entre 1997 e 2001, serviu na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington. Entre 2009 e 2010, serviu na Embaixada do Brasil em Paramaribo. Foi embaixador do Brasil na República Dominicana entre 2016 e 2021; atualmente, é Cônsul-Geral do Brasil em Barcelona, na Espanha.

O embaixador Clemente Baena Soares atuou em missões diversas no exterior, em sua grande maioria na América do Sul. Em 2005, coordenou a IV Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça, em Lima; em 2006, chefiou as delegações brasileiras nas V e VI Reuniões Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça, ambas em Lima. Também em 2006, chefiou a delegação brasileira na Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, em Lima. Em 2008, chefiou as delegações brasileiras na IV Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço, e na VII Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru de Cooperação Ambiental Fronteiriça, ambas em Lima. Em 2009, chefiou a delegação brasileira na VIII Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça, em Lima. Em 2011, chefiou a delegação brasileira na Reunião da Secretaria Executiva da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, em Lima.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem, língua e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Administrar de forma integrada e com visão global as relações do Brasil com o Peru em todos os níveis e prestar contas ao Estado e ao governo brasileiro, aos entes federados interessados, aos agentes econômicos e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações Brasil-Peru, inclusive sobre sua incidência no âmbito regional e internacional. Apoiar, promover e proteger os interesses brasileiros no Peru.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a República do Peru, fomentar a cooperação bilateral em todos os níveis, e muito particularmente em temas vinculados à Amazônia e à extensa fronteira comum, ampliar a parceria e a coordenação com o Peru na promoção da integração sul-americana e no tratamento de temas do interesse do Brasil nos foros regionais e internacionais e prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro em território peruano.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Apreço pelo país vizinho.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com o Peru nos âmbitos bilateral, regional (amazônico, sul-americano, latino-americano e hemisférico) e internacional e a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado peruano, com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável de ambos os países.
2. Promover ativamente a retomada da excelência nas relações bilaterais após o desgaste provocado pelas consequências, no Peru, da Operação Lava-Jato, em um esforço consistente e determinado por “virar a página” daquele episódio e recolocar as relações no patamar desejado em razão da importância recíproca das relações bilaterais e dos interesses comuns decorrentes da extensa fronteira, do comércio, da identidade amazônica comum, etc.
3. Desenvolver uma cooperação ampla e produtiva com o Peru em todas as áreas de interesse comum, como desenvolvimento sustentável em geral e da região amazônica em particular, combate ao crime organizado internacional, ciência, tecnologia e inovação, segurança das fronteiras comuns, integração fronteiriça e facilitação do trânsito de pessoas e do comércio entre os dois países.
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil no Peru, em especial mediante a promoção ativa da língua portuguesa e da cultura brasileira no país, respondendo adequadamente ao grande interesse que existe no Peru pelo nosso idioma.
5. Promover a cooperação educacional bilateral, procurando atender à forte demanda peruana pela realização de estudos de graduação e pós-graduação no Brasil.
6. Oferecer serviços consulares de qualidade aos brasileiros que vivem, estudam ou fazem turismo no Peru e aos peruanos que os necessitem, orientando os brasileiros que visitam o país quanto a cuidados que devam tomar em bases permanentes ou em função de problemas tópicos.
7. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação e coordenação com o governo peruano.

8. Fortalecer as relações com o Peru, com os mecanismos de integração sub-regional de que faz parte, notadamente no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e, por consequência, com toda a América do Sul.
9. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros no Peru, apoiando as empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento, procurando também abrir oportunidades para a ampliação do comércio bilateral nos dois sentidos, com atenção especial aos Estados vizinhos ou próximos do Peru, como Acre, Amazonas e Rondônia.
10. Promover o turismo peruano ao Brasil.
11. Realizar o seguimento intenso e ativo de todas as iniciativas em curso ou novas no plano bilateral ou nos planos regional e internacional de que o Brasil e o Peru sejam partes ativas.
12. Defender e promover junto ao governo peruano as candidaturas e as propostas brasileiras em organismos internacionais e regionais.
13. Fortalecer e ampliar laços de cooperação bilateral em defesa e segurança, com ênfase em interlocução de alto nível entre as instâncias de governo relevantes e na promoção de produtos e serviços da Base Industrial de Defesa brasileira.
14. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático e consular do posto, com especial atenção à manutenção dos próprios nacionais que servem de base para a Embaixada (chancelaria e residência), com vistas a aumentar a sua eficiência e capacidade de resposta e a explorar plenamente a relação custo-benefício da atividade diplomática e consular do Brasil no Peru.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO
1. Contribuir para a conclusão do processo de internalização pelo Governo peruano do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial (AAEC) Brasil-Peru, assinado em 16/4/2016;

- *Gestões junto ao Governo peruano com vistas à internalização do acordo pelo Peru. Atualmente, as partes negociam a adoção de um protocolo adicional além da introdução de novas disciplinas no texto do acordo. O posto deverá manter permanentes gestões em favor da conclusão da negociação, firma do protocolo adicional e aprovação congressual nos dois países para posterior ratificação.*

2. Colaborar para a elevação da imagem e da reputação das empresas brasileiras e do ambiente de negócios no Brasil, com ênfase na governança (ESG), transparência e integridade dos processos das operações comerciais brasileiras no Peru.

- *Ações de conscientização junto às empresas brasileiras a respeito da inegociável observância dos mais estritos padrões éticos nas operações comerciais no Peru, seja autonomamente ou com parceiros locais.*
- *Ações de esclarecimento e conscientização da opinião pública local quanto aos elevados padrões de boa governança exigidos pela legislação brasileira e divulgação de boas práticas de governança pública e privada adotadas no Brasil.*

3. Promover maior abertura do mercado peruano às exportações do Brasil e do MERCOSUL e às mercadorias brasileiras fabricadas em zonas francas;

- *Gestões para o incremento do diálogo com autoridades peruanas no âmbito do Acordo de Complementação Econômica n° 58 (ACE-58) entre MERCOSUL e Peru.*
- *Apoio à abertura de diálogo político e técnico junto ao Governo peruano sobre a exportação de produtos agrícolas do bloco.*
- *Apoio à abertura de diálogo político e técnico junto ao Governo peruano sobre o interesse brasileiro em ampliar a lista de concessões peruanas a produtos nacionais fabricados em zonas francas.*
- *Apoio à abertura de diálogo político e técnico junto ao Governo peruano para permitir a habilitação de estabelecimentos exportadores de carnes e derivados por meio da modalidade de “pre-listing”.*

4. Aprofundar e ampliar o escopo da agenda agrícola bilateral com a abertura recíproca de mercados para novos produtos e com a incorporação de novos temas em matéria de cooperação técnica;

- *Negociação de abertura de mercado e acesso livre de barreiras de novos produtos no mercado local e solução de entraves de ordem burocrática, sanitária e logística que eventualmente atrapalhem o fluxo regular de mercadorias.*
- *Negociação e encaminhamento à Secretaria de Estado das Relações Exteriores das demandas de interesse ofensivo peruano em matéria comercial.*
- *Oferecimento de cooperação técnica em temas de eventual interesse do governo peruano, especialmente na área de agricultura familiar.*

5. Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no comércio exterior peruano, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos;

- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico.*
- *Organização de eventos de promoção comercial (seminários, feiras, rodadas de negócios, visitas técnicas etc.) voltados para empresas brasileiras com presença comercial ou com potencial interesse no mercado peruano.*
- *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes no Peru.*
- *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado.*
- *Organização de palestras e encontros voltados para a comunidade empresarial local com foco na atuação de empresas e investidores brasileiros.*
- *Apoio a investidores peruanos interessados no mercado brasileiro.*
- *Apoio a empresários brasileiros interessados no mercado peruano.*
- *Elaboração e consecução de ações integradas com o escritório da Apex Brasil para a América do Sul.*
- *Participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas no Peru.*

6. Incentivar o comércio regional de bens e serviços, especialmente através da Rodovia Interoceânica, com foco nos estados amazônicos brasileiros e nas províncias amazônicas peruanas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento regional, centrado na sustentabilidade e no aproveitamento das vocações econômicas das comunidades locais.

- *Desenvolvimento de ações de conscientização e de incentivo ao comércio bilateral com foco na região amazônica (contatos com autoridades públicas e agentes privados brasileiros e peruanos na área de influência do bioma).*
- *Apoio à realização de missões empresariais e governamentais aos dois países com vistas a identificar oportunidades de negócios e promover as condições para o aumento da corrente de comércio.*
- *Apoio a ações que visem à dinamização do tráfego na Rodovia Interoceânica, com foco no transporte de carga e nas viagens de turismo.*

7. Estimular a conectividade aérea, rodoviária e fluvial entre o Brasil e o Peru, como vetor dinamizador da integração e elemento indispensável para a ampliação das trocas comerciais.

- *Interlocução com companhias aéreas brasileiras que operam voos entre Brasil e Peru para retomada das rotas aéreas existentes no período pré-pandemia e ampliação da oferta de voos e de destinos operados, especialmente novas rotas para o Brasil.*
- *Interlocução com o seguimento rodoviário, inclusive empresas de transporte rodoviário internacional brasileiras e peruanas, para incentivar a ampliação da oferta de rotas entre os dois países, especialmente a partir de cidades brasileiras na região amazônica.*
- *Estudar com as autoridades brasileiras competentes, inclusive a Marinha do Brasil, iniciativas voltadas para a navegação fluvial mercante entre o Brasil e o Peru. Autoridades peruanas manifestaram interesse em contar com projeto de cooperação do Brasil em matéria de sinalização e navegação fluvial.*

8. Monitorar e apoiar iniciativas para a redução de barreiras econômico-comerciais às exportações brasileiras.

- *Acompanhamento de investigações de defesa comercial (antidumping, salvaguardas) que possam afetar exportações brasileiras, realizando gestões junto a representantes do Governo peruano e participando de audiências, conforme o caso.*
- *Continuidade das gestões junto ao Governo peruano para tornar permanente a possibilidade de uso de etiquetas adesivas ("octógonos") nas embalagens de alimentos e bebidas importados como alternativa à imposição de elaboração de embalagens específicas para o mercado peruano, o que acarretaria custos adicionais aos exportadores brasileiros.*
- *Continuidade das gestões para reconhecimento do Brasil como "país de alta vigilância sanitária", o que beneficiará, especialmente, as exportações brasileiras de alimentos, medicamentos e outros produtos hospitalares.*

9. Apoiar os trabalhos do Círculo Empresarial Brasil-Peru (CEBRAPE) e da Câmara Binacional de Comércio e Integração Brasil-Peru (CAPEBRAS) e promover a integração e a atuação coordenada de ambas instituições em prol dos interesses comerciais brasileiros.

- *Apoio à consolidação do CEBRAPE e ampliação da participação de empresas brasileiras na atividade associativa empresarial no Peru.*
- *Ações de apoio à realização de encontros regulares do CEBRAPE e da CAPEBRAS de modo a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais dos dois países.*
- *Promover maior coordenação e sinergia entre as duas instituições com vistas à obtenção de ganhos de eficiência e prevenção de duplicação de esforços nas ações promocionais propostas.*
- *Envolvimento, sempre que possível, de ambas organizações em ações de promoção comercial patrocinadas pelo posto.*

10. Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira no Peru.

- *Ações de apoio à realização de missões e eventos para promoção da indústria de defesa brasileira, com o envolvimento das autoridades militares do posto.*
- *Apoio e acompanhamento a todas as tratativas bilaterais com o objetivo de aproximar a demanda peruana por equipamento militar e de polícia da oferta brasileira de bens e serviços na área de defesa.*
- *Promover o melhor conhecimento recíproco das bases industriais de defesa dos dois países.*

11. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público peruano.

- *Realização de ações de promoção da imagem do Brasil conjugadas com atividades de promoção comercial, sempre que possível, em coordenação com a Apex Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras e atividades culturais.*

12. Promover o Brasil como destino turístico no Peru.

- *Apoio às ações do Comitê Descubra Brasil em Lima, com foco na retomada da promoção de destinos turísticos no Brasil.*
- *Apoio às ações promovidas pela Embratur voltadas para o público peruano.*
- *Divulgação e compartilhamento de campanhas de promoção turística do Brasil nas redes sociais do posto.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial (AAEC) Brasil-Peru.**
- 2) **Número de eventos e atividades voltados para a meta estabelecida.**
- 3) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre o Acordo de Complementação Econômica nº 58 (ACE-58).**
- 4) **Índice de promoção comercial**
(Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais, de atividades de inteligência e promoção comercial e de ações aprovadas e realizadas durante a gestão / Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais, de atividades de inteligência e de ações aprovadas e realizadas na gestão anterior) x 100.
- 5) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre temas econômico-comerciais.**
- 6) **Número de encontros virtuais ou presenciais e iniciativas voltadas para o comércio regional de bens e serviços na Amazônia binacional.**
- 7) **Número de contatos e gestões voltados para a meta estabelecida.**
- 8) **Número de gestões, reuniões virtuais ou presenciais e demais iniciativas.**
- 9) **Número de reuniões e atividades realizadas em conjunto com o Círculo Empresarial Brasil-Peru (CEBRAPE) e com a Câmara Binacional de Comércio e Integração Brasil-Peru (CAPEBRAS)**
- 10) **Número de missões e eventos de promoção da Base Industrial de Defesa brasileira (Número de gestões realizadas junto a autoridades de defesa para a exportação da BID brasileira / Número de gestões realizadas junto a autoridades de defesa para exportação da BID brasileira na gestão anterior) x 100**
- 11) **Número de eventos e atividades voltados para a meta estabelecida.**

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Apoiar e fortalecer a Aliança Estratégica entre Brasil e Peru por meio do adensamento de visitas oficiais de lado a lado e da realização periódica de reuniões dos mecanismos diplomáticos de alto nível.**
 - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Peru e vice-versa.*
 - *Apoio substantivo e protocolar aos trabalhos preparatórios e à realização de reuniões dos mecanismos bilaterais de alto nível: Mecanismo de Consultas Políticas (MCP) e Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF), ambas co-presididas pela Secretária-Geral das Relações Exteriores e pelo vice-chanceler peruano;*
 - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e peruanos, em formato presencial ou virtual.*
 - *Apoio a visitas de autoridades brasileiras ao Peru e autoridades peruanas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos.*
2. **Administrar e ampliar a interlocução entre as duas Chancelarias.**
 - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo peruano, principalmente por meio do Ministério das Relações Exteriores do Peru.*
 - *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Peru, quando cabível.*
 - *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.*

3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa peruana.

- *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa peruana, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro no Peru.*
- *Manutenção de intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade peruana nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, militar e de segurança.*
- *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa peruana, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, gestão fronteiriça, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação ao Peru e sua ação regional e internacional.*
- *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.*

4. Fortalecer e ampliar laços de cooperação bilateral em defesa e segurança, com ênfase na interlocução de alto nível entre as instâncias de governo relevantes e na promoção de produtos e serviços da Base Industrial de Defesa brasileira.

- *Manutenção de contatos frequentes da Embaixada com os principais atores do setor de defesa e segurança doméstico, em especial autoridades do Ministério da Defesa, do Ministério do Interior, das Forças Armadas e da Polícia Nacional do Peru.*
- *Produção regular de análises que informem o Governo brasileiro acerca do panorama local de defesa e segurança e subsidiem a formulação de propostas de cooperação concretas e estratégicas, com visão de longo prazo.*
- *Incentivo do contato e da interlocução entre autoridades de defesa e segurança dos dois países.*
- *Promoção da Base Industrial de Defesa brasileira junto ao governo peruano;*
- *Apoio à participação governamental e empresarial peruana em feiras de produtos de defesa brasileiros.*
- *Apoio a iniciativas para promover um melhor conhecimento recíproco entre as indústrias de defesa do Brasil e do Peru.*
- *Acompanhamento das tratativas bilaterais sobre a demanda peruana por equipamento militar e de polícia da oferta brasileira de bens e serviços na área de defesa e segurança.*
- *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais.*
- *Realização de reuniões da Comissão Mista Brasil-Peru sobre Drogas e Crimes Conexos e apoio à cooperação entre as forças policiais no combate à erradicação de cultivos ilícitos no Peru.*

5. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos Legislativos dos dois países.

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e peruanos;*

- Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e peruanos;
- Apoio a atividades dos grupos parlamentares de amizade de ambos os países.

6. Contribuir para a cooperação entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e peruanas.

- Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes governamentais, inclusive de entes federados brasileiros e entidades subnacionais peruanas.
- Apoio à coordenação e à cooperação na gestão integrada das fronteiras entre entidades de ambos os países, assim como por meio da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (CVIF) e da Comissão Binacional Fronteiriça Brasil-Peru
- Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e peruanas.
- Convite a entes federativos brasileiros e entidades subnacionais peruanas para participar dos Comitês Fronteiriços.

7. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral;

- Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro.
- Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo peruano para a abertura de negociação de acordos bilaterais.
- Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado peruano.

8. Apoiar e incrementar programa de cooperação técnica bilateral e ações de assistência humanitária.

- Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos de cooperação técnica bilateral, como os situados no âmbito da IX Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Peru.
- Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo peruano para a abertura de negociação de acordos de cooperação técnica bilateral.
- Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado peruano na matéria.
- Apoio à prestação de assistência humanitária.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais.

(Número de reuniões de mecanismos bilaterais realizadas por ano durante a gestão / Número de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas por ano nos cinco anos anteriores) x 100.

Índice de realização de visitas oficiais de lado a lado.

(Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão / Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano nos cinco anos anteriores) x 100.

2) Número de telegramas do posto sobre temas de política interna e externa peruana e demais assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano.

- 3) Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e peruanos.
- 4) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.
- 5) Número de contatos, reuniões, gestões e outras ações do posto sobre projetos de cooperação em matéria de Defesa.
- 6) Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e entidades subnacionais peruanas.
- 7) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão.
- 8) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações para promover a conclusão de acordos de cooperação técnica bilateral durante a gestão.

III ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais que contam com o Peru entre seus membros.

- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Peru na Organização Mundial do Comércio, especialmente sobre as perspectivas quanto à participação peruana nas negociações plurilaterais para possível acordo na área de facilitação de investimentos.*
- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Peru em foros multilaterais, como a ONU e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros.*
- *Diálogo com representantes governamentais peruanos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.*
- *Acompanhamento e análise quanto à evolução, na política externa do Peru, do processo de adesão do país, como membro pleno, à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).*

2. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais que contam com a participação do Peru.

- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Peru em organismos regionais e sub-regionais, particularmente na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).*
- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Peru em foros regionais que não contam com a participação do Brasil, como a Aliança do Pacífico, o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), a Parceria Transpacífica (TPP) e a Comunidade Andina.*

- *Apoio ao diálogo junto ao Governo peruano com vistas ao incremento da cooperação bilateral nos âmbitos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA);*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpula de organismos regionais.*
- *Acompanhamento e análise quanto a propostas do Governo peruano para iniciativas de integração regional, como UNASUL e CELAC.*

3. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais e regionais que contam com o Peru entre seus membros.

- *Realização de gestões para buscar o apoio do Governo peruano a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas multilaterais por ano e número de reuniões promovidas com autoridades peruanas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo.

Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais

2) Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas regionais.

Número de reuniões promovidas com autoridades peruanas sobre temas regionais.

Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais.

3) Índice de apoio peruano a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

(Número de indicações positivas de apoio peruano a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais no ano / Número de solicitações brasileiras apresentadas à parte peruana para apoio a candidaturas a organismos multilaterais no ano) x 100.

4) Índice de apoio peruano a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos regionais.

(Número de indicações positivas de apoio peruano a candidaturas brasileiras a organismos regionais no ano / Número de solicitações brasileiras apresentadas à parte peruana para apoio a candidaturas a organismos regionais no ano) x 100

IV PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade peruana e diversificar as referências culturais brasileiras.

- *Apoio à organização regular de festival de cinema brasileiro no Peru e à inserção brasileira em outros festivais de cinema.*
- *Promoção de eventos de fotografia, música e dança brasileira.*
- *Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros.*
- *Apoio a eventos de gastronomia brasileira no Peru.*
- *Apoio à publicação de edições em espanhol de obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição no Peru.*
- *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com a Casa da Literatura Peruana e com a Feira Internacional do Livro de Lima.*

- *Estímulo a atores locais que divulgam cultura brasileira no Peru.*
 - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua espanhola, em especial ao público infante-juvenil, diversificando as referências sobre o país.*
 - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos).*
 - *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira.*
- 2. Promover intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que o Peru tenha reconhecida tradição.**
- *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e peruanos.*
 - *Fomento ao intercâmbio na área da gastronomia, por meio de incentivo a aproximação entre chefes de ambos os países, do ensino de técnicas gastronômicas brasileiras a estudantes de escolas especializadas, e organização de festivais gastronômicos.*
- 3. Promover a indústria cultural e criativa brasileira;**
- *Apoio à realização de estudo de mercado sobre nichos a serem explorados no mercado peruano para a indústria cultural brasileira.*
 - *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores peruanos e brasileiros.*
 - *Estímulo a iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira no Peru, a exemplo da produção de grandes eventos.*
 - *Incentivo a artistas brasileiros para participarem de eventos no Peru;*
- 4. Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção cultural desenvolvidas pelo Instituto Guimarães Rosa – Lima.**
- *Ampliação de eventos de promoção cultural brasileira no Peru.*
 - *Fomento de parcerias com vistas à promoção da literatura brasileira e do idioma português.*
 - *Assinatura de novos convênios institucionais, que ampliem o leque de agentes governamentais do Estado peruano que saibam português.*
 - *Ampliação da oferta de cursos de português, oficinas e cursos especiais, nas modalidades presencial e virtual, fornecidos pelo IGR-Lima.*
- ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- 1) Evolução no número de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros em relação à gestão anterior.**
 - 2) Número de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão.**
 - 3) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão.**
 - 4) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa e número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex Brasil realizadas durante a gestão.**
 - 5) Número de eventos realizados ou apoiados pelo IGR-Lima.**
 - 6) Número de alunos inscritos nos cursos de língua portuguesa fornecidos pelo IGR-Lima.**

V COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**1. Promover a cooperação com o Peru na área de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental, como manejo florestal sustentável.**

- *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável.*
- *Participação brasileira em eventos no Peru ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como participação de autoridades peruanas em eventos realizados no Brasil.*
- *Divulgação de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia.*
- *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos peruanos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental.*
- *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros.*
- *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente.*
- *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima no Peru.*
- *Aprofundamento da interlocução entre órgãos técnicos ambientais de parte a parte.*
- *Manutenção de encontros regulares do Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF) e de outros mecanismos de coordenação ambiental.*

2. Fortalecer diálogo com o Governo peruano no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

- *Incentivo a ações para preservação do bioma amazônico no âmbito da OTCA.*
- *Estímulo ao fortalecimento da OTCA como canal de cooperação bilateral e regional em favor da Amazônia.*

3. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.

- *Incentivo à cooperação com Governo peruano para compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável.*
- *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.*
- *Promoção da cooperação entre os Estados amazônicos e o Peru na área do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente amazônico.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão.****2) Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano.****3) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) durante a gestão.**

VI COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e o Peru.

- *Uso do Setor de Ciência e Tecnologia (SECTEC), formalmente estabelecido na embaixada em 2022, como meio de intensificar os intercâmbios em CT&I.*
- *Incentivo à cooperação com Governo peruano para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I.*
- *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I.*
- *Apoio ao diálogo entre os órgãos técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software, biotecnologia, entre outras.*
- *Planejamento e implementação de iniciativas de cooperação em CT&I no âmbito do Programa de Diplomacia da Inovação do Ministério das Relações Exteriores, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Inovação e da Estratégia Nacional de Inovação.*

2. Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I.

- *Realização de análises contínuas do ambiente de CT&I no Peru, com vistas a identificar áreas potenciais para o desenvolvimento de cooperação bilateral.*

3. Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial.

- *Diálogo com representantes da indústria de CT&I no Peru, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas.*
- *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I.*
- *Promoção de cooperação entre parques tecnológicos dos dois países.*
- *Divulgação do mapeamento do ecossistema de inovação de Lima junto a atores do ecossistema brasileiro de CT&I.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS DAS METAS

1) Número de reuniões e gestões do posto sobre o tema.

2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões.

VII COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regularidade de apoio a projetos de pesquisa universitária conjunta e de mobilidade acadêmica mútua.

- *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas peruanas.*
- *Promoção das atividades do programa de leitorado no Peru.*
- *Interlocução com os estudantes brasileiros residentes no Peru e acadêmicos nacionais em intercâmbio ou visita ao país.*

2. Promover a variante brasileira da língua portuguesa.

- *Divulgação do exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras e apoio à realização de cursos especiais de preparação para o exame.*

- *Apoio a eventual processo de credenciamento de instituições peruanas para fim de aplicação de exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras.*
 - *Apoio à manutenção de leitorado brasileiro na Universidade Nacional Mayor de San Marcos do Peru (UNMSM).*
 - *Engajamento dos leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança por parte da diáspora brasileira.*
- 3. Ampliar o diálogo com o Peru para cooperação na área de saúde.**
- *Monitoramento dos avanços realizados pelo Peru na área de saúde.*
 - *Compartilhamento de experiências bem-sucedidas na área de saúde.*
 - *Apoio à interlocução construtiva entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e ao diálogo sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia.*
 - *Acompanhamento e apoio a ofertas de doação de medicamentos com fins humanitários feitas pelo Ministério da Saúde por meio da Agência Brasileira de Cooperação.*
- 4. Incentivar a cooperação na área de saúde.**
- *Promoção da cooperação na área de saúde entre autoridades de ambos os países, integrando representantes de administrações locais da região de fronteira.*
 - *Retomada das reuniões do Grupo de Trabalho de Saúde na Fronteira, no âmbito da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteira Brasil-Peru (CVIF).*
- ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- 1) Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e peruanas durante a gestão.**
- 2) Promoção da língua portuguesa no exterior.**
- *Número de ações realizadas em conjunto com os leitores, de produção de material com a variante brasileira do português e de gestões para o credenciamento de instituições peruanas para aplicação do CELPE-Brasil durante a gestão.*
- 3) Número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão.**

VIII APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO PERU

- i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
- 1. Desenvolver mapeamento da comunidade brasileira no Peru.**
- *Mapeamento da comunidade brasileira no Peru, de modo a melhor compreender seu perfil e suas necessidades.*
- 2. Promover a atuação de consulados honorários no Peru, de modo a facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território peruano.**
- *Acompanhamento da atuação e criação de consulados honorários em cidades peruanas com maior concentração de brasileiros ou que constituam destinos turísticos de brasileiros em viagem ao Peru, além de manutenção de contato com canais de apoio, como autoridades locais, hospitais, igrejas, universidades, academias e câmaras empresariais.*

- *Diálogo com representações da comunidade brasileira no Peru.*
- *Difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, em particular alertas e orientações sobre condições gerais do país e das regiões turísticas e sobre situações conjunturais que tenham implicações reais ou potenciais para a segurança e o conforto dos brasileiros no País, seja por meio das redes sociais da Embaixada, seja pelo portal consular do Itamaraty, ou ainda no quadro de campanhas de promoção ao turismo.*
- *Continua interlocução e interação entre os consulados honorários e a Embaixada, de modo a facilitar o atendimento a demandas da comunidade brasileira.*
- 3. Realizar missões consulares itinerantes para cidades com maior presença de brasileiros.**
 - *Promoção de consulados itinerantes com a frequência necessária para atendimento às demandas da comunidade brasileira no Peru.*
- 4. Promover o diálogo consular com a Chancelaria peruana, com vistas a solucionar eventuais problemas migratórios e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros temporários e permanentes e à eventual utilização do território peruano para imigração irregular em direção ao Brasil.**
- 5. Apoiar o processo de instalação do vice-consulado do Brasil em Cusco.**
 - *Apoio necessário para instalação e início das operações do vice-consulado do Brasil em Cusco, em coordenação com a Secretaria de Estado e em permanente diálogo com a Chancelaria peruana. .*
- 6. Promover interlocução com o vice-consulado do Brasil em Iquitos.**
 - *Interlocução com o vice-consulado do Brasil em Iquitos, de modo a acompanhar as necessidades da comunidade brasileira no Departamento de Loreto.*
- 7. Prestar atendimento consular de qualidade e eficiente, inclusive por meio no sistema e-Consular.**

Promoção de cursos de capacitação para os funcionários do Setor Consular, de modo a possibilitar melhor atendimento aos consulentes

 - *Aprimoramento e boa utilização dos sistemas eletrônicos consulares.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de missões consulares itinerantes realizadas por ano, quando julgadas apropriadas.**
- 2) Índice de reclamações do consulente**
(Número de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano por meio de canal de ouvidoria / Número de manifestações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria / **Número de atendimentos realizados de acordo com registros do SCI**) x 100.
- 3) Duração do atendimento no guichê.**
Somatório do tempo total de atendimento em guichês / total de chamadas para atendimento.
- 4) Número de reuniões com a Chancelaria peruana sobre o tema.**
- 5) Tempo de espera para atendimento do consulente.**

IX COOPERAÇÃO JURÍDICA ENTRE O BRASIL E O PERU

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Assegurar o trâmite regular de extradições entre o Brasil e o Peru.**

- *Fortalecimento do diálogo entre a Chancelaria peruana e as autoridades brasileiras competentes para agilizar os procedimentos necessários à efetivação de extradições, promovendo a troca de informações e documentos relevantes, bem como o cumprimento dos prazos previstos em tratados e convenções internacionais.*

2. Promover o intercâmbio célere de cartas rogatórias e pedidos de assistência jurídica.

- *Fortalecimento dos mecanismos de comunicação direta e ágil entre as autoridades centrais dos dois países, de modo a facilitar o trâmite célere e eficiente de pedidos de cooperação jurídica, em especial o envio e recebimento de cartas rogatórias.*

3. Fortalecer o diálogo com as autoridades peruanas responsáveis pela transferência de pessoas condenadas

- *Promoção do diálogo com as autoridades peruanas competentes para viabilizar a transferência de pessoas condenadas entre os dois países, observando os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, de modo a garantir a reinserção social dos condenados e a prevenção da reincidência, por meio do cumprimento da pena próximo de familiares nos respectivos países de origem.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Tempo médio de resposta da Chancelaria peruana aos pedidos de extradição enviados pelo Brasil.

2) Número de cartas rogatórias enviadas e recebidas anualmente e respectivo prazo médio de cumprimento.

3) Número de pedidos de transferência de pessoas condenadas entre o Brasil e o Peru e respectivo prazo médio de cumprimento.

X COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Desenvolver iniciativas de cooperação com o governo peruano com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações.

Promover a cooperação técnica em áreas com externalidades positivas para as populações de ambos os países, como saúde, educação, agricultura e energias renováveis.

2. Promover a atuação brasileira na prestação de cooperação para o desenvolvimento, em especial assistência humanitária, ao Peru;

Acompanhar e desenvolver projetos de cooperação técnica e assistência humanitária com o Peru;

Promover o diálogo com o governo peruano sobre iniciativas de desenvolvimento socioeconômico;

Promover a cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de desenvolvimento

3. Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com o Peru na temática de direitos humanos.

- *Continuar a defender junto ao governo peruano as posições brasileiras em discussões relacionadas a direitos humanos;*
- *Acompanhar o seguimento pelo Peru da temática de direitos humanos;*
- *Promover a cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico
- 2) Número de projetos e iniciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades
- 3) Número de contatos com autoridades peruanas da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades
- 4) Número de reuniões, gestões e outras ações na área de direitos humanos

XI COOPERAÇÃO FRONTEIRIÇA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Incentivar a cooperação na área na zona de fronteira;**
 - *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais na zona de fronteira;*
 - *Promoção da integração econômica na fronteira entre os dois países, apoiando os esforços para o estabelecimento de corredores multimodais ao longo da bacia amazônica e a homologação de portos fluviais para o trânsito de pessoas e mercadorias*
 - *Promoção da cooperação na área de saúde na zona de fronteira;*
 - *Promoção da cooperação na área educacional e cultural na zona de fronteira, com ênfase na promoção da língua portuguesa e cultura brasileira junto à comunidade residente na faixa de fronteira;*
 - *Promoção da cooperação aduaneira e tributária que facilite o comércio exterior bilateral, por meio do estabelecimento de sistema de controle integrado no posto de fronteira de Assis Brasil-Iñapari.*
2. **Promover as atividades da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteira Brasil-Peru (CVIF);**
 - *Acompanhamento e desenvolvimento de atividades e diálogo no âmbito da CVIF, incluindo temas como controle fronteiriço integrado, transportes, saúde na fronteira, cooperação ambiental fronteira e temas indígenas.*
4. **Apoiar e promover iniciativas de cooperação e interlocução entre as unidades subnacionais fronteiriças de ambos os países.**
5. **Promover a instalação e as reuniões dos Comitês Fronteiriços Amazônico Sul e Norte, criados por meio de acordo por troca de notas assinado em setembro de 2020.**
6. **Promover as atividades da Comissão Binacional Fronteira Brasil-Peru.**
 - *Acompanhamento das atividades e do diálogo no âmbito Comissão, coordenadas pelas pastas de Defesa, com vistas a intercambiar percepções e informações sobre desafios comuns, ações e projetos para combate conjunto aos crimes transfronteiriços.*
7. **Ampliar o diálogo com o Peru para cooperação na área de saúde, na zona de fronteira.**
 - *Interlocução entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo em programas de vacinação e saúde na região de fronteira.*
 - *Acompanhamento e apoio a programas de vacinação e saúde voltados para as populações indígenas, como o programa tripartite realizado em Tabatinga (AM), em cooperação com o Governo da Colômbia.*

- 8. Promover encontros regulares do Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF).**
- *Coordenação dos órgãos brasileiros participantes da GCAF (Agência Brasileira de Cooperação, Ibama, Polícia Federal, ICMBio etc.) para que se reúnam de forma regular com suas contrapartes peruanas.*
- ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- 1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação na área de fronteira.**
 - 2) Número reuniões ou ações realizadas no âmbito da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (CVIF).**
 - 3) Número de reuniões dos Comitês Fronteiriços Amazônicos Norte e Sul.**
 - 4) Número de reuniões ou ações realizadas no âmbito da Comissão Binacional Fronteiriça Brasil-Peru.**
 - 5) Número de reuniões ou ações realizadas no âmbito do Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF).**

RELATÓRIO Nº DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 20, de 2023 (nº 122/2023, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.*

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Dessa forma e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, nasceu em 20 de março 1958, na cidade de Lisboa, Portugal (brasileiro nos termos do art. 129, II, da Constituição de 1946). É filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1982, onde também concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1991) e o Curso de Altos Estudos (2005),

no qual defendeu a tese intitulada “O Processo legislativo e a aprovação de acordos internacionais assinados pelo Brasil”.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1983; Segundo-Secretário em 1987; Primeiro-Secretário em 1994; Conselheiro em 2001; Ministro de Segunda Classe em 2006; e Ministro de Primeira Classe em 2012.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de: Primeiro-Secretário na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (1997/2001); Assessor da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2003/05); Chefe da Divisão da América do Sul II (2005/09 e 2010/11); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paramaribo (2009/10); Diretor do Departamento da América do Sul II (2011/16); Embaixador em São Domingos (2016/21); e Cônsul-Geral em Barcelona (desde 2021).

Ainda em atendimento aos preceitos regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Peru, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

O Peru é uma república presidencialista, com parlamento unicameral. O país foi sede do Império Inca até a chegada dos espanhóis, no século XVI. O território peruano, banhado pelo Oceano Pacífico, é dividido em três regiões: o litoral, desértico; o altiplano andino; e a Amazônia peruana. Esse contexto topográfico abriga uma das maiores biodiversidades do planeta e conta com superlativa abundância de recursos minerais. A população é de aproximadamente 34,5 milhões de pessoas, o que coloca o país na quarta posição entre os mais populosos da América do Sul.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a expectativa de vida é de 72,4 anos. O país, ainda segundo o PNUD, ocupa o 84º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas e tem taxa de alfabetização de 94,4%.

Desde 2003, Brasil e Peru mantêm Aliança Estratégica. Entre os principais temas da relação bilateral está a integração fronteiriça, o combate a ilícitos transnacionais, o adensamento dos laços econômico-comerciais e a cooperação técnica.

No ano passado, o intercâmbio comercial entre os dois países alcançou o recorde de US\$ 4,92 bilhões. Nossas vendas estão centradas em produtos manufaturados e semimanufaturados, que representam em conjunto 80% do total. Exportamos, de maneira destacada, veículos e produtos automotivos, barras de ferro e aço, papel e cartão. Importamos fundamentalmente cobre (29% do total), minérios, fertilizantes e produtos químicos.

A maior dinamização da agenda econômico comercial representa um dos desafios da relação entre os dois países. Nesse sentido, Brasil e Peru assinaram, em 2016, o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial (AAEC), que contempla investimentos, serviços e compras governamentais. Trata-se do primeiro instrumento internacional com capítulo sobre compras governamentais assinado pelo Brasil. O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em março de 2017. Aguarda-se, no entanto, o encerramento dos trâmites internos no país vizinho para entrar em vigor.

A integração fronteiriça é outro tema de destaque no relacionamento bilateral. Com efeito, o Brasil divide com o Peru sua segunda fronteira mais extensa (2.995 km), atrás apenas daquela compartilhada com a Bolívia. Nesse sentido, foi negociado o *Acordo Quadro para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru*. Esse tratado, que foi assinado em 2009 e remetido para apreciação congressional em 2020, segue em apreciação na Câmara dos Deputados. O ato internacional referido cria uma Comissão Vice Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil - Peru (CVIF), no âmbito da qual serão debatidos temas como controle fronteiriço integrado; transportes; saúde na fronteira; cooperação ambiental fronteiriça; e temas indígenas.

No momento presente, contudo, convive com situação que afeta tanto as relações bilaterais, quanto as regionais. Trata-se da significativa instabilidade política que o Peru enfrenta desde 2016. Em seis anos, o país teve seis presidentes, quatro legislaturas, doze gabinetes ministeriais e mais de duzentos ministros de Estado. A destituição de Pedro Castillo, em dezembro de 2022, corrobora esse quadro de inconstância e fragilidade. Sobre o episódio, extraímos do relatório encaminhado pelo Itamaraty a seguinte passagem:

Confrontado com a possibilidade de uma terceira tentativa de impedimento, em 7 de dezembro, Castillo comunicou a decisão de estabelecer “um Governo de exceção, orientado a restabelecer o estado de direito e a democracia”. Anunciou a “dissolução

temporária do Congresso e a instauração de um governo de emergência excepcional”, além de convocação de eleições para um novo congresso com faculdades constituintes. Declarou o sistema de justiça “em reorganização”, informou que governaria por decreto-lei até novas eleições e decretou toque de recolher em todo o país.

A ação foi rotulada por críticos e ex-apoiadores como tentativa de “golpe de Estado”, e teve como consequência imediata a renúncia de nove dos dezoito ministros. Também expuseram sua discordância a vice-presidente Dina Boluarte, o Presidente da Suprema Corte do Peru e as Forças Armadas. Caracterizado o isolamento de Castillo, o Congresso votou pela vacância do então Presidente. A vice-presidente Dina Boluarte foi convocada para prestar juramento e empossada como a nova mandatária do país. Castillo encontra-se em prisão temporária”.

Essa situação afeta a dinâmica do relacionamento bilateral e demanda esforço conjunto dos países da região na busca por solução equilibrada para a crise em que o Peru se encontra envolvido.

Observo, por fim, que a comunidade de brasileiros vivendo no Peru é estimada em aproximadamente 7 mil pessoas. Esse contingente humano é atendido pelo setor consular da Embaixada em Lima, que exerce jurisdição sobre o território peruano, com exceção do Departamento de Loreto, atendido pelo Consulado do Brasil em Iquitos. Contamos, ainda, com quatro consulados honorários situados em Arequipa, Cusco, Pucallpa e Puerto Maldonado.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA

CPF.: 221.808.000-10

ID.: 8018 MRE

1956 Filho de Ulysses Castilhos França e Maria Caminha de Castilhos França, nasce em 7 de junho, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1980 CPCD - IRBr

1988 CAD - IRBr

2001 CAE - IRBr, A Guerra do Kosovo e o Conceito de Intervenção Humanitária

Cargos:

1981 Terceiro-Secretário

1985 Segundo-Secretário

1992 Primeiro-Secretário, por merecimento

1998 Conselheiro, por merecimento

2004 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2011 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1981-82 Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica, assistente

1982-83 Embaixada em Libreville, Terceiro Secretário, Encarregado de Negócios em missão transitória

1984-87 Delegação Permanente em Genebra, Terceiro e Segundo Secretário

1987-89 Delegação Permanente junto a ALADI, Montevidéu, Segundo Secretário

1990-91 Embaixada em La Paz, Segundo Secretário

1991-95 Divisão do Meio Ambiente, assessor e Chefe, substituto

1995-98 Secretaria de Relações com o Congresso, assessor e Coordenador-Técnico

1998-02 Embaixada em Atenas, Conselheiro e Encarregado de Negócios

2002-03 Centro de Documentação Diplomática, Chefe

2003-05 Divisão de Integração Regional, Chefe

2005-08 Delegação Permanente junto à UNESCO em Paris, Ministro-Conselheiro

2008-11 Divisão do México, América Central e Caribe, Chefe

2011-12 Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional (DEIR), Diretor

2012-15 Escritório de Representação do Brasil em Ramalá, Chefe

2016-20 Consulado-Geral do Brasil em Istambul, Cônsul-Geral

2020- Embaixada na Haia, Embaixador

Condecorações:

2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

2010 Medalha Mérito Tamandaré - Marinha do Brasil

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Marinha do Brasil

Ordem da Estrela de Jerusalém, Estado da Palestina

Publicações:

2004 A Guerra do Kosovo, a OTAN e o conceito de 'Intervenção Humanitária', Editora UFRGS

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 15, DE 2023

(n° 117/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênic.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 117

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênic.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00040/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Helênica, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **ROBERTO ABDALLA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 139/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101209** e o código CRC **B70FA3FA** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002892/2023-78

SUPER nº 4101209

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA MERIDIONAL E UNIÃO EUROPEIA**

GRÉCIA (REPÚBLICA HELÊNICA)



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MARÇO DE 2023**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República Helênica
GENTÍLICO	Grego

Fontes: (1) Eurostat; (2) Banco Mundial; (3) PNUD; (4) OIT; (5) Estimativa do Itamaraty.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

CAPITAL	Atenas
ÁREA¹	132.049 km ²
POPULAÇÃO (2020)¹	10,718 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Grego
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Gregos ortodoxos (90%); sem religião (4%); outros cristãos (3%); muçulmanos (2%); outras religiões (1%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento Helênico (Βουλή των Ελλήνων/Voulí ton Ellínon): parlamento unicameral, composto por 300 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Katerina Sakellaropoulou (desde 13 de março de 2020)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Kyriakos Mitsotakis (desde 8 de julho de 2019)
CHANCELER	Nikos Dendias (desde 9 de julho de 2019)
PIB NOMINAL (2021)²	US\$ 216,24 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019)²	US\$ 329,229 bilhões
PIB PER CAPITA (2021)²	US\$ 20.276,5
PIB PPP PER CAPITA (2019)²	US\$ 30.722,20
VARIAÇÃO DO PIB²	8,3% (2021); -9% (2020); 1,87% (2019); 1,9% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019)³	0,888 - 32º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA (2020)²	81
ALFABETIZAÇÃO (2018)	98,69%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)²	14,8%
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Ioannis Tzovas-Mourouzis (março 2022)
BRASILEIROS NO PAÍS⁵	Comunidade brasileira total estimada em 4.000 nacionais.

BRASIL→GRÉCIA	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio total	346	336	259	319	406,1
Exportações	173	173	198	224	351,6
Importações	173	163	61,7	95,3	54,5
Saldo	632 mil	9,7	136	128	297,1

PERFIS BIOGRÁFICOS**Katerina Sakellariopoulou**
Presidente da República Helênica

Nascida em Tessalônica (66 anos), graduou-se em direito na Universidade Capodistriana de Atenas, em 1978. Desde 1982, atuou como juíza de carreira do Conselho de Estado, órgão do Judiciário grego responsável pelos casos de direito administrativo. Atuou nesta área por toda sua trajetória profissional, tendo-se ausentado apenas para estudos de pós-graduação em direito administrativo e constitucional na Universidade de Paris-II Sorbonne, no biênio 1989-1990. Em 2015, foi nomeada vice-presidente e, em 2018, foi indicada pelo então primeiro-ministro Alexis Tsipras para o cargo de presidente do Conselho de Estado. Ocupou também os cargos de presidente da Associação de Juízes do Conselho de Estado, presidente da Sociedade Helênica de Direito Ambiental e foi membro da Sociedade de Juízes Gregos para a Democracia e Liberdades e da Sociedade Científica Helênica Sociedade de Direito Urbanístico e de Desenvolvimento. Lecionou direito ambiental na Escola Nacional de Juízes.

Em 22 de janeiro de 2020, foi eleita como primeira mulher a exercer a presidência da República, de forma expressiva pelo Parlamento Helênico, com apoio unânime dos três maiores partidos: o governista Nova Democracia (ND), a oposição de esquerda do SYRIZA e o partido de centro-esquerda "Movimento para Mudança - KINAL". Fora abstenções, não teve nenhum voto contrário. Cumprirá mandato de cinco anos.

Em junho de 2021, recebeu um doutorado honorário pela Faculdade de Direito da Universidade Aristóteles de Tessalônica. É autora de vários artigos sobre questões de

direito ambiental e de desenvolvimento urbano, igualdade de gênero, proteção dos direitos individuais e respeito pelo Estado de direito.

Kyriakos Mitsotakis
Primeiro-Ministro da República Helênica



Nascido em Atenas (54 anos), pertence a família de grande projeção política. É filho do ex-primeiro-ministro grego, Konstantinos Mitsotakis, irmão da ex-ministra de Negócios Estrangeiros e ex-prefeita de Atenas, Dora Bakoyannis, e tio do atual prefeito de Atenas, Kostas Bakoyannis. Durante a ditadura militar, seu pai foi exilado político na Turquia e na França.

Obteve seu diploma de bacharel em Harvard em Ciências Sociais. Tem mestrado pela Universidade de Stanford em Relações Internacionais e MBA pela Harvard Business School. Foi analista financeiro do Chase Investment Bank, consultor da McKinsey and Company e CEO do Banco Nacional da Grécia.

Entrou na política na década de 2000, tendo sido membro do Parlamento entre 2004-2019. Foi ministro de Reformas Administrativas de 2013 a 2015, quando realizou reestruturação nacional a fim de diminuir o setor público. Foi também membro ativo da Assembleia Parlamentar da OTAN.

Tornou-se presidente de seu partido, Nova Democracia, em 2016, tendo logrado modernizar, renovar e aumentar sua base de membros. O “Nea Demokratia” foi o primeiro partido a conquistar a maioria absoluta no Parlamento grego desde 2009. Foi empossado primeiro-ministro da República Helênica em julho de 2019. Fala inglês, francês e alemão.

Nikolaos (Nikos) Dendias
Ministro de Negócios Estrangeiros da República Helênica



Nascido em Corfu (62 anos), formado em direito pela Universidade de Atenas, com mestrados em Direito Marítimo e Seguros pela University College London e em Criminologia pela London School of Economics.

Juntou-se ao partido conservador Nova Democracia em 1978, ainda estudante. Tornou-se parlamentar em 2004, sendo reeleito em 2007, 2009 e 2012. Foi ministro da Justiça (2009), ministro da Ordem Pública e Proteção do Cidadão (2012-2014), ministro do Desenvolvimento e Competitividade (2014) e ministro da Defesa Nacional (2014-2015).

Assumiu o cargo de ministro de Negócios Estrangeiros em julho de 2019. Fala inglês e italiano.

APRESENTAÇÃO

A Grécia está situada na Europa meridional, em localização estratégica, no cruzamento entre a Europa, a Ásia, o Oriente Médio e a África. Tem fronteiras terrestres com a Albânia, a noroeste, com a Macedônia do Norte e a Bulgária, ao norte, e com a Turquia, no nordeste. O Mar Egeu fica a leste de seu território continental; o Mar Jônico, a oeste, e o Mar Mediterrâneo, ao sul. O país tem a 11ª maior costa do mundo, com 13.676 quilômetros de extensão, com um grande número de ilhas (cerca de 1.400, das quais 227 são habitadas). Oitenta por cento da Grécia são compostos por montanhas, das quais o Monte Olimpo é a mais elevada, com 2.917 metros de altitude. Atenas é a capital e a maior cidade do país.

A República Helênica moderna tem suas raízes na civilização da Grécia Antiga, considerada o berço de toda a civilização ocidental. Como tal, é o local de origem, para o Ocidente, da democracia, da filosofia, dos Jogos Olímpicos, da literatura, da historiografia, da ciência política, de grandes princípios científicos e matemáticos e das artes cênicas. Este rico legado reflete-se nos 17 locais considerados pela UNESCO como Patrimônio Mundial no território grego, o 7º maior número da Europa e o 13º do mundo. O estado grego moderno foi criado em 1830, após a Guerra da Independência Grega contra o antigo Império Otomano.

Com população de aproximadamente 10,7 milhões de habitantes, a Grécia é, atualmente, um estado democrático desenvolvido, com economia avançada e de alta renda, elevado padrão de vida e índice de desenvolvimento humano (IDH) considerado muito alto pelas Nações Unidas. É membro fundador da ONU, membro da União Europeia desde 1981 e da Zona Euro desde 2001, além de integrar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde 1952. A economia grega é também a maior dos Balcãs e desempenha papel de investidor regional.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Grécia estabeleceram relações diplomáticas em 1912, com a abertura de missão diplomática em Atenas. Além da embaixada em Brasília, a Grécia tem, hoje, dois consulados gerais (São Paulo e Rio de Janeiro), além de consulados honorários em Curitiba, Manaus, Recife, Salvador, Santos e Vitória.

No que se refere a visitas e encontros de alto nível, a presidente Dilma Rousseff esteve na Grécia, em 2011, no contexto de viagem à China. Em 2015, houve dois encontros entre a presidente Rousseff e o primeiro-ministro grego, ambos à margem de eventos multilaterais: em junho, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC; e em setembro do mesmo ano, em Nova Iorque, no âmbito da abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Em 6 de fevereiro de 2023, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, Nikolaos Dendias, visitou o Brasil, para participar de reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira. Tratou-se da primeira visita oficial de um chanceler da Grécia ao Brasil, em mais de um século de relacionamento diplomático. Os dois chanceleres tiveram a ocasião de avaliar o estado das relações bilaterais e de tratar de ampla gama de temas globais, entre os quais meio ambiente e mudança climática, a agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as perspectivas do Acordo Mercosul-União Europeia. Os chanceleres também assinaram três instrumentos bilaterais: Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Turismo; Acordo Quadro de Cooperação em Defesa; e Acordo em Serviços Aéreos.

O então ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, visitou duas vezes a capital grega: em 2003, por ocasião de encontro de Chanceleres UE-América Latina; e em 2009, no que constituiu a primeira visita bilateral de ministro de Relações Exteriores brasileiro à Grécia. Na ocasião, foram assinados instrumentos importantes para a cooperação bilateral, tais como o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica; o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas; o Memorando de Entendimento para Cooperação entre Academias Diplomáticas; o Acordo sobre Extradicação; e o Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

Foram realizadas até o presente momento duas reuniões do Mecanismo de Consultas Políticas estabelecido pelo Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre as duas chancelarias: a primeira em Atenas, em 2013; e a segunda em Brasília, em 2016. Uma terceira edição estava prevista para o ano de 2019, em Atenas, mas questões de agenda impossibilitaram a concretização da reunião. O protagonismo da Grécia nas questões mais desafiadoras enfrentadas atualmente no marco da União Europeia, notadamente a crise migratória, além da atuação do país no cenário político do Mediterrâneo Oriental, justificam a manutenção desse mecanismo em bases regulares.

Em agosto de 2017, foi promulgado no Brasil o Acordo de Cooperação em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação com a República Helênica. O acordo representa marco jurídico abrangente para a cooperação bilateral, incluindo temas econômicos, tais como cooperação industrial, especialmente entre pequenas e médias empresas, investimentos, serviços, agricultura e promoção comercial, bem como científicos, tais como cooperação em pesquisa, tecnologia, inovação e desenvolvimento.

No campo das relações federativas, destaca-se a assinatura do acordo de irmanação entre o município brasileiro de Olímpia, no estado de São Paulo, e a cidade grega de Olímpia Antiga, no Peloponeso, no dia 10 de julho de 2019. A cerimônia de assinatura, realizada no sítio arqueológico de Olímpia Antiga, local onde era realizada a premiação dos vencedores nos Jogos Olímpicos da antiguidade, e onde hoje é acesa a chama olímpica antes de cada edição dos Jogos Olímpicos modernos, contou com representantes da cidade paulista e diversas autoridades da municipalidade grega, e ensejou o início de tratativas para diversas oportunidades de cooperação bilateral, em especial no que se refere às áreas de museologia e turismo.

A convergência entre Brasil e Grécia no plano multilateral depende, em grande medida, das posições da UE, visto que, em geral, Atenas acompanha a política e decisões do bloco europeu. Há uma fluida troca de apoios recíprocos em candidaturas a órgãos multilaterais, a exemplo do apoio grego para a eleição do Brasil a assento não permanente no CSNU, no biênio 2022-2023.

Cabe registrar, a assinatura de Memorando de Entendimento, em novembro de 2018, entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e a Universidade do Pireu, instituição que possui, no seu departamento de Relações Internacionais, um laboratório para o estudo dos BRICS, e que tem dedicado esforços em aprofundar os estudos e as relações com o Brasil e os demais países do grupo.

As relações Brasil-Grécia registram, também, relevante componente populacional. Estima-se que cerca de 4 mil nacionais brasileiros residam na Grécia. Os fluxos de turistas brasileiros ao país são igualmente significativos, com destaque para as ilhas Cíclades, no Mar Egeu, que recebem aproximadamente 60 mil turistas brasileiros por ano. Há consulados honorários em Tessalônica, Pireu e Corfu. A comunidade grega no Brasil, por sua vez, é estimada em cerca de 30 mil pessoas, que residem principalmente no Estado de São Paulo.

POLÍTICA INTERNA

Desde a redemocratização, em 1974, a Grécia é uma república parlamentar. O chefe de estado é o presidente da República, eleito pelo parlamento para um mandato de cinco anos. O chefe de governo é o primeiro-ministro, líder do partido político que logre obter um voto de confiança do parlamento. O presidente nomeia formalmente o primeiro-ministro.

O Poder Legislativo é exercido pelos 300 membros eleitos do parlamento unicameral. As eleições parlamentares são realizadas a cada quatro anos.

O Judiciário compreende três tribunais supremos: o Tribunal de Cassação, o Conselho de Estado e o Tribunal de Contas. O sistema judiciário é composto, também, por tribunais civis, que julgam processos cíveis e penais, e por tribunais administrativos, que julgam litígios entre os cidadãos e as autoridades gregas administrativas.

O Nova Democracia (partido de centro direita) saiu vitorioso das eleições de 2019, com 39,77% dos votos, 158 cadeiras no parlamento de 300 assentos, traduzindo-se em maioria para formação de governo, sem necessidade de coalizão. O novo primeiro-ministro, Kyriakos Mitsotakis, definiu como principais bandeiras de sua administração o equilíbrio das finanças, a coesão social e a aceleração do crescimento, por meio de um ambicioso programa de redução de impostos, notadamente no setor corporativo e nas camadas sociais de renda mais baixa, e na atração de investimentos estrangeiros diretos. As medidas, que terão profundo impacto sobre a sociedade helênica, têm suscitado oposição de setores sindicais e estudantis.

Em seu primeiro ano de governo, Kyriakos Mitsotakis conseguiu granjear maior apoio popular, a despeito de desafios domésticos (a crise sanitária) e externos (questão dos migrantes e fricções com a Turquia). Nos primeiros meses, obteve incremento nos índices de emprego e renda. Com a eclosão da crise sanitária da COVID-19, adotou medidas logo no início de março de 2020 com restrição de movimentos e normas de afastamento social.

A juíza Katerina Sakellariopoulou, indicada por Mitsotakis para o cargo de presidente da Grécia, foi eleita de forma expressiva pelo parlamento helênico, tornando-se a primeira mulher na história do país a ocupar o cargo. Sakellariopoulou obteve o voto positivo de 261 dos 300 deputados do país, com o apoio unânime dos três maiores

partidos: o governista Nova Democracia (ND), a oposição de esquerda do SYRIZA e o partido de centro-esquerda "Movimento para Mudança - KINAL". Os demais partidos representados no Parlamento se abstiveram, de modo que a nova presidente não teve nenhum voto contrário em sua eleição. Ela cumprirá um mandato de cinco anos, que se iniciou em 13 de março de 2021.

Ao longo de 2021, ocorreram diversas comemorações alusivas ao bicentenário da Revolução Grega de 1821 (comemorada em 25 de março), que lograram, a despeito das restrições impostas pelo controle da pandemia, registrar, com sucesso, momento de especial relevância para o país. Diversas personalidades e autoridades mundiais estiveram presentes em Atenas para as celebrações, entres as quais se destacam representantes do Reino Unido, da França e da Rússia – os três países que desempenharam papel determinante na campanha de emancipação helênica do Império Otomano. A diplomacia grega empenhou-se, com êxito, em envolver a comunidade internacional nas celebrações, como atesta o número de capitais em todo o mundo que iluminaram importantes marcos da arquitetura local com as cores azul e branco – inclusive o Congresso e o Museu Nacional, em Brasília; o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro; a Praça Central e o Monumento da Abertura dos Portos às Nações Amigas, em Manaus; a Assembleia do Estado de Pernambuco, em Recife; e os edifícios da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Pinacoteca, em São Paulo.

Em maio passado, o Nova Democracia realizou convenção, durante a qual o PM Mitsotakis salientou sua intenção de buscar a reeleição. Elencou os êxitos do partido em meio a desafios como a pandemia e a crise migratória e delineou projetos para o futuro. O evento foi precedido pelo anúncio de um pacote de medidas para atenuar os efeitos da majoração das contas de energia, com o objetivo, segundo analistas, de atrair eleitores da classe média para a agremiação conservadora.

O pronunciamento de Mitsotakis teve dupla finalidade: salientar os êxitos do partido em três anos no poder e delinear o mapa para se sagrar vitorioso nas eleições de julho do próximo ano. Em esforço para combater as críticas de que tem sido objeto, Mitsotakis ressaltou que, não obstante os enormes desafios, como a crise migratória e a pandemia, conseguiu implementar um dos maiores programas de assistência social já vistos na Grécia, malgrado as avaliações negativas dos opositores.

POLÍTICA EXTERNA

O primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis tem procurado explorar, com pragmatismo e dinamismo, as oportunidades que se abrem na seara internacional, especialmente naqueles espaços em que a presença grega é reduzida, de modo a projetar os interesses de Atenas para além da tradicional esfera europeia.

O governo do Nova Democracia busca renovar sua política externa, com ampla agenda de viagens internacionais, que incluíram EUA, Alemanha, Áustria Israel, Emirados Árabes Unidos, Kiev e Kosovo. A chegada ao poder do Nova Democracia conferiu, também, renovado impulso às relações sino-helênicas. Em 2019, o ex-presidente Prokopis Pavlopoulos visitou a China, em maio, e o primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis, em novembro. Naquele mesmo mês, em retribuição, o presidente Xi Jin Ping realizou visita oficial a Atenas. Em março de 2021, o ministro da Defesa da China, Wei Fenghe, visitou Atenas, quando reforçou a importância da parceria estratégica.

Além de participar da Belt and Road Initiative (BRI), a República Helênica integra o órgão de Cooperação entre China e países da Europa Central e Oriental (CEEC - 17+1), fulcro de iniciativas que tem como objetivo a promoção de investimentos em infraestrutura e conectividade, bem como a cooperação econômica em termos mais amplos. A administração do porto de Pireu pela COSCO (China Ocean Shipping Company), cujo controle atual é de 51%, podendo ser ampliado até 67%, transformou o porto no segundo maior da Europa em termos de trânsito de contêineres e o primeiro em termos de passageiros. O porto também adquiriu enorme importância geoestratégica para os dois países por ser o "hub" da BRI.

A mudança de governo nos EUA, em 2021, foi recebida com entusiasmo pelo governo grego. Em março, depoimento do secretário de estado Antony Blinken à Comissão de Relações Exteriores do Congresso norte-americano obteve grande repercussão na Grécia, por incluir, entre as prioridades da política externa da administração Biden, a questão mediterrânea. Em mensagem de congratulações à presidente Katerina Sakerallopoulou pelo bicentenário da Revolução Grega de 1821, o presidente Joe Biden reiterou a importância dos vínculos bilaterais e o interesse no aprofundamento das relações entre os Estados Unidos e a Grécia. Em sua visão, o país proporcionaria estabilidade e contribuiria ativamente para a paz e prosperidade no Mediterrâneo Oriental, no Mar Negro e nos Bálcãs.

Outro tema que ganha importância na política externa grega é a questão do conflito na Líbia. Há grande empenho para busca de solução negociada para a questão do conflito civil. Nesse sentido, as forças armadas helênicas assumiram, em conjunto com a Itália, a liderança da Operação Irini, com objetivo de assegurar o respeito ao embargo de armas determinado pelo Conselho de Segurança da ONU.

Com o acordo de cessar-fogo de outubro de 2020, que permitiu intensificar os esforços, com a mediação da ONU, para uma solução política da crise na Líbia, no âmbito do Fórum de Diálogo Político da Líbia, houve a eleição de um governo de transição, e a Grécia retomou relações diplomáticas com a Líbia. Em abril de 2021, o primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis, acompanhado do chanceler Nikos Dendias, visitou Trípoli para relançar as relações bilaterais, com a reabertura da representação diplomática helênica naquela capital e a criação do consulado-geral em Benghazi.

Além da Operação Irini, a Grécia assinou, com a Itália, Memorando sobre limites marítimos, que estabelece Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) dos dois países no Mediterrâneo, Jônico e Adriático. O acordo garantiu o reconhecimento pela Itália do direito de as ilhas helênicas projetarem suas ZEEs em áreas do mar Jônico. Tal princípio vem sendo questionado sistematicamente pela Turquia. Por outro lado, a Itália passou a ter acesso a pesca em áreas do mar territorial grego.

No que se refere à Rússia, com o objetivo de recompor a base das relações bilaterais, o chanceler Nikos Dendias viajou a Sochi, em maio de 2021, para encontros de trabalho com seu homólogo russo, Sergei Lavrov. Além das questões bilaterais, os chanceleres trataram da situação no Mediterrâneo Oriental e no Oriente Médio e o relacionamento com a Turquia.

A disputa pela exploração de recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental teve o efeito de restabelecer a urgência da chamada “questão cipriota”, cujas negociações estavam “congeladas” desde as conversações de Crans-Montana, no período de 2015 a 2017, entre os presidentes Nikos Anastasiades e Mustafa Akinci para tratarem do processo de paz. A eleição, em 2020, de um político conservador na autodenominada República Turca do Norte de Chipre, vinculado ao mandatário turco, e gestos de efeito como a abertura da praia de Varosha, em 2020, exacerbaram os sentimentos nacionalistas das partes, além de reforçarem, em Atenas, o empenho para reinserir a questão na pauta de suas discussões com parceiros. Nesse contexto, em abril de 2021, realizou-se reunião informal 5+1 em Genebra, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, António Guterres.

A posição da diplomacia helênica pode ser sintetizada em alguns princípios consolidados. A resolução da questão é apresentada como um dos objetivos prioritários da política externa grega. Os bons ofícios do Secretário-Geral da ONU para facilitar o diálogo – com a vantagem de ser aceito pelas partes – são percebidos como o caminho mais promissor para obter desfecho favorável.

Outro eixo importante de atuação da política externa grega é o do fortalecimento do papel do país na segurança energética europeia, em particular no que diz respeito ao fornecimento de gás para o continente. Destaca-se o projeto do gasoduto “EastMed”, em parceria com Chipre e Israel, que levará gás natural de reservas offshore israelenses até a Europa pelo mediterrâneo oriental, com cerca de 1.300 km de dutos submarinos e 600 km de dutos terrestres. Outro projeto de destaque é o gasoduto Transadriático, que conectará suprimento de gás natural do Azerbaijão à Europa Ocidental. Há empenho do atual governo em estimular a busca por fontes de energias renováveis, o que confirma a ambição de transformar o país em potência energética e "rule maker" no universo europeu das políticas de energia.

A associação helênica aos portos egípcios (muitos também operados por companhias chinesas e em fase de modernização) tende a constituir um dos principais canais para o escoamento de mercadorias. A finalização das redes ferroviárias que ligam os "Leões Africanos" (África do Sul, Etiópia, Gana, Moçambique, Quênia, Nigéria e Uganda) ao Egito e o aperfeiçoamento do serviço de transporte ferroviário de carga a partir do Porto de Pireu - que dos Bálcãs chegaria aos centros manufatureiros da Alemanha, Áustria, Polônia e República Tcheca - colocariam a Grécia no coração de um eixo que liga a África Oriental ao centro da Europa.

Em suas tratativas com os países da África, Atenas tem procurado ser fiel às diretrizes políticas da Comissão Europeia para o continente, definidas em março de 2020, que enfatizam: i) transição verde e acesso à energia; ii) transformação digital; iii) crescimento sustentável e empregos; iv) paz e governança; e v) migrações e mobilidade. Esses elementos coincidem com o modelo desenhado pela Grécia para seu próprio desenvolvimento. Adicionalmente, a dupla vantagem conferida pela posição geográfica e pelo espaço comunitário garantem-lhe instrumentos preferenciais na construção de conexões entre continentes e culturas.

Situação na Ucrânia

A República Helênica condenou imediatamente a ocupação militar na Ucrânia, aderiu às disposições do bloco comunitário e lançou mão de retórica enérgica e decidida. Em atitude pouco usual, anunciou o envio de armas a Kiev.

A Grécia executou seis operações para resgatar seus cidadãos de Mariupol, local de residência de cerca de 150 mil gregos étnicos. O ministro Dendias deslocou-se a Odessa, a fim de cumprir promessa de entregar ajuda humanitária à diáspora grega e também aos residentes que permaneceram na cidade. Aproveitou a ocasião para reabrir o consulado e reiterou o apoio do governo Mitsotakis à comunidade de gregos étnicos na Ucrânia.

Em demonstração de coordenação com os aliados do bloco comunitário, o Ministério dos Negócios Estrangeiros determinou, no início de abril, a expulsão de doze dos trinta e cinco diplomatas russos no país. Mais recentemente, petroleiro russo, que estaria transportando petróleo bruto iraniano, foi apreendido na ilha de Évvia. A apreensão do navio, que repercutiu intensamente na mídia local, foi justificada pelas autoridades gregas como parte das sanções impostas à Rússia pela União Europeia.

Com o prolongamento da crise, as autoridades gregas têm formulado planos de contingência para enfrentar a potencial escassez de energia. A Grécia depende em 40% do gás e em 25% do petróleo russos. O PM Mitsotakis anunciou a extensão até 2028 do funcionamento de todas as usinas gregas de linhito (versão empobrecida do carvão e altamente poluente), em vez de sua gradual desativação até 2023, como anteriormente planejado. O chefe de governo esclareceu ser medida temporária que não afetaria a meta de redução das emissões de gás em 55% até 2030 e de neutralidade de carbono até 2050. O plano de contingência inclui também o aumento da capacidade de gás natural liquefeito (GNL) e a transformação de geradores de gás para óleo. O governo tem prometido acelerar projetos estratégicos de energia, investimentos em energia renovável, a remoção de obstáculos regulatórios para novos investimentos, a exemplo das interconexões elétricas com países como o Egito, e a exploração doméstica de hidrocarbonetos.

No setor de turismo, que responde por quase 20% do PIB, a maior preocupação advém do prolongamento do conflito russo-ucraniano. Autoridades locais estão particularmente preocupadas com cancelamentos de viagens de turistas provenientes

dos EUA. O setor avalia perda da ordem de 50 milhões de euros, 5% das receitas advindas de viagens norte-americanas à Grécia em 2019 (cerca de 1 bilhão de euros).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com um PIB de US\$ 189,41 bilhões em 2021, a economia grega é considerada desenvolvida pelas instituições multilaterais de crédito. Estruturalmente, o país caracteriza-se pela dominância de unidades produtivas relativamente pequenas. O setor agrícola responde por 4,1% do PIB e a indústria por 17% do PIB. O setor terciário, responsável por 79,1% da economia grega, abriga dois dos setores mais dinâmicos do país, turismo (20-25% PIB) e transportes marítimos (6,6% PIB).

O III Programa de Ajuste Econômico da Comissão Europeia para a recuperação da Grécia, iniciado em 19 de agosto de 2015, punha à disposição do governo grego até EUR 86 bilhões para a estabilização financeira do país, em troca de uma série de reformas e medidas de austeridade que deveriam ser implementadas nos seus três anos de duração, cujo progresso seria monitorado por meio de quatro revisões previstas durante seu curso. No total, somando o valor dos recursos recebidos no contexto do III Programa com os empréstimos cedidos pelos dois programas que o precederam (de 2010 a 2012 e de 2012 a 2015), Atenas recebeu EUR 289 bilhões de euros.

Em troca do maciço aporte de recursos, o país, sob o governo do então primeiro-ministro Alexis Tsipras, implementou ambicioso pacote de reformas. Nos anos que se seguiram à assinatura do III Programa, a Grécia modernizou o sistema de arrecadação de impostos; ampliou a base tributária; reformou o sistema de aposentadorias e pensões; garantiu a independência e autonomia da ELSTAT, o serviço de estatísticas econômicas helênico; implementou cortes generalizados nos gastos públicos em todos os ministérios, com o propósito de obter superávits primários de 4,5% do PIB; reformou o sistema judiciário; implementou uma série de recomendações da OCDE; modernizou as relações de trabalho; recapitalizou os bancos sistêmicos do país, que estavam imersos em uma crise sem precedentes; e se comprometeu a privatizar uma série de empresas e ativos do estado grego, no valor de EUR 50 bilhões de euros.

Em 2018, teve fim o III Programa de Ajuste, e a Grécia pôde retomar o controle da economia, após quase uma década de controle da "Troika" (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) sobre as decisões

econômicas. Ainda que impopulares, as medidas de ajuste e o aporte financeiro concedidos pelos programas contribuíram para que a economia grega saísse da longa recessão que perdurava desde 2008.

Com a eclosão da crise sanitária da COVID-19 em 2020, a economia grega foi duramente afetada. O PM Mitsotakis adotou rígido protocolo de distanciamento e controle sanitário que contribuiu para menor número de casos e mortes na Grécia, em comparação aos demais países europeus. O governo buscou aprovar amplo pacote de instrumentos para mitigar os efeitos econômicos no país, de modo a socorrer empresas e garantir empregos. Houve também redução do imposto sobre valor agregado (IVA) de 24% para 13%, até outubro de 2020, bem como redução do imposto sobre aluguéis, em 40%. Foi distribuído auxílio emergencial de EUR 800 nos meses de março e abril e de EUR 533 em maio. Para o custeio das ações mitigadoras, o país realizou duas emissões de títulos. O Eurogrupo estendeu à Grécia linha de crédito especial no valor de EUR 3,7 bilhões, denominada “Apoio durante Crise Pandêmica”.

A Comissão Europeia aprovou o Plano de Recuperação e Resiliência da Grécia, no contexto do plano europeu de recuperação econômica – “Next Generation EU”. No período compreendido entre 2021 e 2027, a Grécia contará com EUR 30,5 bilhões de recursos comunitários, em um plano estruturado em cinco eixos: i) “Europa mais inteligente”, com 30% dos recursos destinados aos empreendimentos inovadores; ii) “Europa mais verde”, que receberá 27% dos subsídios; iii) “Europa mais conectada”, que contará com 8% dos recursos; iv) “Europa mais social”, que ficará com 30% do total da ajuda financeira; e v) “Europa mais perto dos cidadãos”, que disporá de 6% da ajuda. O pacote financeiro terá também papel fundamental na política grega de substituição do uso de combustível fóssil por fontes limpas de geração energética.

Embora ainda com setores da economia fragilizados e enfrentando crescente inflação, o mais recente relatório de monitoramento pós-resgate (13º missão), que contempla os compromissos assumidos até o final de 2021, apresentou resultados positivos para o país. A Comissão Europeia prevê incrementos do PIB grego de 4,9% em 2022 e de 3,5% em 2023.

As medidas de apoio ao emprego, não obstante as graves dificuldades econômicas geradas pela pandemia, resultaram em redução da taxa de desemprego, que se situou em 14,1% no terceiro semestre de 2021, contra 17,2% no terceiro semestre de 2020. A mais recente estatística (maio/2022) registrou 12,5% de desemprego.

As autoridades comunitárias avaliam que houve recente desenvolvimento positivo do sistema bancário que, assistido pelo Programa Hércules, logrou reduzir a proporção dos empréstimos não produtivos (NPL) para 15% em 2021, porcentagem significativa menor que os 30,2% de 2020 e os 40,6% de 2019. O prolongamento do programa de resgate gerou apoio adicional ao objetivo traçado de alcançar valores de apenas um dígito em 2022.

Caso o relatório da próxima inspeção seja positivo, o país poderá deixar, o regime de monitoramento intensivo e passar a integrar o esquema de monitoramento regular, com avaliações semestrais e não mais trimestrais. O país permaneceria, então, nessa categoria até liquidar 75% de sua dívida de cerca de 200 bilhões de euros com o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE).

Comércio bilateral

No comércio bilateral, o Brasil tem apresentado superávit no intercâmbio de bens, ao passo que a balança de serviços é largamente favorável à Grécia, graças à ampla atuação dos armadores gregos no mercado brasileiro de fretes marítimos, sob as mais variadas bandeiras.

A corrente Brasil-Grécia, em 2022, foi de USD 406,1 milhões (+27,3% em relação a 2021). O Brasil exportou USD 351,6 milhões (+57,2% em relação a 2021) e importou USD 54,5 milhões (-42,8% em relação a 2021). O superávit brasileiro foi de USD 297,1 milhões. Nos últimos 10 anos, o fluxo bilateral oscilou entre USD 138,42 milhões (2017) e USD 406,1 milhões (2022). O recorde histórico ocorreu em 2007 (USD 411 milhões).

A Grécia importou, no ano passado, 0,1% do total dos bens exportados pelo Brasil e forneceu o equivalente a 0,02% dos importados, o que a posiciona no 84º lugar mundial entre os importadores de produtos brasileiros e em 68º lugar entre os fornecedores de bens ao Brasil.

A pauta das exportações brasileiras para a Grécia é concentrada em poucos produtos, sem ter apresentado variação relevante ao longo da última década. Em 2022, apenas cinco produtos foram responsáveis por aproximadamente 90% do total exportado à República Helênica: soja (31% do total das exportações), café não torrado (29%), combustíveis e óleos minerais (12%), tabaco (10%), minérios de alumínio (6%), alimentos para animais, produtos químicos, instrumentos mecânicos, papel-cartão Kraftliner e calçados (todos com cerca de 1%).

Em 2022, a pauta de importações brasileiras de produtos provenientes da Grécia apresentou-se de forma fragmentada. Produtos farmacêuticos responderam por 17% das importações, seguidos por combustíveis e óleos minerais (14%), talheres (13%), alumínio (10%), instrumentos e aparelhos óticos (9%), máquinas e materiais elétricos (9%), aparelhos e instrumentos mecânicos (5%), azeite (5%), mármore e granito, frutas (ambos com 3%).

A balança bilateral de serviços é significativamente favorável à Grécia, graças à participação de armadores gregos sob bandeiras variadas. Segundo os últimos dados disponíveis (ITC Trade Map), a Grécia obteve os seguintes saldos positivos nos 5 seguintes anos: USD 639 milhões (2016); USD 897 milhões (2017), USD 1.090 bilhão (2018), USD 1.016 bilhão (2019) e USD 871 milhões (2020).

Não há, atualmente, empresas brasileiras com sede na Grécia. No entanto, algumas atuam no comércio bilateral via agentes ou representantes gregos, como é o caso da Tramontina, Café Ipanema, Motores Weg, Grendene e outros. Entre as empresas gregas que atuam no Brasil, ressaltam-se a Titan Cement (cimento e materiais de construção); a Sabo (fabricação, importação e distribuição de maquinaria para tijolos e telhas; maquinaria para empacotamento, correias transportadoras, guindastes e automações industriais); a Navios Maritime Holdings (um dos principais agentes logísticos de transporte na hidrovia Paraguai-Paraná); e a Intralot (empresa de jogos integrados, operação de loterias, gestão de apostas esportivas e desenvolvimento para organizações de jogos).

Existe significativo potencial para expansão do comércio bilateral, sobretudo a partir de exportações brasileiras de produtos industrializados e semiindustrializados (equipamentos médico-hospitalares; componentes e partes para automóveis e máquinas agrícolas; e insumos para construção de estradas ou construção civil em geral) e de tecnologias de ponta (equipamentos de medição e controle eletrônicos; e aviões). Tais produtos estão subrepresentados na pauta comercial, embora já tenham, no passado, figurado dentre os principais itens do intercâmbio entre os dois países.

A localização estratégica da Grécia, no sudeste europeu, pode fazer do país importante porta de entrada, em especial por meio dos importantes terminais dos portos de Pireu e Salônica, para produtos brasileiros para os países membros da União Europeia da região balcânica, como Bulgária e Romênia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1829	Independência da Grécia.
1913	Guerras entre a Grécia e a Turquia levam à anexação da Macedônia e da Trácia pelos gregos.
1917	O país ingressa na I Guerra Mundial ao lado dos Aliados.
1920	Plebiscito restaura a monarquia; George II assume o trono em 1922.
1924-1935	Segue-se um curto período republicano.
1935	George II é recolocado no trono graças a novo plebiscito.
1941	A Grécia é ocupada pelos alemães; o Rei se exila em Londres.
1944	A União Soviética expulsa os nazistas dos Balcãs.
1946	Novo plebiscito reinstala George II no trono.
1949	George II favorece o estabelecimento de um governo de extrema direita, o que dá início a uma guerra civil contra os soviéticos.
1967	Militares liderados por Georgios Papadopoulos dão golpe de Estado e instauram ditadura militar, reforçando a repressão anticomunista.
1973	Militares decidem abolir monarquia, desencadeando onda de protestos no ano seguinte; governo é devolvido aos civis.
1974	Inicia-se a redemocratização, chefiada por Costas Karamanlis. Plebiscito rejeita retorno da monarquia.
1975	Com nova Constituição, a Grécia é uma democracia republicana parlamentar.
1976	O grego se torna língua oficial.
1980	Costas Karamanlis é eleito Presidente do país.
1981	A Grécia adere à Comunidade Econômica Europeia.
2004	Jogos Olímpicos em Atenas.
2004	O conservador Partido Nova Democracia liderado por Costas Karamanlis assumiu as rédeas do governo a partir do Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK), após uma vitória nas eleições no início de março.
2007	Karamanlis vence as eleições. Afirma que prosseguirá com a política de reformas e fará da unidade nacional uma prioridade.
2008	Escândalos políticos resultam na demissão de membros do alto escalão do Governo Karamanlis. Em dezembro, a morte de um estudante por um policial desencadeia manifestações violentas em diversas cidades.
2009	Início da crise econômica grega.
2012	Eleições parlamentares em maio geram impasse na formação de novo governo. Convocadas novas eleições, em junho, o partido Nova Democracia, assume o comando do governo, por meio de seu líder, Antonis Samaras, e em coalização com o partido PASOK.

2012-2014	Agravamento da crise econômica alimenta a instabilidade política, o que se reflete na incapacidade de o Parlamento grego eleger novo presidente e na convocação de eleições antecipadas.
2015	Partido Syriza é vencedor das eleições e forma coalização com o partido nacionalista Gregos Independentes (janeiro).
2015	Referendo rejeita termos do programa de resgate proposto pelos credores (julho).
2015	Grécia e seus credores aprovam programa de resgate no montante de EUR 86 bilhões.
2016	Grande influxo de migrantes pelo território grego leva a Macedônia a fechar sua fronteira com o país.
2019	Assinatura do Acordo de Prespa com a Macedônia do Norte
2021	Bicentenário da Revolução Grega de 1821 (comemorada em 25 de março).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

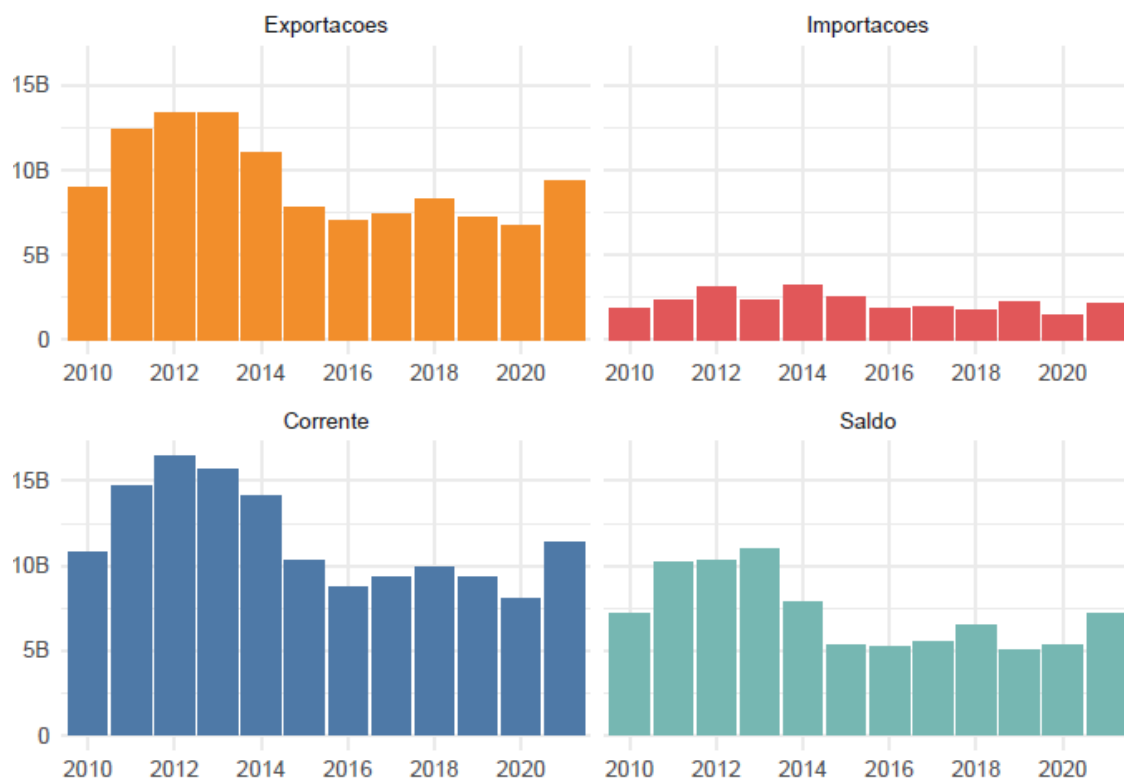
1883	Instalação, em Santa Catarina, da primeira colônia grega no Brasil.
1912	Abertura de missão diplomática (Legação) do Brasil em Atenas.
1941	Fechamento da Legação do Brasil durante a II Guerra Mundial.
1945	Reabertura da Legação do Brasil em Atenas.
1958	Elevação da Missão diplomática do Brasil à categoria de Embaixada.
1980	Diminuição do número de gregos no Brasil, com o início de fluxo migratório revertido, com a ida de descendentes helênicos para a Grécia.
2003	Visita à Grécia do Chanceler Celso Amorim, para encontro de Chanceleres da União Europeia e América Latina.
2005	Visita à Grécia do Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), Juan Quirós.
2006	Criação do Grupo Parlamentar de Amizade Grécia-Brasil.
2007	Visita à Grécia do Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles.
2009	Visita a Atenas do Chanceler Celso Amorim.
2010	Criação do Conselho Empresarial Brasil-Grécia.
2011	Resgate pelo Brasil, via Atenas, de grupo de 150 brasileiros que estavam sitiados em Bengazi, Líbia, durante conflito armado naquele país (fevereiro).
2011	Visita a Atenas, em trânsito para a China, da Presidente Dilma Rousseff (abril).
2012	Visita ao Brasil de Alexis Tsipras (dezembro).
2015	Encontro bilateral entre a Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Alexis Tsipras, por ocasião da Cúpula CELAC-UE, em Bruxelas (junho).
2015	Encontro bilateral entre a Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Alexis Tsipras por ocasião da Sessão de Abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque (setembro).
2017	Primeira visita de Ministro de Estado da República Helênica ao Brasil, por ocasião da vinda do então Ministro da Defesa, Panos Kammenos.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República Helênica.	09/06/1975	02/07/1976	13/08/1976
Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica.	12/09/1984	01/09/1988	12/03/1990
Acordo de Cooperação no Setor de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica	19/12/2002	16/11/2007	24/01/2008
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a Grécia	27/03/2003	15/12/2007	26/03/2008
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Helênica sobre Extradicação	03/04/2009	Em ratificação	Em ratificação
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação	03/04/2009	06/11/2011	23/08/2017

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Fluxo de comércio anual

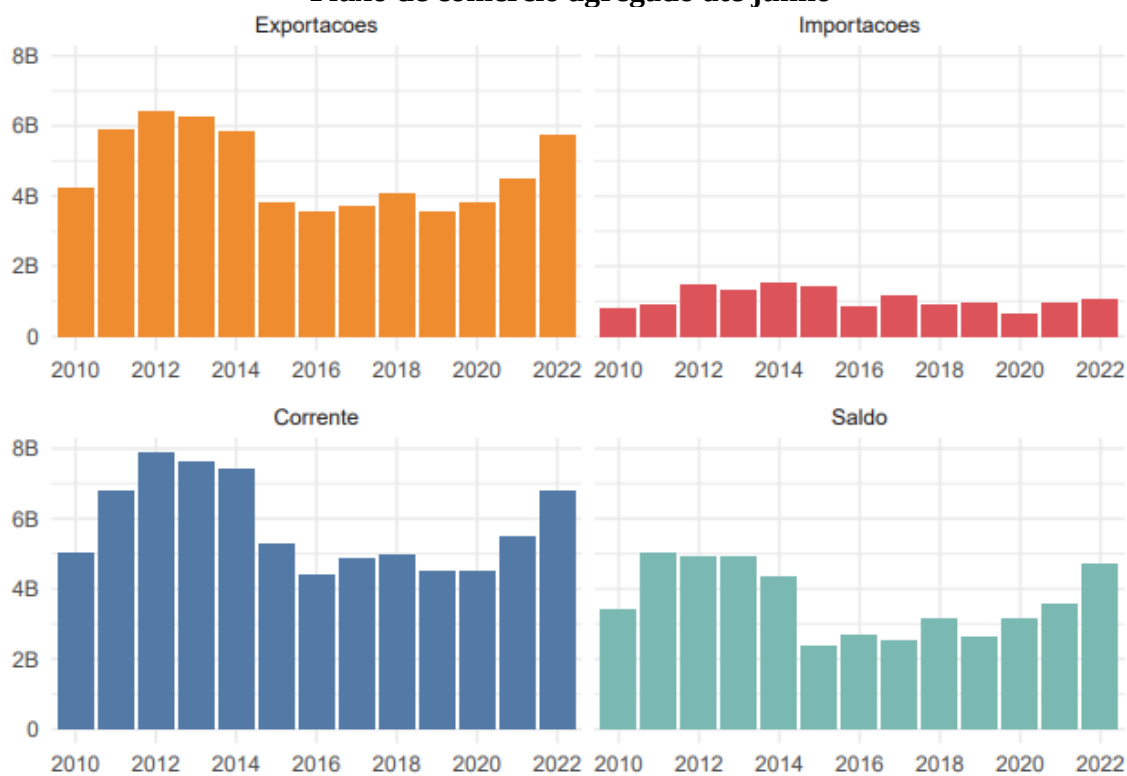


Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	9B (38.94%)	7B (-6.34%)	7B (-13.01%)	8B (10.96%)	7B (6.65%)
Importacoes	2B (51.74%)	1B (-36.28%)	2B (27.27%)	2B (-10.51%)	2B (6.80%)
Saldo	7B (35.61%)	5B (6.71%)	5B (-23.56%)	7B (18.40%)	6B (6.60%)
Corrente	11B (41.13%)	8B (-13.32%)	9B (-6.09%)	10B (6.57%)	9B (6.68%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	7B (-11.06%)	8B (-28.82%)	11B (-17.72%)	13B (-0.27%)	13B (7.75%)
Importacoes	2B (-27.61%)	2B (-22.09%)	3B (35.14%)	2B (-24.53%)	3B (37.05%)
Saldo	5B (-3.42%)	5B (-31.54%)	8B (-28.98%)	11B (7.06%)	10B (1.21%)
Corrente	9B (-15.03%)	10B (-27.31%)	14B (-9.82%)	16B (-4.84%)	16B (12.27%)

Fluxo de comércio agregado até junho

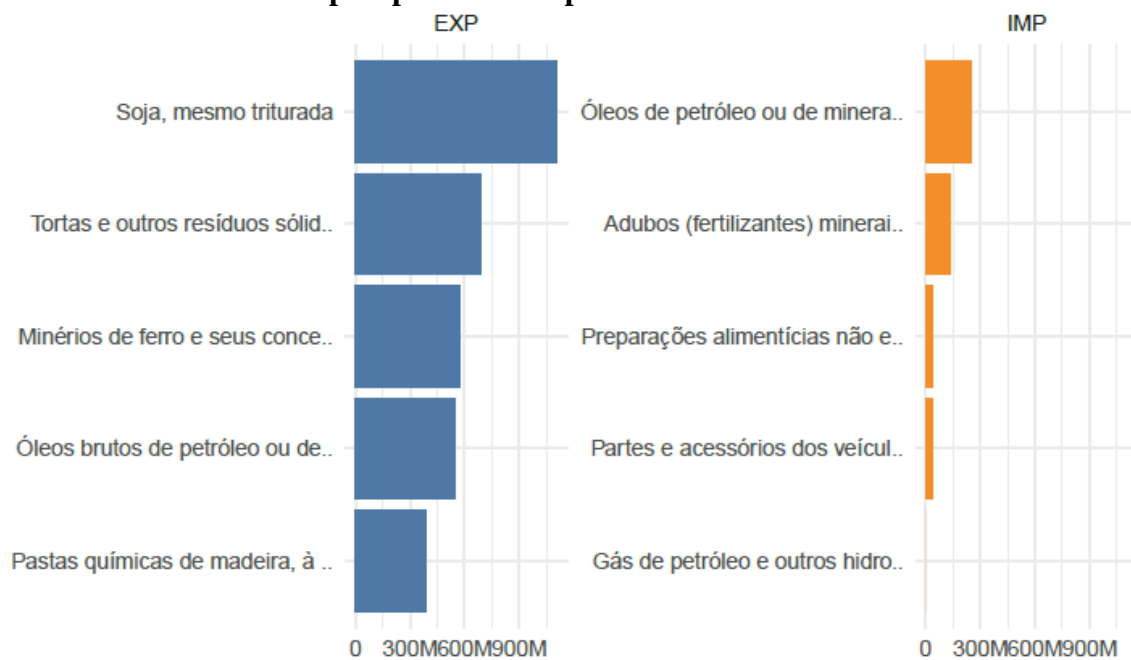


Fonte: Ministério da Economia

	2022	2021	2020	2019	2018
Exportacoes	6B (27.89%)	5B (18.03%)	4B (7.34%)	4B (-12.26%)	4B (9.49%)
Importacoes	1B (7.96%)	964M (44.54%)	667M (-29.72%)	949M (2.66%)	925M (-20.23%)
Saldo	5B (33.3%)	4B (12.4%)	3B (20.8%)	3B (-16.7%)	3B (23.0%)
Corrente	7B (24.38%)	5B (21.97%)	4B (-0.46%)	5B (-9.49%)	5B (2.41%)

	2017	2016	2015	2014	2013
Exportacoes	4B (4.42%)	4B (-6.67%)	4B (-35.15%)	6B (-6.54%)	6B (-2.17%)
Importacoes	1B (33.67%)	867M (-40.27%)	1B (-5.65%)	2B (13.95%)	1B (-9.50%)
Saldo	3B (-5.0%)	3B (14.1%)	2B (-45.6%)	4B (-12.2%)	5B (0.1%)
Corrente	5B (10.16%)	4B (-15.95%)	5B (-29.02%)	7B (-2.91%)	8B (-3.55%)

Principais produtos da pauta comercial em 2021



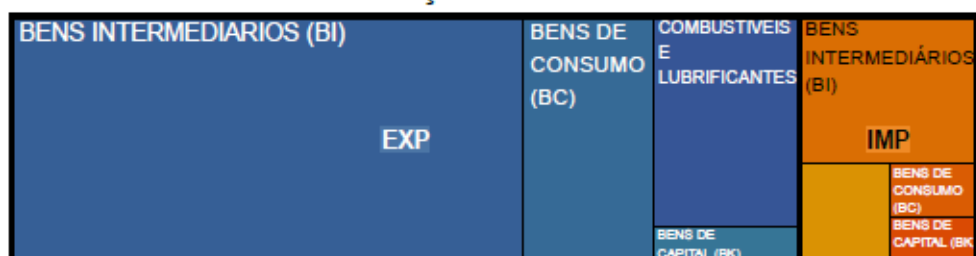
Classificações do comércio
Classificação ISIC em 2021



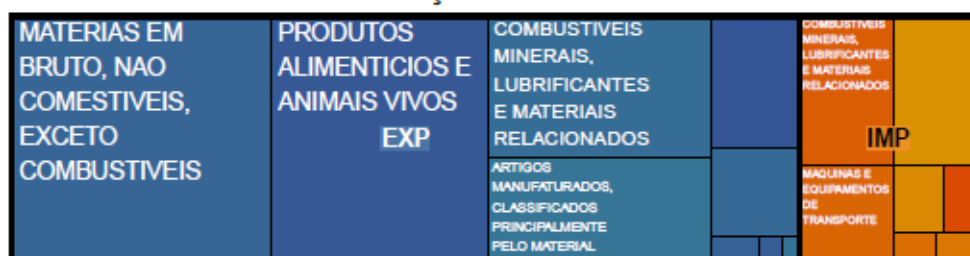
Classificação Fator Agregado em 2021



Classificação CGCE em 2021



Classificação CUCI em 2021



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ATENAS,
REPÚBLICA HELÊNICA**

Candidato: PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Paulo Roberto Caminha de Castilhos França

Nascido em Porto Alegre/RS, em 7 de junho de 1956, o Embaixador Paulo Roberto Caminha de Castilhos França estudou Letras na UFRGS. É filho de Ulysses Castilhos França e Maria Caminha de Castilhos França. É casado com Ivana Mainenti Mendes de Castilhos França. Seus filhos são: Roberto Rial França, Juliana Rial França, Natália Rial França e Lorenzo Mainenti de Castilhos França. Graduiu-se no CPCD - Instituto Rio Branco, em 1980-1981. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - CAD, IRBr, em 1988. Foi aprovado no Curso de Altos Estudos - CAE, IRBr, com a tese "A Guerra do Kosovo e o Conceito de Intervenção Humanitária", em 2001.

Iniciou sua carreira como assistente na Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica em 1981-1982. Serviu junto à Delegação Permanente em Genebra, como Terceiro e Segundo Secretário, de 1984 a 1987. De 1987 a 1989, serviu como Segundo Secretário na Delegação Permanente junto à ALADI, em Montevideu. Serviu na Embaixada em La Paz, como Segundo Secretário, em 1990-1991. Na sequência, atuou como Assessor e Chefe, Substituto, na Divisão do Meio Ambiente, de 1991 a 1995, quando participou da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. Foi Assessor e Coordenador-Técnico na Secretaria de Relações com o Congresso, de 1995 a 1998, e Chefe do Centro de Documentação Diplomática, em 2002-2003. Assumiu as funções de Chefe da Divisão de Integração Regional, de 2003 a 2005, quando chefiou delegação para a I Reunião de Negociação de Acordo de Livre Comércio Mercosul-México, Assunção (2005).

Serviu, como Conselheiro, na Embaixada em Atenas, de 1998 a 2002. No ano de 2004, publicou o livro "A Guerra do Kosovo, a OTAN e o conceito de 'Intervenção Humanitária'" pela Editora UFRGS. De 2005 a 2008, foi Ministro-Conselheiro na Delegação junto à UNESCO, em Paris. Em 2007, participou como Chefe de Delegação para a XXIV Sessão da Assembléia da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), em Paris, e para a Reunião de Trabalho sobre Comércio Bilateral Brasil-México, na Cidade do México. De 2008 a 2012, foi Diretor do Departamento da Aladi e Integração Econômica Regional. Neste mesmo período também chefiou as Delegações para a Reunião de Altos Funcionários da Cúpula da América Latina e do

Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Cidade do México (2009); para a IV Sessão do Comitê Automotivo do ACE-55 Mercosul-México, em Montevideu (2009); para a Reunião sobre Acordo Estratégico de Integração Econômica Brasil-México, na Cidade do México (2010), e para a V Sessão do Comitê Automotivo do ACE-55 Mercosul-México, em Montevideu (2011). No mesmo ano, representou o Sr. Ministro de Estado no Congresso Internacional das Rotas de Integração da América do Sul, em Porto Alegre/RS.

O Embaixador atuou como Chefe do Escritório de Representação junto ao Estado da Palestina, Ramallah, 2012-2015, e no Consulado-Geral em Istambul, como Cônsul-Geral, de 2016 a 2020. Nos anos de 2015 e 2016 chefiou as Delegações para a Reunião da Comissão Consultiva da UNRWA, em Amã, e a Cúpula Humanitária Mundial, em Istambul (2016).

Em dezembro de 2020, assumiu a Embaixada na Haia como Embaixador Plenipotenciário e Extraordinário junto ao Reino dos Países Baixos e Representante Permanente do Brasil junto aos organismos internacionais sediados na Haia (OPAQ, TPI, CIJ, HCCH e CPA). Chefiou as delegações às Assembléias dos Estados Partes da Organização para Proibição das Armas Químicas (2021) e do Tribunal Penal Internacional (2020 e 2021) .

O Embaixador Paulo Roberto Caminha de Castilhos França reuniu em sua carreira vasta experiência em temas econômicos, políticos, jurídicos e administrativos que o habilitam a defender, com proficiência, os interesses brasileiros na República Helênica.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A GRÉCIA

(Elaborado pelo Embaixador Roberto Abdalla, que deixa o posto)

I - Relações Diplomáticas

1. Brasil e Grécia estabeleceram relações diplomáticas em 1912. Os dois países mantêm relacionamento baseado em interesses comuns, traduzido no apoio recíproco em foros multilaterais e na cooperação em ampla gama de assuntos.
2. O mecanismo de consultas políticas foi estabelecido por Memorando de Entendimento em vigor desde 2009. Realizaram-se duas reuniões: em Atenas (14/03/2013) e em Brasília (10/05/2016).

II – Contatos de Alto Nível

1. Em 2015, houve dois encontros entre a ex-presidente Dilma Rousseff e o então primeiro-ministro grego, ambos à margem de eventos multilaterais: em junho, em Bruxelas, no marco da Cúpula UE-CELAC; e em setembro do mesmo ano, em Nova Iorque, no âmbito da abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas.
2. O ex-Vice-Presidente Hamilton Mourão visitou a Grécia de 4 a 7 de outubro de 2021. Foi recebido pelo Vice-Primeiro-Ministro Panagiotis Pikrammenos e pelo Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Grécia, Maximos Senetakis, bem como por empresários locais.
3. Em 6 de fevereiro de 2023, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Nikolaos Dendias visitou o Brasil. Na oportunidade, manteve reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira. Foi a primeira visita oficial de um chanceler da Grécia em mais de um século de relacionamento diplomático. Os dois chanceleres tiveram a ocasião de avaliar o estado das relações bilaterais e de tratar de ampla gama de temas globais, entre os quais meio ambiente e mudança climática; agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas; e perspectivas do Acordo Mercosul-União Europeia. Assinaram também três instrumentos bilaterais: Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Turismo; Acordo Quadro de Cooperação em Defesa; e Acordo em Serviços Aéreos.

III - Relações Econômico-Comerciais

1. Em 2022, a corrente comercial Brasil-Grécia foi de USD 406,1 milhões (+27,3% em relação a 2021). O Brasil exportou USD 351,6 milhões (+57,2%) e importou USD 54,5 milhões (-42,8%). O superávit brasileiro foi de USD 297,1 milhões.
2. Nos últimos 10 anos, o fluxo bilateral oscilou entre USD 138,42 milhões (2017) e USD 406,1 milhões (2022). O recorde histórico ocorreu em 2007 (USD 411 milhões).
3. A pauta das exportações brasileiras para a Grécia não tem apresentado variação relevante nos últimos 10 anos. Em 2022, a pauta concentrou-se em soja (31% do total das exportações), café não torrado (29%), combustíveis e óleos minerais (12%), tabaco (10%) e minérios de alumínio (6%).
4. Em 2022, produtos farmacêuticos responderam por 17% das importações, seguidos por combustíveis e óleos minerais (14%), talheres (13%), alumínio (10%), instrumentos e

aparelhos óticos (9%), máquinas e materiais elétricos (9%), aparelhos e instrumentos mecânicos (5%), azeite (5%), mármore e granito, frutas (ambos com 3%).

5. A balança bilateral de serviços é significativamente favorável à Grécia, em virtude da participação de armadores gregos sob bandeiras variadas. Segundo os últimos dados disponíveis (ITC Trade Map), a Grécia obteve os seguintes saldos positivos de 2016 a 2020: USD 639 milhões (2016); USD 897 milhões (2017), USD 1.090 bilhão (2018), USD 1.016 bilhão (2019) e USD 871 milhões (2020).
6. Existe potencial para expansão do comércio, sobretudo a partir de exportações brasileiras de produtos industrializados e semi-industrializados (equipamentos médico-hospitalares; componentes e partes para automóveis e máquinas agrícolas; e insumos para construção de estradas ou construção civil em geral) e de tecnologias de ponta (equipamentos de medição e controle eletrônicos; e aviões). A localização estratégica da Grécia, no sudeste europeu, pode fazer do país importante porta de entrada, via terminais dos portos de Pireu e Salônica, para integrantes da União Europeia na região balcânica, como Bulgária e Romênia.

IV - Cooperação multilateral

1. São frequentes as trocas de apoios a candidaturas em órgãos multilaterais.
2. O Brasil aderiu à Aliança Internacional da Memória do Holocausto (IHRA) como país observador, em 2021, com o apoio da Grécia, durante a presidência grega da organização.
3. Em linhas gerais, ambos os países compartilham os mesmos princípios de atuação no CSNU, como o respeito ao direito internacional, e promoção dos Direitos Humanos e a erradicação da pobreza e da fome.
4. Em maio de 2018, a delegação da Grécia nas Nações Unidas comunicou decisão de aceitar a proposta de troca de apoios envolvendo as candidaturas brasileira e grega para assento não permanente no Conselho de Segurança, biênios 2022-2023 e 2025-2026 respectivamente.

V - Cooperação em Turismo

1. Brasil e Grécia assinaram Acordo de Turismo em 2002. Como indicado, assinou-se, por ocasião da visita do chanceler Dendias, Memorando de Entendimento que atualiza, complementa e expande o acordo em vigor.
2. A indústria de turismo na Grécia responde por cerca de 18% do PIB do país. De acordo com informações oficiais, o número anual de turistas pode ultrapassar 30 milhões, equivalente a três vezes a população do país. O fluxo de turistas brasileiros para a Grécia é significativo, com destaque para as Ilhas Cíclades (Mar Egeu), que recebem aproximadamente 60 mil turistas brasileiros por ano.

VI - Cooperação em Educação e Cultura

1. Nota-se, na Grécia, crescente interesse pela cultura lusófona, que se insere em estratégia de maior diálogo e interação cultural com países de outras esferas geopolíticas.
2. Realiza-se em Atenas, desde 2017, o Dia Internacional da Língua Portuguesa, cuja edição de 2022 contou com sarau com tradutores de literatura lusófona, em parceria com a

Embaixada de Portugal em Atenas, seguido de concerto com canções em língua portuguesa da cantora grega Miranda Verouli.

3. Na Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Luanda, 17/7/2021), a Grécia tornou-se Estado Observador Associado da organização.

VII – Cooperação em Defesa

1. Como indicado, no contexto da recente visita ao Brasil do chanceler Dendias, assinou-se Acordo Quadro de Cooperação em Defesa. O acordo visa a estabelecer as bases de cooperação em diferentes áreas, como pesquisa e desenvolvimento, instrução militar e indústria.
2. Segundo a Embraer, a Grécia constitui mercado potencial para aeronaves militares. Em face da recente expansão de cerca de 30% do orçamento helênico de defesa, oportunidades comerciais podem ser exploradas por empresas brasileiras do setor.
3. Em julho de 2021, realizou-se, em Atenas, a feira Defence Exhibition Athens (DEFEA). Na ocasião, a Avibrás apresentou o sistema Astros-II, de lançadores múltiplos de foguetes.
4. Em abril de 2022, delegação da empresa realizou visita a Atenas e apresentou seus produtos para membros do Ministério de Defesa local, com o objetivo de dar continuidade aos esforços de penetração no mercado grego.
- 5.

VIII – Temas Consulares

1. O bom relacionamento bilateral registra, também, a contribuição relevante dos nacionais dos dois países para a economia e a cultura de cada um. Estima-se que cerca de 4.000 brasileiros residam na Grécia. Há consulados honorários em Tessalônica e em Pireu. No Brasil, calcula-se haver entre 30.000 e 40.000 gregos e descendentes.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como embaixada capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros na República Helênica, gerando maximização de benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a República Helênica, fomentando a cooperação bilateral em todos os níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover a imagem do Brasil e contribuir para o correto entendimento da realidade nacional, por meio da difusão de informações fidedignas e atualizadas e de percepções ponderadas junto a formuladores de políticas públicas, formadores de opinião, órgãos de comunicação, à sociedade helênica em geral e ao corpo diplomático, de modo a dissipar ou mitigar percepções equivocadas ou nocivas que possam existir acerca do Brasil.
2. Trabalhar para aprofundar o diálogo político entre os Governos do Brasil e da República Helênica, ajudando a promover o pleno funcionamento de todas as instâncias de diálogo político estabelecidas, de modo a subsidiar tratativas diretas, fluidas e frequentes entre as mais altas autoridades dos dois países.
3. Trabalhar com vistas a identificar a existência de barreiras ao comércio e investimentos entre o Brasil e a República Helênica, relatá-los às instâncias decisórias em Brasília e aos agentes privados interessados, além de dialogar constantemente com as instâncias helênicas que detenham competência subsidiária na matéria.
4. Promover a cultura brasileira na República Helênica, explorando o evidente interesse demonstrado por atores locais, bem como trabalhar para a promoção da língua portuguesa no país.
5. Explorar mecanismos de cooperação científica, técnica, tecnológica e educacional, de modo que Brasil e República Helênica possam compartilhar, entre si, soluções e práticas exitosas.
6. Oferecer serviços de assistência de qualidade a cidadãos brasileiros.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Promover maior acesso de produtos brasileiros ao mercado helênico, de modo a incrementar as vendas em geral e a diversificar a pauta exportadora.
 - Elaborar e/ou encomendar estudos de inteligência comercial que identifiquem ou explorem em maior detalhe os nichos promissores para produtos brasileiros.
 - Promover mostras e degustações de produtos brasileiros para públicos selecionados, com foco em importadores potenciais, prestadores de serviços (por exemplo, restaurantes e hotéis) e formadores de opinião, a exemplo do que ocorreu em junho de 2022 com o evento de “cupping” de café brasileiro.
 - Manter abertos os canais de diálogo com os atores helênicos competentes acerca de temas de interesse do setor produtivo brasileiro.
 - Apoiar a realização de missões empresariais.
2. Atrair investimentos para o Brasil.
 - Divulgar amplamente oportunidades existentes, com especial foco em concessões, leilões e licitações do Governo Federal.
 - Realizar ou apoiar eventos específicos de divulgação da realidade econômica brasileira e de oportunidades existentes para o investimento helênico.
 - Manter diálogo estreito, frequente e individualizado com grupos empresariais helênicos.
 - Apoiar prospectivos investidores helênicos interessados no Brasil.
3. Apoiar os trabalhos do Conselho Empresarial Brasil-Grécia.
4. Participar de eventos do Greek-Latin America Business Council.
5. Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa brasileira no mercado helênico.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de estudos de mercado elaborados ou contratados.
2. Número de missões empresariais organizadas ou apoiadas.
3. Número de mostras organizadas ou apoiadas sobre degustação de produtos brasileiros.
4. Número de reuniões realizadas com a área competente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, inclusive sobre o Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia.
5. Número de eventos realizados com foco na divulgação de oportunidades existentes em concessões, leilões e licitações em curso no Brasil, bem como sobre o estado geral da economia brasileira.

6. Número de comunicações mantidas com eventuais interessados em concessões, leilões e licitações em curso no Brasil.
7. Número de reuniões mantidas com grupos empresariais helênicos.
8. Número de eventos de promoção comercial e de investimentos realizados conjuntamente com a atores helênicos.
9. Número de missões e eventos de promoção da indústria de defesa brasileira.

RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar e fortalecer o diálogo político entre Brasil e República Helênic por meio do adensamento de visitas oficiais e da realização periódica de reuniões dos mecanismos diplomáticos de alto nível.
2. Acompanhar e ampliar a interlocução entre as duas chancelarias.
3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, o desenvolvimento da política doméstica, europeia e externa da República Helênic.
4. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral, sobretudo por meio dos Grupos de Amizade Parlamentar.
5. Apoiar e incrementar programas de cooperação técnica bilateral.

i) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões de alto nível.
2. Número de reuniões de parlamentares.
3. Número de visitas oficiais de lado a lado.
4. Número de expedientes telegráficos expedidos pela Embaixada sobre temas de política doméstica e exterior grega e demais temas de interesse para a política exterior brasileira.
5. Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos e formadores de opinião.
6. Número de acordos bilaterais negociados e concluídos durante a gestão.
7. Número de encontros, gestões e outras ações para promover temas de interesse brasileiro (inclusive a conclusão de acordos entre os dois países).

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO+

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais a que pertença a República Helênic.
2. Contribuir para que a atuação helênic em organismos regionais possa levar em conta a promoção de interesses compartilhados.

3. Angariar apoio a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais a que pertença a República Helênic.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de expedientes telegráficos sobre temas multilaterais.
2. Número de reuniões mantidas com autoridades helênicas sobre iniciativas e projetos multilaterais de mútuo interesse.
3. Número de encontros bilaterais à margem de foros multilaterais.
4. Número de expedientes telegráficos sobre a atuação ou percepção helênica acerca de temas da pauta comunitária europeia de interesse do Brasil.
5. Número de reuniões mantidas com autoridades sobre temas da pauta comunitária europeia de interesse do Brasil.
6. Número de apoios obtidos em favor de candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar a presença da produção cultural brasileira na República Helênica.
2. Monitorar e ampliar a cobertura da imprensa helênica sobre temas brasileiros.
3. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes da República Helênica.
4. Promover o ensino da língua portuguesa no país.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Variação percentual do número de ações de promoção cultural produzidas por iniciativa da Embaixada em relação ao ano anterior.
2. Número de artigos positivos sobre a realidade brasileira publicados na imprensa local.
3. Número de ações culturais promovidas por agentes gregos.
4. Número de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão.
5. Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR e outras entidades brasileiras promotoras do turismo aprovadas e realizadas durante a gestão.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a cooperação com a República Helênica na área de desenvolvimento sustentável e de proteção do meio ambiente.

- Divulgar informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia.
- Apoiar o diálogo entre pesquisadores gregos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental.

2. Monitorar iniciativas helênicas voltadas para a inovação e energias renováveis.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões, ações de divulgação e gestões junto a órgãos e institutos locais durante o período da gestão.
2. Número de expedientes telegráficos elaborados pelo posto sobre temas de meio ambiente e energia.
3. Número de acordos firmados entre instituições brasileiras e helênicas nas áreas de meio ambiente e energias renováveis.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fortalecer a cooperação científico-tecnológica com a República Helênic.
2. Estudo do mercado para a identificação de iniciativas voltadas para aplicações tecnológicas com base em materiais avançados.
3. Em coordenação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, contribuir para a realização de parcerias entre instituições brasileiras e helênicas
4. Incrementar a cooperação entre pesquisadores brasileiros e helênicos.
5. Apoiar a realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões e gestões do posto sobre o tema.
2. Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas.
3. Número de expedientes telegráficos anuais do posto sobre o tema.
4. Número de reportagens na mídia local e apreciações em redes sociais de ações de promoção tecnológica feitas pela Embaixada.
5. Número de acordos assinados e de iniciativas que tenham seguimento.
6. Número de apoio a missões.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Estimular a cooperação educacional, por meio do intercâmbio entre acadêmicos e estudantes.
2. Apoiar, estimular e promover a cooperação bilateral no campo das pesquisas científicas e tecnológicas.

3. Ampliar o diálogo com a República Helênica para a cooperação na área de saúde, com especial ênfase na definição de estratégias para o enfrentamento de pandemias.
4. Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões formais entre os Ministérios de Educação.
2. Variação percentual do intercâmbio de acadêmicos, estudantes e profissionais brasileiros na República Helênica.
3. Número de projetos bilaterais desenvolvidos no campo da cooperação acadêmica.
4. Número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, educação, cultura e defesa.
5. Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas afetos à área de saúde, educação, cultura e defesa.
6. Número de visitas de autoridades militares ou dos respectivos Ministérios de Defesa.
7. Número de visitas realizadas por embarcações-insígnia brasileiras, como o Cisne Branco e o Navio Escola Brasil.
8. Número de comunicações dirigidas ou de reuniões mantidas com autoridades e atores helênicos sobre produtos de defesa brasileiros.
9. Número de eventos de demonstração de produtos da indústria de defesa brasileira.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento das relações econômico-comerciais entre o Brasil e República Helênica.
2. Articular e organizar visitas recíprocas de autoridades do setor econômico dos Governos dos dois países.
3. Prover auxílio para a celebração de instrumentos jurídicos bilaterais de caráter econômico que contribuam para o desenvolvimento sustentável brasileiro.
4. Promoção e defesa da entrada em vigor do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia.
5. Promover intercâmbio de boas práticas em políticas sociais, com vistas a assegurar que os benefícios do crescimento econômico se distribuam mais equitativamente.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Variação percentual do comércio bilateral.
2. Variação percentual do fluxo de investimentos entre os dois países.
3. Número de telegramas sobre temas de inteligência econômica e temas sociais.

4. Número de visitas trocadas entre as autoridades econômicas dos dois países.
5. Número de acordos da área econômica negociados entre os dois países.
6. Número de reportagens na imprensa helênica sobre iniciativas de caráter econômico promovidas pela Embaixada do Brasil.
7. Número de reuniões promovidas entre autoridades da área social de ambos os Governos.

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 15, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênic*a.

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênic

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é filho de Ulysses Castilhos França e Maria Caminha de Castilhos França e nasceu em Porto Alegre em 7 de junho de 1956.

Ingressou na carreira diplomática em 1981, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco. Ainda no âmbito do Instituto, frequentou o Curso de Altos Estudos em 2001,

quando defendeu a tese intitulada “A Guerra do Kosovo e a Doutrina da Intervenção Humanitária”, que foi publicada pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2004, sob o título “A Guerra do Kosovo, a OTAN e a doutrina da Intervenção Humanitária”.

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1981, ascendeu a Primeiro-Secretário em 1992; a Conselheiro, em 1998; e a Ministro de Segunda Classe, em 2004; e a Ministro de Primeira Classe, em 2011. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na carreira destacam-se as de Encarregado de Negócios na Embaixada em Libreville, em 1982; Chefe, substituto, da Divisão de Direitos Humanos, de 1991 a 1995; Coordenador-Técnico da Secretaria de Relações com o Congresso, entre 1995 e 1998; Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Atenas, de 1998 a 2002; Chefe do Centro de Documentação Diplomática, de 2002 a 2003; Chefe da Divisão de Integração Regional, entre 2003 e 2005; Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente junto à UNESCO, em Paris, de 2005 a 2008; Chefe da Divisão do México, América Central e Caribe, de 2008 a 2011; Diretor do Departamento da ALADI e da Integração Econômica Regional, entre 2011 e 2012; Chefe do Escritório de Representação do Brasil em Ramalá, de 2012 a 2015; Cônsul-Geral no Consulado-Geral do Brasil em Istambul, de 2016 a 2020; e Embaixador na Haia, de 2020 até o presente.

Foi galardoado com a Ordem de Rio Branco, grau de Comendador, em 2003, e com a Medalha Mérito Tamandaré, em 2010.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Helênica, o qual informa acerca das relações greco-brasileiras, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

A República Helênica possui parlamento unicameral, composto de 300 membros, com mandato de quatro anos, e desde as eleições de 8 de julho de 2019, que teve como curiosidade a obrigatoriedade do voto a partir dos 17 anos, não mais 18, o partido de direita Nova Democracia passou a ter a maioria das cadeiras e seu líder, Kyriákos Mitsotákis, assumiu como Primeiro-Ministro. Já a atual presidente grega é Katerina Sakellaropoulou, juíza de carreira, eleita em 22 de janeiro com apoio dos três maiores partidos

do País representados no Parlamento e na posse desde 13 de março de 2020, sendo a primeira mulher a assumir o cargo.

O Brasil mantém relações diplomáticas com a Grécia desde 1912 e, até hoje, nutrem amistoso relacionamento. No último 6 de fevereiro de 2023 o chanceler grego veio ao encontro de seu homônimo brasileiro e versaram sobre temas como meio ambiente e mudança climática, agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as perspectivas do Acordo Mercosul-União Europeia, além de terem firmado três instrumentos, nomeadamente: Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Turismo; Acordo Quadro de Cooperação em Defesa; e Acordo em Serviços Aéreo.

O Governo grego tem atuado com pragmatismo, buscando aproximações tanto com Xi Jinping como Joe Biden. De um lado, fazem parte da Nova Rota da Seda e têm no controle majoritário do seu principal porto e segundo na Europa em trânsito de contêineres e o primeiro em termos de passageiros, o Porto de Pireu, a chinesa COSCO (*China Ocean Shipping Company*); de outro lado, tem se aproximado do governo estadunidense, que considera a Grécia como estratégico ponto de estabilidade no Mediterrâneo Ocidental, no Mar Negro e nos Bálcãs.

Quanto ao conflito na Ucrânia, o país condenou a ocupação militar por parte da Rússia e até mesmo enviou armas à Kiev, ficando assim alinhada à Comunidade Europeia, isto em que pese serem dependentes em 40% do gás e em 25% do petróleo russos.

A corrente comercial entre nossos países atingiu, em 2022, USD 406,1 milhões, com o Brasil exportando USD 351,6 milhões e importando USD 54,5 milhões, em predominante superávit. Exportamos, sobretudo, cinco produtos: soja (31% do total das exportações), café não torrado (29%), combustíveis e óleos minerais (12%), tabaco (10%) e minérios de alumínio (6%). Importamos produtos variados, conforme listados a seguir: produtos farmacêuticos (17% das importações), combustíveis e óleos minerais (14%), talheres (13%), alumínio (10%), instrumentos e aparelhos óticos (9%), máquinas e materiais elétricos (9%), aparelhos e instrumentos mecânicos (5%), azeite (5%), mármore e granito, frutas (ambos com 3%).

Informa o Itamaraty, ainda, que a comunidade brasileira na Grécia é estimada em cerca de 4 mil nacionais.

Diante a natureza do presente relatório, essas são as considerações que julgamos convenientes.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER*

CPF.: 344.294.687-53

ID.: 7249 MRE

1952 Filho de Henrique Santos Duque Estrada Meyer e Regina Salomão Duque Estrada Meyer, nasce em 30 de maio de 1952, no Rio de Janeiro - RJ

Dados Acadêmicos:

1976 Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) - Fundação Getúlio Vargas
 1977 CPCD - IRBr
 1999 CAE - IRBr - Brasil-Cuba: Perspectivas para o fortalecimento das relações bilaterais

Cargos:

1978 Terceiro-secretário
 1980 Segundo-secretário
 1987 Primeiro secretário, por merecimento
 1994 Conselheiro, por merecimento
 2000 Ministro de segunda classe por merecimento
 2009 Ministro de primeira classe por merecimento

Funções:

1978 Divisão Consular, assistente
 1978 Divisão Jurídica, assistente
 1978 Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado, assistente
 1979-80 Secretaria de Informações do Gabinete do Ministro de Estado, assistente
 1980-83 Embaixada em Bagdá, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1983-85 Secretaria de Informações do Gabinete do Ministro de Estado, assistente
 1985 Departamento de Organismos Internacionais, assistente
 1985-89 Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 1989-92 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário
 1993-94 Embaixada em Georgetown, Primeiro-Secretário e Conselheiro, comissionado
 1994-95 Secretaria de Informações do Gabinete do Ministro de Estado, assistente
 1995-98 Embaixada em Havana, Conselheiro
 1998-2003 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2003-06 Missão do Brasil junto às Nações Unidas, Ministro-Conselheiro
 2006-11 Embaixada em Astana, Embaixador
 2011-15 Embaixada em Rabat, Embaixador
 2015-16 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial
 2016-17 Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete
 2017-19 Representante Permanente Alterno na Missão do Brasil junto às Nações Unidas
 2019- Consulado-Geral do Brasil em Cantão, Cônsul-Geral

Condecorações:

1984	Ordem Isabel, a Católica, Cavaleiro
2002	Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
2010	Medalha comemorativa do 55º aniversário do Cosmodromo Baykhonour
2013	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
2017	Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2023

(n° 119/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 119

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00042/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS**, foi removido para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores pela portaria nº 8, de 6 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 6, de 9 de janeiro de 2023, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 147/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101493** e o código CRC **487EDC19** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002894/2023-67

SUPER nº 4101493

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE PRÓXIMO**

ESTADO DE ISRAEL



**MAÇO OSTENSIVO
FEVEREIRO - 2023**

Índice

PERFIL BIOGRÁFICO	3
DADOS BÁSICOS	4
COMÉRCIO BILATERAL	4
POLÍTICA INTERNA DE ISRAEL	5
ECONOMIA DE ISRAEL	6
RELAÇÕES BILATERAIS	8
COMUNIDADE BRASILEIRA EM ISRAEL	13
COMÉRCIO BILATERAL	13
COMBATE AO ANTISSEMITISMO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO	14
CONFLITO ISRAEL-PALESTINA	14

PERFIL BIOGRÁFICO



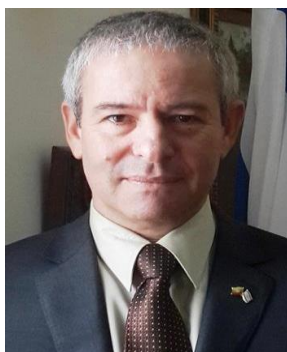
Isaac Herzog, presidente de Israel: (Tel Aviv, 1960). Advogado de formação, Herzog ingressou oficialmente na política parlamentar em 2003, quando iniciou seu primeiro mandato como deputado na Knesset, pelo Partido Trabalhista. Foi reeleito, de forma sucessiva, até 2018. Foi presidente da Agência Judaica, entidade que promove laços entre a diáspora judaica, entre 2018 e 2021, ministro do Bem-Estar Social (2007-2011), da Diáspora (2007-2009) e do Turismo (2006-2007). Foi líder da oposição no Parlamento de 2013 a 2018, durante mandatos anteriores de Benjamin Netanyahu. Eleito Presidente em junho de 2021 para mandato de sete anos. É casado e tem três filhos.



Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel: (Tel Aviv, 1949). Foi representante de Israel junto às Nações Unidas de 1984 a 1988. Membro do Likud, partido de direita, tornou-se o mais jovem primeiro-ministro de Israel em 1996 e o primeiro nascido no país. Foi derrotado por Ehud Barak, do Partido Trabalhista, nas eleições de 1999. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros (2002-2003) e da Fazenda (2003-2005). Voltou ao cargo de primeiro-ministro em março de 2009, sendo eleito para um terceiro mandato em 2013 e, para um quarto mandato, em 2015. Em 2019, após as eleições parlamentares de abril e de setembro, teve oportunidade de formar governo pela quinta vez, mas não logrou êxito. Foi vitorioso nas eleições de novembro de 2022 e retornou ao cargo de primeiro-ministro no mês seguinte, em coalizão com partidos ultraconservadores e religiosos, para novo mandato de quatro anos. É o primeiro-ministro mais longo da história de Israel. Casado, é pai de 3 filhos.



Eli Cohen, ministro das Relações Exteriores de Israel: (Holon, 1972). Deputado pelo Likud desde 2019 e ex-ministro da Inteligência no Gabinete Netanyahu V, entre 2020 e 2021. Com formação e atuação privada e acadêmica durante alguns anos nas áreas de economia e contabilidade, também chefiou o Ministério da Economia e da Indústria, entre 2017 e 2020. Quando o 37º governo de Israel foi empossado em dezembro de 2022, Eli Cohen foi nomeado chanceler em rotação com Israel Katz, que foi nomeado ministro da Energia. Ficou acertado que Cohen ocuparia o cargo até dezembro de 2023, quando seria substituído por Katz, e em dezembro de 2025 as funções dos dois mudariam novamente. Eli Cohen é casado e pai de quatro filhos.



Daniel Zohar Zonshine, embaixador de Israel em Brasília: (1958). É diplomata de carreira desde 1990. De 1998 a 2002, serviu na embaixada em Brasília, como conselheiro, e, em seguida, foi nomeado diretor adjunto do Departamento de América do Sul. Foi Cônsul-Geral em Mumbai; Diretor do Departamento de Relações Públicas; e Embaixador em Myanmar. Antes de ser designado embaixador em Brasília, foi chefe de programas internacionais do MASHAV (Agência Nacional de Israel para Cooperação Internacional). Casado, é pai de três filhos.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado de Israel (<i>Medinat Israel</i>)
CAPITAL	A Lei Básica de 30/7/1980 declarou Jerusalém como capital. O Brasil mantém sua embaixada em Tel Aviv.
ÁREA	20.770 km ²
POPULAÇÃO (2021, Banco Mundial)	9,36 milhões (74% judeus, 21% árabes, 5% drusos, cristãos e outros)
IDIOMAS	Hebraico (oficial) e árabe (idioma com <i>status</i> especial)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Isaac Herzog (desde junho de 2021)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu (desde dezembro de 2022)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Eli Cohen (desde dezembro de 2022)
PIB NOMINAL (2021, Banco Mundial)	US\$ 488,5 bilhões
CRESCIMENTO DO PIB (Banco Mundial)	-1,9% (2020); 8,6% (2021)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2021, Banco Mundial)	US\$ 52,2 mil
UNIDADE MONETÁRIA	Novo shekel israelense (NIS)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Daniel Zohar Zonshine (desde agosto de 2021)
EMBAIXADOR EM TEL AVIV	Gerson Menandro Garcia de Freitas (desde novembro de 2020)

COMÉRCIO BILATERAL

US\$, bilhões, FOB

Brasil–Israel	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Exportações	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,6	1,88
Importações	0,9	0,7	0,9	1,1	1,2	1,0	1,1	2,11
Intercâmbio Total	1,3	1,1	1,3	1,4	1,6	1,4	1,7	4,00
Saldo Comercial	-0,5	-0,3	-0,4	-0,8	-0,8	-0,6	-0,5	-0,2

Fonte

MDIC

POLÍTICA INTERNA

O Estado de Israel é uma república parlamentarista. O parlamento (Knesset) é unicameral e composto por 120 deputados, com mandato de quatro anos. O presidente do Estado, cuja função é eminentemente protocolar, é eleito pelos membros da Knesset para mandato de sete anos. O primeiro-ministro, chefe de governo, é indicado pelo partido majoritário nas eleições legislativas ou pela coalizão que agrupar o maior número de assentos no parlamento.

A política israelense caracterizou-se, nas três primeiras décadas de existência do país, pela hegemonia da principal agremiação de esquerda, inicialmente o Mapai, do qual surgiria o Partido Trabalhista (Avodá). Nas décadas seguintes, o poder alternou-se entre os trabalhistas e o Likud, formado na década de 1970 pelas principais forças da direita israelense. A partir de 2005, o surgimento de novos partidos alterou o cenário político do país. A cada campanha eleitoral surgem novas agremiações, normalmente de vida curta e êxito eleitoral limitado.

De 2009 a 2021, o Likud assumiu proeminência no quadro político com as sucessivas reeleições de Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro mais longo da história de Israel.

Em 2021, após quatro ciclos eleitorais, Yair Lapid, então líder da oposição, logrou formar coalizão com grupo parlamentar contrário a Netanyahu, que contava oito partidos: i) Yamina, ii) Yesh Atid, iii) Azul e Branco, iv) Yisrael Beiteinu, v) Trabalhistas, vi) Meretz, vii) Nova Esperança e viii) Lista Árabe Unida.

Segundo rotação acordada entre os líderes do Yesh Atid e Yamina, em junho de 2021, Naftali Bennett foi empossado como o 13º primeiro-ministro de Israel e Lapid como o 14º. No primeiro ano do mandato (de junho de 2021 a junho de 2022), Bennet exerceu o cargo de primeiro-ministro e Lapid o de primeiro-ministro altermo e ministro de Negócios Estrangeiros.

Pela primeira vez na história de Israel, partido árabe e islamista (Lista Árabe Unida, liderada pelo pragmático Mansour Abbas) integrou formalmente o bloco governamental. A coalizão caracterizou-se pela heterogeneidade ideológica de seus componentes, indo da extrema-direita à esquerda, ademais de agregar partido árabe.

Quadro atual

Em 30 de junho de 2022, parlamentares israelenses aprovaram, por unanimidade, a dissolução da Knesset, decisão que encerrou o governo de Naftali Bennet e encaminhou o país para uma quinta eleição em período de quatro anos. Formada em torno de oito

partidos com ideologias distintas, a coalizão governista acabou não resistindo a embates internos.

Encerrou-se, assim, a administração Bennet-Lapid.

Novas eleições foram realizadas em 01/11/2022, com vitória de Benjamin Netanyahu, do partido Likud. O resultado consagra retorno de Benjamin Netanyahu à posição de protagonista da política israelense.

Benjamin Netanyahu foi empossado em 29/12/2022 afirmando que a primeira das diretrizes que regerão seu novo governo é a de que "o povo judeu tem direito exclusivo e inquestionável sobre todas as áreas da Terra de Israel, e o governo promoverá assentamentos em todas as partes da Terra de Israel: na Galileia, no Negev, no Golã e na Judeia e Samaria [Cisjordânia]". Netanyahu afirmou ainda que serão prioridades de seu governo "continuar a lutar contra o programa nuclear iraniano", "fortalecer o caráter judeu de Israel", "fortalecer o status de Jerusalém" e "estabelecer relações com novos países", dando continuidade aos Acordos de Abraão, sob os quais, no último governo Netanyahu, Israel estabeleceu relações com Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Marrocos.

Já nos primeiros meses de seu mandato, Netanyahu logrou dar início, à tramitação legislativa da reforma do Poder Judiciário, ponto fundamental para a manutenção da atual coalizão de governo, que tem em comum a percepção de que a Suprema Corte seria empecilho à atuação soberana da Knesset. A aprovação da reforma é considerada essencial para viabilizar decisões do parlamento em temas como direitos humanos, assentamentos e defesa e segurança, que deverão ser centrais na gestão do atual primeiro-ministro. Dentre os pontos principais da proposta de reforma, destaca-se a emenda intitulada "Fortalecimento da Separação de Poderes", que tem por objetivo tornar impossível que a Suprema Corte invalide uma Lei Básica aprovada pela Knesset. Além disso, o novo texto exige a unanimidade dos 15 membros da Suprema Corte para o exercício de controle constitucional sobre leis ordinárias. A proposta de reforma tem recebido críticas de diversos setores do espectro político e da comunidade internacional, bem como motivado, no plano interno, protestos e ameaças de greve geral. Como forma de evitar o agravamento da tensão social no país, o presidente Isaac Herzog conclamou as lideranças políticas a suspenderem o processo legislativo e a negociarem com base num plano de ação por ele proposto.

ECONOMIA DE ISRAEL

Em sua origem, o Estado de Israel inicialmente privilegiou o setor primário, caracterizado por propriedades comunais com graus variados de coletivização (kibbutz e moshavim), dedicadas à agricultura.

A partir da década de 1970, o país desenvolveu avançadas indústrias militares, de engenharia, de biotecnologia e de softwares. Na década de 1980, Israel adotou plano de controle da inflação, seguido, na década de 1990, do corte de gastos públicos, com privatizações nas áreas de energia, telecomunicações, correios, bancos, indústria bélica e transportes, assim como da liberalização do comércio exterior.

Hoje, a economia israelense tem seu alicerce no setor de serviços (2/3 do PIB) e nas indústrias de alta tecnologia. Israel soube conduzir importantes reformas que transformaram o país em polo atrativo de investimentos. Numerosas multinacionais instalaram centros de pesquisa no país e constituíram o chamado “Vale do Silício israelense”, nas cercanias de Tel Aviv.

Em maio de 2010, Israel foi aceito na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que representou uma conquista política e um fator adicional de atração de investimentos.

Desde o início da década de 2010, a economia israelense cresceu a taxas mais elevadas do que os países da OCDE. As perspectivas de longo prazo parecem indicar que essa trajetória se manterá. O crescimento da economia israelense é resultado do dinamismo dos setores de serviços e da indústria de alta tecnologia.

A recente descoberta de novas reservas de hidrocarbonetos, que teriam o potencial de atender ao consumo interno por aproximadamente quarenta anos, reforça o otimismo com as perspectivas econômicas de longo prazo. Israel já exporta gás natural e, em fevereiro de 2023, exportou petróleo bruto pela primeira vez na história, motivando anúncios do governo de que o país teria entrado no “clube de exportadores internacionais de petróleo”.

Além disso, a economia israelense provou-se relativamente resiliente aos efeitos da pandemia COVID-19. Em 2020, o país registrou contração econômica de 1,9%, segundo melhor resultado entre os membros da OCDE, que sofreram retração média superior a 5% no mesmo período. A economia de Israel cresceu cerca de 8,6% em 2021 e 6,5% em 2022, superando as estimativas do Escritório Central de Estatísticas de Israel (CBS). Os acordos comerciais que acompanharam a normalização das relações com Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Marrocos, no âmbito dos Acordos de Abraão, também estimularam a retomada econômica israelense.

Considerando o crescimento populacional de mais de 2% em 2022, o PIB per capita de Israel cresceu 4,4%, para USD 51,592, após crescimento de 6,8% em 2021, 70% acima da média da OCDE. Israel teve o segundo maior crescimento do PIB per capita, depois apenas da Irlanda, entre os 14 países da OCDE examinados.

Na esteira do crescimento econômico, o país tem registrado aumento dos índices de inflação. Os preços ao consumidor aumentaram 5,3% em 2022, bem acima do aumento de 2,8% registrado no ano anterior. O IPC anual de 5,3% foi o mais alto desde que a

inflação atingiu 5,5% em outubro de 2008. Desde 2017, os preços ao consumidor aumentaram um total de 9%, de acordo com o instituto de estatísticas.

Segundo analistas, o crescimento do PIB acima do esperado, associado ao alto índice da inflação em janeiro de 2023, justificaram o aumento da taxa básica de juros em 0,5% - passando de 3,75% para 4,25% - pelo Comitê Monetário do Banco de Israel, em sua reunião monetária de 20/02/2023. Economistas do banco central estimam que a taxa de inflação diminua para 3% até o fim do ano, acima dos 2,5% previstos anteriormente. Da mesma forma, foi revisada para baixo a previsão de crescimento da economia em 2023, de 3% para 2,8%.

Nesse contexto, o governo anunciou, em fevereiro de 2023, plano para combater o alto custo de vida no país. O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e o ministro das Finanças, Bezalel Smotrich, prometeram o congelamento ou redução de impostos municipais, serviços públicos e combustíveis.

RELAÇÕES BILATERAIS

A atuação decisiva de Oswaldo Aranha na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que aprovou o plano de partilha da Palestina, em 1947, e que propiciou a criação do Estado de Israel, no ano seguinte, é um dos marcos fundadores do relacionamento bilateral.

O papel de Aranha na aprovação da resolução que criou o Estado de Israel não foi meramente protocolar. Escolhido para presidir a primeira sessão especial da história da Assembleia Geral, Aranha valeu-se das regras procedimentais para favorecer a aprovação do plano. Constatando que não havia ainda consenso para aprovar a partilha da Palestina, Aranha logrou adiar a votação do projeto por três dias, dando às delegações do Reino Unido e dos EUA o tempo necessário para convencer o número necessário de países. Em 1948, por seus esforços, Aranha seria indicado para o Prêmio Nobel da Paz.

Desde o empenho de Oswaldo Aranha em viabilizar a criação do Estado de Israel, a diplomacia brasileira nunca deixou de acompanhar de perto o destino do país.

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a reconhecer o Estado israelense, com estabelecimento da legação diplomática em Tel Aviv em 1951. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a embaixada israelense no Rio de Janeiro. A partir de então, as relações bilaterais caracterizaram-se pela amizade, cordialidade e pela busca de construção de uma agenda bilateral positiva.

Nesse contexto, destaca-se a contribuição da comunidade judaica brasileira. Trata-se da décima maior comunidade judaica do mundo e a segunda mais importante da América Latina, atrás da argentina e à frente da mexicana, com cerca de 120 mil judeus. A presença de judeus no território brasileiro remonta ao século XVII. A primeira sinagoga

das Américas, Kahal Kadosh Zur Israel (Santa Comunidade Rochedo de Israel), foi fundada em Recife, em 1636. Os integrantes da comunidade são parte importante do tecido social brasileiro, com atuação destacada em diferentes setores da sociedade.

Nos últimos anos, a relação bilateral foi marcada pela assinatura de acordos nos setores de defesa; ciência, tecnologia e inovação; segurança pública; serviços aéreos; além da troca de visitas presidenciais e da inauguração de escritório da APEX em Jerusalém.

Cooperação técnica e humanitária

A cooperação técnica Brasil-Israel orienta-se pelo "Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel", celebrado em 12 de março de 1962, e pelo "Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Promoção de Ações Conjuntas em Benefício de Terceiros Países", assinado em 11 de novembro de 2009.

Nos últimos anos, o governo brasileiro recebeu apoio humanitário, do governo israelense, nas seguintes ocasiões: (a) em 2019, no contexto do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho-MG, o Governo israelense, enviou equipe de 136 militares, formada por médicos, engenheiros, soldados, bombeiros e socorristas, para auxiliar no resgate de vítimas em áreas consideradas de difícil acesso; e (b) em 2022, o governo israelense doou 2 toneladas de seringas e agulhas, equipamentos de proteção individual - EPIs (máscaras, luvas, batas e protetores faciais), 2 ventiladores pulmonares compactos e 2 oxímetros de pulso para apoio ao enfrentamento à COVID-19 no País, e também, em atenção a pedido específico do Ministério da Saúde, 55 mil unidades do antibiótico cloridrato de doxiciclina, no contexto de risco de desabastecimento no SUS.

Cooperação em Defesa

Segundo o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, as exportações de armas de Israel, nos últimos quatro anos, foram as mais altas de todos os tempos e representaram 3% do total global, alçando o país a posição de 8º maior fornecedor mundial de armas - crescimento de 77%. Os três principais clientes de Israel foram Índia (45%), Azerbaijão (17%) e Vietnã (8,5%). As vendas de armas para a Índia totalizam mais de US\$ 1 bilhão por ano.

A parceria em defesa entre Brasil e Israel consolidou-se ao longo das últimas décadas, apresentando potencial auspicioso para projetos futuros, em particular em áreas de desenvolvimento tecnológico de interesse do Brasil. Há grande potencial para desenvolvimento conjunto de produtos de defesa e de soluções para monitoramento de fronteiras, já que há muitas empresas israelenses que investem nesse setor no Brasil. Há potencial para que a cooperação com Israel não fique restrita à mera venda de produtos,

mas envolva coprodução industrial, com intercâmbio de informações sensíveis e transferência de tecnologia.

A negociação do “Acordo entre Brasil e Israel sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa” iniciou-se em 2006. Assinado, em 2019, o acordo entrou em vigor em 2022 e tornou-se um marco para a parceria em defesa.

O Acordo sobre Proteção de Informações Classificadas e Materiais, assinado em 2010, dispõe sobre medidas de proteção a informações classificadas e materiais intercambiados pelas partes e estabelece equivalência de níveis de classificação segundo a legislação doméstica das partes. A tramitação legislativa foi sobrestada – como numerosos acordos – em razão de incompatibilidade superveniente com a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), em vigor desde 2012. Para sanar a incompatibilidade, foi negociada emenda, assinada em 6 de junho de 2018. Em agosto de 2022, após aprovação congressional, o Brasil ratificou o instrumento, aguardando-se, agora, a ratificação pela parte israelense para que o texto passe a vigorar.

Brasil e Israel dispõem de dois foros principais de discussão em defesa: Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (GTBD Brasil-Israel) e Mecanismo de Consultas Brasil-Israel em Assuntos Estratégicos.

Cooperação em Segurança Cibernética

Brasil e Israel adotaram em 31/03/19, por ocasião da visita do então Presidente da República a Israel, “Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Segurança Cibernética” entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) - que opera o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do governo (CTIR.Gov) - e a Diretoria Nacional de Temas Cibernéticos de Israel (INCD, na sigla em inglês).

Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

Israel ocupa posição de destaque no cenário da inovação. O país posiciona-se como o 16º país mais inovador do mundo, de acordo com o Índice Global de Inovação 2022, publicado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) - o Brasil é o 54º. O bom desempenho resulta de investimento de uma alta proporção de seu PIB em Pesquisa e Desenvolvimento, um dos maiores gastos em termos relativos do mundo. Apesar de sua pequena população, Israel é o 25º maior produtor de artigos científicos do mundo e o 20º país com mais citações.

De acordo com o relatório “Startup Ecosystem Report 2022”, da consultoria Startup Blink, Israel possui o 3º ecossistema de inovação mais pujante do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido. Esse ecossistema apresenta o maior número de startups per capita, o que lhe rendeu o título de “Startup Nation”. Segundo dados publicados pela consultoria israelense “IVC Data & Insights”, startups de Israel

arrecadaram US\$ 13,5 bilhões nos primeiros nove meses de 2022. Em 2021, as empresas de tecnologia de capital fechado locais teriam levantado recorde de US\$ 25,6 bilhões, mais do que o dobro dos US\$ 10 bilhões captados em 2020, o que já era um recorde.

A cooperação entre Brasil e Israel em ciência, tecnologia e inovação (CTI) é regida pelo “Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel”, assinado em março de 2019. Aprovado pelo Congresso Nacional, o acordo foi ratificado pelo Brasil e também por Israel, em 2022, aguardando o decreto presidencial de promulgação.

Além do acordo, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) assinou, em fevereiro de 2021, memorando de entendimento com o Carasso Science Park, voltado para iniciativas de formação de jovens e professores no ensino de ciências, bem como para a instalação, em Fortaleza, de museu interativo semelhante ao da instituição israelense. Aquele Ministério ainda desenvolve o projeto “Água atmosférica: bebendo água do ar” com a empresa israelense Watergen (a empresa detém tecnologia de extração de água da atmosfera), para oferta de água a escolas no semiárido brasileiro; e tem também buscado estreitamento na cooperação espacial e em segurança cibernética.

Em parceria com a Israel Innovation Authority (IIA), a Apex-Brasil e a EMBRAPII desenvolveram a iniciativa Techmakers Israel, cujo objetivo é estimular parcerias entre os ecossistemas de inovação do Brasil e de Israel. O programa conta com matchmaking promovido pela Apex-Brasil, com objetivo de identificar parceiros para apresentação de projetos conjuntos nas chamadas públicas desenvolvidas pela IIA e pela EMBRAPII. O programa previu o investimento de USD 1 milhão, aportados pela EMBRAPII e pela IIA. A primeira e a segunda chamada conjunta foram realizadas em 2019 e 2021.

O mercado brasileiro oferece grandes oportunidades de ganho de escala para startups israelenses, que podem se beneficiar do projeto “Scaleup in Brazil”, lançado em 2019. O programa resulta de parceria entre a Apex-Brasil, a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP) e a Israel Trade&Investment. O programa já acelerou 15 empresas, realizou mais de 300 encontros e realizou mais de 60 provas de conceito. Em 2022, 3 grupos de empresa já passaram pelo “Scaleup in Brazil”, em sua terceira edição.

No tocante à cooperação interinstitucional, destacam-se as seguintes:

- Albert Einstein-Technion: O Hospital Albert Einstein assinou memorando de entendimento com o Instituto Technion de Tecnologia, em 2021, com duração de três anos, objetivando viabilizar intercâmbio de estudantes, testes clínicos conjuntos e colaboração em projetos de pesquisa. O instrumento prevê a alocação de USD 450 mil de cada parte.

- ITA – ASRI (Instituto Espacial de Pesquisa Archer – Technion): Foi assinado, em 5/10/2021, memorando de entendimento entre o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Asher, vinculado ao Technion, sobre o projeto ITASAT 2, que envolve o desenvolvimento de três satélites para investigações científicas na ionosfera.
- A Tel Aviv University tem parcerias com instituições brasileiras em vários campos do conhecimento. A universidade conta, ainda, com alunos e professores brasileiros. As parcerias da TAU com o Brasil compreendem acordos com a UFAL, a UFRGS, a PUC-Rio, o IBMEC e o INSPER. Recentemente, a TAU assinou instrumento de cooperação com a escola de negócios Link, de São Paulo, o qual prevê iniciativas de intercâmbio estudantil e colaborações acadêmicas.

Cooperação Educacional

Em outubro de 2021, o Brasil sugeriu minuta de Programa de Cooperação no Campo Educacional entre Brasil e Israel. Formulada ao abrigo do Acordo de Cooperação Educacional em vigor, a proposta buscou, de um lado, identificar áreas prioritárias para o fortalecimento institucional da cooperação entre as respectivas Instituições de Ensino Superior e, de outro, promover maior harmonia ao intercâmbio de jovens nas duas direções. A parte israelense está examinando a proposta brasileira.

O setor educacional da embaixada em Tel Aviv tem mantido agenda de visitas institucionais a universidades daquele país, com vistas ao aprofundamento da compreensão sobre os nichos de maior potencial com congêneres brasileiras. A Embaixada também tem prestado apoio a diversas missões de instituições brasileiras a Israel. Em janeiro de 2023, a Embaixada acompanhou a assinatura de memorando entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Hebraica de Jerusalém. O instrumento pode viabilizar o intercâmbio tanto de estudantes quanto de docentes e de pesquisadores; o desenvolvimento de projetos de pesquisas conjuntos; a orientação de teses de doutorado em regime de co-tutela; e a promoção de cursos, palestras e simpósios.

Em novembro de 2022, foi assinado acordo de cooperação voltado à implementação da Escola Agrícola 4.0, em uma iniciativa da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, da Invest Paraná e da Câmara de Comércio Brasil-Israel (BRIL Chamber). Em setembro de 2022, realizou-se missão de trabalho da então secretária de Modalidades Especializadas de Educação do MEC. A programação compreendeu encontros no Ministério da Educação, nas universidades de Tel Aviv, Hebraica de Jerusalém e de Haifa, bem como visitas a escolas voltadas ao público da educação especial.

Cooperação em Saúde

Em 2019, foi assinado, em Jerusalém, Plano de Cooperação Brasil-Israel no Campo da Saúde e Medicina 2019-2023. No instrumento, as partes concordaram em retomar os contatos com vistas ao planejamento de ações conjuntas.

Na sequência, a Anvisa assinou, em setembro de 2021, Memorando de Entendimento com a Diretoria de Tecnologia Médica, Inovação, Informação e Pesquisa em Saúde do Ministério da Saúde de Israel (MTIR na sigla em inglês) visando a facilitar o intercâmbio de informações. O documento foi negociado com o objetivo de estabelecer cooperação e promover o compartilhamento de informações regulatórias entre as autoridades em diversas áreas. O MTIR é um parceiro importante para a Anvisa, uma vez que também faz parte de fóruns internacionais relevantes dos quais o Brasil é membro como por exemplo, na Cooperação em Inspeção Farmacêutica (PIC/S).

COMUNIDADE BRASILEIRA EM ISRAEL

Estima-se em 15 mil o número de brasileiros residentes em Israel, dispersos por todo o território israelense, sem que haja grandes concentrações em uma só localidade. Os serviços consulares são oferecidos a esses cidadãos pela Embaixada do Brasil em Tel Aviv. A comunidade é, quase sem exceção, documentada, e tende a assimilar-se à sociedade local, pelo fato de também possuir nacionalidade israelense e de compartilhar valores culturais e religiosos judaicos.

COMÉRCIO BILATERAL

Em termos comerciais, na última década, Israel esteve entre os seis principais parceiros comerciais brasileiros no Oriente Médio. Em 2022, ficou em quinto lugar, atrás apenas de Arábia Saudita, EAU, Turquia e Irã. Historicamente, a relação tem sido deficitária para o Brasil.

Em 2022, a corrente foi de US\$ 4 bilhões e o Brasil teve déficit de US\$ 200 milhões. Exportou US\$ 1,88 bilhão e importou US\$ 2,1 bilhões. São os maiores valores da série histórica. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2022 foram: óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (57% do total, +699% em relação ao mesmo período em 2021), carne bovina (13% do total; + 31,4 % em relação ao mesmo período em 2021), milho não moído (9,2% do total; + 720% em relação ao mesmo período em 2021) e soja (7,4% do total; + 69% em relação ao mesmo período em 2021). Os principais produtos israelenses importados pelo Brasil em 2022 foram: adubos e fertilizantes (54% do total; +188% em relação ao mesmo período em 2021) e defensivos agrícolas (14% do total; + 76,6% em relação ao mesmo período em 2021).

Em dezembro de 2019, foi inaugurado o escritório da APEX em Jerusalém. Note-se que, apesar de estar organicamente ligada ao governo federal, a Apex-Brasil é uma associação civil, de direito privado, de interesse coletivo e de utilidade pública, constituída sob a forma de Serviço Social Autônomo. Suas instalações e representantes

não contam com status diplomático e o escritório em Jerusalém não está vinculado à Embaixada do Brasil em Tel Aviv. Assim, sua abertura não implicou alteração das posições históricas do Brasil no tocante ao apoio de solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino ou no que se refere ao status final da cidade de Jerusalém.

Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Israel

O Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o MERCOSUL e o Estado de Israel, assinado em 18/12/2007, entrou em vigor no Brasil em 03/04/2010. Trabalha-se agora sobre possível expansão da cobertura do acordo.

COMBATE AO ANTISSEMITISMO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO

Com base no compromisso de combater todas as formas de xenofobia, intolerância e discriminação, e considerando também a importância da comunidade judaica brasileira, o Brasil aderiu, em novembro de 2021, à Aliança Internacional em Memória do Holocausto (IHRA), inicialmente com status de “país observador”, com o apoio decisivo de Israel.

Em dezembro de 2022, o Brasil se fez representar na sessão plenária da IHRA realizada na cidade de Gotemburgo, na Suécia. Trata-se da segunda participação do Brasil em sessão plenária desde a adesão do país como membro observador.

Na IHRA, o Brasil está buscando caminhos para fortalecer seu arcabouço de promoção da educação e da pesquisa sobre o Holocausto, bem como para aperfeiçoar as políticas nacionais de combate ao antissemitismo.

CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

O Brasil mantém o compromisso com a resolução pacífica do conflito israelense-palestino, com base em uma solução de dois Estados, que permita a Israel e Palestina conviverem lado a lado, dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas.

Não há hoje iniciativas de paz em curso para o conflito israelo-palestino e tampouco perspectiva de retomada das negociações para a questão. Caso persistam as tendências dos últimos meses, o ano de 2023 - trigésimo aniversário dos acordos de Oslo - pode se tornar um dos mais violentos da história recente do conflito. Tem havido número crescente de incursões militares e atentados terroristas na Cisjordânia, usualmente com morte de civis incluindo menores.

Em Jerusalém, a situação permanece tensa, com mortes ocasionais de civis, tanto palestinos, quanto israelenses. Persiste também a apreensão em torno da Esplanada das

Mesquitas/”Haram Al-Sharif”, diante da intensificação de visitas de grupos judaicos e dos indícios de deterioração do status quo, que determina a custódia jordania sobre os lugares santos e reserva o direito de reza a muçulmanos, garantindo-se o direito de visita a fieis de outras religiões.

Nesse cenário, a Palestina tem buscando intensificar esforços pelo isolamento de Israel, com iniciativas como o BDS (boicote, desinvestimento e sanções); internacionalização do conflito – incluindo pedido de parecer consultivo à Corte Internacional de Justiça sobre a ocupação israelense -; e incremento de diálogo junto a órgãos da sociedade civil de países estrangeiros.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Data Celebração	Status da Tramitação
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel	Israel	Transporte Aéreo	31/03/2019	Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado.	Israel	Segurança Pública	31/03/2019	Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação em questões relacionadas à Defesa.	Israel	Defesa e Assuntos Militares - Cooperação	31/03/2019	Em promulgação/Casa Civil
Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel.	Israel	Cooperação Científica e Tecnológica	31/03/2019	Em promulgação/MRE
Emenda ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel (Ministério da Defesa) sobre Proteção de Informações Classificadas e Materiais assinado em Tel Aviv em 24 de novembro de 2010.	Israel	Defesa e Assuntos Militares	06/06/2018	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel de Previdência Social	Israel	Previdência Social	27/02/2018	Tramitação Congresso Nacional
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação Bilateral em Pesquisa e Desenvolvimento Industrial no Setor Privado.	Israel	Cooperação Científica e Tecnológica	27/02/2007	Situação especial

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Mútua e Treinamento de Diplomatas entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Escritório de Treinamento de Pessoal e Desenvolvimento do Ministério de Negócios Estrangeiros do Estado de Israel	Israel	Academias Diplomáticas	26/02/2013	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Proteção de Informação Classificada e Materiais	Israel	Defesa e Assuntos Militares	24/11/2010	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área de Turismo	Israel	Turismo, Feira e Exposições	11/11/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Promoção de Ações Conjuntas em Benefício de Terceiros Países	Israel	Cooperação Científica e Tecnológica	11/11/2009	Em Vigor
Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	Israel	Extradicação	11/11/2009	Em Vigor
Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	Israel	Cooperação Artístico-cultural	11/11/2009	Em Vigor
Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	Israel	Transporte Aéreo	22/07/2009	Superado
Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	Israel	Cooperação Educacional e Esportiva - Cooperação Artístico-cultural	06/08/2008	Em Vigor
Programa Executivo de Cooperação Cultural para os Anos de 2008, 2009 e 2010	Israel	Cooperação Artístico-cultural	13/02/2008	Expirado
Acordo sobre Cooperação no Campo da Agropecuária	Israel	Agricultura	04/12/2007	Em Vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos	Israel	Saúde	19/06/2006	Em Vigor
Acordo de Assistência Mútua Administrativa para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras	Israel	Aduanas, Impostos e Tarifas	19/06/2006	Em Vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais entre o MRE e o MNE.	Israel	Consultas Diplomáticas	29/05/2005	Em Vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	Israel	Dependentes - Atividades Remuneradas	12/12/2002	Em Vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda.	Israel	Aduanas, Impostos e Tarifas	12/12/2002	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos	Israel	Vistos e Imigração	01/09/1999	Em Vigor
Ajuste Modificativo do Ajuste de 05 de fevereiro de 1973, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962 entre a República Federativa do Brasil e o Estado e Israel, Relativo ao "Programa de Irrigação e Valorização de Áreas Atingidas pelas Secas".	Israel	Combate à Seca/Irrigação	24/07/1973	Expirado
Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel	Israel	Declaração Conjunta	08/02/1973	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12/03/62 e ao Convênio de Intercâmbio Cultural de 24/06/59 entre a República Federativa do Brasil e o Estado e Israel, para Promover um Programa de Cooperação Científica no Campo da Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico.	Israel	Cooperação Científica e Tecnológica	05/02/1973	Em Vigor

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962 entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel, Relativo ao Programa de Irrigação e Valorização de Áreas Atingidas pelas Secas.	Israel	Combate à Seca/Irrigação	05/02/1973	Expirado
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962 entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel, Relativo à Colaboração na Realização do III Curso de Planejamento e Execução de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural Integrado (CVPEDI)	Israel	Cooperação Interinstitucional	05/02/1973	Expirado
Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962 entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel, Relativo à Colaboração entre os dois Governos no Campo da Irrigação e da Valorização de Áreas Atingidas pelas Secas.	Israel	Combate à Seca/Irrigação	24/01/1972	Substituído
Segundo Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel, de 12 de março de 1962, Relativo ao Projeto de Irrigação do Piauí.	Israel	Combate à Seca/Irrigação	04/09/1967	Expirado
Convênio entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel sobre a Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, Primeiro Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962.	Israel	Energia Nuclear	11/05/1966	Em Vigor
Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	Israel	Vistos e Imigração	06/03/1964	Em Vigor
Acordo Complementar entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel de Cooperação Econômica e Técnica ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962	Israel	Cooperação Científica e Tecnológica	30/01/1963	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo de Israel	Israel	Cooperação Técnica	12/03/1962	Em Vigor
Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel	Israel	Cooperação Artístico-cultural	24/06/1959	Em Vigor
Acordo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel	Israel	Comércio	26/04/1956	Denunciado

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ISRAEL

Candidato: FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Frederico Salomão Duque Estrada Meyer

Nascido em 30 de maio de 1952, Frederico Salomão Duque Estrada Meyer é Ministro de Primeira Classe da carreira diplomática, desde 26 de junho de 2009.

Foi admitido no Instituto Rio Branco após cursar a Escola de Administração Pública (EBAP) na Fundação Getúlio Vargas.

Ao longo da carreira, serviu nas Embaixadas do Brasil no Iraque (1980-1983), na União Soviética (1985-1989), na Delegação do Brasil junto aos Organismos Internacionais com sede em Genebra (1989-1993), na Guiana (1993), em Cuba (1995-1998), na Delegação do Brasil junto aos Organismos Internacionais com sede em Genebra (1998-2003), na Missão do Brasil junto às Nações Unidas (2003-2006). Foi Embaixador no Cazaquistão (cumulativo com a República Quirguiz e o Turcomenistão) (2006-2011), no Marrocos (2011-2015), Representante Permanente Alternado na Missão do Brasil junto às Nações Unidas (2017-2019) e exerce, desde dezembro de 2019, o cargo de Cônsul-Geral em Cantão.

No Brasil, exerceu os cargos de Assessor de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado (1978), Assessor da Secretaria de Informações do Gabinete do Ministro de Estado (1980), Assistente da Secretaria de Informações do Gabinete do Ministro de Estado (1983), Assistente do Departamento de Organismos Internacionais (1985), Assistente da Secretaria de Informações do Gabinete do Ministro de Estado (1994), Assessor Especial do Ministro de Estado (2015) e Porta-voz do Itamaraty (2016).

Em 1992, foi assessor de Maurice Strong, Secretário-Geral da Rio-92 e, em 2002, relator da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Frederico Meyer defendeu a tese “Brasil-Cuba: Perspectivas para o fortalecimento das relações bilaterais” no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco e publicou os artigos “O novo grande jogo” (O Globo) e “O Orgulho de ser seu amigo”, parte da obra “A Loucura Mansa de José Mindlin”.

Frederico Meyer recebeu as seguintes condecorações: Ordem Isabel, a Católica, Cavaleiro; Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador; Medalha comemorativa do 55º aniversário do Cosmodromo Baykhonour; Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial; Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ISRAEL

(Elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Gerson Menandro Garcia de Freitas, que deixou o posto)

I – Relações diplomáticas

- A atuação decisiva de Oswaldo Aranha na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que aprovou o plano de partilha da Palestina, em 1947, e que propiciou a criação do Estado de Israel, no ano seguinte, é um dos marcos fundadores do relacionamento bilateral Brasil-Israel.
- O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a reconhecer o Estado israelense, com estabelecimento da legação diplomática em Tel Aviv em 1951. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a embaixada israelense no Rio de Janeiro. A partir de então, as relações bilaterais caracterizaram-se pela amizade, cordialidade e pela busca de construção de uma agenda bilateral positiva.
- Nesse contexto, destaca-se a contribuição da comunidade judaica brasileira. Trata-se da décima maior comunidade judaica do mundo e a segunda mais importante da América Latina, atrás da argentina e à frente da mexicana, com cerca de 120 mil judeus. Os integrantes da comunidade são parte importante do tecido social brasileiro, com atuação destacada em diferentes setores da sociedade.
- Nos últimos anos, a Embaixada centrou sua atenção em torno de três eixos prioritários: fortalecimento e dinamização das relações bilaterais com base nos vínculos humanos já existentes e nos construídos; ampla agenda de promoção de comércio e investimentos e da cultura brasileira em Israel; e incremento da cooperação e intercâmbio, com base nas agendas de diferentes órgãos brasileiros.
- O ritmo de atividades estabelecido pela embaixada, a partir de 2020, permitiu dar concretude à parceria, sobretudo à luz dos interesses econômicos brasileiros no mercado israelense e da prioridade atribuída à cooperação em temas relacionados a Saúde; Gestão de Recursos Hídricos; Ciência, Tecnologia e Inovação; Defesa, Segurança Pública, Espacial e Cibernética; Agricultura e Cooperação Acadêmica.
- Entre os contatos de alto nível ocorridos de novembro de 2020 a março de 2023, registram-se: (i) visita a Israel, em março de 2021, do então Ministro de Estado das Relações Exteriores; (ii) visita do então Ministro das Comunicações (MCom), acompanhado de delegação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (06 a 09/03/2022); (iii) missão técnica do Ministério da Cidadania, chefiada pelo então Secretário-Executivo da Pasta, para conhecer o sistema de gestão de desastres e emergências de Israel; (iv) Missão do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial para conhecer e prospectar parcerias no campo das técnicas para a capacitação de docentes e ensino para alunos portadores de necessidades especiais e de rápido aprendizado; (v) missão técnica sobre o ecossistema israelense de inovação, integrada por representantes do setor privado, conselheiros da ANATEL e parlamentares, (03 a 07/03/2022); (vi) visita oficial do Tribunal de Contas da União (TCU) ao "State Comptroller" de Israel (11 a 13/04/2022); (vii) missão da presidência da CNI, do SEBRAE e de autoridades e empresários, para identificar possibilidades de parcerias junto ao ecossistema de inovação israelense; (viii) missão MAPA/Embrapa a Israel (14 a 21/06/2022, para a celebração de parcerias para pesquisas conjuntas; (ix) visita técnica referente a governança do setor cibernético, pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR, 17 a 20/07/2022); e (x) visita da direção-geral do Senado Federal (18 a 22/09/2022). Foram ainda realizadas visitas oficiais de delegações dos governos estaduais de Rondônia, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, com ampla agenda de encontros, bem como visitas oficiais de

inúmeras instituições e entidades de nível subnacional, como prefeituras e Universidades Federais. O conjunto de visitas foi de especial importância para sinalizar ao lado israelense a importância conferida pelo Brasil à retomada do dinamismo das relações bilaterais.

- Em janeiro de 2022, realizou-se reunião de consultas políticas multilaterais Brasil-Israel. A reunião virtual teve como foco a agenda no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e temas relacionados a direitos humanos e a meio ambiente.

II – Relação econômico-comercial

- Em termos comerciais, na última década, Israel esteve entre os seis principais parceiros comerciais brasileiros no Oriente Médio. Em 2022, ficou em quinto lugar, atrás apenas de Arábia Saudita, EAU, Turquia e Irã. Historicamente, a relação tem sido deficitária para o Brasil.
- Em 2022, a corrente foi de US\$ 4 bilhões e o Brasil teve déficit de US\$ 200 milhões. Exportou US\$ 1,88 bilhão e importou US\$ 2,1 bilhões. São os maiores valores da série histórica. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2022 foram: óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (57% do total, +699% em relação ao mesmo período em 2021), carne bovina (13% do total; + 31,4 % em relação ao mesmo período em 2021), milho não moído (9,2% do total; + 720% em relação ao mesmo período em 2021) e soja (7,4% do total; + 69% em relação ao mesmo período em 2021). Os principais produtos israelenses importados pelo Brasil em 2022 foram: adubos e fertilizantes (54% do total; +188% em relação ao mesmo período em 2021) e defensivos agrícolas (14% do total; + 76,6% em relação ao mesmo período em 2021).
- O aumento substancial das importações de fertilizantes de Israel ocorreu por interveniência direta da Embaixada do Brasil em Tel Aviv, em atendimento a demanda do governo brasileiro, em face da escassez de alguns insumos no mercado mundial, do conflito na Ucrânia e das necessidades do agronegócio brasileiro.
- Na área de investimentos, Israel manteve posição relativamente modesta entre os investidores no Brasil. O país é apenas o 33º maior provedor de investimentos como controlador final.
- O Brasil também é investidor pouco relevante em Israel, apenas o 54º em termos de investimento imediato. É na área de defesa que há maior conexão entre os dois países.
- O ingresso de empresas brasileiras no mercado israelense acontece, geralmente, por meio de parcerias ("joint-ventures") ou compra de empresas. Estão presentes, entre outras, empresas dos setores de tecnologia da informação, café e joias. A H.Stern, por exemplo, tem filiais espalhadas por todo o território israelense. Entre os empreendimentos de médio porte, pode-se mencionar a Civcom, empresa local de capital brasileiro dedicada à fabricação de sistemas de fibras óticas, e a Consist, especializada na elaboração de software.
- Em contraste, mais de 180 empresas israelenses, muitas delas startups, atuam, direta ou indiretamente, no Brasil.
- Em momento de retomada do setor de turismo no mundo, sobretudo após a pandemia de covid-19, foram oportunas as participações do Brasil, de forma inédita em 2022 e 2023, na IMTM (Feira Internacional de Turismo do Mediterrâneo), sobretudo pelo grande potencial a ser explorado de Israel como emissor de turistas ao Brasil.

III – Cooperação Técnica

- A cooperação técnica Brasil-Israel orienta-se pelo "Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel", celebrado em 12 de março de 1962, e pelo "Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Promoção de Ações Conjuntas em Benefício de Terceiros Países", assinado em 11 de novembro de 2009.
- No tocante à cooperação humanitária, os avanços têm sido concretos. Nos últimos anos, o governo brasileiro recebeu apoio humanitário, do governo israelense, com destaque para a doação israelense, em 2022, de 2 toneladas de seringas e agulhas, equipamentos de proteção individual - EPIs (máscaras, luvas, batas e protetores faciais), 2 ventiladores pulmonares compactos e 2 oxímetros de pulso para apoio ao enfrentamento à COVID-19 no País, e também, em atenção a pedido específico do Ministério da Saúde, 55 mil unidades do antibiótico cloridrato de doxiciclina, no contexto de risco de desabastecimento no SUS.

IV- Cooperação em outras áreas

- Em março de 2022, a embaixada colaborou com a Universidade de Tel Aviv para a realização de semana de eventos dedicados ao Brasil.
- O número de pesquisadores, professores e estudantes brasileiros nas melhores universidades israelenses passou de um total conhecido de 4, em 2020, para 308, em 2023.
- A Embaixada organizou, nos últimos anos, visitas técnicas de delegações brasileiras da área educacional a Israel, a exemplo da visita do reitor da Universidade Federal de Itajubá, professor doutor Edson Bortoni, em maio de 2022; do reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, professor doutor Anderson Correia, em junho de 2022; da secretária de Modalidades Especializadas de Educação do MEC, Sra. Karine Silva dos Santos, em setembro de 2022; do reitor da Universidade Federal do Ceará, prof. Candido Albuquerque, em outubro de 2022; da subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade do estado do Rio de Janeiro, Sra. Ana Asti, em novembro de 2022; e da reitora da Universidade Federal Rural do Semiárido, prof. Ludmilla Oliveira, em janeiro de 2023.
- Em 2022, foi ratificado por ambos os países o Acordo entre Brasil e Israel sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa, assinado em Jerusalém, em 2019. Outro documento também aprovado pelo Congresso Nacional foi o Acordo entre Brasil e Israel sobre Proteção de Informação Classificada e Materiais, assinado em Tel Aviv, em 2010.
- No que tange à representatividade brasileira no meio acadêmico militar israelense, teve relevância a participação de oficial superior do Exército Brasileiro em seletivo grupo de estrangeiros, no Curso do "Israel National Defense College", escola de mais alto nível das Forças de Defesa de Israel.
- Na área espacial, merece destaque a cooperação, celebrada em 2021, com direta intermediação da Embaixada do Brasil em Tel Aviv, entre o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) brasileiro e o Instituto Technion de Tecnologia, de Israel, ambos referenciais de excelência. A parceria celebrada também envolve as Agências Espaciais de ambos os países. As pesquisas e atividades conjuntas são nas áreas de constelação de satélites e outras pesquisas espaciais.
- Outras missões a Israel de autoridades brasileiras com foco na agenda de CT&I nos últimos anos foram a governador de Rondônia, Marcos Rocha, em novembro de 2022, e a do prefeito da cidade catarinense de Tubarão, Joares Ponticelli, em março de 2022.

- Foram firmados, desde 2020, os seguintes instrumentos de cooperação bilateral nos campos técnico e de inovação entre Brasil e Israel: em fevereiro de 2021, memorando de entendimento entre o ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Carasso Science Park, com foco na educação científica; e, em setembro de 2021, memorando de entendimento entre a ANVISA e sua contraparte local, o Departamento de Projetos Nacionais em Tecnologias Médicas e Parcerias Regulatórias Internacionais do Ministério da Saúde. Entrou, ainda, em vigor, em novembro de 2022, o Acordo Brasil-Israel para Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em 2019.
- Em 2021 e 2022, a embaixada buscou associar-se a eventos que relacionam o Brasil aos esportes pelos quais é conhecido. Esses eventos incluíram: i) o "Reis do Drible", voltado à exibição do futsal, em abril de 2022, com a participação de jogadores como Ronaldinho Gaúcho, Falcão e Natalia Guitler; ii) campeonato israelense de futevôlei; e iii) eventos de promoção da capoeira.

V – Temas culturais

- O Instituto Guimarães Rosa (IGR), antigo Centro Cultural do Brasil, da Embaixada do Brasil em Tel Aviv, manteve nos últimos anos rica agenda de eventos culturais - que somaram 67 desde 2020 - que atraíram considerável público israelense e brasileiro.
- Em relação aos cursos de português ministrados no âmbito do IGR, manteve-se a média de 90 alunos por ano.
- De forma a conferir a devida importância à celebração do Bicentenário da Independência, a Embaixada do Brasil em Tel Aviv realizou, ao longo de 2022, diversos eventos de caráter cultural. Em parceria com a Apex-Brasil, foi realizada, de 4 a 9 de setembro, a Casa Brasil em Israel. A iniciativa foi acompanhada de robusta agenda de atividades culturais.
- Além da agenda cultural, a Casa Brasil organizou, em 8 de setembro, o Concerto de Celebração do Bicentenário da Independência com a Orquestra Sinfônica de Jerusalém, na melhor sala de concertos do país.
- Ainda no contexto da celebração do Bicentenário da Independência, realizou-se, em dezembro de 2022, na Universidade Hebraica de Jerusalém, exposição de fotos, reproduzidas a partir do acervo permanente do arquivo da Biblioteca Nacional, sobre a viagem de D. Pedro II à Terra Santa, em 1876.
- Em 2021 e 2022, realizaram-se atividades específicas para a comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa. A embaixada realizou, por exemplo, em conjunto com a embaixada de Portugal, evento que combinou a comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa com as celebrações do bicentenário da Independência do Brasil. A programação do evento, realizado na sala de concerto Studio Annette, em Tel Aviv, compreendeu a declamação de poemas em português por artista brasileiro e apresentação musical da guitarrista portuguesa.

VI – Temas consulares

- Segundo o Central Bureau of Statistics de Israel, havia, em 2021, 13.574 brasileiros residentes em Israel, dos quais 12.556 emigrantes e 1.018 nascidos em solo israelense. Este número chega a, aproximadamente, 14.500 atualmente. Além dos brasileiros binacionais residentes, estima-se em cerca de 88.000 o fluxo regular anual de turistas, com a maioria deles praticando o turismo religioso. Os serviços consulares são regularmente oferecidos a todos esses cidadãos pela embaixada em Tel Aviv.

- Ao longo de 2021, após o cumprimento de penas por tráfico de drogas, os três últimos brasileiros encarcerados na jurisdição do posto foram deportados para o Brasil. Atualmente, não há registro de brasileiros cumprindo pena em regime fechado em Israel.
- Foram conduzidos dois turnos de votação no contexto das eleições presidenciais de 2022. A jurisdição do posto contou com número recorde de eleitores aptos a votar (2.859).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Firmar-se como o principal ator governamental brasileiro na promoção de relações políticas equilibradas e respeitadas com o Estado de Israel, no incentivo à cooperação bilateral, ao comércio, investimento e turismo, no fomento ao intercâmbio cultural, e na defesa da paz, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar o Brasil e defender os interesses do País e de seus nacionais no âmbito das relações bilaterais com Israel, bem como prestar serviços consulares de qualidade a cidadãos brasileiros e estrangeiros nesse país.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover produtos e serviços brasileiros em Israel e atrair investimentos e turistas israelenses para o Brasil.
2. Aprofundar e expandir as relações políticas com os mais diversos atores relevantes para o relacionamento bilateral Brasil-Israel.
3. Promover a imagem, o idioma e a cultura do Brasil, com vistas a fortalecer os vínculos entre as sociedades brasileira e israelense.
4. Adensar a cooperação e o intercâmbio em educação, agricultura de ponta, saúde, gestão de recursos hídricos, defesa, ciência, tecnologia e inovação.
5. Prover serviços consulares de qualidade a cidadãos brasileiros e estrangeiros que os necessitem. Aprimorar os processos de gestão administrativa e de capacitação de recursos humanos.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - promoção de comércio e investimentos;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Fomentar o incremento das exportações do Brasil, mediante: i) atuação nas câmaras de comércio bilaterais e federações de indústrias; ii) organização de “webinars” temáticos; iii) participação em feiras e exposições; iv) capacitação de potenciais exportadores; v) montagem de rodadas de negócios; vi) difusão da Marca Brasil; e vii) promoção do “Projeto Comprador”, para trazer empresários israelenses ao Brasil.
- Ampliar a diversificação da pauta exportadora brasileira para Israel, com prioridade para os produtos com maior valor agregado, tais como: calçados; papel e cartão; aeronaves e suas partes; geradores elétricos; móveis e cosméticos.
- Aumentar e diversificar a presença do agronegócio brasileiro em Israel, com enfoque na consolidação da carne bovina e na abertura de mercado para o frango brasileiro, assim como no aumento das vendas de milho, soja e café não torrado, entre outros produtos, inclusive por meio da capacitação de potenciais exportadores brasileiros para a obtenção da “Certificação Kosher”, pré-requisito para a venda da maior parte dos alimentos para Israel.
- Atuar junto ao governo israelense para a habilitação de empresas brasileiras à exportação para Israel, por intermédio de gestões regulares com interlocutores relevantes.
- Atualizar o guia “Como exportar para Israel”, elaborado pela embaixada.
- Ampliar os benefícios advindos da entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Mercosul e Israel, por meio das negociações em curso para estender a lista de desgravação tarifária para produtos de interesse brasileiro.
- Monitorar e atuar para desconstruir narrativas equivocadas a respeito do agronegócio brasileiro.
- Estreitar, em coordenação com órgãos públicos brasileiros relevantes, as relações com atores privados no setor de fertilizantes, com vistas à promoção de investimentos no Brasil nesse setor.
- Incentivar e apoiar empresas israelenses do setor de alta tecnologia para que ampliem seus negócios e investimentos no Brasil, a exemplo das cerca de 180 empresas israelenses presentes no Brasil, com destaque para os setores de “agritech” (agricultura), “bluetech”, “meditech” (saúde), “bluetech (gestão de recursos hídricos), “cybertech”, biotecnologia, telecomunicações e defesa.
- Estabelecer parcerias entre a FIOCRUZ e institutos israelenses de pesquisa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos ou ações previstas no primeiro item da Meta (i).
- Valor, em USD, da corrente comercial bilateral.
- Quantidade de novos itens incluídas na pauta exportadora brasileira para Israel.
- Valor das exportações de carne bovina do Brasil para Israel.
- Valor das exportações de carne de frango brasileiro no mercado israelense.
- Aumento percentual do número de empresas do Brasil com presença em Israel.

- Distribuição de versão atualizada do guia “Como exportar para Israel”.
- Aumento percentual do número de produtos brasileiros que gozam de isenção tarifária no comércio com Israel, ao abrigo do ALC MERCOSUL – Israel.
- Difusão de notas e subsídios que corrijam narrativas equivocadas, eventualmente divulgadas sobre o agronegócio brasileiro ou outros setores produtivos do País.
- Incremento de investimentos israelenses no setor de fertilizantes no Brasil, com vistas a reduzir a dependência externa do produto.
- Ampliação dos investimentos e da presença de empresas israelenses, em especial do setor de alta tecnologia, no Brasil.
- Aumento percentual dos investimentos israelenses no setor de fertilizantes no Brasil, com vistas a reduzir a dependência externa do produto.
- Aumento percentual dos investimentos e da presença de empresas israelenses, em especial do setor de alta tecnologia, no Brasil.

II - relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Impulsionar a entrada em vigor dos instrumentos bilaterais de cooperação celebrados, mas pendentes de ratificação.
- Intensificar a diplomacia parlamentar, com vistas à troca de experiências e melhores práticas entre o Congresso Nacional e o Parlamento Israelense (Knesset).
- Defender as posições brasileiras em apoio à resolução pacífica de controvérsias entre Israel e outros atores da região.
- Promover o fortalecimento das relações de amizade com Israel, amparadas em vínculos históricos, humanos, comerciais, de cooperação e intercâmbio em diversas áreas e no respeito ao Direito Internacional.
- Apoiar plataformas para a promoção de contatos entre israelenses e palestinos, com vistas a estimular ações conducentes à paz e ao entendimento mútuos.
- Ampliar o diálogo com órgãos de governo, partidos políticos, movimentos sociais, ONG e demais atores relevantes na política israelense.
- Manter permanente contato com as representações diplomáticas do Brasil no entorno de Israel, com a Missão do Brasil junto às Nações Unidas e a Delegação do Brasil em Genebra.
- Fortalecer a coordenação de ações com as representações diplomáticas dos principais parceiros do Brasil em Israel, especialmente com os demais membros do MERCOSUL, UNASUL, CELAC, IBAS e BRICS.
- Informar, avaliar e contribuir para a formação da posição brasileira acerca dos acontecimentos relevantes para a política doméstica e regional de Israel.
- Manter contato frequente com missões e órgãos internacionais relevantes, inclusive a UNTSO (*United Nations Truce Supervision Organization*), as missões de paz UNDOF (*United Nations Disengagement Forces*) e UNIFIL (*United Nations Interim Force in Lebanon*), e a UNRWA (*United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*).
- Intensificar o contato com associações judaicas com sede no Brasil.

- Difundir e informar atores israelenses sobre os principais eixos da política externa brasileira, especialmente no que concerne a defesa da paz, da solução pacífica de controvérsias, da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

i) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de acordos bilaterais pendentes de ratificação aprovados pelo Knesset.
- Número de visitas e contatos bilaterais entre os parlamentos dos dois países.
- Participação em eventos que promovam contatos entre israelenses e palestinos.
- Número de encontros ou eventos realizados com representações diplomáticas do Brasil na região e/ou missões diplomáticas de outros países em Israel.
- Encontros ou eventos realizados com órgãos de governo, partidos políticos, movimentos sociais, ONG e demais atores relevantes na política interna israelense.
- Encontros ou eventos realizados com organismos internacionais relevantes sediados em Israel ou em seu entorno imediato.
- Encontros ou eventos realizados com associações judaicas sediadas no Brasil.
- Eventos para difusão da política externa brasileira, especialmente no que concerne a defesa da paz, da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Buscar apoio a candidaturas e a temas de interesse brasileiro em foros internacionais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de apoio a postulações brasileiras - candidaturas e temas de interesse - efetivado por Israel.

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Identificar e manter contato com produtores de cultura brasileira residentes em Israel.
- Planejar e executar eventos que promovam a cultura brasileira em Israel em suas mais diversas formas e expressões.
- Estimular a ampliação das turmas e de alunos dos cursos regulares de português do IGR e ampliar suas atividades de divulgação cultural.
- Promover eventos nas principais universidades israelenses acerca de temas relacionados à realidade brasileira e a sua cultura.
- Manter o Leitorado de português na Universidade Hebraica de Jerusalém (HUJI).
- Implementar projeto de diplomacia pública e mídias sociais, por meio da criação de plano de valorização da imagem do Brasil e uniformização de mensagens e postagens, em harmonia com as ações empreendidas nas áreas de promoção cultural, comercial e de turismo e de cooperação em C,T&I. Ampliar e fortalecer o vínculo de cidadãos israelenses com a cultura brasileira, fazendo deles agentes multiplicadores das expressões culturais do Brasil.

- Intensificar ações de promoção do Brasil como destino turístico preferencial, fomentando campanhas junto às agências especializadas locais, obtendo insumos publicitários na Embratur e órgãos estaduais de turismo, mantendo a participação, na IMTM (Feira Internacional de Turismo do Mediterrâneo) e reiterando contatos com vistas à retomada do voo direto entre os dois países, descontinuado em 2020.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Mapeamento de promotores de cultura brasileira em Israel.
- Número de participantes nos eventos culturais promovidos pela embaixada.
- Menções favoráveis a eventos e projetos culturais, promovidos pela embaixada, nas mídias sociais e veículos de imprensa locais.
- Número de alunos dos cursos oferecidos pelo IGR.
- Eventos de promoção de esportes e atividades vinculadas à imagem do Brasil, especialmente relacionados a jiu-jitsu brasileiro, futevôlei e capoeira,
- Elevação do número de alunos do leitorado de português na HUJI.
- Número de seguidores e do engajamento nos perfis de mídia social da embaixada e do IGR.
- Retomada dos voos diretos entre os dois países.

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Promover iniciativas de cooperação em gestão de águas, combate à desertificação e monitoramento da mudança do clima.
- Aumentar o intercâmbio de práticas de reciclagem, reuso de água e saneamento básico.
- Divulgar os principais pontos da política externa brasileira para a mudança do clima e desenvolvimento sustentável, de forma a explorar possíveis parcerias no âmbito bilateral.
- Promover tecnologias, serviços e produtos brasileiros relacionados ao uso de fontes de energia renovável, inclusive biocombustíveis.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de missões técnicas e parcerias bilaterais entre organizações públicas e/ou privadas nas áreas de gestão de águas, combate à desertificação e prevenção e monitoramento dos efeitos da mudança do clima.
- Contatos entre organizações públicas e/ou privadas de ambos os países nas áreas de reciclagem, reuso de água e saneamento básico.
- Encontros ou eventos realizados em Israel para tratar da agenda multilateral sobre a mudança do clima e desenvolvimento sustentável.
- Encontros ou eventos realizados para promoção de tecnologias, serviços e produtos brasileiros relacionados ao uso de fontes de energia renovável, idealmente com a identificação e participação de parceiros locais.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Atualizar o mapeamento e os contatos com as principais instituições de ensino superior e demais atores relevantes para a pesquisa científica e tecnológica e inovação em Israel, com destaque para a manutenção de vínculos com a comunidade acadêmica brasileira no país e estímulo à celebração de parcerias com instituições brasileiras, em particular, a FIOCRUZ.
- Acompanhar avanços, descobertas e desenvolvimento de tecnologias de ponta em Israel e manter a Secretaria de Estado e demais órgãos relevantes no Brasil informados a esse respeito.
- Atualização do mapeamento dos principais atores relevantes para os setores de alta tecnologia de Israel.
- Atualizar o mapeamento do ecossistema de inteligência artificial (IA) de Israel, no âmbito do Programa de Diplomacia da Inovação (PDI).
- Estimular parcerias entre as agências espaciais de ambos os países e entre o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Technion de Tecnologia, em especial, na área de satélites.
- Promover intercâmbios e cooperação bilaterais nas áreas de governança e segurança cibernética.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de pesquisas conjuntas e do intercâmbio de profissionais da área de C,T&I.
- Relatos de anúncios, em Israel, sobre descobertas ou desenvolvimento de tecnologias de potencial interesse de órgãos brasileiros.
- Número de missões brasileiras realizadas a Israel nas áreas de ciência, tecnologia, inovação e defesa.
- Consolidação de parcerias na área de tecnologia espacial e cibernética.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Prospectar, em coordenação com organizações brasileiras, oportunidades para incrementar o intercâmbio de pesquisadores, docentes e discentes do Brasil e Israel em áreas de interesse.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Atualização do banco de dados sobre as instituições de ensino superior em Israel, incluindo informações sobre seus melhores cursos, pesquisas de interesse e status de intercâmbio com instituições brasileiras.
- Incremento do número de pesquisadores, docentes e discentes em IES de ambos os países.

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Intensificar a cooperação e o intercâmbio de conhecimento nas áreas de defesa e segurança pública, com especial atenção à promoção e defesa dos direitos humanos, da democracia, da manutenção da ordem pública e da proteção de civis.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Organizar, em conjunto com as entidades interessadas, desde a preparação no Brasil, visitas técnicas de delegações brasileiras voltadas para o estabelecimento de parcerias com entes correlatos de Israel, de

forma a ambientar as comitivas, identificar os nichos com maior potencial de cooperação e assegurar maior objetividade e eficácia de resultados.

IX - cooperação na área de fronteira, quando for o caso;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Não se aplica

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Não se aplica

X - apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Atualizar contatos com atores relevantes para o setor consular, incluindo autoridades e órgãos brasileiros e israelenses de interesse.
- Atualizar o cadastramento dos brasileiros residentes em Israel.
- Rever o Plano de Emergências.
- Consolidar a implantação do sistema e-consular.
- Buscar contínuo aumento da produtividade do setor consular.
- Manter permanente contato com o Escritório de Representação do Brasil em Ramala e com autoridades israelenses, a fim de antecipar-se às demandas consulares de brasileiros residentes na Palestina, que necessitem ingressar em espaço sob jurisdição israelense.
- Aprimorar a relação com o Conselho de Cidadãos brasileiros em Israel.
- Intensificar o vínculo com cidadãos brasileiros nascidos em Israel.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Atualização de contatos com atores relevantes.
- Atualização do cadastro de brasileiros.
- Revisão do Plano de Emergência.
- Implementação integral do sistema e-consular.
- Resultado superior a 4, em escala de 0 a 5, na média das avaliações de consulentes sobre a qualidade dos serviços prestados pelo setor consular.
- Realização de reuniões e contatos com o Escritório de Representação em Ramala e com autoridades israelenses relevantes para a prestação de serviços consulares a cidadãos brasileiros residentes na Palestina.
- Implementação de iniciativas que resultem da interação com o Conselho de Cidadãos.
- Número de eventos voltados para jovens brasileiros nascidos em Israel, inclusive na promoção do português como língua de herança.

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 17, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.*

Relator: Senador **FERNANDO DUEIRE**

Chega ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 30 de maio de 1952, no Rio de Janeiro/RJ, o diplomata é filho de Henrique Santos Duque Estrada Meyer e Regina Salomão Duque Estrada Meyer.

O diplomata frequentou a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas, onde concluiu o curso em 1976. No Instituto Rio Branco, em 1977, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e, em 1999, o Curso de Altos Estudos, ocasião em que defendeu a tese intitulada “Brasil-Cuba: Perspectivas para o fortalecimento das relações bilaterais”.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1978. Em 1980, foi promovido a Segundo-Secretário. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 2000; e a Ministro de Primeira Classe em 2009.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário na Embaixada em Moscou (1985-89); Primeiro-Secretário na Delegação Permanente em Genebra (1989-92); Primeiro-Secretário e Conselheiro, comissionado, na Embaixada em Georgetown (1993-94); Assistente na Secretaria de Informações do Gabinete do Ministro de Estado (1994-95); Conselheiro na Embaixada em Havana (1995-98); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (1998-2003); Ministro-Conselheiro na Missão do Brasil junto às Nações Unidas (2003-06); Embaixador em Astana, (2006-11); Embaixador em Rabat (2011-15); Assessor Especial no Gabinete do Ministro de Estado (2015-16); Representante Permanente Alternativo na Missão do Brasil junto às Nações Unidas (2017-19); Cônsul-Geral do Brasil em Cantão, desde 2019.

O diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações, a saber: em 1984 com a Ordem Isabel, a Católica, no grau de Cavaleiro; em 2002, com a Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador; em 2010, com a Medalha comemorativa do 55º aniversário do Cosmodromo Baykhonour; em 2013, com a Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, no grau de Grande Oficial; e, em 2017, com a Ordem do Rio Branco, no grau de Grã-Cruz.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre o Estado de Israel. Nele constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Cuida-se de república parlamentarista, com parlamento unicameral.

No âmbito de sua política interna, nas três primeiras décadas de existência do país, houve hegemonia de agremiações de esquerda no governo. No entanto, de 2009 a 2021, as sucessivas reeleições de Benjamin Netanyahu levaram as forças de direita para posição de destaque no cenário político. Somente em 2021, o ciclo de reeleições de Netanyahu foi interrompido. Porém, retornou ao poder em 2022. Anunciou que a primeira das diretrizes a reger seu novo governo é a de que “o povo judeu tem direito exclusivo e inquestionável sobre todas as áreas da Terra de Israel, e o governo promoverá assentamentos em todas as partes da Terra de Israel: na Galileia, no Negev, no Golã e na Judeia e Samaria [Cisjordânia]”.

Desde a década de 1970, o país desenvolveu avançadas indústrias militares, de engenharia, de biotecnologia e de softwares e, a partir da década de 1980, foi adotado plano de controle da inflação. Na década que se seguiu, foram tomadas medidas de corte de gastos públicos, com privatizações nas áreas de energia, telecomunicações, correios, bancos, indústria bélica e de transportes. Houve, ainda, a liberalização do comércio exterior. Atualmente dois terços do Produto Interno Bruto de Israel provém do setor de serviços e das indústrias de alta tecnologia.

Na relação bilateral com o Brasil, é sempre lembrada a atuação decisiva do diplomata brasileiro Oswaldo Aranha durante a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que aprovou o plano de partilha da Palestina, em 1947, levando à criação do Estado de Israel no ano seguinte.

Ademais, o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a reconhecer o Estado de Israel. Nossa legação diplomática em Tel Aviv foi estabelecida em 1951. No mesmo ano, foi inaugurada a embaixada israelense no Rio de Janeiro. As relações bilaterais caracterizam-se pela amizade, cordialidade e pela busca de construção de uma agenda bilateral positiva.

A comunidade judaica brasileira é a décima maior do mundo e a segunda mais importante da América Latina, contando com aproximadamente 120 mil judeus.

Nos anos recentes, os dois países firmaram acordos nos setores de defesa; ciência, tecnologia e inovação; segurança pública; serviços aéreos; além da troca de visitas presidenciais e da inauguração de escritório da

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) em Jerusalém.

O marco legal da cooperação técnica bilateral é o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em 12 de março de 1962, bem como o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Promoção de Ações Conjuntas em Benefício de Terceiros Países, assinado em 11 de novembro de 2009.

Assim, recentemente, o Brasil se valeu de apoio do campo humanitário por ocasião do rompimento da barragem de Brumadinho em Minas Gerais e no fornecimento de materiais e equipamentos de saúde usados durante a pandemia da COVID-19.

No campo da defesa, o Acordo entre Brasil e Israel sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa, assinado em 2019, entrou em vigor em 2022. Há potencial para desenvolvimento conjunto de produtos de defesa e de soluções para monitoramento de fronteiras, com perspectiva, inclusive, de coprodução industrial, com intercâmbio de informações sensíveis e transferência de tecnologia.

O comércio bilateral é tradicionalmente deficitário para o Brasil. Na última década, Israel esteve entre os seis principais parceiros comerciais brasileiros no Oriente Médio.

No ano passado, a corrente de comércio foi de US\$ 4 bilhões e o Brasil teve déficit de US\$ 200 milhões. Exportamos US\$ 1,88 bilhão e importamos US\$ 2,1 bilhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram: óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (57% do total; +699% em relação ao mesmo período em 2021), carne bovina (13% do total; + 31,4 % em relação ao mesmo período em 2021), milho não moído (9,2% do total; + 720% em relação ao mesmo período em 2021) e soja (7,4% do total; + 69% em relação ao mesmo período em 2021). Já os principais produtos israelenses importados pelo Brasil foram: adubos e fertilizantes (54% do total; +188% em relação ao mesmo período em 2021) e defensivos agrícolas (14% do total; + 76,6% em relação ao mesmo período em 2021).

Por fim, vale o registro de que o Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o MERCOSUL e o Estado de Israel, assinado em 18 de

dezembro de 2007, entrou em vigor no Brasil em 3 de abril de 2010. Buscase, contudo, a expansão da cobertura do acordo.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

6

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA

CPF.: 239.752.021-49

ID.: 8901 MRE

1958 Filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota, nasce em 22 de março, em Genebra, Suíça (brasileiro, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1984 Curso de Preparação à Carreira Diplomática – IRBr
 1993 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas -IRBr
 2006 Curso de Altos Estudos - IRBr, Tese: “Os Desafios da Diplomacia Científico-Tecnológica Brasileira em um Mundo em Transformação”

Cargos:

1985 Terceiro-secretário
 1990 Segundo-secretário
 1997 Primeiro-secretário, por merecimento
 2003 Conselheiro, por merecimento
 2007 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2011 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1986-87 Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente
 1987-90 Divisão de Política Comercial, assistente
 1990-94 Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Washington, segundo-secretário
 1994-97 Delegação do Brasil junto à ALADI, Montevideu, segundo-secretário
 1997-00 Embaixada em Wellington, primeiro-secretário e conselheiro comissionado
 2000-03 Divisão de Ciência e Tecnologia, chefe substituto
 2003-04 Ministério da Ciência e Tecnologia, Assessoria de Assuntos Internacionais, chefe
 2005-08 Delegação Permanente em Genebra, conselheiro e ministro-conselheiro
 2008-10 Missão Junto às Nações Unidas, Nova York, ministro-conselheiro
 2010-13 Presidência da República, assessor especial para assuntos internacionais
 2013-15 Missão Junto às Nações Unidas, Nova York, representante permanente altermo
 2015-18 Delegação Permanente em Genebra, delegado permanente altermo
 2018-19 Representação junto à Conferência do Desarmamento em Genebra, representante especial
 2019-21 Consulado-geral em Mumbai, cônsul-geral
 2021- Consulado-geral em Tóquio, cônsul-geral

Publicações:

Publicações:

2011 TRIPs in DDA – Personal Perspective of a Developing Country Negotiator, em Reflections from the Frontline: developing country negotiators in the WTO, Academic Foundation, CUTS International.
 2012 Novo Mundo, Velha Ordem: e o Brasil com isso?, em Revista Interesse Nacional, Edição 17.
 2013 Responsabilidade de Moderar, em Revista Política Externa, Volume 21 nº 4.

Condecorações:

2010	Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
2014	Medalha do Mérito Tamandaré
2017	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2018	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2018	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2023

(n° 121/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra, Confederação Suíça.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 121

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra, Confederação Suíça.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00044/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de delegado permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o organismo internacional e curriculum vitae de **GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 145/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra, Confederação Suíça.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101396** e o código CRC **13F01762** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002896/2023-56

SUPER nº 4101396

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

Criado por [luciana.cipriani](#), versão 2 por [luciana.cipriani](#) em 04/04/2023 14:22:52.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL
JUNTO À OMC E OUTRAS ORGANIZAÇÕES
ECONÔMICAS EM GENEBRA**

Maço Básico

**OSTENSIVO
Março de 2023**

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC



1. DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	Organização Mundial do Comércio - OMC
Membros	164
Ano da fundação	1995
Ano da adesão do Brasil	1995 (Membro fundador)
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Conferência Ministerial Conselho Geral Secretariado
Principais Chefias	Diretor-Geral: Ngozi Okonjo-Iweala, (Nigéria) desde 01/03/2021. Vice-diretores gerais: Angela Ellard (EUA), Anabel González (Costa Rica), Jean-Marie Paugam (França) Xiangchen Zhang (China).

2. *PERFIS BIOGRÁFICOS*

Diretora-Geral da OMC Ngozi Okonjo-Iweala



Nascida em 1954, na Nigéria, a Dra. Ngozi Okonjo-Iweala assumiu o cargo de Diretora-Geral da OMC em 01/03/2021. Formada em economia pela Universidade de Harvard (*magna cum laude*), com PhD em economia regional e desenvolvimento pelo MIT. Foi anteriormente Presidente do Conselho da Gavi, a Vaccine Alliance. Também já participou dos Conselhos do Standard Chartered PLC e Twitter Inc. Foi nomeada como Enviada Especial da União Africana (UA) para mobilizar apoio financeiro internacional para a luta contra o COVID-19 e Enviada Especial da OMS para Acesso ao Acelerador de Ferramentas COVID-19.

Foi, em duas ocasiões, Ministra das Finanças da Nigéria (2003-2006 e 2011-2015) e Ministra das Relações Exteriores em breve mandato em 2006, tendo sido a primeira mulher nigeriana a ocupar esses dois cargos.

Trabalhou por 25 anos no Banco Mundial como economista de desenvolvimento, chegando à posição de Diretora de Operações.

3. INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico e atribuições

As origens da Organização Mundial do Comércio (OMC) remontam ao final da Segunda Guerra Mundial e aos esforços dos aliados em reconstruir a economia mundial. O impasse na ratificação da Carta de Havana, documento que delimitava os objetivos e funções de uma das instituições de Bretton Woods voltada ao comércio internacional, levou à negociação de um Acordo Provisório (GATT), em 1947, que adotava o resultado das negociações relativas a tarifas e regras sobre o comércio. O Brasil é um dos 23 países fundadores do GATT.

A partir de então, as regras do sistema de comércio internacional, antes consubstanciadas em tratados bilaterais, foram aprofundadas através de rodadas de negociações multilaterais, tendo como base os princípios basilares de “nação mais favorecida” (os benefícios conferidos a um país são automaticamente conferidos aos demais signatários do GATT) e de “tratamento nacional” (conferir ao produto importado o mesmo tratamento usufruído pelo produto nacional, uma vez pagas as tarifas de importação).

Inicialmente voltadas à diminuição dos direitos aduaneiros, as seis primeiras rodadas foram pautadas em negociações sobre concessões tarifárias recíprocas que culminaram em uma bem-sucedida queda da média tarifária aplicada.

A sétima rodada, denominada Rodada Tóquio, voltou-se a negociações de regras sobre barreiras não tarifárias, as quais passaram a ser adotadas por diversos países como nova forma de protecionismo à produção nacional. A Rodada culminou em nove acordos (válidos apenas entre as partes que os assinavam): Barreiras Técnicas; Subsídios; Antidumping; Valoração Aduaneira; Licenciamento de Importação; Compras Governamentais; Comércio de Aeronaves; Acordo sobre Carne Bovina e Acordo sobre Produtos Lácteos. Os dois últimos foram encerrados com o início das atividades da OMC.

A oitava rodada, a Rodada Uruguai, foi a mais ambiciosa e complexa das negociações estabelecidas no âmbito do GATT. Além da diminuição tarifária, entre os seus objetivos a integração às regras do GATT de setores antes excluídos, como agricultura e têxteis, além da aplicação daquelas regras a novos setores como serviços, medidas de investimentos e de propriedade intelectual.

O principal resultado da Rodada Uruguai foi o estabelecimento da OMC como fórum para a negociação de acordos multilaterais de liberalização e regulamentação do comércio internacional. A OMC, como organização internacional, possui estrutura legal e institucional para a

implementação e monitoramento desses acordos internacionais, assim como para a solução de conflitos oriundos de sua aplicação e interpretação. Atualmente existem 17 (dezessete) acordos multilaterais em vigor sob a égide da OMC (dos quais todos os Estados Membros da OMC são partes signatárias) e 2 (dois) acordos “plurilaterais”, dos quais apenas alguns dos Estados Membros são partes signatárias.

A Rodada Doha, lançada em 2001, não chegou a ser concluída, tendo os Membros buscado avanços em novas regras e entendimentos durante as conferências ministeriais. Houve avanços significativos nas conferências de Bali, em 2013 (Acordo de Facilitação de Comércio) e Nairóbi, em 2015 (proibição de subsídios à exportação de produtos agrícolas). Em 2017, durante a conferência de Buenos Aires, não se lograram avanços negociadores, tendo ocorrido, de outra parte, o início das negociações de diversas iniciativas plurilaterais. Em junho de 2022, a conferência ministerial realizada em Genebra, logrou alcançar resultados em áreas como subsídios à pesca, em que pese a falta de avanços esperados pelo Brasil em temas como agricultura.

Durante os últimos 60 anos, a OMC, estabelecida em 1995, e o seu predecessor, o GATT, contribuíram para a criação de um sistema de comércio internacional forte e próspero e, conseqüentemente, para um crescimento econômico global sem precedentes. Atualmente a OMC conta com 164 Estados Membros. Suas atribuições incluem: (i) negociar regras para o comércio internacional de bens, serviços, propriedade intelectual e outras matérias que os Membros venham a acordar; (ii) zelar pela adequada implementação dos compromissos assumidos; (iii) servir de espaço à negociação de novas disciplinas; e (iv) resolver controvérsias entre os Membros. As atividades conduzidas pela OMC contam com o suporte de seu Secretariado sob a condução da Diretora-Geral. As três línguas oficiais na OMC são o inglês, o francês e o espanhol.

Estrutura

Conferência Ministerial

O órgão máximo da OMC é a Conferência Ministerial, que deve reunir-se, no mínimo, a cada dois anos. Entre essas reuniões, as funções da Conferência Ministerial são exercidas pelo Conselho Geral, que, sob distintos termos de referência, funciona também como Órgão de Revisão de Políticas Comerciais e Órgão de Solução de Controvérsias.

Conselho Geral

Ao Conselho Geral reportam-se diretamente o Conselho de Bens, o Conselho de Serviços e o Conselho de Propriedade Intelectual, além de comitês temáticos voltados a questões como Comércio e Desenvolvimento, Comércio e Meio Ambiente, Acordos Regionais e Orçamento. Paralelamente aos Conselhos e também subordinado ao Conselho Geral, há o Comitê de Negociações Comerciais (TNC), encarregado de supervisionar as negociações de novos acordos e compromissos. No âmbito do TNC estão as Sessões Especiais do Conselho de Serviços, do Conselho de Propriedade Intelectual, do Órgão de Solução de Controvérsias, do Comitê de Agricultura, do Subcomitê sobre Algodão, do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento e do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente, assim como os Grupos de Negociação sobre Acesso a Mercados, Regras e Facilitação de Comércio. Atualmente, o Conselho Geral é presidido pelo Embaixador Didier Chambovey, Representante Permanente da Suíça.

Conselho de Bens

O Conselho de Comércio de Bens da OMC visa a monitorar a implementação de compromissos comerciais pelos diversos membros. Entre suas instâncias subsidiárias, destacam-se o Comitê de Acesso a Mercados, o Comitê de Agricultura, o Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio e o Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. O Conselho de bens é presidido atualmente pelo Sr. Etienne Oudot de Dainville (França).

Conselho de Serviços

O Conselho de Comércio de Serviços da OMC se reúne, em média, quatro vezes ao ano, para avaliar o cumprimento e facilitar a operação, pelos Membros, dos compromissos e disciplinas assumidos no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços – GATS, bem como tratar de questões apresentadas em seus quatro órgãos subsidiários (Comitê de Comércio de Serviços Financeiros, Comitê de Compromissos Específicos, Grupo de Trabalho em Regulamentação Doméstica e Grupo de Trabalho sobre Regras do GATS). O Conselho de Serviços é presidido atualmente por Long Kenvichet, do Camboja.

Conselho de TRIPS

É o órgão que trata dos temas relacionados ao Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio ("TRIPS"). Entre as discussões de maior relevância para o Brasil, mencione-se a relação entre o Acordo TRIPS e a saúde pública, assim como entre o

Acordo TRIPS e a Convenção sobre a Diversidade Biológica. O Conselho de TRIPS é presidido atualmente pelo Embaixador Lansana Gberie (Serra Leoa).

Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

O mecanismo de revisão de políticas comerciais da OMC permite o exame periódico do quadro jurídico e das práticas dos Estados Membros em matéria de política comercial. A periodicidade das revisões é definida pela participação de cada membro nos fluxos internacionais de comércio. O exercício toma por base, de um lado, relatório preparado pelo governo do país membro sob exame, na forma de uma declaração política, e, de outro lado, relatório produzido pelo Secretariado, de teor analítico e crítico. A par dos elementos de informação disponíveis, representantes dos demais Membros da OMC dirigem perguntas – seja por escrito, com antecedência de alguns dias, seja oralmente, no momento da reunião – ao Membro examinado, para que este exponha seus pontos de vista sobre os temas levantados. Em novembro de 2022, o Brasil foi objeto do processo de revisão. Houve elevado grau de interesse dos membros da OMC, que enviaram 954 perguntas escritas e realizaram 51 intervenções em plenária, nas quais foi apresentado balanço predominantemente positivo das políticas econômicas e comerciais do Brasil. O Órgão de Revisão de Políticas Comerciais é atualmente presidido pelo Embaixador Ángel Villalobos Rodríguez (México)

Órgão de Solução de Controvérsias

O Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC é um dos pilares mais importantes do sistema multilateral de comércio. Desde o início do seu funcionamento, em 1995, tem desempenhado papel fundamental para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

O Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC representou importante inovação em relação a seu predecessor da época do GATT, ao introduzir (i) o “duplo grau de jurisdição”, com o estabelecimento do Órgão de Apelação (OA); (ii) a regra do “consenso negativo”, a qual estabelece que painéis não serão estabelecidos e relatórios não serão adotados apenas se todos os Membros votarem contra o estabelecimento do painel ou contra a adoção dos relatórios; e ao dotar o sistema de (iii) exequibilidade, i.e. da possibilidade de utilização da “retaliação”, para estimular o cumprimento, por parte do Membro vencido na disputa, das recomendações previstas no relatório.

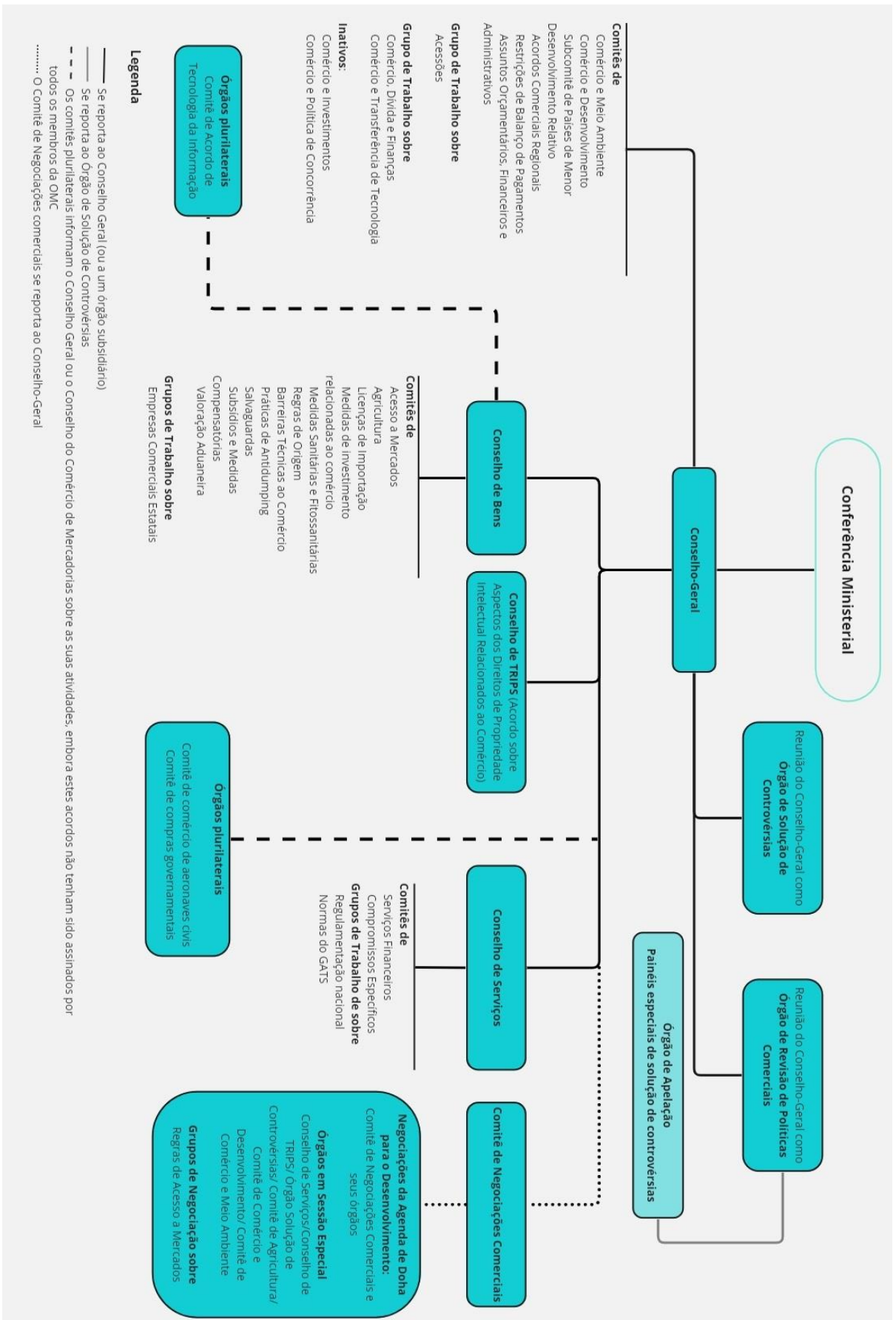
O objetivo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC é reforçar a observância das normas comerciais multilaterais e a adoção de

práticas compatíveis com os acordos negociados. Não há o propósito de punir Membros pela adoção de práticas consideradas inconsistentes com as regras da OMC. O sistema permite, a qualquer momento, a solução do conflito por meio de um acordo entre as partes em contenda.

Caso um relatório de painel ou, havendo recurso, do Órgão de Apelação, aprovado pelo Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), conclua pela inconformidade da prática de um Membro com as regras da OMC, a parte afetada deve modificar aquela prática, de modo a recompor o equilíbrio entre direitos e obrigações, um dos fundamentos do sistema multilateral de comércio. Apenas em caso de recusa por parte do Membro derrotado em recompor tal equilíbrio é que a OMC poderá autorizar retaliações.

Desde 2017, os EUA bloqueiam a seleção de membros do Órgão de Apelação, que não pode mais receber casos, por não contar com o mínimo de três integrantes. Assim, países demandados podem “apelar no vazio” de relatórios do painel, o que na prática implica a suspensão indefinida do contencioso. Indonésia e Índia apelaram, por exemplo, de relatórios com decisões favoráveis ao Brasil em contenciosos que lidavam com restrições sanitárias de frango e subsídios ao açúcar, respectivamente

O Brasil, como um dos Membros que mais atuam em contenciosos na OMC, considera que o mecanismo de solução de controvérsias tem dado resposta satisfatória às necessidades do sistema multilateral de comércio e que, portanto, seu fortalecimento corresponde ao interesse do país. Participa, nesse sentido, de forma construtiva, nas negociações de reforma do sistema, com vistas à resolução do atual impasse. O Órgão de Solução de Controvérsias é hoje presidido por pela Embaixadora Athaliah Lesiba Molokomme, de Botswana.



4. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

O Brasil fez parte do primeiro grupo de vinte e três países signatários do GATT em 1947 e também foi membro fundador da OMC. Sua atuação vem ganhando crescente destaque desde os anos do GATT, tendo muitas vezes levado o país a assumir posições de liderança em diversas frentes negociadoras e em discussões sobre a reforma da OMC. Nesse contexto, o Brasil participa recorrentemente em processos de consulta e negociação conduzidos, em suas fases cruciais, por grupos reduzidos de membros.

A experiência brasileira tem sido reconhecida também pela escolha de seus representantes para o desempenho, ao longo da vigência dos dois organismos, de funções como presidências de grupos negociadores e comitês, a presidência do Conselho de Representantes do GATT e do Conselho Geral da OMC, do Conselho de Serviços, do Comitê de Comércio e Desenvolvimento, do Órgão de Solução de Controvérsias e a própria Direção-Geral da OMC, exercida pelo Embaixador Roberto Azevêdo, entre 2013 e 2020.

Os principais objetivos do Brasil na OMC são: (i) assegurar crescente abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros; (ii) propugnar pelo contínuo aprimoramento das regras do comércio internacional; (iii) fortalecer o sistema multilateral de comércio, inclusive por meio de engajamento e protagonismo nas discussões sobre reforma da OMC; (iv) defender a incorporação de questões de desenvolvimento como dimensão essencial da OMC. O Brasil tem participado ainda de diversas iniciativas plurilaterais, particularmente nos temas de regulamentação doméstica, comércio eletrônico e facilitação de investimentos.

As discussões sobre a reforma da OMC decorrem, em certa medida, dos desafios pelos quais a Organização passa, tendo como pano de fundo disputas geopolíticas, mudanças relevantes na distribuição do poder econômico mundial e transformações significativas nos processos produtivos e tecnológicos e nos fluxos de comércio e investimentos desde o estabelecimento dos acordos que fundamentam a OMC.

Para o Brasil, prevalecem três grandes desafios na OMC com os quais a diplomacia econômica precisará lidar:

- O risco sistêmico de enfraquecimento do multilateralismo comercial: interessa ao Brasil a preservação da integridade do sistema e de suas regras, as quais visam a garantir a estabilidade do comércio internacional.
- A virtual paralisia do pilar negociador: buscam-se formas de revitalizar, de modo pragmático, as atividades negociadoras

em processos plurilaterais que complementem o multilateralismo.

- A grave crise do pilar de solução de controvérsias: o bloqueio do Órgão de Apelação já tem causado prejuízos concretos ao Brasil.

Com relação à crise do Mecanismo de Solução de Controvérsias, cumpre destacar a aprovação pelo Brasil da Lei 14.353, de 2022, que autoriza a suspensão de concessões e outras obrigações a países que tenham “apelado no vazio” de relatórios de painéis favoráveis ao Brasil. Essa norma visa a garantir a efetividade do sistema multilateral de comércio em momento excepcional de inoperância do Órgão de Apelação, bem como assegurar os interesses comerciais brasileiros.

Além de participar construtivamente em discussões com vistas à resolução do impasse do Órgão de Apelação, o Brasil aderiu ao Arranjo Provisório de Arbitragem-Apelação (MPIA, na sigla em inglês), compromisso entre 25 Membros da OMC de submeter relatórios de painéis à arbitragem como recurso, a fim de evitar apelações no vazio. Entre os Membros, figuram alguns dos principais usuários do sistema, como União Europeia e China. O Embaixador brasileiro José Alfredo Graça Lima é um dos dez árbitros do MPIA.

Orçamento e contribuição do Brasil

O orçamento da OMC tem sido aprovado no mesmo valor nos últimos 12 anos (CHF 197.203.900,00), e a sua execução financeira não tem encontrado óbice no âmbito do Comitê de Orçamento, Finanças e Administração (CBFA). Desde 2013, a OMC conta com 645 funcionários, número que se mantém em 2023.

A contribuição do Brasil devida para 2023 representa 1,08% (CHF 2.111.400,00) do orçamento, em razão da regra que prevê escala de contribuição de acordo com a representação do volume de comércio (exportações e importações) do país em relação a todos os membros da OMC. Os três principais contribuintes seguem sendo EUA (11,667%), China (10,758%) e Alemanha (7,191%).

Após a realização de pagamento parcial da contribuição brasileira à OMC em janeiro deste ano, o montante total devido pelo país à organização é de CHF 4.113.237,00 (quatro milhões cento e treze mil duzentos e trinta e sete francos suíços), dos quais CHF 2.107.481,00 se referem ao saldo devedor de 2022 e CHF 2.111.400,00 à contribuição total do Brasil para 2023.

12ª Conferência Ministerial (MC12)

A 12ª Conferência Ministerial da OMC (MC12), após diversos adiamentos em razão da pandemia, ocorreu em junho de 2022, em Genebra.

O Brasil atuou pela revitalização da OMC e trabalhou de maneira propositiva e ambiciosa nas quatro áreas consideradas prioritárias para a Conferência: agricultura e segurança alimentar, reforma da OMC, subsídios à pesca e comércio e saúde.

Os principais resultados alcançados depois de anos de negociações e de um esforço concentrado às vésperas do encontro e durante a própria conferência não são triviais: um acordo sobre subsídios à pesca; um mandato ministerial sobre reforma da OMC; um acordo sobre comércio e saúde, que inclui um "waiver" de TRIPS; uma declaração sobre segurança alimentar; e a extensão da moratória de comércio eletrônico.

No entanto, talvez tão importantes quanto os resultados alcançados, deve-se enfatizar aqueles evitados em agricultura. Durante a MC12, o Brasil teve de atuar intensamente, em conjunto com outros países como EUA, Canadá, Austrália e os países do MERCOSUL, para garantir os interesses produtivos nacionais, contrapondo-se a propostas na área de estoques públicos às quais, caso aprovadas, poderiam resultar em significativo retrocesso nas regras do comércio agrícola internacional e afetar a competitividade do agronegócio brasileiro no longo prazo.

Temas de Interesse para o Brasil

Agricultura

O Brasil é um dos principais atores nas negociações agrícolas da OMC, seja atuando de maneira individual, seja atuando de maneira coordenada com outros Membros, sobretudo no âmbito do Grupo de Cairns (estabelecido na Rodada Uruguai e formado hoje por 19 países que defendem maior liberalização do comércio agrícola).

Para a MC12, o Brasil patrocinou propostas de programas de negociação para apoio doméstico e acesso a mercados, com a expectativa de que pudessem servir de base para Decisões Ministeriais que relançassem negociações e possibilitassem acordos substantivos até a próxima ministerial.

Não obstante, posições muito divergentes dos Membros dificultaram o trabalho de encontrar confluência de interesses na OMC que favorecesse uma negociação exitosa. O Brasil, desse modo, atuou com pragmatismo

durante a Ministerial para evitar retrocessos que prejudicassem o país em agricultura.

Mandato negociador agrícola. Agricultura é o tema conhecido como a “agenda inconclusa” da Rodada Uruguai (1986-1995). Por essa razão, o artigo 20 do Acordo de Agricultura (AoA) determina negociações contínuas. Essas negociações tiveram início em 2000, no Comitê de Agricultura em Sessão Especial (CoA-SS, na sigla em inglês), e envolvem três “pilares”:

- Apoio doméstico (subsídios à produção interna);
- Acesso a mercados (tarifas, quotas, restrições e proibições às importações);
- Concorrência nas exportações (subsídios, financiamento, créditos e garantias às exportações).

Desde o fracasso da Rodada Doha, as Conferências Ministeriais tornaram-se as principais oportunidades para avançar nas negociações. Houve importantes resultados em Bali (MC 9, em 2013) e em Nairóbi (MC 10, em 2015), com destaque para a proibição de subsidiar exportações e regras mais estritas sobre financiamento, crédito e garantias às exportações. Em Buenos Aires (MC 11, em 2017), não foi possível atingir um acordo.

Atualmente, a agenda do CoA-SS também inclui negociações específicas sobre restrições às exportações, algodão, estoques públicos para fins de segurança alimentar, mecanismo de salvaguarda especial e transparência.

Prioridades. No âmbito do sistema multilateral de comércio, o Brasil tem defendido o comércio como instrumento para promover a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, reforçando seu compromisso com um sistema aberto e baseado em regras e opondo-se à imposição de restrições.

a. Apoio doméstico

Nas negociações no CoA-SS, o Brasil prioriza o pilar do apoio doméstico. Isso se justifica porque esse é o aspecto em que as discussões têm de ser necessariamente multilaterais, pois não podem ser negociadas eficazmente por meio de negociações bilaterais, como Acordos de Livre-Comércio.

A preocupação também se justifica pois, segundo estimativas, se mantidas as regras atuais, os direitos que os países garantiram na OMC de conceder subsídios notadamente distorcivos (como preços mínimos e pagamentos vinculados à produção, chamados na OMC de “Caixa Amarela”) poderão, no total, exceder US\$ 2 trilhões por ano até 2030.

A posição brasileira leva em conta a mudança do cenário global. China e Índia passaram a se somar a União Europeia, Estados Unidos e Japão como os maiores subsidiadores mundiais (esses Membros concentram atualmente 85% dos subsídios globais distorcivos ao comércio agrícola, em razão principalmente de sua capacidade fiscal).

Essas formas de apoio estatal não só desestabilizam o comércio e a produção, como também colocam em risco a sustentabilidade dos sistemas agrícolas e a segurança alimentar no mundo. Tanto a OCDE (“Agricultural Policy Evaluation and Monitoring”) quanto a ONU (“A Multi-Billion-Dollar Opportunity: Repurposing agricultural support to transform food systems”) atestam que as formas de protecionismo que o Brasil visa combater por meio da reforma agrícola na OMC são as mais danosas ao meio ambiente, por conduzirem a um uso não sustentável dos recursos naturais.

b. Acesso a mercados

O Brasil também defendeu início de processo negociador em acesso a mercados. Tanto as tarifas aplicadas quanto as consolidadas médias no setor agrícola são o dobro das tarifas médias industriais. Picos tarifários e escaladas tarifárias desestimulam a diversificação da produção e do comércio.

As negociações em acesso a mercado têm, porém, uma dificuldade adicional, pois Membros mais reticentes a avanços costumam vinculá-las a outras negociações importantes, seja acesso a mercados em bens industriais, para as quais não há um mandato negociador para além da Rodada Doha, seja apoio doméstico, sob o argumento de que a proteção tarifária é necessária para fazer face a produtos exportados subsidiados.

Resultados da MC 12 em Agricultura. Com importante atuação do Brasil, logrou-se adotar na MC12 pacote de resultados em agricultura após jejum de sete anos (desde a MC10, em Nairóbi). Foram aprovadas uma Declaração Ministerial sobre segurança alimentar (determina a criação de um programa de trabalho para tratar do tema) e uma Decisão Ministerial sobre o Programa Mundial de Alimentos (determina a não imposição de proibições ou restrições à exportação de alimentos adquiridos para fins humanitários não comerciais) que representaram uma resposta, ainda que tímida, dos Membros da OMC a desafios atuais do comércio internacional agrícola.

Embora não tenha sido adotada decisão que mandatasse resultados em agricultura até a MC13, também se evitou retrocesso das regras multilaterais, sobretudo nas disciplinas sobre políticas de preço mínimo (apoio doméstico e formação de estoques públicos) e exportações governo-a-governo (concorrência nas exportações). Pode-se considerar, dessa

forma, que a posição brasileira para a MC12, baseada no realismo e na defesa do sistema, saiu fortalecida. O Brasil manterá seus esforços em favor da adoção de modalidades em apoio doméstico e em acesso a mercados que levem à substantiva redução dos níveis de apoio e de proteção à agricultura.

No campo político, o Brasil somou-se a duas declarações que tratam da relação entre agricultura e a segurança alimentar no âmbito da OMC:

- “Declaración sobre la reforma de las reglas multilaterales del comercio agropecuario”. Assinada por 16 países latino-americanos na OMC, a declaração reconhece que o comércio internacional desempenha papel fundamental na segurança alimentar e nutricional global. Também expressa preocupação com a pressão gerada nos mercados pela implementação de políticas de emergência que distorcem oferta, demanda e preço, incluindo compras por pânico (“panic buying”) e acumulação excessiva de estoques (“supply hoarding”), e medidas que injustificadamente dificultam ou restringem os fluxos comerciais. A declaração destaca que a América Latina tem extraordinária capacidade para contribuir para a sustentabilidade global e reforça o compromisso em melhorar a produtividade agrícola.

- “Statement of the 42nd Cairns Group Ministerial Meeting”. Assinada na OMC por 16 Membros do Grupo de Cairns, que reúne exportadores agrícolas que defendem a reforma das regras multilaterais sobre políticas que distorcem os mercados agrícolas, a declaração enfatiza a necessidade urgente de progresso em direção a um sistema de comércio agrícola justo e orientado ao mercado, com reduções substanciais e progressivas no apoio e na proteção agrícola.

Perspectivas para a MC13

Com a aprovação da Declaração Ministerial sobre Resposta Emergencial à Insegurança Alimentar e a perpetuação das graves condições de acesso a alimentos em diferentes partes do mundo, o processo negociador na OMC em agricultura deve centrar-se na promoção da segurança alimentar. Esse vetor poderá ser instrumento para avanços mais ou menos ambiciosos em temas em negociação há mais tempo, como estoques públicos de alimentos e condições de acesso a mercados. O cenário para as negociações agrícolas até fevereiro de 2024, quando deve ocorrer a próxima ministerial, é desafiador. A consecução dos objetivos negociadores brasileiros demandará esforços para a retomada da posição de liderança brasileira no

mundo em desenvolvimento, com a defesa de nossa agricultura de elevada produtividade e diversidade e, simultaneamente, da promoção da segurança alimentar global.

Comércio e Sustentabilidade

Durante a MC12, o Brasil passou a copatrocinar as Discussões Estruturadas sobre Comércio e Sustentabilidade (TESSD) na OMC, reafirmando postura ativa e propositiva nos debates sobre sustentabilidade ambiental na OMC. Cumpre ressaltar que as discussões sobre “subsídios verdes” também voltaram a ganhar tração na OMC, no âmbito do grupo de trabalho do TESSD dedicado ao assunto e nos diferentes comitês da organização. No âmbito das discussões, o Brasil buscará propiciar debate sobre a eliminação de subsídios agrícolas prejudiciais ao meio ambiente e padrões comuns de sustentabilidade para produtos agrícolas.

O tema de comércio e meio ambiente demandará crescente atenção do Brasil, bem como trabalho contínuo para a provisão de dados para qualificar a sustentabilidade da produção e das exportações nacionais, em especial na área agrícola. Assim, poderá ser melhor caracterizada a sustentabilidade da produção brasileira e a menor pegada de carbono dos bens e serviços brasileiros decorrentes de uma matriz de energia em média muito mais renovável que a de outras grandes economias, dos incrementos de produtividade agrícola e de programas ambientais e de recuperação do solo.

Comércio e Saúde

A OMC adotou decisão que simplifica o uso de licenças compulsórias de patentes para a produção e a distribuição de vacinas para a COVID-19 no âmbito da MC12, em junho último. O mecanismo terá duração de cinco anos e dará flexibilidade adicional para os Membros que desejem licenciar patentes para produzir e exportar vacinas e componentes. A decisão confere, ainda, mandato para que os Membros deliberem sobre extensão do mecanismo para medicamentos e diagnósticos, assunto que já começou a ser debatido no Conselho de TRIPS. O Brasil considera que a decisão preserva a integridade do Acordo TRIPS, ao mesmo tempo em que melhora e agiliza procedimentos e requisitos associados ao uso do sistema especial de licenciamento compulsório.

A OMC também definiu compromissos abrangentes para estimular a recuperação econômica e ajudar no enfrentamento de futuras emergências

sanitárias. Foi incorporada ao texto do documento – “Declaração Ministerial sobre Resposta à Pandemia e Preparação para Pandemias Futuras” - proposta brasileira que visa promover a construção de capacidade no setor farmacêutico para o combate a outras emergências além do COVID-19, como AIDS, malária, tuberculose e doenças tropicais negligenciadas, mediante transferência de tecnologia.

Acordo sobre Subsídios à Pesca

Após décadas de negociação, em junho de 2022, finalmente foi possível alcançar um acordo de subsídios à pesca na OMC. O texto final contém disciplinas para o controle do apoio à pesca ilegal, não comunicada e não regulamentada (conhecida como pesca IUU, na sigla em inglês) e dos subsídios à pesca de estoques sobreexplorados.

Cumprir ressaltar que apenas parte do mandato negociador pode ser considerado como cumprido. Disciplinas sobre sobrecapacidade e sobreexploração continuarão a ser negociadas, em conjunto com outras disposições adicionais, sendo o objetivo a conclusão até a próxima Conferência Ministerial.

Não obstante, o texto final representa avanço importante, uma vez que dá clara indicação de que o sistema multilateral foi capaz de concluir negociação que se arrastava por décadas e que a OMC pode contribuir, de forma mais ampla, no tratamento de questões ambientais e na promoção do desenvolvimento sustentável. Com o acordo concluído, foi possível estabelecer base sólida e parâmetros norteadores para as negociações futuras.

Ao longo dessa negociação, o Brasil, baixo subsidiador e capturador, atuou com flexibilidade e alto nível de ambição. Ao Brasil interessam que os dispositivos sobre sobreexploração e sobrecapacidade também sejam robustos. O país é um defensor de uma limitação quantitativa (capping) no montante eventualmente permitido para subsídios à pesca, com compromisso de redução paulatina. O Brasil seguirá engajado para que o acordo seja aprimorado, de modo a cumprir o mandato da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU e os mandatos da própria OMC sobre a questão.

O acordo só entrará em vigor após ser ratificado por dois terços dos Membros da OMC. No caso do Brasil, o processo de internalização desse instrumento está em curso. O acordo encontra-se na Casa Civil da Presidência da República e será oportunamente encaminhado ao Congresso Nacional para o devido processo de exame para fins de aprovação parlamentar.

Mecanismo de Solução de Controvérsias

No quarto parágrafo do documento final da MC12, os ministros comprometeram-se a conduzir discussões com o objetivo de ter um sistema de solução de controvérsias acessível a todos os Membros e em pleno funcionamento até 2024.

Na prática, desde o final de abril passado, está em curso um processo informal em Genebra, lançado por iniciativa dos EUA (país que bloqueou a nomeação de integrantes para o Órgão de Apelação), que consiste em reuniões periódicas voltadas a impulsionar discussão aprofundada sobre o tema.

O processo já teve duas etapas concluídas. A primeira teve por objetivo mapear os "interesses" dos diferentes Membros na área de solução de controvérsias. Realizado esse diagnóstico inicial sobre os interesses em jogo, passou-se a uma segunda etapa de discussões de caráter propositivo, mirando a construção de rol de opções que poderiam atender aos diferentes interesses suscitados pelos Membros.

A terceira fase abrangerá reuniões de grupos pequenos e também plenárias, até julho próximo, para debater propostas acerca dos doze tópicos elencados pelos EUA como reflexo dos debates na primeira e na segunda fases. Foi escolhido um facilitador (Representante Permanente Alternado da Guatemala junto à OMC) encarregado de organizar os trabalhos e apresentar relatórios periódicos ao Órgão de Solução de Controvérsias e/ou ao Conselho-Geral, para conferir maior institucionalidade às discussões. A expectativa é que, concluída a terceira fase, sejam identificados temas/propostas em que seja possível iniciar negociação de textos.

Reforma da OMC

Os Membros da OMC acordaram, na MC12, iniciar discussões sobre a reforma das funções da Organização com vistas à sua conclusão até a próxima Conferência Ministerial.

O tema da reforma é um dos que mais tem recebido engajamento por parte de países como Brasil, Canadá, Japão, Austrália, Suíça, Coreia do Sul, Reino Unido e Noruega. Com base no mandato estabelecido na MC12, é de se esperar que haja discussões a respeito de eventual reforma da OMC em todas as suas funções, seja em grupos informais, seja no âmbito do Conselho Geral.

Cumprir destacar a apresentação pelo Brasil de proposta de que as reuniões Ministeriais da OMC passem a realizar-se todos os anos, a qual deverá ser incorporada às discussões sobre reforma da OMC.

Outros tópicos na OMC

Comércio eletrônico. A iniciativa plurilateral sobre comércio eletrônico surgiu a partir da adoção de declaração ministerial conjunta na 11ª Conferência Ministerial (MC11) da OMC, em dezembro de 2017. A declaração foi assinada por um grupo de 71 Membros, incluindo o Brasil, e lançou um processo de discussões que ocorre desde 2018.

Facilitação de investimentos. As discussões plurilaterais sobre facilitação de investimentos foram lançadas na MC11 mediante declaração conjunta assinada por 90 Membros, incluindo o Brasil. As negociações textuais sobre um possível acordo de Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento (FID) iniciaram-se no segundo semestre de 2020. Desde abril de 2021, os entendimentos têm sido conduzidos com base em documento unificado, já em formato de minuta de acordo, que evoluiu a partir de documento de trabalho circulado à época pela Coordenação.

Regulamentação doméstica em serviços. As discussões plurilaterais sobre regulamentação doméstica em serviços iniciaram-se em 2018, após a adoção de declaração ministerial conjunta na MC11. A declaração foi assinada por um grupo de 60 Membros, após mais de uma década de discussões infrutíferas no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Regulamentação Doméstica do Conselho do Comércio de Serviços. Face à impossibilidade política de que o documento pudesse ser submetido para eventual negociação em caráter multilateral, os participantes decidiram optar por um resultado em formato de "documento de referência" a ser inscrito individualmente pelos Membros em suas respectivas listas de compromissos específicos sob o Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS). Em reunião realizada em dezembro de 2021, foram concluídas as negociações plurilaterais da iniciativa conjunta de regulamentação doméstica em serviços, encerrando hiato de quase 24 anos sem um acordo na área de serviços. Atualmente, os participantes da iniciativa estão em fase de internalização doméstica dos compromissos e/ou envio dos pedidos de certificação das minutas de consolidação de compromissos, com vistas a incorporar os compromissos do "documento de referência" ao arcabouço jurídico da OMC.

Micro, pequenas e médias empresas. Os trabalhos nessa área são organizados por meio de Grupo de Trabalho Informal sobre Micro, Pequenas e Médias Empresas (GT-MPMEs). O GT visa ao compartilhamento de experiência entre os Membros sobre formas de apoiar a participação de MPMEs no comércio internacional, incluindo como aprimorar o acesso de MPMEs a informações técnicas sobre padrões e

regulamentos, boas práticas disponíveis sobre requisitos regulatórios em mercados de exportação e como reguladores podem apoiar MPMEs no cumprimento desses requisitos.

Compras governamentais. Em maio de 2020, o Brasil solicitou acessão como membro pleno do Acordo de Contratações Governamentais da OMC (GPA, na sigla em inglês). O GPA conta hoje com 48 membros plenos. O mercado de compras públicas (bens, serviços e obras de construção civil) dos membros é estimado em USD 1,7 trilhão por ano. Formalizada a solicitação brasileira de ingresso como membro pleno do acordo, o Brasil apresentou informações referentes a nossa legislação vigente sobre compras públicas, e deu início à preparação da oferta de acesso ao mercado brasileiro a ser apresentada às demais partes do GPA. A oferta brasileira tem sido objeto de negociações bilaterais com os participantes do Acordo. O processo de acessão como membro pleno somente é concluído uma vez que todas as partes do GPA aprovem a oferta brasileira, cuja oferta final foi apresentada em junho de 2022, às margens da MC12.

Aviação Civil. O Brasil solicitou oficialmente, em junho de 2022, às margens da MC12, adesão ao Acordo sobre Comércio de Aeronaves Civis da OMC. Trata-se de instrumento plurilateral com 33 partes que visa a, sobretudo, eliminar tarifas de importação sobre aeronaves civis, peças de aeronaves, simuladores de voo e serviços de reparos. Caso nenhuma parte do Acordo apresente mais questões sobre a proposta brasileira, o Comitê sobre o tema poderá, em 23/03/2023, manifestar concordância com a adesão do país ao instrumento.

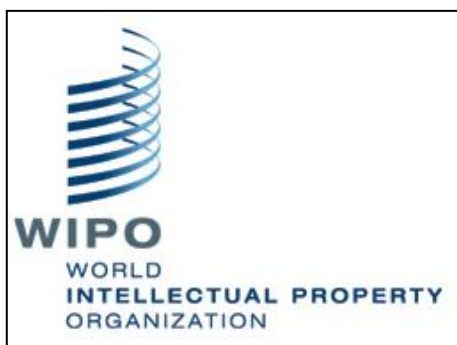
5. CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1947	23 países assinam o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT.
	Primeira Rodada do GATT (Rodada Genebra), sobre tarifas. Resultou na negociação de 45.000 concessões tarifárias.
	Delegados de 56 países se reúnem em Havana, Cuba, em novembro, a fim de iniciar negociações sobre proposta de Carta sobre Organização Internacional de Comércio (OIC).
1948	Acordo do GATT entra em vigor no dia 1º de janeiro
	Em março, a Carta de Havana, que daria origem à OIC, é assinada. O Congresso dos EUA, contudo, não a referenda. O GATT, inicialmente provisório, torna-se o único instrumento internacional de referência para o comércio internacional.
1949	Segunda Rodada do GATT (Rodada Annecy), França. Os 13 países participantes fazem cerca de 5000 concessões tarifárias.
1950	Terceira Rodada do GATT (Rodada Torquay), Reino Unido. Os 38 países participantes negociam cerca de 8700 concessões tarifárias, reduzindo em 25% o nível tarifário de 1948.
1955-56	Revisão do texto do acordo do GATT, com a aprovação do Protocolo de Emendas.
	Quarta Rodada do GATT (Rodada Genebra), Suíça. Contou com 26 países participantes. Ao término das negociações, a redução tarifária superou os US\$ 2,5 bilhões.
1960-62	Quinta Rodada do GATT (Rodada Dillon, em homenagem ao Subsecretário de Estado americano, Douglas Dillon). Concessões tarifárias alcançaram US\$ 4,9 bilhões e envolveram negociações relacionadas com a criação da Comunidade Econômica Europeia, que pela primeira vez negociou como uma só entidade.
1964-67	Sexta Rodada do GATT (Rodada Kennedy), sobre tarifas e medidas antidumping. Redução tarifária em volume equivalente a US\$ 40 bilhões.
	Em 1965, é aprovada a Parte IV do GATT, que confere tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento.
1973-79	Sétima Rodada do GATT (Rodada Tóquio), com a participação de 102 países. Foram criadas uma série de acordos plurilaterais sobre medidas não-tarifárias e aprovada a chamada “cláusula de habilitação”, que permite a concessão de preferências a países em desenvolvimento. Redução tarifária alcançou US\$ 300 bilhões

1986-93	Oitava Rodada do GATT (Rodada Uruguai). A mais ambiciosa do ponto de vista temático. Resultou na criação da OMC e na incorporação ao regime do GATT de setores antes parcialmente excluídos, como agricultura e têxteis, além de introduzir regras a novos setores: serviços (GATS), investimentos (TRIMS) e de propriedade intelectual (TRIPS).
1994	Em Marraqueche, Marrocos, completou-se a Rodada Uruguai e firmou-se o acordo de estabelecimento da Organização Mundial do Comércio.
1995	Criação da Organização Mundial do Comércio, com sede em Genebra. O Brasil é membro fundador.
1996	1ª Conferência Ministerial, Cingapura. A tentativa de inclusão nas discussões da OMC de uma cláusula social e de novos temas (compras governamentais, investimentos, facilitação do comércio) foi rechaçada pelos países em desenvolvimento.
1998	2ª Conferência Ministerial, Genebra. Reafirma esforços de cooperação técnica para que os países em desenvolvimento se beneficiem do comércio internacional.
1999	3ª Conferência Ministerial, em Seattle, Estados Unidos. Com a forte oposição dos movimentos sociais antiglobalização, fracassou o lançamento de uma nova rodada de negociações da OMC. Mike Moore, da Nova Zelândia, se torna Diretor-Geral da OMC.
2001	Em dezembro, a China entra formalmente na OMC. 4ª Conferência Ministerial, Doha. Lançada a Rodada para o Desenvolvimento (Rodada Doha), sobre tarifas, agricultura, serviços, subsídios, solução de controvérsias, entre outros.
2002	Com a eleição de Supachai Panitchpakdi como Diretor-Geral, pela primeira vez a OMC é comandada por um representante dos países em desenvolvimento.
2003	5ª Conferência Ministerial, em Cancun, México. As negociações fracassam após quatro dias de disputas sobre subsídios a produtores agrícolas e acesso a mercados. Sob liderança da diplomacia brasileira, foi criado o G-20, que alterou o equilíbrio das negociações agrícolas na Rodada Doha em favor dos PEDs. OMC declara ilegais tarifas impostas pelos EUA às importações de aço. Presidente Bush revoga tarifas a fim de evitar guerra comercial com a União Europeia.
2004	Em Genebra, EUA e União Europeia se dispõem a reduzir subsídios agrícolas se países em desenvolvimento cortarem custos alfandegários sobre produtos manufaturados.

2005	6ª Conferência Ministerial, em Hong Kong. É aprovada a Declaração de Hong Kong, que prevê a abolição dos subsídios à exportação de todos os produtos agrícolas até 2013. A reunião consolidou a contribuição essencial do G-20.
	OMC considera procedente queixa do Brasil sobre subsídios concedidos pelos EUA a seus produtores de algodão.
	Pascal Lamy é eleito Diretor-Geral da OMC
	EUA se dispõem a cortar subsídios concedidos à agricultura se União Europeia seguir o exemplo. A França dificulta o entendimento ao acrescentar mais exigências.
	Arábia Saudita ingressa na OMC.
2008	Ministros tentam retomar a Rodada Doha, sem sucesso.
2009	7ª Conferência Ministerial, em Genebra. A reunião teve caráter não-negocial, adotando como tema o papel da OMC e do Sistema Multilateral de Comércio no atual ambiente econômico global. Enfatizou-se a promoção de discussões mais transparentes e abertas e discutiram-se formas de reavivar as negociações, paralisadas desde 2005.
2010	Encontro do G-20, em Seul, aponta 2011 como uma "janela de oportunidade" para a conclusão da Rodada Doha.
2011	8ª Conferência Ministerial, em Genebra. Não tem sucesso a tentativa de aprovar um pacote parcial de resultados da Rodada. Com impossibilidade de negociar uma declaração ministerial, os países-membros optaram pela elaboração de texto de consenso, incluído no resumo da reunião, contendo elementos de orientação política relativos à importância do sistema multilateral de comércio, temática de comércio e desenvolvimento e retomada da Rodada Doha.
	Rússia ingressa na OMC.
2013	O embaixador brasileiro Roberto Azevêdo é eleito para o cargo de Diretor-Geral da OMC e assume o cargo em 01/09/2013.
	9ª Conferência Ministerial realizada em Bali, Indonésia (Dezembro/2013).
2017	11ª Conferência Ministerial realizada em Buenos Aires/Dezembro/2017.
2020	O embaixador Roberto Azevêdo encerra seu mandato como Diretor-geral da OMC.
2021	01/03/2021: Assume o cargo de Diretor-Geral da OMC a atual incumbente, Ngozi Okonjo-Iweala.
2022	12ª Conferência Ministerial da OMC em Genebra (junho/2022).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – OMPI



1. DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI
Membros	- 193 Estados-Membros - 250 observadores, entre organizações internacionais (OIs) e organizações não governamentais (ONGs) que participam de suas reuniões.
Ano da fundação	Instituída em 1967. Em 1974, tornou-se agência especializada das Nações Unidas.
Ano da adesão do Brasil	1975
Sede	Genebra, Suíça. Possui escritórios de representação em alguns países: Brasil, EUA, Singapura, Japão.
Principais órgãos	• Conferência Diplomática (foro de mais alto nível onde são concluídos e revisados os tratados negociados no contexto da OMPI) • Assembleia Geral • Assembleias das Uniões que compõem a OMPI • Conferência da OMPI
Principais Chefias	• Daren Tang, Diretor-Geral da OMPI (eleito em 2020) • Sylvie Forbin, Vice-DG (Direitos Autorais e Indústrias Criativas) • Lisa Jorgenson, Vice-DG (Patentes e Tecnologia) • Hasan Kleib, Vice-DG (Desenvolvimento Regional e Nacional) • Binying Wang, Vice-DG (Marcas e Desenhos)
Escritório da OMPI no Brasil	Rua Farne de Amoedo, 56 – 7º andar Ipanema – CEP 22420020 - Rio de Janeiro – RJ

Diretor do Escritório no Brasil	Vacante
---------------------------------	---------

2. PERFIL BIOGRÁFICO

Diretor-Geral da OMPI Daren Tang



Daren Tang, cidadão de Singapura, iniciou seu mandato de seis anos como Diretor-Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em 1º de outubro de 2020. Antes de sua nomeação como Diretor-Geral da OMPI, atuou como Diretor-Executivo do Escritório de Propriedade Intelectual de Cingapura (IPOS). Entre 1997 e 2012, antes de ingressar no IPOS, Daren Tang ocupou diferentes cargos jurídicos na Procuradoria-Geral e no Ministério do Comércio e Indústria de Singapura. Daren Tang é graduado pela Universidade Nacional de Singapura (Bacharel em Direito) e pelo Centro de Direito da Universidade de Georgetown (Mestrado em Direito). Tang é fluente em inglês e chinês.

3. INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico e atribuições

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI tem origem nos Escritórios Internacionais Unidos para a Proteção da Propriedade Intelectual (BIRPI), estabelecidos em 1893 mediante fusão dos Escritórios Internacionais criados pela Convenção de Paris sobre Propriedade Industrial e a Convenção de Berna sobre Obras Artísticas e Literárias.

Em 1967 foi celebrada Convenção Internacional que criou a OMPI, com sede em Genebra. Em 1974, a OMPI tornou-se agência especializada das Nações Unidas com mandato para administrar acordos sobre propriedade intelectual. O Brasil aderiu à convenção de estabelecimento da OMPI em 1975.

A OMPI conta com 193 membros e administra 26 tratados internacionais sobre propriedade intelectual (17 sobre propriedade industrial e 7 sobre direitos autorais, além da sua própria Convenção), que incluem harmonização de normas de proteção e classificação, bem como a gestão de sistemas globais de registro de DPIs.

Desses acordos, 11 estão em vigor no Brasil, com destaque para a Convenção de Paris sobre Propriedade Industrial, a Convenção de Berna sobre Obras Artísticas e Literárias, a Convenção de Roma para a Proteção dos Artistas-Intérpretes, Produtores de Fonogramas e Organismos de Radiodifusão, a Convenção da União para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV) e o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) e o Protocolo de Madri sobre Registro Internacional de Marcas (2019). O Ato de Genebra ao Acordo de Haia referente ao Registro Internacional dos Desenhos Industriais entrará em vigor em agosto de 2023.

Entre as áreas de atuação da OMPI, destaca-se a promoção da proteção dos direitos de propriedade intelectual (DPIs) em escala global. Os DPIs estão divididos em duas categorias: Propriedade Industrial (patentes, marcas, desenhos industriais e indicações geográficas) e Direito Autoral (direitos de autor e direitos conexos). Como agência especializada das Nações Unidas, está, ademais, formalmente comprometida com o objetivo de estimular a transferência de tecnologias protegidas por direitos de propriedade industrial para os países em desenvolvimento.

Mais concretamente, as atividades da OMPI incluem: (i) negociação de normas em matéria de DPIs; (ii) administração de acordos sobre DPIs, bem como sistemas de registro internacional de patentes, marcas e desenhos industriais; (iii) prestação de assistência técnica aos seus

Membros na implementação de tratados em matéria de propriedade intelectual, inclusive o Acordo de TRIPS (este concluído na OMC); (iv) fortalecimento institucional dos sistemas nacionais de proteção de DPIs; (iv) elaboração de análises econômicas e estatísticas com foco na relação entre a proteção de DPIs, inovação e desenvolvimento socioeconômico; e (v) prestação de serviços de mediação e arbitragem.

Estrutura

Os principais órgãos decisórios da OMPI são as Conferências Diplomáticas para adoção de novos tratados e as Assembleias Gerais. Diferentes comitês técnicos discutem regularmente matérias relacionadas à propriedade intelectual, tais como: o Comitê Permanente sobre Patentes (SCP, sigla em inglês); o Comitê Permanente sobre Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas (SCT, sigla em inglês); o Comitê Permanente sobre Direitos Autorais e Direitos Conexos (SCCR, sigla em inglês); o Comitê de Programa e Orçamento (PBC, sigla em inglês); o Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP, sigla em inglês); o Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC, sigla em inglês); e o Comitê Assessor sobre Observância (ACE, sigla em inglês). A OMPI também mantém uma academia internacional e um mecanismo de arbitragem para disputas entre privados em matéria de propriedade intelectual.

Orçamento para o biênio de 2022-2023

A receita no biênio 2022/23 é estimada em 951,8 milhões de francos suíços, refletindo um aumento de 7,8% em relação ao Programa e Orçamento 2020/21. O orçamento de despesas proposto para o biênio é de 793,8 milhões de francos suíços, refletindo um aumento de 3,3% em relação ao Programa e Orçamento de 2020/21. Prevê-se um superávit de aproximadamente 99,7 milhões de francos suíços no final do biênio.

As estimativas das contribuições fixas dos Estados Membros em 2022/23 são baseadas em um valor unitário de contribuição de 45.579 francos suíços, o mesmo que em 2020/21. A receita das contribuições dos Estados Membros é estimada em 35 milhões de francos suíços em 2022/23, um aumento de 0,2 milhão de francos suíços em comparação com o de 2020/21 devido a aumentos nas classes de contribuição para certos países e novos Membros.

Do orçamento total aprovado para o biênio 2022/23, apenas 3,6% serão cobertos por contribuições dos Estados Membros. 96,4% das receitas da Organização provirão das taxas referentes aos serviços prestados pela

OMPI na administração dos sistemas de registros internacionais de direitos de propriedade industrial.

4. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

Entre as iniciativas brasileiras de maior relevância naquela Organização, cabe destacar a adoção, em 2007, da chamada “Agenda para o Desenvolvimento”, cujo objetivo é introduzir a dimensão do desenvolvimento em todos os trabalhos da Organização. O documento, baseado em proposta copatrocinada pelo Brasil, estabelece 45 recomendações cuja implementação está em curso. A Agenda para o Desenvolvimento traz recomendações sobre Assistência Técnica (Cluster A); Atividades Normativas, flexibilidades, Políticas Públicas e Domínio Público (Cluster B); Transferência de Tecnologia, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Acesso ao Conhecimento (Cluster C); Acompanhamento, Avaliação e Estudos de Impacto (Cluster D); Questões de Mandato e Governança (Cluster E); e outros temas (Cluster F). O Brasil defende, em coordenação com diversos países em desenvolvimento, a implementação transversal e efetiva das recomendações da Agenda para o Desenvolvimento, em linha com mandato estabelecido pela Assembleia Geral da OMPI em 2007. É bastante ativo nos debates do Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP, sigla em inglês), um dos foros centrais para a implementação da referida Agenda.

Destaque-se, também, o papel do Brasil nas negociações de tratado sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício de pessoas com deficiência para leitura, concluído em junho de 2013, durante a Conferência Diplomática de Marraqueche. A Delegação brasileira, em conjunto com Equador e Paraguai, foi copatrocinadora da primeira proposta de tratado sobre o tema, apresentada em maio de 2009, bem como na mencionada Conferência Diplomática.

O Brasil é também muito ativo nos debates sobre a proteção de recursos genéticos (RGs), conhecimentos tradicionais (CTs) e expressões culturais tradicionais (ECTs), que são levados a cabo no âmbito do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC, sigla em inglês). Em conjunto com ampla coalização de países em desenvolvimento, defende a adoção de instrumentos internacionais que combatam o roubo e a apropriação indevida de RGs, CTs e ECTs, bem como garantam que o sistema de propriedade intelectual funcione como um apoio à observância das regras de acesso e repartição de benefícios (ABS, sigla em inglês) estabelecidas no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e de seu Protocolo de Nagoia. Durante a 63ª Assembleia-Geral da OMPI (2022), o Brasil atuou como articulador importante dos interesses dos

países megadiversos, dando o tom e ajudando a construir momento para a adoção, por consenso, da convocação de duas Conferências Diplomáticas até 2024, incluindo, além de Desenhos, sobre Recursos Genéticos – importante e histórica pauta ofensiva do Brasil e dos países em desenvolvimento na OMPI.

Em 2009, o Brasil assinou com a OMPI o Acordo de Sede com vistas ao estabelecimento de Escritório de Coordenação da referida Organização no Brasil (na cidade do Rio de Janeiro). O Brasil vê o estabelecimento do Escritório não apenas como um reconhecimento da relevância da atuação brasileira nos foros da OMPI, mas também como uma oportunidade para aprofundar a cooperação bilateral com este Organismo, inclusive no que se refere à promoção de cooperação em matéria de propriedade intelectual.

5. CRONOLOGIA HISTÓRICA

1883	Conclusão da Convenção de Paris sobre a Proteção da Propriedade Industrial, primeiro grande tratado internacional na matéria.
1884	Entrada em vigor da Convenção de Paris, com 14 Membros. Criação do Bureau Internacional para administração da referida convenção.
1886	Conclusão da Convenção de Berna sobre a Proteção das Obras Artísticas e Literárias. Junto com a Convenção de Paris, conforma a base da proteção dos direitos de propriedade intelectual em nível internacional. Assim como a Convenção de Paris, a Convenção de Berna estabelece um Bureau Internacional para sua administração
1893	Os “Bureaux” Internacionais de Berna e Paris unem-se para formar os “Bureaux” Internacionais Unidos para a Proteção da Propriedade Intelectual (BIRPI), organização internacional antecessora da OMPI. Nesta primeira fase, o BIRPI tinha sede em Berna, Suíça.
1960	Com a crescente importância da temática da propriedade intelectual, o BIRPI é transferido para Genebra, para estar mais próximo da sede das Nações Unidas e de outras organizações internacionais baseadas nesta cidade.
1967	Conclusão da Convenção que estabelece a Organização Mundial da Propriedade Intelectual.
1970	Entrada em vigor da Convenção da OMPI. BIRPI adota, oficialmente, o título de OMPI.
1974	A OMPI torna-se uma agência especializada das Nações Unidas, com mandato de debater e negociar temas de propriedade intelectual.
1975	Brasil torna-se membro da OMPI.
1994	Conclusão da Rodada Uruguai do GATT. Adoção do Acordo de Marraqueche, que criou a OMC. Entre seus anexos, destaque-se o Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (o “Acordo de TRIPS”).
1996	A OMPI assina acordo de cooperação com a OMC relativo à prestação de assistência técnico-jurídica para implementação do Acordo de TRIPS.
1996	Conclusão dos Acordos da Agenda Digital da OMPI ("Tratado de Direitos Autorais" e "Tratado de Interpretações e Execuções e Fonogramas")

2007	Aprovação da Agenda para o Desenvolvimento, baseada em proposta copatrocinada pelo Brasil, pela Assembleia Geral da OMPI.
2013	Realizada Conferência Diplomática, em Marraqueche, para conclusão de tratado sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício das pessoas com deficiência para leitura.
2019	Brasil aderiu ao Protocolo de Madri sobre Registro Internacional de Marcas.
2022	Em março, o Diretor-Geral da OMPI, Daren Tang, realizou viagem oficial ao Brasil para celebrar, em cerimônia no Itamaraty, MoU entre a OMPI e o Brasil, para implementação da Primeira Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual do país, concebida pelo Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI).
2022	Em julho, aprovada durante a 63ª Assembleia-Geral, por consenso, a realização, até 2024, de duas Conferências Diplomáticas, uma sobre Desenhos e outra sobre Recursos Genéticos.

6. PRINCIPAIS ATOS MULTILATERAIS

Tratado	Assinatura	Entrada em Vigor
Convenção de Paris sobre a Proteção da Propriedade Industrial	20/03/1883	07/07/1884
Convenção de Berna sobre a Proteção de Obras Artísticas e Literárias	06/02/1922 (ratificação)	09/02/1922
Acordo de Madri para Repressão à Falsa Indicação de Origem de Produtos	14/04/1891	3/10/1896
Convenção de Roma para a Proteção de Artistas-Intérpretes, Produtores de Fonogramas e Organismos de Radiodifusão	26/10/1961	29/09/1965
Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes	19/06/1970	09/04/1978
Convenção para a Proteção de Produtores de Fonogramas contra a Duplicação Não Autorizada de seus Fonogramas	29/10/1971	28/11/1975
Acordo de Estrasburgo sobre a Classificação Patentária Internacional	28/06/1971	07/10/1975
Convenção que Estabelece a	20/12/1974	20/03/1975

Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI	(ratificação)	
Tratado de Nairóbi para a Proteção do Símbolo Olímpico	15/12/1982	10/08/1984
Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais	23/04/1999 (ratificação)	23/05/1999
Tratado de Nairóbi para a Proteção do Símbolo Olímpico	15/12/1982	10/08/1984

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO - UNCTAD



1. DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, do inglês)
Membros	195
Ano da fundação	1964
Ano da adesão do Brasil	1964 (O Brasil foi membro fundador)
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Secretariado Junta de Comércio e Desenvolvimento
Principais Chefias	Secretária-Geral: Rebeca Grynspan (Costa Rica), desde 2021.

2. PERFIL BIBLIOGRÁFICO

Secretária-Geral da UNCTAD Rebeca Grynspan



Rebeca Grynspan (San José/Costa Rica, 14/12/1955) é uma política e economista costarricense. Assumiu o cargo de Secretária-Geral da UNCTAD em 21/09/2021. Estudou economia e sociologia na Universidade Hebraica de Jerusalém e é bacharel em economia pela Universidade da Costa Rica e mestre em economia pela Universidade de Sussex (Reino Unido). Foi Secretária-Geral da Secretaria-Geral Ibero-Americana entre 2014 e 2021. Com ampla experiência de atuação em organizações internacionais, foi Subsecretária e Diretora Regional para América Latina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2006-2010). Posteriormente, durante a gestão de Ban Ki-moon, foi Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas.

No governo da Costa Rica, foi Vice-Ministra da Fazenda (1986-1988), Ministra de Habitação e Assentamentos Humanos (1996-1998), Ministra Coordenadora do Setor Econômico (1995-1996) e do Setor Social do Governo (1994-1998). Em 1994 foi a segunda Vice-Presidente da Costa Rica no mandato do Presidente José María Figueres Olsen (1994-1998).

3. INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico e atribuições

Instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1964, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) é o ponto focal do Sistema ONU no tratamento integrado das questões de comércio e desenvolvimento, e de temas conexos, como finanças, tecnologia, investimentos e empreendedorismo. É o órgão das Nações Unidas com mandato específico para tratar da relação entre comércio internacional e desenvolvimento. Voltada principalmente para os países em desenvolvimento, as atividades da Organização se distribuem em três pilares fundamentais: (i) atividades analíticas, (ii) formação de consenso e (iii) assistência técnica.

Ao longo de sua história, a UNCTAD deu contribuições para o desenvolvimento do sistema multilateral de comércio. De suas discussões surgiram, por exemplo, os Acordos de Produtos de Base e o Sistema Geral de Preferências (SGP), pelo qual os países desenvolvidos concedem preferências aos países em desenvolvimento. A Organização apoiou também a negociação e operação do Sistema Geral de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC). A Organização possui também papel importante na realização de pesquisas e discussão intergovernamental em temas como produtos de base, comércio internacional de bens e serviços, investimentos, política da concorrência, entre outros, buscando analisar e trazer à discussão os temas relevantes da agenda econômica internacional, desde a perspectiva dos países em desenvolvimento.

A cada quatro anos, os países membros reúnem-se em conferência para definir as orientações estratégicas do próximo período de trabalhos. A mais recente conferência da UNCTAD ocorreu em 2021, sob a presidência de Barbados. Na ocasião foi aprovado o “Bridgetown Covenant”, que estabeleceu o programa de trabalho da UNCTAD para a conferência para os próximos quatro anos.

A lista de Secretários-Gerais da UNCTAD desde a sua criação é apresentada a seguir:

1. Raúl Prebisch - 1963 – 1969 - Argentina
2. Manuel Pérez-Guerrero - 1969 – 1974 - Venezuela
3. Gamani Corea - 1974 – 1984 - Sri Lanka
4. Alister McIntyre - 1985 - Grenada (interino)
5. Kenneth K. S. Dadzie - 1986 – 1994 - Gana
6. Carlos Fortin - 1994 – 1995 - Chile (interino)
7. Rubens Ricupero - 1995 – 2004 - Brasil

8. Carlos Fortin - 2004 – 2005 - Chile (interino)
9. Supachai Panitchpakdi - 2005 – 2013 - Tailândia
10. Mukhisa Kituyi - 2013 – 2021 – Kenya
11. Rebeca Grynspan 2021-atual – Costa Rica.

Estrutura

O Secretariado da UNCTAD é responsável pelo serviço técnico e substantivo de apoio aos mecanismos intergovernamentais em suas discussões e deliberações, pela preparação dos relatórios e outros documentos analíticos e pela execução dos programas a cargo da organização.

As unidades do Secretariado assistem a Junta de Comércio e Desenvolvimento, seus órgãos subsidiários e a Comissão sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (que é um órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas - ECOSOC). Para esses fins, o Secretariado assume a função de promover pesquisa, análise de políticas e compilação de dados, além de desenvolver programas de assistência técnica aos países membros.

O Secretariado conta com a seguinte estrutura:

- i) Divisão de Globalização e Estratégias de Desenvolvimento;
- ii) Divisão sobre Investimento e Empresas;
- iii) Divisão sobre Comércio Internacional e Commodities;
- iv) Divisão de Tecnologia e Logística;
- v) Divisão de África, Países de Menor Desenvolvimento Relativo e Programas Especiais.

O principal órgão intergovernamental da UNCTAD, no período entre as conferências, é a Junta de Comércio e Desenvolvimento. A Junta se reporta à Conferência e também à Assembleia Geral das Nações Unidas, através do ECOSOC (Conselho Econômico e Social). Além da Junta, a UNCTAD conta com comissões temáticas e organiza diversas reuniões de peritos sobre temas como comércio eletrônico, financiamento para o desenvolvimento, proteção ao consumidor e concorrência.

4. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

O Brasil foi um dos países que impulsionou a realização da I UNCTAD e sua institucionalização, tendo sido sempre um de seus membros mais ativos. Para o Brasil, inicialmente, a UNCTAD era o foro para a discussão da reforma das estruturas do comércio e dos fluxos de investimentos internacionais, em linha com a análise crítica desenvolvida nos anos 50 na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Após a crise da dívida nos anos 1980 e o esgotamento das possibilidades do chamado Diálogo Norte-Sul, o Brasil foi um dos líderes da reforma da instituição, com reforço de seu papel como centro de reflexão sobre o desenvolvimento econômico.

O Brasil mantém sua visão de que a instituição não deve limitar-se às importantes atividades de assistência técnica a Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), mas deve manter sua capacidade como centro de análise e discussão sobre temas de desenvolvimento. Assim, o Brasil tem buscado preservar a vertente do trabalho analítico e favorecer debates intergovernamentais em áreas nas quais a UNCTAD tem mostrado maior capacidade de contribuição, a exemplo de investimentos e proteção ao consumidor. Ademais, os estudos da UNCTAD e sua base de dados estatísticas são ferramentas importantes para a geração de conhecimento e inteligência econômico-comercial.

5. CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1964	Durante a 1ª Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD I), em Genebra (Suíça), foi decidida a conversão da UNCTAD em entidade intergovernamental permanente, como foro multilateral voltado à discussão e à tomada de decisões nos temas relativos à aceleração do crescimento econômico e desenvolvimento.
1968	UNCTAD II, em Nova Délhi (Índia). Conclusão de diversos acordos patrocinados pela UNCTAD, tais como o Acordo Geral de Preferências (SGP), pelo qual as economias mais desenvolvidas passaram a conceder facilidades de acesso às exportações provenientes dos países em desenvolvimento.
1971	A UNCTAD atua no estabelecimento do conceito de o Grupo de Países de Menor Desenvolvimento (PMDRs), referente ao conjunto de países mais pobres entre os países em desenvolvimento. A UNCTAD torna-se o ponto focal das Nações Unidas para abordagem de questões relativas ao desenvolvimento dos PMDRs.
1972	UNCTAD III, em Santiago (Chile). Firmam-se convênios internacionais sobre produtos básicos, como cacau, açúcar, madeiras tropicais, entre outros.
1976-78	UNCTAD IV, em Nairóbi (Quênia), em 1976. Em 1978, obtém-se acordo retroativo para assistência na adoção de alterações dos prazos de pagamento da dívida dos países de menor desenvolvimento.
1979-81	UNCTAD V, em Manila (Filipinas), em junho de 1979. A UNCTAD lidera, em 1980, as ações internacionais na área de reestruturação da dívida externa. Estabelece-se conjunto de princípios e regras de controle das práticas empresariais, permitindo a adoção de políticas regulatórias do comportamento empresarial. Em 1981, foi implementado novo programa de ação em favor dos PMDRs.
1983-86	UNCTAD VI, em Belgrado (Iugoslávia), em 1983. Conclusão de acordo na área de transporte marítimo.
1987-89	UNCTAD VII, em Genebra (Suíça), em 1987. Em 1989, foi criado fundo comum para os produtos básicos, cujo objetivo era facilitar o financiamento de pesquisa e desenvolvimento desse setor.
1992-94	UNCTAD VIII, em Cartagena (Colômbia), em 1992. Conclusão

	de acordos na área de hipoteca naval (1993) e de criação da Rede Mundial de Pontos de Comércio (1994).
1996-97	UNCTAD IX, em Midrand (África do Sul). Criação, em 1997, do Sistema de Informação Antecipada sobre Carga (ACIS).
2000	UNCTAD X, em Bangkok (Tailândia). Adoção da declaração política “O Espírito de Bangkok” como estratégia de inserção da agenda do desenvolvimento no mundo globalizado.
2004	UNCTAD XI, em São Paulo (Brasil). O evento contribuiu para reforçar a relevância do multilateralismo na promoção de políticas voltadas ao desenvolvimento e dos interesses dos países em desenvolvimento. Reiterou, ademais, o papel central da dimensão do desenvolvimento nas negociações comerciais, e identificou os principais desafios atuais relativos ao tema. Pela primeira vez, a sociedade civil foi incorporada à programação central da conferência.
2008	UNCTAD XII, em Acra (Gana). Teve como tema a questão da distribuição igualitária dos benefícios advindos da globalização. Apesar da ênfase sobre os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), as negociações em Acra definiram uma nova categoria de países com a UNCTAD passou a trabalhar, os chamados “países de renda média”.
2012	UNCTAD XIII, em Doha (Catar). O tema das finanças e do seu impacto na globalização causou polêmica entre os países em desenvolvimento – com destaque para a atuação do Brasil no âmbito dos BRICS e do G77 - e os países desenvolvidos. Para estes últimos, a UNCTAD deveria restringir sua atuação às áreas de comércio e desenvolvimento (mais especificamente, à dimensão de cooperação técnica), deixando às questões financeiras e fiscais a cargo das instituições de Bretton Woods, como o FMI. Acabou prevalecendo, contudo, a posição dos países em desenvolvimento, com a reafirmação das dimensões analítica e de formação de consenso político como atribuições da legítimas da Organização.
2016	UNCTAD XIV em Nairobi (Quênia). A conferência teve o seguinte tema: “Da decisão à ação: para um ambiente econômico global inclusivo e equitativo para a promoção do Comércio e Desenvolvimento”. As discussões foram centradas na promoção da prosperidade para todos e a aceleração das iniciativas e medidas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável. Os trabalhos substantivos envolveram também os seguintes fóruns temáticos: “Fórum Mundial de Investimentos”, “Fórum Mundial das Commodities”, “Fórum da Sociedade Civil” e “Fórum da Juventude”.

2021	UNCTAD XV (obs: a UNCTAD XV deveria ter sido realizada em 2020 em Bridgetown/Barbados mas foi adiada para 2021 em função da pandemia da COVID-19, e terminou por ser realizada em formato híbrido com os trabalhos presenciais centrados em Genebra, em função das restrições dificuldades de viagem então vigentes). O tema da conferência foi “Da desigualdade e vulnerabilidade até a prosperidade para todos.” Com a eclosão da pandemia da COVID-19 em 2020, os trabalhos da UNCTAD XV foram centrados nas discussões sobre os efeitos da pandemia em um quadro geral de recrudescimento do protecionismo e dos esforços para que os países em desenvolvimento possam se beneficiar da globalização econômica. Como resultado da conferência foi adotada a “Convenção de Bridgetown” (“Bridgetown Covenant”), que estabeleceu mandato para os trabalhos da UNCTAD até o próximo período de sessões, centrado na “implementação, monitoramento e revisão da agenda 2030 e dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável”.
--------------------	---

UNIÃO INTERNACIONAL DAS TELECOMUNICAÇÕES – UIT



1. DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	União Internacional das Telecomunicações (UIT)
Países-membros	193
Ano da fundação	1865
Ano da adesão do Brasil	1887
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Secretariado Conselho Bureau de Padronização de Telecomunicações Bureau de Desenvolvimento de Telecomunicações Bureau de Radiocomunicações
Principais Chefias	Secretário-Geral: Houlin Zhao, 2015-2022 Vice Secretário-Geral: Malcom Johnson, 2015-2022 Diretor de Padronização: Chaesub Lee, 2015-2022 Diretor de Desenvolvimento: Doreen Bogdan-Martin, 2015-2022 Diretor de Radiocomunicações: Mario Maniewicz, 2018-
Escritório da UIT no Brasil (Escritório para as Américas)	SAUS – Quadra 06 – Bloco E – 10º andar Brasília-DF Tel: (61) 2312-2730 / Fax: (61) 2312-2738
Diretor do Escritório no Brasil	Bruno Ramos, desde abril de 2012

2. PERFIL BIOGRÁFICO

Secretário-Geral da UIT Houlin Zhao



Houlin Zhao, Secretário-Geral da União Internacional das Telecomunicações (UIT) desde janeiro de 2015, foi reeleito para um segundo mandato de quatro anos em novembro de 2018. Deverá encerrar seu mandato ao final de 2022. A Conferência Plenipotenciária da UIT em Bucareste, que ocorre entre 26/9 e 14/10, deverá escolher seu sucessor.

Zhao ocupou anteriormente na UIT o cargo de Vice-Secretário-Geral, entre 2007 e 2014 e de Diretor do Setor de Padronização das Telecomunicações (TSB) de 1999 a 2006 e atuou como consultor sênior do TSB por 12 anos.

Antes de ingressar na UIT, Zhao atuou como engenheiro no Instituto de Design do Ministério dos Correios e Telecomunicações da China.

Formou-se na Universidade de Correios e Telecomunicações de Nanjing e possui mestrado em Telemática pela Universidade de Essex (Reino Unido).

3. INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico e atribuições

A União Internacional das Telecomunicações (UIT), fundada como União Internacional de Telégrafos em Paris, no dia 17 de maio de 1865, é hoje a organização internacional mais antiga do mundo. Trata-se da agência especializada das Nações Unidas (ONU) que, desde 1947, tem mandato para coordenar temas na área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Entre seus objetivos principais encontram-se o compromisso de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sustentável das telecomunicações e redes de informação e promover o acesso universal às tecnologias de informação, seja por meio de negociação de padrões comuns para telecomunicações, seja através de programas de capacitação técnica e treinamento.

Dentre as funções da UIT, destacam-se: i) desenvolvimento de padrões e normas técnicas relacionados a telecomunicações e radiocomunicações; ii) regulação do espectro radioelétrico das órbitas de satélite; e iii) desenvolvimento das telecomunicações, por meio da discussão e elaboração de normas e políticas públicas e da implementação de projetos de universalização de serviços e infraestrutura de telecomunicações. Há dois tipos de instrumentos negociados no âmbito da UIT: os Regulamentos Internacionais de Telecomunicações (ITRs), de caráter vinculante, e as Recomendações internacionais, de perfil não-vinculante. Ambos possuem amplo reconhecimento internacional.

Os membros da UIT incluem Estados e organizações privadas do setor. Embora detenham diferentes status, ambas categorias de membros possuem participação direta no desenvolvimento de padrões e normas técnicas, o que não é a regra em outras organizações internacionais. Atualmente, a UIT possui 193 Estados membros e 900 membros privados.

Membro da UIT desde 1887, o Brasil tem sido reeleito como membro do Conselho de Administração desde sua constituição em 1947. As decisões das Conferências Plenipotenciárias da UIT, órgão máximo da Organização, são internalizadas no ordenamento jurídico brasileiro por meio da submissão ao Congresso Nacional do texto final de cada Conferência Plenipotenciária que, após aprovado, passa a possuir status de lei ordinária.

Estrutura

A UIT é composta internamente por três setores (radiocomunicações, padronizações e desenvolvimento), além da UIT

Telecom e de uma Secretaria-Geral, que gerencia o trabalho do dia a dia da União. A cada mandato de quatro anos, a União organiza anualmente uma Conferência de cada um dos três setores, e no quarto ano, a Conferência Plenipotenciária. Cada setor conta com um grupo consultivo e uma comissão de estudo, e gerencia um aspecto diferente dos assuntos tratados pela União.

Setor de Radiocomunicações (UIT-R): as principais tarefas do setor incluem a elaboração de normas sobre sistemas de radiocomunicações que garantam a utilização eficaz do espectro de radiofrequências e a realização de estudo relativos ao desenvolvimento de sistemas de radiocomunicações. O setor também realiza estudos sobre desenvolvimento de sistemas de radiocomunicações para as operações de ajuda em caso de catástrofes, incluindo previsão, detecção, alerta e assistência em caso de desastre.

Setor de Padronização das Telecomunicações (UIT-T): dedicado principalmente à elaboração de normas como resultado do trabalho realizado em conjunto entre os principais representantes governamentais e do setor industrial para a criação de um consenso mundial sobre as novas tecnologias. As normas facilitam o acesso das indústrias aos mercados mundiais uma vez que garantem o funcionamento, a interoperabilidade e a integração dos sistemas de comunicação em todo mundo.

Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações (UIT-D): tem a missão garantir a todos os habitantes do planeta o direito à comunicação por meio do acesso à infraestrutura e aos serviços de informação e comunicação. Para alcançar tal objetivo a UIT-D assiste países na área das tecnologias da informação e da comunicação por meio da mobilização de recursos técnicos, humanos e financeiros necessários ao acesso a essas tecnologias. O UIT-D foi criado principalmente para difundir o acesso equitativo e sustentável às TICs a um custo acessível.

4. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

O Brasil tem atuado para fortalecer o papel da UIT no âmbito da arquitetura internacional de governança digital, pois entende-se que esta agência da ONU desempenha papel central no cenário atual e vindouro, haja vista a crescente digitalização da economia mundial e as ameaças de fragmentação do espaço digital decorrente das dificuldades atuais no cenário político e econômico internacional. Ademais, trata-se do fórum onde a presença e atuação histórica do Brasil permitem que o país esteja melhor posicionado para defender seus interesses, seja em matéria de negociação de padrões, seja no âmbito de programas de apoio à ampliação da infraestrutura de conectividade e de capacitação técnica.

Entre os temas que interessam ao Brasil fazer avançar na UIT encontram-se: (1) regulação de redes abertas (Open-Ran); (2) segurança cibernética; (3) negociação do uso sustentável do espaço, em particular no que toca a lixo espacial e regulação da ocupação de órbitas baixas; (4) gerenciamento e uso de espectro de radiofrequências; (5) papel das TICs para cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 das Nações Unidas; (6) mecanismos de superação de hiatos digitais, seja em termos de infraestrutura, seja em letramento digital; (7) inteligência artificial e (8) implementação dos objetivos da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS) e da Agenda de Túnis.

No que toca à participação do Brasil para o orçamento da UIT, vale ter presente que cada país escolhe o valor de sua contribuição voluntária, o que permite manter ativa sua condição de Estado membro. Até 2022, o Brasil pagava anualmente 3 (três) cotas contributivas, o equivalente a US\$ 1,2 milhão. Se comparado aos outros países de economia emergente do grupo “BRICS”, o Brasil era o que menos contribuía.

Recentemente, a Anatel, em entendimento com o Ministério da Economia e o Itamaraty, informou decisão de aumentar as cotas contributivas do Brasil, de 3 para 11. Nessas condições, o país passaria a ser um dos principais financiadores da agência, ao lado de Índia, Canadá, Coreia, Suíça e Reino Unido. Acima desse patamar estariam apenas Japão e EUA, com 30 cotas cada, Alemanha (25), França (21), China (20), Itália e Rússia (15) e Austrália (13). O anúncio do aumento da contribuição brasileira será feito durante a próxima Conferência Plenipotenciária (PP-22) em Bucareste (26/9-14/10/22).

Escritório Regional da UIT para as Américas

Com objetivo de facilitar os contatos da Organização com autoridades nacionais, organizações regionais e outros agentes do setor, a

UIT possui cinco escritórios regionais: Addis Abeba (Escritório para África), Brasília (Escritório para as Américas), Cairo (Escritório para Países Árabes), Bangkok (Escritório para Ásia e Pacífico), Moscou (Escritório para Países da CEI). O Escritório Regional para as Américas em Brasília possui três escritórios sub-regionais em Barbados, Chile e Honduras para atender aos 35 países-membros da UIT na região. Desde abril de 2012, a chefia do Escritório Regional de Brasília está a cargo do ex-superintendente de serviços privados da Anatel, Sr. Bruno Ramos, engenheiro elétrico com especialidade em regulação de telecomunicações pela Universidade de Brasília (UnB).

5. CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1865	Durante a Primeira Convenção Internacional do Telégrafo, em Paris, foi criada a União Internacional do Telégrafo, posteriormente renomeada União Internacional de Telecomunicações.
1885	O patenteamento do telefone, em 1876, leva a UIT a elaborar legislação internacional para a área de telefonia.
1903	A invenção do telégrafo sem fio, em 1896, e sua utilização para fins marítimos, entre outros, leva a UIT a propor conferência preliminar de rádio para estudar questões regulatórias relativas às radiocomunicações.
1906	Primeira Conferência Internacional de Radiotelegrafia, em Berlim (Alemanha).
1920-25	A expansão da radiocomunicação, com a criação do Comitê Consultivo Internacional de Telefone (1924) e do Comitê Consultivo Internacional do Telégrafo (1925), possibilitam estudos técnicos, testes e outros procedimentos que levam ao estabelecimento de padrões internacionais de telecomunicações.
1927	A Conferência Internacional de Radiotelegrafia disponibilizou bandas de frequência a vários serviços de rádio então existentes (fixos, marítimos, aeronáuticos móveis, amadores e experimentais).
1932	Conferência de Madri, Espanha. É decidida a união entre as Convenções Internacionais do Telégrafo (1865) e da Radiotelegrafia (1906), e a troca do nome da UIT para União Internacional de Telecomunicações. O novo nome entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1934.
1948	Em um esforço de modernização da entidade, a UIT muda sua sede de Berna para Genebra (Suíça). Também foi estabelecido o Departamento de Registro de Frequência Internacional.
1963	Conferência Administrativa Extraordinária para Comunicações Espaciais, Genebra. Conferências subsequentes estabeleceram medidas regulatórias do uso de satélites espaciais e espectro de frequências de rádio.
1992	Abertura do Escritório da UIT no Brasil. Estabelecidas medidas para atender às necessidades dos novos serviços chamados de Comunicações Pessoais Globais Móveis por Satélite.
2002	A Conferência Plenipotenciária de Marraqueche estabeleceu como prioridade para a UIT facilitar o desenvolvimento de

	serviços e redes totalmente interligadas e interoperáveis.
2003	A UIT desempenha papel de liderança na preparação da 1ª Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.
2006	A Conferência Plenipotenciária de Antália teve como foco a implementação das resoluções derivadas da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS) e no papel da UIT como agência da ONU responsável pela implementação da Resolução.
2010	A Conferência Plenipotenciária de Guadalajara foi responsável pela adoção das principais resoluções sobre internet, reforçando o mandato da UIT para temas relacionados à rede mundial
2014	A Conferência Plenipotenciária de Busan reafirmou o papel da UIT no desenvolvimento global de TICs e estendeu o mandato da União em áreas emergentes, incluindo gênero, desemprego juvenil, controle global de doenças e segurança aeronáutica.
2018	A Conferência Plenipotenciária de Dubai teve como foco o papel da UIT na facilitação do progresso para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através das TICs.
2022	A Conferência Plenipotenciária de Bucareste (PP-22) será realizada entre os dias 26/09 e 14/10. Além da agenda substantiva da União, a PP-22 deverá também decidir as eleições para Secretário-Geral, Vice-SG e para as diretorias dos “Bureaux” de Padronização e de Desenvolvimento, além dos novos membros do Conselho. O Brasil é candidato ao Conselho e à Junta de Regulação de Rádio.

6. PRINCIPAIS ATOS MULTILATERAIS E BILATERAIS

Atos bilaterais:

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor (Data)	Publicação no D.O.U (Data)
Acordo para o Estabelecimento da Representação da União Internacional de Telecomunicações - UIT em Brasília	08/10/1991	26/07/1995	29/10/1998
Termo de Cooperação para Prestar Apoio à Reforma Estrutural do Setor das Telecomunicações	14/06/1996	14/06/1996	30/07/1996

CENTRO SUL

**1. DADOS BÁSICOS**

Nome Oficial	Centro Sul
Países-membros	55
Ano da fundação	1995
Ano da adesão do Brasil	1995 (Membro fundador)
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Secretariado Conselho de Representantes
Principais Chefias	Diretor-Executivo: Carlos Correa, desde 2018.

2. PERFIL BIBLIOGRÁFICO

Diretor-Executivo do Centro Sul Carlos Maria Correa



O Diretor-Executivo do Centro Sul é o Dr. Carlos María Correa, da Argentina, com mandato iniciado em 01/07/2018. Correa é advogado e economista formado pela Universidade de Buenos Aires e doutor em Direito também pela Universidade de Buenos Aires. Antes de assumir seu mandato, foi Assessor Especial de Comércio e Propriedade Intelectual do Centro Sul.

O Dr. Correa é especialista em questões de propriedade intelectual e tecnologia. Atuou no governo argentino e como diretor do Centro de Estudos Interdisciplinares em Propriedade Industrial e Economia (CEIDIE) da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires. Foi membro da Comissão de Direitos de Propriedade Intelectual do Reino Unido, da Comissão de Direitos de Propriedade Intelectual, Inovação e Saúde Pública estabelecida pela Assembleia Mundial da Saúde e do Painel de Especialistas Eminentes da FAO em Ética na Alimentação e Agricultura.

Foi professor visitante em cursos de pós-graduação de diversas universidades e consultor de diversas organizações regionais e internacionais. Atuou como conselheiro de vários governos em propriedade intelectual, política de inovação e saúde pública.

3. INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico, atribuições e estrutura

O Centro Sul foi formalmente estabelecido como uma organização intergovernamental em 31 de julho de 1995, quando o Acordo Internacional que o criou, celebrado em 1º de setembro de 1994 na Sede das Nações Unidas em Nova York, entrou em vigor.

Originário dos trabalhos da Comissão Sul, que funcionou de 1987 a 1990 no âmbito do Movimento dos Não-Alinhados, o Centro agrupa hoje 54 países em desenvolvimento, entre os quais China, Índia e África do Sul. O Brasil assinou o Acordo de Constituição do Centro Sul em 15 de dezembro de 1994. O Acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto-Legislativo nº 347/09, publicado em 26 de junho de 2009.

O Centro Sul tem como objetivos:

- a) Promover a solidariedade, a conscientização e o conhecimento e entendimento mútuo entre os povos e os países do Sul;
- b) Promover a cooperação e o intercâmbio Sul-Sul;
- c) Criar, entre os países do Sul, visões e abordagens convergentes em relação a temas globais de ordem econômica, política ou estratégica, relacionados aos conceitos de desenvolvimento, soberania e segurança;
- d) Contribuir para o aumento da compreensão e da colaboração entre o Norte e o Sul, sobre uma base de equidade e justiça, assim contribuindo, também, para a democratização e o fortalecimento das Nações Unidas.

O Centro Sul trabalha na formulação de conceitos de política de interesse para países em desenvolvimento. O escopo de suas atividades compreende estudos sobre cooperação Sul-Sul, política de desenvolvimento, relações econômicas internacionais e relações Norte-Sul, notadamente do ponto de vista do comércio internacional, da governança e da gestão do sistema mundial.

Para atingir seus objetivos, o Centro conduz trabalhos de análise sobre questões do desenvolvimento. Dessa forma, auxilia os países em desenvolvimento na formulação de posições sobre temas de política relevantes. Dentro dos limites de sua capacidade e mandato, o Centro Sul também assessora e presta apoio técnico a organizações como o G-77 e o Movimento Não-Alinhado.

O Centro é formado por um Conselho de Representantes, uma Junta e um Secretariado. O Conselho de Representantes, composto por um

representante de cada país-membro, é a mais alta instância do Centro, reunindo-se pelo menos uma vez a cada ano. A Junta, composta por um presidente e nove membros eleitos pelo Conselho, em sua capacidade pessoal, para um mandato de três anos e reúne-se, em regra, duas vezes por ano. O Secretariado compõe-se de pequeno número de funcionários, além do Diretor-Executivo.

4. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

O Brasil participa dos debates temáticos em suas áreas de competência, sobretudo em agricultura, propriedade intelectual, investimentos e comércio eletrônico, com o objetivo de promover as perspectivas brasileiras. O Brasil tem defendido que o trabalho técnico do secretariado reflita a diversidade de visões e de interesses dos membros do Centro.

CENTRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL - ITC



1. DADOS BÁSICOS

Nome Oficial	Centro para o Comércio Internacional - ITC
Países-membros	Membros da OMC e da UNCTAD
Ano da fundação	1964
Ano da adesão do Brasil	1964
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Diretoria Executiva Comitê Sênior de Administração
Principais Chefias	Diretora-Executiva: Pamela Coke-Hamilton desde 2020

2. PERFIL BIBLIOGRÁFICO

Diretora-Executiva do ITC Pamela Coke-Hamilton



A jamaicana Pamela Coke-Hamilton assumiu o cargo de Diretora-Executiva da ITC em outubro de 2020. É bacharel em Economia e Relações Internacionais pela Universidade das Índias Ocidentais (Mona/Jamaica) e mestra em Direito pela Universidade de Georgetown (Washington/EUA). Possui ampla experiência em capacitação relacionada ao comércio e desenvolvimento sustentável.

Iniciou sua carreira como funcionária no Ministério de Relações Exteriores e Comércio Exterior da Jamaica, e mais tarde também atuou como Diretora de Comércio, Turismo e Competitividade da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Diretora-Executiva da Agência de Desenvolvimento de Exportações do Caribe (CEDA).

3. INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico, atribuições e estrutura

O Centro para o Comércio Internacional (ITC, na sigla em inglês) é uma agência de cooperação técnica conjunta da UNCTAD e da OMC. Ao passo que a UNCTAD e a OMC são foros intergovernamentais, o ITC concentra seus esforços na articulação dos setores empresariais dos países em desenvolvimento. O ITC é o sucessor do Centro de Informação para o Comércio Internacional, criado em 1964 pelo GATT. No ano de 1967, no contexto dos esforços para dar maior coerência às atividades de promoção às exportações no âmbito das Nações Unidas, um acordo foi concluído entre o GATT e a recém-estabelecida UNCTAD, para unir as atividades das duas organizações nessa área, por meio da criação de um órgão subsidiário conjunto. O resultado desse acordo foi a transformação do então Centro de Informação do GATT no atual ITC, estabelecido oficialmente em 1º de Janeiro de 1968.

O Centro busca habilitar pequenos empreendedores de países em desenvolvimento ao disponibilizar parcerias e soluções de desenvolvimento comercial inclusivas e sustentáveis ao setor privado, às instituições de promoção do comércio e aos formuladores de políticas públicas. O ITC tem como objetivos principais: a) fortalecer a competitividade internacional das empresas exportadoras do mundo em desenvolvimento; b) desenvolver a capacidade de fornecedores de serviços de promoção comercial para apoiar os empreendedores; c) ajudar os formuladores de políticas públicas a integrar as empresas de seus países à economia global.

O ITC é chefiado por um Diretor Executivo, que é encarregado do planejamento estratégico, das relações externas e das comunicações, e se reporta ao Secretário-Geral da UNCTAD e ao Diretor-Geral da OMC. A estrutura interna é organizada em quatro divisões:

- Divisão de Programas Nacionais: coordena os projetos do ITC em nível nacional e serve de ponto focal para coordenação com países-clientes.
- Divisão de Desenvolvimento de Mercados: elabora análises de mercado e serviços de pesquisa e informação comercial, além de coordenar o trabalho setorial do ITC;
- Divisão de Negócios e Apoio Institucional: tem foco na promoção da competitividade de exportadores e na eficácia das instituições de apoio ao comércio;
- Divisão de Apoio a Programas: fornece apoio administrativo, como preparação orçamentária e controle de implementação, contabilidade,

gestão de recursos humanos, licitações, serviços de informação, entre outros.

4. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

O ITC é uma agência de cooperação técnica conjunta da UNCTAD e da OMC, em benefício sobretudo de PMDRs, com foco em micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), bem como em empreendedorismo e gênero. O Brasil tem apoiado o desenvolvimento da plataforma de informações "Global Trade Helpdesk", com o propósito de apoiar a internacionalização de MPMEs.

OUTRAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS SEDIADAS EM GENEBRA

União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas – UPOV:

A União internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas – UPOV é uma organização intergovernamental estabelecida pela Convenção Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas, adotada em 1961, em Paris, e revisada em 1972, 1978 e 1991. Seu objetivo é proteger as novas variedades de plantas por meio da constituição de direitos de propriedade intelectual. A Convenção estabelece uma modalidade *sui generis* de direito de propriedade intelectual, adaptada especificamente ao processo de desenvolvimento de novas variedades vegetais. A UPOV conta atualmente com 78 membros, tendo o Brasil se juntado à organização em 23 de maio de 1999.

A estrutura da UPOV tem em seu ápice o Conselho e o Comitê Consultivo, abaixo dos quais estão o Comitê Jurídico e Administrativo e o Comitê Técnico. Subordinados ao Comitê Técnico estão os Grupos de Trabalho Técnico sobre: (i) Culturas Agrícolas; (ii) Culturas Frutíferas; (iii) Plantas Ornamentais e Árvores Florestais; (iv) Vegetais; (v) Automação e Programas de Computador; (vi) Técnicas Bioquímicas e Moleculares.

O governo brasileiro decidiu lançar a candidatura do senhor Leontino Rezende Taveira para o cargo de Secretário-Geral Adjunto da UPOV para o mandato que terá início em outubro de 2023. O candidato brasileiro é engenheiro agrônomo e servidor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Desde 2012, ocupa posição na UPOV, sendo que, a partir de 2019, passou a desempenhar a função de Chefe de Assuntos Técnicos e de Desenvolvimento Regional para a América Latina e o Caribe. Espera-se anúncio do candidato selecionado em 23 de março de 2023.

Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE)

A Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) foi fundada em 1947 e atua como uma das comissões econômicas subsidiárias da ONU. Possui 56 membros e inclui países da Europa Ocidental e Oriental, além de EUA, Canadá, Israel, Turquia e países da Ásia Central. O objetivo inicial da Comissão era auxiliar os esforços econômicos de reconstrução dos países europeus no pós-Segunda Guerra Mundial.

Após a dissolução da União Soviética, expandiu suas fronteiras e ganhou caráter euroasiático, ao incorporar países como Azerbaijão, Tajiquistão, Cazaquistão, entre outros. Foi, também, modificando a natureza da sua atuação: atualmente, a UNECE funciona como foro técnico dedicado a elaborar análises e suporte à cooperação econômica entre seus membros nos mais variados temas, tais como parcerias público-privadas, pesca, segurança do trânsito, padrões ambientais, entre diversos outros.

Atua, portanto, como foro para harmonização de padrões regulatórios e coordenação de posições multilaterais em um amplo leque de temas. Nos últimos anos, a UNECE tem fomentado o engajamento de não membros em suas atividades, convidando países extrarregião, e mesmo entidades subnacionais com prefeituras e estados, com o objetivo de expandir o alcance de seus regulamentos técnicos.

Nesse contexto, o Brasil acompanha as discussões da UNECE com o objetivo de manter o governo informado sobre a evolução de agendas sensíveis que possam ter impactos em outras organizações, em marcos regulatórios internacionais de interesse do país ou em setores econômicos relevantes.

Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação – WSIS:

Considerada o marco da formulação de propostas globais para o desenvolvimento inclusivo da sociedade da informação, a realização da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) foi resultado de decisão da Assembleia Geral da ONU que, em 2001, por meio da Resolução AGNU 56/183, aprovou a organização da Cúpula, em duas fases, sob os auspícios da UIT.

A primeira fase ocorreu em Genebra, em dezembro de 2003, e teve como objetivo iniciar articulação política internacional de alto nível sobre o tema, bem como propor medidas concretas para estabelecer as bases para uma sociedade da informação para todos, resultando na elaboração do Plano de Ação de Genebra. O objetivo da segunda fase, realizada em Túnis, em novembro de 2005, foi colocar em prática o referido Plano de Ação, bem como buscar consenso nas áreas de governança da Internet e TICs para o desenvolvimento, resultando na adoção da Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação. O Plano de Ação de Genebra e a Agenda de Túnis são os dois documentos principais resultantes da Cúpula, que vêm orientando a articulação internacional nessa área desde então.

Tendo como base as Metas de Desenvolvimento do Milênio, o Plano de Ação de Genebra estabeleceu 10 objetivos relacionados à difusão do acesso e uso das TICs, a serem cumpridos até 2015, com atenção

especial para as necessidades dos países em desenvolvimento. O documento também estabeleceu 11 linhas de ação voltadas para a construção de uma sociedade da informação inclusiva e para o aproveitamento do potencial das TICs para o desenvolvimento.

A Agenda de Túnis, por sua vez, além de voltar-se para a implementação do Plano de Ação de Genebra e para definições relacionadas às iniciativas de seguimento das recomendações da Cúpula, destaca-se pela defesa do modelo multissetorial para governança global da Internet, pela criação do Fórum de Governança da Internet (IGF) e por reconhecer a necessidade de um processo de “Cooperação Aprimorada” para efetiva articulação internacional que permita aos governos, no âmbito de suas responsabilidades, exercerem o mandato estabelecido pela Agenda de Túnis, no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à Internet.

De forma complementar ao papel da UIT como organização facilitadora do processo WSIS, a Agenda de Túnis atribuiu ao ECOSOC, por meio da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da ONU (CSTD), a responsabilidade para supervisionar o seguimento dos resultados da referida Cúpula. Desde então, as reuniões anuais da CSTD, bem como os painéis dessa Comissão, vêm-se dedicando, entre outros temas, a avaliar e discutir a implementação das recomendações da WSIS.

O WSIS Fórum, realizado anualmente em Genebra desde 2006, constitui outro espaço relevante para debates, com participação multissetorial, a respeito da implementação dos objetivos e metas definidos nas duas fases da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. O referido Fórum é organizado pela UIT, com apoio da UNCTAD e da UNESCO, principais agências da ONU que também atuam como facilitadoras da implementação dos resultados da WSIS.

Em 2015, a WSIS passou pela sua primeira revisão decenal (WSIS+10). Ao reconhecer que o hiato digital havia se intensificado desde a fase de Túnis, a WSIS+10 decidiu por lançar linha de ação para fortalecer a cooperação digital, por meio da criação do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Aprimorada em Questões de Políticas Públicas pertinentes à Internet (‘Working Group on Enhanced Cooperation’ – WGEC). Sob presidência brasileira, o WGEC funcionou de 2016 a 2018, no âmbito da Comissão sobre Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento (CSTD) da ONU.

Com a pandemia de Covid-19, a aceleração da transformação digital e seus efeitos exponenciais vêm ampliando o interesse de diferentes atores e organismos pelas estruturas de governança digital. Ao longo dos próximos dois anos, uma série de eventos no calendário internacional deverá ter impacto sobre o futuro da arquitetura internacional do espaço digital.

Em setembro de 2021, o SGNU publicou seu relatório ‘Our Common Agenda’, onde defende a reforma do IGF e propõe um ‘Global Digital Compact’ (GDC), que seria acordado no marco do que o se chamou de “Cúpula do Futuro” (‘Summit of the Future’), planejada para 2024. No ano seguinte, deverá ocorrer o processo de revisão da WSIS, tendo em vista o mandato da Agenda de Túnis para a realização, em 2025, da segunda revisão geral da implementação dos resultados da WSIS (WSIS+20), recomendação que foi endossada pela AGNU, por meio da Resolução 70/125, de 2016. O formato desse processo de revisão e a Organização que será encarregada de coordená-lo serão ainda objeto de deliberação pela AGNU.

A atuação do Brasil no processo de revisão da WSIS é balizada pela defesa de um sistema multilateral, democrático e transparente de governança da Internet, em linha com a Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação e com o modelo de governança multissetorial adotado internamente pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). O Brasil busca evitar que a agenda digital seja dominada por temas relacionados a segurança em detrimento do projeto original da sociedade da informação que visava à maior participação dos países em desenvolvimento e suas comunidades no processo global de governança da Internet, bem como a adoção de iniciativas voltadas para a universalização do acesso e a redução do hiato digital.

Fórum Econômico Mundial

O Fórum Econômico Mundial é uma associação sem fins lucrativos com sede em Genebra, na Suíça (não se trata de organização internacional). Define-se como uma plataforma para a colaboração entre lideranças governamentais e empresariais e representantes da sociedade civil em questões de interesse público global.

O evento de maior destaque do Fórum Econômico Mundial é sua Reunião Anual, realizada normalmente em janeiro, na cidade suíça de Davos. Adicionalmente, o Fórum organiza uma série de eventos temáticos e regionais (e.g. Reunião Regional para a América Latina) e atua como centro de estudos e reflexão, editando publicações como, por exemplo, o Relatório de Competitividade Global (Global Competitiveness Report).

A participação brasileira nas reuniões anuais do Fórum Econômico Mundial costuma ser ocasião propícia para a divulgação, junto a altos executivos do setor privado, de visões e expectativas sobre a economia, promoção de investimentos, e promoção da imagem do Brasil, especialmente com respeito ao agronegócio e à Amazônia. Autoridades brasileiras têm participado da Reunião Anual em Davos nas últimas duas décadas (e.g. Presidente Lula em 2003, 2005 e 2007, Presidente Dilma em

2014, Presidente Temer em 2018, Presidente Jair Bolsonaro em 2019). Em 2021, o Fórum Econômico Mundial não conseguiu realizar sua Reunião Anual de forma presencial, organizando, alternativamente, reunião virtual intitulada “The Davos Agenda”. Em 2022, foi possível realizar novamente reunião presencial, sob o tema "História em um Ponto de Virada: Políticas Governamentais e Estratégias de Negócios".

A Reunião Anual de 2023 ocorreu de 16 a 20 de janeiro, com a participação do Sr. Ministro da Fazenda e da Sra. Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Com o lema "Cooperação em um Mundo Fragmentado ", contou com 5 prioridades temáticas: i) alta inflação, baixo crescimento e incremento da dívida no contexto de um novo sistema de investimento, comércio e infraestrutura; ii) riscos geopolíticos no contexto de um novo sistema de diálogo e cooperação num mundo multipolar; iii) as crises de energia e alimentar no contexto de um novo sistema de energia, clima e natureza; iv) atuais "ventos contrários" da indústria no contexto de um novo sistema para aproveitar tecnologias de fronteira para inovação e resiliência do setor privado; e v) vulnerabilidades sociais atuais no contexto de um novo sistema de trabalho e competências.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA
DELEGAÇÃO DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
(OMC) E OUTRAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS EM GENEVRA**

Candidato: GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota

O Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota ingressou na carreira de diplomata há quarenta anos, por concurso realizado em 1983. Coursou Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Ecologia na Universidade de Brasília. Trabalhou na Radiobrás como redator e locutor de programas sobre o Brasil transmitidos em ondas curtas para o exterior em português, inglês e francês.

Iniciou sua carreira no Itamaraty nas divisões de cooperação científica e tecnológica e de política comercial, etapa em que atuou nos chamados novos temas da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais, no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, o GATT 1947. De 1987 a 1990, acompanhou as negociações que viriam a resultar nos acordos da OMC relacionados à propriedade intelectual (TRIPS), medidas de investimento (TRIMS) e serviços (GATS). Ocupou-se da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Industrial (UNIDO). Participou do primeiro diálogo do Brasil com o Comitê de Coordenação para o Controle Multilateral das Exportações – CoCom, em 1987, entidade da guerra-fria encarregada de controlar exportações de bens ocidentais militarmente sensíveis. Foi responsável pelos trabalhos da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), tendo sido delegado nas negociações da Conferência Diplomática de Washington, D.C., de 1989, que culminaram no Tratado sobre a Propriedade Intelectual dos Circuitos Integrados. De 1990 a 1994 serviu na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington, D.C. Acompanhou os primórdios, na OEA, da iniciativa do governo estadunidense sobre um Acordo de Livre Comércio para as Américas (ALCA). Atuou nos preparativos hemisféricos para a Rio 1992, na área ambiental. Contribuiu para a criação do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral da OEA, institucionalizado pelo Protocolo de Manágua, de 1993.

O Embaixador Guilherme Patriota serviu na Delegação do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e Mercosul, com sede em Montevidéu, no período de 1994 a 1997. Participou da renegociação de acordos de complementação econômica em vigor sob o arcabouço regional da ALADI, os quais eram baseados em preferências tarifárias e necessitavam ser readequados à constituição da união aduaneira do MERCOSUL e à Tarifa Externa Comum. Simultaneamente, assessorou o negociador brasileiro à reunião Ministerial de Belo Horizonte relativa ao Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 1997, e nas etapas preparatórias.

Em 1997, integrou-se à primeira equipe de diplomatas na Embaixada do Brasil em Wellington, Nova Zelândia, onde serviu por três anos como Conselheiro comissionado, encarregado da chancelaria.

Retornou à Secretaria de Estado no ano 2000, para chefiar a Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica e, a partir de 2003, assumiu a Assessoria Internacional do Ministério da Ciência e Tecnologia, incluindo a Coordenação Geral de Controle de Exportações de Bens Sensíveis e o papel de interface internacional para temas da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da Agência Espacial Brasileira, do CNPq e de outras entidades do sistema nacional de C&T. Encarregou-se da elaboração do documento de contribuição brasileira à Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS), convocada no âmbito da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

De 2005 a 2008, serviu na Delegação do Brasil em Genebra, onde assumiu a chefia do setor responsável pelos novos temas no âmbito da OMC (TRIPS e TRIMS), as negociações sobre regras (dumping, subsídios e medidas compensatórias), acesso da Rússia, Vietnã e Cazaquistão à OMC, barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias, o Órgão de Revisão de Políticas Comerciais e o Comitê de Comércio e Meio Ambiente. Foi o principal negociador da Agenda do Desenvolvimento da OMPI, contendo 45 recomendações que visavam fortalecer a propriedade intelectual como instrumento de desenvolvimento socioeconômico e criou o Comitê Permanente encarregado de sua implementação. Presidiu o Comitê de Programa e Orçamento da OMPI. Em 2006, foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com monografia intitulada "Os Desafios da Diplomacia Científico-Tecnológica Brasileira em um Mundo em Transformação".

De 2008 a 2010, serviu como Ministro na Delegação Permanente junto às Nações Unidas em Nova York. Acompanhou, pelo Brasil, Grupo de assessores do Presidente da Assembleia Geral da ONU sobre a crise financeira internacional de 2008. Atuou na conferência sobre financiamento ao desenvolvimento encarregada de rever a implementação do Consenso de Monterrey, realizada em Doha, em 2008. Ocupou-se das negociações para a definição do orçamento regular das Nações Unidas (períodos 2008-2010 e 2013-2014), defendendo que a contribuição brasileira se mantivesse estritamente dentro dos critérios de proporcionalidade e capacidade de pagamento do Brasil.

O Embaixador Patriota foi cedido pelo Itamaraty para a assessoria internacional da Presidência da República no período de 2010 a 2013. De 2013 a 2015, foi designado Representante Permanente Alternativo do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York. Atuou como negociador pelo Brasil da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em cujo bojo foram formulados e adotados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em fins de 2015, Guilherme Patriota assumiu o cargo de Embaixador Alternativo do Brasil junto às Nações Unidas e demais Organismos Internacionais com sede em Genebra, ocupando-se primordialmente da Organização Mundial da Saúde. Ao participar como negociador brasileiro do processo que levou ao Tratado de Proibição de Armas Nucleares (TPAN), o Embaixador Patriota, em fevereiro de 2017, foi designado Representante Especial do Brasil junto à Conferência do Desarmamento. Presidiu Grupo de Peritos Governamentais da ONU (GGE) sobre a Prevenção da Corrida Armamentista no Espaço Exterior (PAROS). Foi eleito presidente do Grupo de Peritos Governamentais (GGE) da ONU sobre o Comportamento Responsável dos Estados no Espaço Cibernético no Contexto da Segurança Internacional. Este grupo reuniu-se durante dois anos e concluiu seus trabalhos exitosamente, aprovando relatório substantivo por consenso de seus 25 membros, em maio de 2021.

Em julho de 2019, Guilherme Patriota foi designado Cônsul-Geral do Brasil em Mumbai, onde serviu até fins de 2021. Durante a pandemia do novo coronavírus, coordenou com a Embaixada em Nova Delhi importante voo de repatriação de mais de trezentos brasileiros retidos em situação precária em diversas regiões da Índia durante o severo "lockdown" adotado pelo Governo a partir de março

de 2020. Em dezembro de 2021, Patriota foi designado Cônsul-Geral do Brasil em Tóquio, com a missão de apoiar a extensa comunidade de nipo-descendentes brasileiros que residem e trabalham no Japão.

Guilherme Patriota possui longo histórico de serviços prestados na defesa dos interesses brasileiros em negociações diplomáticas multilaterais. É casado com a Ministra de Segunda Classe, Erika Almeida Watanabe Patriota e tem seis filhos.

ASPECTOS DA ATUAÇÃO BRASILEIRA NA OMC E OUTRAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS EM GENEBRA

(Elaborado pelo Embaixador Alexandre Guido Lopes Parola, que deixa o posto)

I – Principais áreas de atuação das Organizações Internacionais sob responsabilidade do posto

Organização Mundial do Comércio (OMC)

- A OMC constitui um dos pilares centrais da ordem econômica internacional e um dos eixos principais de atuação multilateral da diplomacia econômica brasileira.
- A OMC, enquanto organização internacional, possui estrutura legal e institucional para a implementação e monitoramento de acordos internacionais negociados sob sua égide, assim como para a solução de conflitos oriundos de sua aplicação e interpretação. Atualmente existem 17 (dezessete) acordos multilaterais em vigor sob a égide da OMC (dos quais todos os Estados Membros da OMC são partes signatárias) e 2 (dois) acordos “plurilaterais”, dos quais apenas alguns dos Estados Membros são partes signatárias.
- A preservação e o fortalecimento do sistema de regras multilaterais que garantem a estabilidade do comércio internacional constitui um interesse vital para o Brasil.

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

- A OMPI conta com 193 membros e administra 26 tratados internacionais sobre propriedade intelectual (17 sobre propriedade industrial e 7 sobre direitos autorais, além da sua própria Convenção), que incluem harmonização de normas de proteção e classificação, bem como a gestão de sistemas globais de registro de DPIs.
- Entre as áreas de atuação da OMPI, destaca-se a promoção da proteção dos direitos de propriedade intelectual (DPIs) em escala global. Os DPIs estão divididos em duas categorias: Propriedade Industrial (patentes, marcas, desenhos industriais e indicações geográficas) e Direito Autoral (direitos de autor e direitos conexos). Como agência especializada das Nações Unidas, está, ademais, formalmente comprometida com o objetivo de estimular a transferência de tecnologias protegidas por direitos de propriedade industrial para os países em desenvolvimento.

União Internacional de Telecomunicações (UIT)

- A União Internacional de Telecomunicações (UIT) é a agência especializada da Organização das Nações Unidas responsável por tecnologias de informação e comunicação (TICs). A UIT tem 3 áreas principais de atuação: comunicações por rádio, padronização e desenvolvimento. A UIT conduz a coordenação internacional do espectro de frequência de rádio e de órbitas satelitais; produz e revisa anualmente, em média, 150 padrões sobre acesso à internet, protocolos de transporte, compressão de vídeos e voz, entre outros; e desenvolve programas para reduzir o "gap digital" no acesso às TICs.

Conferência das Nações sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

- A UNCTAD atua como foro de discussão dos principais temas internacionais relacionados ao comércio e ao desenvolvimento, elabora estudos técnicos sobre temas econômicos diversos e provê assistência técnica aos membros. Da perspectiva do Brasil, as discussões no âmbito da

UNCTAD contribuem para democratizar o debate internacional e, com isso, fortalecer o multilateralismo.

Outros organismos

- No âmbito dos organismos econômicos sediados em Genebra, a atuação da Missão do Brasil contempla também as atividades do Centro Sul (organismo que produz análises sobre temas econômicos globais a partir da perspectiva dos países do Sul); do Centro para o Comércio Internacional (ITC – voltado à promover as exportações de países em desenvolvimento); a União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas (UPOV – cujo objetivo é proteger as novas variedades de plantas por meio da constituição de direitos de propriedade intelectual); a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE – em cujas atividades de harmonização de padrões regulatórios tem procurado envolver, cada vez mais, países extrarregião); Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS – cujo fórum anual constitui espaço relevante para debates, com participação multissetorial, sobre governança da Internet); Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da ONU (CSTD – voltado à discussão de temas afetos à ciência, tecnologia e desenvolvimento); e Fórum Econômico Mundial (WEF – apesar de não ser organização internacional, sua reunião anual em Davos atrai participação de alto nível e tem incidência sobre agenda negociadora em Genebra).

II – Temas de particular interesse do Brasil nas organizações

- Os principais objetivos do Brasil na OMC são: (i) assegurar crescente abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros; (ii) propugnar pelo contínuo aprimoramento das regras do comércio internacional; (iii) fortalecer o sistema multilateral de comércio, inclusive por meio de engajamento e protagonismo nas discussões sobre reforma da OMC; (iv) defender a incorporação de questões de desenvolvimento como dimensão essencial da OMC. O Brasil tem participado ainda de diversas iniciativas plurilaterais, particularmente nos temas de regulamentação doméstica, comércio eletrônico e facilitação de investimentos. O país também acompanha atentamente a crescente importância das discussões relativas a comércio e sustentabilidade no âmbito da organização.
- Com relação à atuação na OMPI, entre as iniciativas brasileiras de maior relevância, cabe destacar a adoção, em 2007, da chamada “Agenda para o Desenvolvimento”, cujo objetivo é introduzir a dimensão do desenvolvimento em todos os trabalhos da Organização. O Brasil é também muito ativo nos debates sobre a proteção de recursos genéticos (RGs), conhecimentos tradicionais (CTs) e expressões culturais tradicionais (ECTs), que são levados a cabo no âmbito do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC, sigla em inglês).
- De maneira geral, o Brasil tem atuado nas organizações econômicas sediadas em Genebra a partir da perspectiva dos desafios de países em desenvolvimento, bem como atuando em prol do multilateralismo, do desenvolvimento sustentável e de temas relevantes para o país, como agricultura, redução das desigualdades, promoção da tecnologia e da inovação, entre outros.

III – Calendário de atividades, com referência a ciclos de governança, conferências e outros debates de interesse no futuro próximo;

- Janeiro de 2024: Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial.
- Semana de 26 de fevereiro de 2024: 13ª Conferência Ministerial da OMC (Abu Dhabi, EAU).
- Início de 2024: Conferência Diplomática da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados aos Recursos Genéticos.
- Início de 2024: Conferência Diplomática da OMPI voltada à adoção de Acordo sobre Direito de Desenhos Industriais.

IV – Grupos de interesse e coalizões de países que atuam nos diversos temas nas organizações sob alçada do Posto, assim como indicação da participação brasileira nesses grupos/coalizões;

- No âmbito da OMC, destacam-se a participação do Brasil no:
 - Grupo de Ottawa: criado em 2018 para auxiliar os membros da OMC a responder a desafios do sistema multilateral de comércio, é um dos foros relevantes para a influência do Brasil nas discussões sobre reforma da OMC. Conta também com a participação de Austrália, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Japão, Quênia, México, Nova Zelândia, Noruega, Singapura, Suíça, Reino Unido e UE.
 - Grupo de Cairns: criado em 1986, sob coordenação da Austrália. Trata-se atualmente da única coalizão negociadora agrícola de que o Brasil participa na OMC. O Grupo contribui para fortalecer a posição negociadora nacional em temas de interesse dos países agroexportadores. Conta também com a participação de África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Filipinas, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Tailândia, Uruguai e Vietnã.
- Na OMPI, no âmbito das discussões sobre recursos genéticos, o Brasil desempenha papel de protagonismo, articulando-se no âmbito do "Like-minded Megadiverse Countries Group" (Grupo LMC), o qual inclui, além do Brasil, África do Sul, Bolívia, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Índia, Indonésia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Quênia, República Democrática do Congo e Venezuela.
- Destaca-se, igualmente, que, no âmbito da UNCTAD, o G77 é o principal grupo de negociação em que o Brasil participa. Fundado ao fim da primeira conferência da UNCTAD, é o principal grupo de articulação de países em desenvolvimento em matéria de cooperação econômica internacional no âmbito da ONU.
- Adicionalmente, o Brasil articula-se no âmbito do GRULAC, entre outros, em função dos critérios de distribuição geográfica em instâncias de governança em organizações como a OMC, OMPI e UNCTAD.

V – Situação do pagamento das contribuições aos Organismos de interesse

OMC

- Após a realização de pagamentos da contribuição brasileira à OMC em janeiro e em março deste ano, o montante total devido pelo país à organização é de CHF 2.111.391,00 (dois milhões cento e onze mil trezentos e noventa e um francos suíços), referente ao valor em aberto da contribuição do Brasil para 2023.

OMPI

- Encontra-se em aberto o montante de CHF 182.865,00 (cento e oitenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco francos suíços), advindo da integralidade das contribuições de 2022 e 2023 (CHF 91.158,00 cada) e de saldo devedor de 2021 (CHF 549,00).

Centro Sul

- O Brasil deve US\$ 124.919,56 ao Centro Sul, referentes às contribuições de 2022 e 2023 (US\$ 55.000 cada) e a saldos devedores de anos anteriores.

UPOV

- Encontra-se em aberto a integralidade da contribuição devida para 2022 (CHF 13.410,00), bem como a contribuição devida para 2023 (CHF 13.410,00). O passivo total será, então, de CHF 26.820,00.

UIT

- O montante devido pelo Brasil monta a CHF 1.624.441,15, referentes à contribuição de 2023 (CHF 954.000) e a valores devidos de anos anteriores (2019: CHF 2.975,65 (juros); 2020: CHF 3.816,00 (juros); 2021: CHF 409,15 (juros); e 2022: 663.240,35).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e outras organizações econômicas em Genebra.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em sua atuação no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outras organizações econômicas em Genebra: Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), União Internacional de Telecomunicações (UIT), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), Centro para o Comércio Internacional (ITC, na sigla em inglês) e Centro Sul, bem como a União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas (UPOV), Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS, na sigla em inglês), Comissão sobre Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento (CSTD, na sigla em inglês) da ONU, Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) e o Fórum Econômico Mundial.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Contribuir por meio da atuação junto à OMC e às organizações econômicas em Genebra para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável do Brasil;
2. Fortalecer o Sistema Multilateral de Comércio baseado em regras por meio da concertação entre os estados membros da OMC, de modo a revigorar o papel do comércio como ferramenta para o desenvolvimento;
3. Participar ativamente e estimular o processo de reforma da OMC nos seus três pilares de monitoramento e transparência, negociação e solução de controvérsias;
4. Contribuir para intensificar os aportes das organizações econômicas em Genebra, inclusive da OMC, à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no marco da Agenda 2030;
5. Coordenar a participação brasileira, em articulação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nas diversas instâncias da OMC e das demais organizações econômicas em Genebra, de maneira a consubstanciar o interesse nacional nos acordos e recomendações negociados, bem como nas atividades desempenhadas pelos respectivos secretariados e em procedimentos de solução de controvérsias;
6. Manter e ampliar a participação do Brasil como membro ativo, influente e de atuação sistêmica na OMC e nas organizações econômicas em Genebra, fortalecendo, inclusive, a presença de brasileiros no corpo de funcionários dessas organizações;

7. Ampliar iniciativas conjuntas entre as organizações econômicas em Genebra e o Brasil em linha com as prioridades da política externa, incluindo as afetas ao MERCOSUL e ao G20;
8. Aprofundar os contatos políticos e a cooperação com os demais estados membros, nas áreas sob mandato da OMC e demais organizações econômicas em Genebra, em caráter complementar ao relacionamento bilateral entre o Brasil e esses países, inclusive no contexto do MERCOSUL;
9. Fortalecer a dimensão econômica da ONU, em especial por meio dos aportes de suas agências e organismos econômicos em Genebra, como UNCTAD, ITC, OMPI e UIT;
10. Aprofundar o relacionamento com atores influentes e relevantes na negociação e implementação dos acordos negociados na OMC e nas organizações econômicas em Genebra;
11. Contribuir para a geração de conhecimento e de inteligência econômica em apoio à formulação de políticas públicas no Brasil por meio do trabalho analítico das organizações econômicas em Genebra e da colaboração com instituições acadêmicas, associações e institutos de pesquisa nas áreas de atuação da Missão;
12. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no âmbito da Missão, bem como a supervisão das atividades administrativas e consecução dos mandatos das organizações econômicas em Genebra.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Atuar na negociação de acordos no âmbito da OMC para, em benefício da economia brasileira, promover: o acesso a mercados; a remoção de barreiras não-tarifárias; a redução de medidas que causam distorções ao comércio internacional, em particular subsídios agrícolas; a manutenção de condições de justa concorrência; a atração de investimentos; e a redução de custos de transação no comércio;
2. Atuar na defesa dos interesses brasileiros em disputas comerciais na OMC envolvendo o Brasil, direta ou indiretamente, bem como acompanhar, relatar e avaliar as disputas comerciais na OMC nas quais interesses comerciais e sistêmicos do Brasil estejam em jogo;
3. Fomentar o aumento da participação do Brasil nos fluxos internacionais de comércio e investimentos, por meio da negociação e da incorporação de regras multilaterais de comércio;
4. Fomentar o aumento das correntes de comércio de bens e serviços no PIB do Brasil e a inserção brasileira em cadeias globais de valor, por meio da negociação e da incorporação de regras multilaterais de comércio;
5. Reduzir entraves burocráticos à exportação e à importação, por meio da implementação do Acordo de Facilitação do Comércio e da negociação de regras que modernizem trâmites burocráticos associados ao comércio internacional;
6. Incentivar maior envolvimento do setor privado brasileiro com os programas e atividades desenvolvidos pela OMC e outras organizações econômicas em Genebra;
7. Apoiar o desenvolvimento de projetos e atividades entre as organizações econômicas em Genebra e instituições brasileiras com vistas a ampliar as exportações de bens e serviços do Brasil, bem como a internacionalização de empresas nacionais;
8. Facilitar e apoiar o contato entre instituições de pesquisa, universidades e associações públicas e privadas com as organizações econômicas em Genebra e, nas áreas de atuação da Missão, de modo a ampliar a geração de conhecimento e de inteligência econômica em prol do aumento das exportações brasileiras, dos investimentos no país e da inserção dinâmica e diversificada do Brasil na economia internacional;
9. Preparar, coordenar e negociar atividades de seguimento das Declarações e Decisões Ministeriais adotadas em Conferências Ministeriais da OMC, com vistas a assegurar benefícios concretos para a economia brasileira, em particular nos setores agrícola, industrial e de serviços;
10. Contribuir para a conclusão de acordos de facilitação de investimentos e comércio eletrônico que resguardem o interesse brasileiro;
11. Apoiar a participação de autoridades brasileiras nas reuniões anuais do Fórum Econômico Mundial, em Davos;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Acordos, decisões e declarações adotadas no âmbito da OMC;
2. Casos no mecanismo de solução de controvérsias da OMC em que o Brasil é parte principal ou acompanha como terceira parte;

3. Valores comerciais estimados em contenciosos comerciais nos quais o Brasil atua como demandante;
4. Evolução da tarifa aplicada pelos membros da OMC aos produtos exportados pelo Brasil;
5. Participação percentual do Brasil no comércio mundial de bens e serviços;
6. Mensuração do nível de comércio intra-industrial do Brasil (índice Grubel-Lloyd);
7. Participação percentual do Brasil nos fluxos globais de investimento estrangeiro direto;
8. Número de propostas e comunicações apresentadas ou co-patrocinadas pelo Brasil relativas às negociações comerciais no âmbito da OMC;
9. Variação percentual dos gastos com subsídios agrícolas pelas principais economias;
10. Número de atividades relativas à participação brasileira no Comitê de Facilitação do Comércio;
11. Reuniões mantidas pela Missão com representantes do setor privado nacional;
12. Visitas de autoridades brasileiras em eventos de alto nível apoiadas pela Missão, com destaque para a reunião anual do Fórum Econômico Mundial.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS;

[**NOTA:** A atuação da Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras organizações econômicas em Genebra dá-se fundamentalmente no âmbito multilateral. Ainda assim, o contato frequente com os demais Estados membros da OMC e das outras organizações econômicas em Genebra proporciona oportunidade para o aprofundamento das relações políticas bilaterais por meio de parcerias e cooperação nos foros econômicos em Genebra.]

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Articular-se com os demais Estados Membros da OMC e de outras organizações econômicas em Genebra para a formação de coalizações e para a apresentação de propostas conjuntas em temas de interesse comum, incluindo agricultura, reforma da OMC e desenvolvimento;
2. Atuar, em articulação com a Secretaria de Estado de Relações Exteriores (SERE), em Brasília, nos contenciosos comerciais na OMC em que o Brasil seja parte principal, com base no diálogo, na busca de soluções negociadas e na firme de defesa do interesse nacional;
3. Colaborar na articulação de reuniões bilaterais entre autoridades brasileiras e representantes dos demais Estados Membros à margem de reuniões dos principais órgãos de governança da OMC e das organizações sediadas em Genebra, tais como a Conferência Ministerial da OMC, a Assembleia Geral da OMPI, a Conferência Plenipotenciária da UIT, o Fórum Mundial de Investimentos da UNCTAD, a reunião anual do Fórum Econômico Mundial, entre outros;
4. Atuar, junto às demais Representações Permanentes em Genebra, na promoção de candidaturas brasileiras aos órgãos de governança nas áreas de atuação da Missão, bem como articular-se com a SERE no processamento e na consideração de candidaturas recebidas de outros países;
5. Preparar, acompanhar e relatar, em articulação com a SERE e os aportes das Embaixadas bilaterais do Brasil, a participação brasileira nas Revisões de Políticas Comerciais (TPRs na sigla em inglês) dos membros da OMC;
6. Promover o acesso a mercado aos produtos brasileiros nas negociações sobre acesso de novos Membros à OMC e nas negociações de alteração das condições de acesso a mercados dos Membros da organização;
7. Coordenar a apresentação de Preocupações Comerciais Específicas (PCEs) no âmbito do Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio (Comitê TBT) e do Comitê do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Comitê SPS);
8. Coordenar agendas agrícolas bilaterais e a apresentação de perguntas e respostas no âmbito do Comitê de Agricultura da OMC;
9. Monitorar investigações em matéria de defesa comercial e salvaguardas iniciadas por autoridades estrangeiras, notificadas à OMC, que possam afetar exportadores brasileiros, e participar das discussões a seu respeito nos órgãos subsidiários competentes sobre tais matérias na organização.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Casos no mecanismo de solução de controvérsias em que o Brasil é parte principal;
2. Casos no mecanismo de solução de controvérsias em que se logra obtenção de solução bilateral negociada;
3. Valores comerciais estimados em contenciosos comerciais nos quais o Brasil atua como demandante;

4. Propostas e comunicações apresentadas em conjunto com outros membros da OMC;
5. Reuniões bilaterais às margens das reuniões de alto nível das organizações econômicas em Genebra;
6. Apoios obtidos junto às Representações Permanentes em Genebra a candidaturas brasileiras;
7. Expedientes relatando as sessões de Revisão da Política Comercial dos membros da OMC;
8. Perguntas apresentadas pelo Brasil no âmbito das sessões de Revisão da Política Comercial dos membros da OMC;
9. Negociações bilaterais de acesso a mercado concluídas no âmbito dos processos de acesso de novos Membros e de alteração das condições de acesso a mercados dos Membros que eventualmente deem início a essas tratativas;
10. Encontros bilaterais à margem das reuniões dos órgãos regulares da OMC, incluindo o Comitê de Agricultura, o Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio (Comitê TBT) e o Comitê do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Comitê SPS);
11. “Preocupações comerciais específicas” apresentadas pelo Brasil nas instâncias pertinentes da OMC, incluindo no Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio (Comitê TBT) e do Comitê do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Comitê SPS);
12. Perguntas e respostas apresentadas pelo Brasil no âmbito do Comitê de Agricultura da OMC.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Dar seguimento à reforma da OMC, com foco na preparação da próxima Conferência de Ministros da Organização, tendo em mente o mandato acordado na 12ª Conferência Ministerial da OMC e a proposta brasileira de reuniões ministeriais anuais, com vistas a revitalizar suas funções de monitoramento e transparência, negociação e solução de controvérsias;
2. Atuar nas negociações da OMC e das demais organizações econômicas em Genebra em todo tema com repercussão para interesses do Brasil e do setor produtivo nacional, atentando para temas emergentes como sustentabilidade, economia digital e a reestruturação das cadeias internacionais de valor;
3. Trabalhar pela boa governança da OMC e das organizações econômicas em Genebra, de modo a preservar seus respectivos mandatos em prol da promoção do comércio, dos investimentos, da inovação, da arquitetura jurídica dos direitos de propriedade intelectual, da disseminação tecnológica e do desenvolvimento, moderando e contrapondo-se a tendências protecionistas e à fragmentação do sistema multilateral de comércio;
4. Preparar e coordenar a participação brasileira nas reuniões periódicas dos principais órgãos de governança da OMC e das demais organizações econômicas em Genebra, com destaque para as Conferências Ministeriais da OMC, as Assembleias Gerais da OMPI, as Conferências Plenipotenciárias da UIT, as Conferências Ministeriais da UNCTAD, os Fóruns Anuais da WSIS, as reuniões do Conselho-Geral da OMC e demais instâncias de governança e deliberação, de modo a assegurar que as perspectivas do Brasil e o interesse nacional estejam refletidos nas decisões dos respectivos órgãos;
5. Preparar a participação brasileira nas reuniões das instâncias deliberativas, de monitoramento e negociadoras da OMC, incluindo o Conselho de Bens, o Conselho de Serviços, o Conselho de TRIPS, seus órgãos subsidiários, bem como das demais organizações econômicas em Genebra;
6. Contribuir para o avanço do pilar negociador da OMC em comércio eletrônico, facilitação de investimentos e regulação doméstica de serviços;
7. Atuar nas negociações sobre a reforma do Mecanismo de Solução de Controvérsias (MSC) da OMC, com vistas à retomada da sua funcionalidade, conforme acordado na 12ª Conferência Ministerial;
8. Enquanto não se restabelecer plenamente o Mecanismo de Solução de Controvérsias (MSC), explorar meios alternativos de solução de controvérsias, a fim de garantir os interesses brasileiros ante violações de regras multilaterais do comércio por outros Membros da OMC, como o Arranjo Provisório de Arbitragem e Apelação (MPIA, da sigla em inglês), do qual o país faz parte;
9. Coordenar as notificações brasileiras sobre medidas comerciais e outras informações previstas nos acordos aplicáveis da OMC para encaminhamento às instâncias relevantes da organização;
10. Coordenar a participação brasileira nos grupos de concertação política e diplomática no âmbito da OMC e das demais organizações econômicas em Genebra, incluindo o Grupo de Ottawa, o Grupo de Cairns, o Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC) e o

Grupo dos 77 (G-77), de modo a assegurar que os interesses brasileiros estejam bem refletidos nessas instâncias de concertação;

11. Avaliar relatórios produzidos pela OMC e pelas organizações econômicas em Genebra, com vistas à formação de inteligência comercial no âmbito do Governo federal;
12. Supervisionar as instâncias de governança da OMC e de cada organização econômica em Genebra, de modo a assegurar o uso eficiente das contribuições brasileiras e dos demais Estados Membros e o aumento da transparência e prestação de contas dos respectivos secretariados;
13. Ampliar e fortalecer a participação de brasileiros nos quadros de funcionários dos secretariados das organizações econômicas em Genebra;
14. Acompanhar a execução de projetos das organizações econômicas em Genebra, incluindo OMPI, UIT, CSTD, ITC e UNCTAD, que envolvam parcerias com instituições brasileiras;
15. Apoiar a participação de parlamentares, representantes de entes subnacionais e agências do setor público, de representantes do setor privado, da sociedade civil e da academia em eventos organizados pela OMC e pelas organizações econômicas em Genebra;
16. Acompanhar e subsidiar autoridades brasileiras por ocasião de visitas oficiais e reuniões de trabalho na sede da OMC e das organizações econômicas em Genebra;
17. Propor, organizar, coordenar e apoiar, em articulação com a Secretaria de Estado, a visita ao Brasil de altas chefias das organizações econômicas em Genebra, de modo a fomentar aproximação e colaboração com instituições brasileiras;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Expedientes telegráficos com relatos de reuniões promovidas no âmbito dos órgãos de supervisão e monitoramento das atividades dos secretariados das organizações econômicas em Genebra;
2. Expedientes telegráficos com análise e avaliação dos principais relatórios apresentados pelas organizações econômicas em Genebra;
3. Cargos ocupados em órgãos deliberativos (e.g. presidência, vice-presidência, relatoria de conselhos, comitês, grupos de trabalho), grupos regionais ou mecanismos de coordenação entre membros, inclusive no papel de facilitador de negociações, nas organizações econômicas em Genebra;
4. Iniciativas acordadas com grupos de concertação política, diplomática e técnica no âmbito da OMC e das demais organizações econômicas em Genebra;
5. Reuniões de trabalho bilaterais e plurilaterais mantidas com outras delegações e interlocutores da Missão;
6. Apoio a autoridades brasileiras em eventos convocados pelas organizações econômicas em Genebra;
7. Visitas de altas chefias dos secretariados das organizações econômicas em Genebra ao Brasil;
8. Funcionários brasileiros nos secretariados das organizações econômicas em Genebra;
9. Divulgação de anúncio de vagas no secretariado das organizações econômicas em Genebra;
10. Notificações apresentadas no âmbito dos comitês pertinentes da OMC;
11. Divulgação de informações jurídicas relevantes do Brasil em plataformas como e-TRIPS system, WIPO Lex e WIPO Alert;
12. Participação em reuniões sobre a reforma do Mecanismo de Solução de Controvérsias (MSC), em formato multilateral, plurilateral ou bilateral;

13. Posições apresentadas ou apoiadas pelo Brasil sobre a reforma do Mecanismo de Solução de Controvérsias (MSC);
14. Reuniões com participação da Missão sobre meios alternativos de solução de controvérsias, inclusive no contexto do Arranjo Provisório de Arbitragem e Apelação (MPIA, da sigla em inglês);

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL;

[**NOTA:** A atuação da Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras organizações econômicas em Genebra dá-se fundamentalmente no âmbito multilateral. Ainda assim, os eventos de alto nível que ocorrem regularmente em Genebra proporcionam oportunidades para a promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil.]

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a imagem do Brasil e de seus produtos e serviços, por meio das ferramentas de diplomacia pública, visando à divulgação de informações atualizadas e precisas;
2. Promover, por meio da organização de seminários e outras ações de promoção, a imagem do Brasil em eventos de grande visibilidade, como o Fórum Público da OMC, a Conferência Ministerial da OMC e o Fórum Mundial de Investimentos da UNCTAD;
3. Desenvolver projetos de cooperação junto às organizações econômicas em Genebra, em particular OMPI, UNCTAD, UIT, CSTD e ITC, que auxiliem na promoção de produtos e serviços brasileiros, inclusive na área cultural, de fluxos de investimentos, da inovação e da transferência de tecnologia;
4. Defender as credenciais ambientais do Brasil e a sustentabilidade de sua produção agrícola nas discussões da OMC e das organizações econômicas em Genebra, bem como em eventos de grande visibilidade organizados por “think-tanks”, associações e outras entidades;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Publicações nas redes sociais da Missão;
2. Eventos organizados pela Missão ou com seu apoio por ocasião do Fórum Público da OMC e outras reuniões de maior visibilidade organizada pelas organizações econômicas em Genebra;
3. Projetos com instituições brasileiras em áreas relacionadas à promoção comercial e turismo apoiados pelas organizações econômicas em Genebra;
4. Eventos promovidos ou apoiados pela Missão na área de sustentabilidade.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Acompanhar e contribuir para a negociação de documentos normativos, declarações políticas e outros instrumentos das organizações econômicas em Genebra, assegurando seu alinhamento à Agenda 2030, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aos princípios estabelecidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e no Acordo de Paris, tendo presente posicionamentos do Brasil na matéria;
2. Divulgar e defender a sustentabilidade da produção agrícola do Brasil, bem como as ações e as credenciais do Brasil em áreas como conservação ambiental e energias renováveis;
3. Promover posições brasileiras nas discussões e negociações no âmbito dos órgãos da OMC que tratam da interface entre comércio e meio ambiente, em especial os Diálogos Estruturados sobre Comércio e Sustentabilidade Ambiental (TESSD);
4. Monitorar e combater medidas protecionistas contra exportações brasileiras que violem direitos e obrigações contraídos no âmbito da OMC, inclusive aquelas adotadas sob alegação de preservação ambiental ou combate à mudança do clima;
5. Apoiar e acompanhar a implementação do Acordo de Subsídios à Pesca da OMC, bem como participar das negociações de disciplinas ampliadas na matéria, com vistas a apoiar a consecução do ODS 14 (Vida na água);
6. Atuar em prol da eliminação de subsídios agrícolas distorcivos ao comércio internacional e prejudiciais à preservação ambiental.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Expedientes telegráficos com relatos de reuniões promovidas na OMC e nas demais organizações econômicas em Genebra sobre o desenvolvimento sustentável e a relação entre comércio e meio ambiente;
2. Propostas e comunicações na área de comércio e meio ambiente circuladas ou co-patrocinadas pelo Brasil;
3. Casos no mecanismo de solução de controvérsias em que o Brasil é demandante ou parte interessada acerca de medidas relacionadas a comércio e meio ambiente;
4. Valores comerciais estimados em contenciosos comerciais nos quais o Brasil é demandante acerca de medidas protecionistas contra exportações brasileiras relacionadas a comércio e meio ambiente;
5. Propostas negociadoras e emendas de texto apresentadas ou co-patrocinadas pelo Brasil no âmbito das negociações continuadas no Acordo sobre Subsídios à Pesca;
6. Avanços nas negociações de seguimento do Acordo sobre Subsídios à Pesca;
7. Eventos organizados pela Missão ou com seu apoio, a exemplo de seminários e eventos paralelos, na área de sustentabilidade e comércio e meio ambiente.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Representar o Brasil em negociações relacionados à propriedade intelectual na OMC e na OMPI, com o objetivo de promover inovação científico-tecnológica, indústrias criativas, modernização e acesso a tecnologias para o desenvolvimento do Brasil, tendo presente o marco jurídico nacional dos direitos de propriedade intelectual e os compromissos brasileiros sob os acordos internacionais de que é parte;
2. Representar e defender os interesses nacionais brasileiros nos diferentes comitês da OMPI, bem como nas Conferências Diplomáticas a serem realizadas sobre Direito dos Desenhos Industriais e sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos (cujas preparações devem ter início em 2023);
3. Participar de discussões e negociações sobre economia digital nas organizações econômicas em Genebra, de modo a garantir que o Brasil possa moldar o debate e o arcabouço jurídico internacional em formação nesse campo, em apoio a metas nacionais de transformação digital;
4. Representar os interesses e perspectivas brasileiros nas atividades desenvolvidas pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) nas áreas de seu mandato: radiocomunicações, padronização das telecomunicações e desenvolvimento das telecomunicações;
5. Acompanhar e apoiar a participação brasileira nas reuniões periódicas e extraordinárias da Comissão sobre Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento (CSTD) das Nações Unidas, de modo a projetar as perspectivas do Brasil e o interesse nacional em seus respectivos trabalhos;
6. Ampliar o perfil brasileiro no âmbito da CSTD e da UIT, tendo presente a elevação da contribuição brasileira ao orçamento da UIT, fazendo refletir nos programas dessas organizações as prioridades de desenvolvimento do Brasil na área das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
7. Contribuir para a implementação dos objetivos da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS), do Plano de Ação de Genebra e a Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação e apoiar a participação de representantes brasileiros e de altas autoridades do Brasil no Trilho de Alto Nível do Fórum Anual da WSIS;
8. Monitorar e assegurar o interesse brasileiro nos projetos na área de ciência, tecnologia e inovação da OMPI e da UIT, em particular aqueles executados por intermédio de seus respectivos escritórios no Brasil, ou que envolvam instituições brasileiras;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Expedientes telegráficos com relatos de trabalhos e atividades promovidos no âmbito da CSTD, da UIT e de seus órgãos de governança;
2. Projetos de decisão e emendas apresentadas ou co-patrocinadas pelo Brasil no âmbito da OMPI, CSTD e da UIT;
3. Representantes e especialistas brasileiros nas reuniões deliberativas e de trabalho da OMPI, CSTD, UIT e WSIS;
4. Qualidade e perfil dos projetos executados em coordenação com o Escritório da UIT e da OMPI no Brasil ou em parceria com instituições brasileiras;

5. Propostas apresentadas ou co-patrocinadas no Conselho de TRIPS da OMC, no Comitê de Desenvolvimento da OMPI e no âmbito da cooperação técnica bilateral entre a OMPI e o Brasil;
6. Evolução do número de patentes, desenhos industriais e marcas registradas depositadas por instituições, empresas e nacionais brasileiros ao amparo dos acordos e instrumentos internacionais administrados pela OMPI.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA;

[**NOTA:** A atuação da Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras organizações econômicas em Genebra dá-se fundamentalmente no âmbito de temas relacionados a comércio, investimentos, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação e não inclui atribuições diretamente relacionadas a temas de educação, cultura, saúde e defesa. Há, de outra parte, relação indireta a esses temas em áreas como propriedade intelectual, assistência técnica, desenvolvimento, empreendedorismo e questões associadas a tecnologias da informação e da comunicação]

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar as discussões em Genebra sobre comércio e saúde e comércio e defesa, no tocante à exportação e importação de produtos essenciais ou sensíveis e à inserção brasileira em cadeias de valor nessas áreas;
2. Participar das discussões para o enfrentamento de futuras emergências sanitárias, em seguimento à “Declaração Ministerial sobre Resposta à Pandemia e Preparação para Pandemias Futuras” acordada na 12ª Conferência Ministerial da OMC;
3. Fortalecer a posição brasileira em debates nas agendas de saúde relacionadas à malária, tuberculose, AIDS e doenças tropicais negligenciadas, inclusive por meio do fomento à transferência de tecnologia;
4. Defender os interesses brasileiros no Conselho de TRIPS relacionados ao acesso a medicamentos, revelação de origem de recursos genéticos e conhecimento tradicionais e no tocante ao uso das flexibilidades do Acordo em prol da saúde pública;
5. Acompanhar e participar das discussões nas áreas sanitárias e fitossanitárias no âmbito da OMC de modo a contribuir para a saúde humana e animal, bem como para contrapor-se à adoção de medidas comerciais restritivas sem amparo científico;
6. Ampliar as parcerias com instituições acadêmicas, associações e institutos de pesquisa nas áreas de atuação da Missão.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Expedientes sobre temas relativos a comércio e saúde;
2. Propostas e comunicações apresentadas ou co-patrocinadas pelo Brasil na área de comércio e saúde;
3. Expedientes sobre temas relativos a medidas sanitárias e fitossanitárias;
4. Propostas e comunicações apresentadas ou co-patrocinadas pelo Brasil na área sanitária e fitossanitária;
5. Iniciativas em parcerias com instituições acadêmicas.

VIII - COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar e acompanhar as negociações na OMC com vistas a promover o comércio como ferramenta para o desenvolvimento econômico socialmente inclusivo e sustentável, em especial dos países em desenvolvimento;
2. Acompanhar as discussões na OMC e UNCTAD relacionadas a comércio, investimentos e financiamento do desenvolvimento, relevantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e redução das desigualdades sociais;
3. Fortalecer a contribuição da CSTD e da UIT à redução do “hiato digital”, em especial entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; favorecer um comércio agrícola livre e sem distorções como forma de contribuir para a segurança alimentar global em consonância com o ODS 1 (erradicação da pobreza) e o ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável);
4. Reforçar a dimensão do desenvolvimento em acordos comerciais, com vistas a assegurar flexibilidades de direitos e obrigações para países em desenvolvimento e tratamento diferenciado condizentes com a visão do comércio internacional como promotor do desenvolvimento social, inclusivo e sustentável;
5. Trabalhar pela igualdade de gênero e o empoderamento feminino nos programas e atividades das organizações econômicas em Genebra, incluindo no Grupo Informal sobre Comércio e Gênero da OMC;
6. Apoiar iniciativas em prol de micro, pequenas e médias empresas na OMC e nas organizações econômicas em Genebra;
7. Acompanhar e contribuir para as discussões sobre experiências bem-sucedidas de cooperação na área de comércio, a exemplo da cooperação oferecida pelo Brasil aos países africanos na área do algodão, em foros da OMC, UNCTAD e do ITC;
8. Propor projetos e apoiar parcerias entre as organizações econômicas sediadas em Genebra, especialmente OMPI, UNCTAD e ITC, e instituições brasileiras com vistas a ampliar a capacidade de empresas e empreendedores do Brasil, em particular as micro, pequenas e médias empresas, de participar do comércio internacional, inovar e internacionalizar-se;

i) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Expedientes telegráficos com relatos de reuniões e atividades sobre Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), inclusive no Grupo de Trabalho sobre MPMEs da OMC;
2. Expedientes telegráficos com relatos de reuniões e atividades promovidas sobre comércio e gênero, inclusive no Grupo Informal sobre Comércio e Gênero da OMC;
3. Apresentações e aportes analíticos em discussões a respeito de boas práticas na cooperação internacional;
4. Apresentações e aportes analíticos em discussões a respeito do papel do comércio agrícola na promoção da segurança alimentar;
5. Decisões negociadas nas organizações econômicas em Genebra, declarações formuladas ou apoiadas pelo Brasil em prol da igualdade de gênero e do empoderamento feminino;
6. Ações e iniciativas tramitadas na CSTD, OMPI e UIT para a redução do “hiato digital”.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR;

[**NOTA:** A atuação da Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras organizações econômicas em Genebra dá-se fundamentalmente no âmbito multilateral e em temas relacionados a comércio, investimentos, desenvolvimento, tecnologia e inovação e não inclui atribuições diretamente relacionadas ao apoio às comunidades brasileiras no exterior.]

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Manter e aprimorar o programa de formação complementar oferecido pela Missão, o qual permite que funcionários do governo brasileiro e do setor privado, pesquisadores e estudantes, inclusive aqueles eventualmente localizados em instituições no exterior, acompanhem e apoiem os membros da Missão do Brasil em Genebra em suas diversas áreas de atuação;
2. Ampliar parcerias com atores da comunidade brasileira no exterior que desempenhem funções nas áreas de atuação da Missão em eventos desenvolvidos pelo posto.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Participantes no programa de formação complementar oferecido pela Missão;
2. Eventos e reuniões organizadas pela Missão envolvendo academia, sociedade civil e pesquisadores.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 19, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra, Confederação Suíça.*

Relator: Senador **CARLOS VIANA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra, Confederação Suíça.

O art. 52, IV, da Constituição Federal (CF) atribui competência privativa ao Senado Federal para *aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.*

De acordo com o art. 103, III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional (CRE) emitir parecer sobre indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), atendendo ao preceito do art. 383, I, *d*, do RISF, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos as informações seguintes.

Nascido em Genebra, Suíça, a 22 de março de 1958, brasileiro de acordo com o art. 129, II, da Constituição de 1946, filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota, o Sr. GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRB) em 1984 e ingressou na Chancelaria no posto de Terceiro Secretário em 1985. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1990; a Primeiro-Secretário em 1997; a Conselheiro em 2003; a Ministro de Segunda Classe em 2007; e a Ministro de Primeira Classe em 2011, sendo as quatro últimas promoções por merecimento.

Para a ascensão a Ministro, concluiu o Curso de Altos Estudos do IRB em 2006 e apresentou a tese intitulada “Os Desafios da Diplomacia Científico-Tecnológica Brasileira em um Mundo em Transformação”.

No Brasil, foi Chefe Substituto da Divisão de Ciência e Tecnologia do MRE, de 2000 a 2003; Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, de 2003 a 2004; e Assessor Especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, de 2010 a 2013.

No Exterior, serviu na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), de 1990 a 1994; na Delegação do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), de 1994 a 1997; na Embaixada em Wellington, Nova Zelândia, de 1997 a 2000; na Delegação Permanente em Genebra, Suíça, de 2005 a 2008; na Missão junto às Nações Unidas, de 2008 a 2010, e de 2013 a 2015; na Delegação Permanente de Genebra, de 2015 a 2018; na Representação junto à Conferência do Desarmamento em Genebra, de 2018 a 2019; no Consulado-Geral de Miami, de 2019 a 2021; e no Consulado-Geral em Tóquio, a partir de 2021. Nestes dois últimos postos na qualidade de Cônsul-Geral.

Além do currículo do indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio

acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Organização surgiu, em 1995, como resultado da oitava rodada do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), a chamada Rodada Uruguai, e se estabeleceu como fórum para a negociação de acordos multilaterais que visem à redução de barreiras ao comércio internacional e ao desenvolvimento e crescimento econômico mundial. A estrutura legal e institucional da OMC se volta para a implementação e monitoramento desses acordos e para a solução de conflitos que decorram de sua aplicação.

Hoje são 17 acordos multilaterais, em que todos os membros da OMC são signatários, e 2 plurilaterais, em que apenas parte de seus membros são signatários. A OMC conta atualmente com 164 membros e tem como diretora-geral a nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala.

Na estrutura da OMC, vale ressaltar seu Órgão de Solução de Controvérsias, que conta com efetivo mecanismo de solução de controvérsias e é dotado de instância revisora, o Órgão de Apelação. Contudo, os Estados Unidos têm bloqueado a seleção de seus membros, de modo que ele não pode mais receber casos por não ter o mínimo de três integrantes. Diante esse fato, o Brasil aprovou a Lei nº 14.353, de 2022, que autoriza a suspensão de concessões e outras obrigações na hipótese de descumprimento de obrigações multilaterais por membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Organização conta, ainda, com a Conferência Ministerial e os Conselhos Geral, de Bens, de Serviços, de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês), e também com o Órgão de Revisão de Políticas Comerciais. Em novembro de 2022, o Brasil foi objeto do processo de revisão por este Órgão, recebendo 954 perguntas escritas e, durante a análise na plenária, houve 51 intervenções, com balanço positivo das nossas políticas econômicas e comerciais.

De acordo com o planejamento estratégico da Delegação do Brasil junto à OMC, igualmente enviado pelo Itamaraty, o candidato apresenta metas para a promoção do comércio e investimentos; relações políticas bilaterais; atuação junto a organismos regionais e multilaterais; promoção da imagem, cultura, turismo e marca do país; cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente; cooperação em ciência, tecnologia e inovação; cooperação em educação, cultura, saúde e

defesa; cooperação para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e o combate às desigualdades; e apoio às comunidades brasileiras no exterior. Dentre os inúmeros pontos dessa proposta, disponível a todos, destacamos:

- Dar seguimento à reforma da OMC, com foco na preparação da próxima Conferência de Ministros da Organização, tendo em mente o mandato acordado na 12ª Conferência Ministerial da OMC e a proposta brasileira de reuniões ministeriais anuais, com vistas a revitalizar suas funções de monitoramento e transparência, negociação e solução de controvérsias;
- Defender as credenciais ambientais do Brasil e a sustentabilidade de sua produção agrícola nas discussões da OMC e das organizações econômicas em Genebra;
- Monitorar e combater medidas protecionistas contra exportações brasileiras que violem direitos e obrigações contraídos no âmbito da OMC, inclusive aquelas adotadas sob alegação de preservação ambiental ou combate à mudança do clima;
- Representar o Brasil em negociações relacionados à propriedade intelectual na OMC e na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), com o objetivo de promover inovação científico-tecnológica, indústrias criativas, modernização e acesso a tecnologias para o desenvolvimento do Brasil, tendo presente o marco jurídico nacional dos direitos de propriedade intelectual e os compromissos brasileiros sob os acordos internacionais de que é parte; e
- Favorecer um comércio agrícola livre e sem distorções como forma de contribuir para a segurança alimentar global em consonância com o ODS 1 (erradicação da pobreza) e o ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável).

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator